

ISSN (Versão Impressa): 1519-9894

ISSN (Versão Online): 2179-2194

fragmentum

- 54 -

FOTOGRAMA DAS TENSÕES E DISPUTAS
DISCURSIVAS NA/DA ATUALIDADE

FOTOGRAMA DE LAS TENSIONES Y DISPUTAS
DISCURSIVAS EN/DE LA ACTUALIDAD

Vanise Medeiros (UFF)
Mara Glözman (UBA — Argentina)
Organizadoras



Fragmentum / Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. Laboratório Corpus. N. 1 (set 2001)- . Santa Maria, 2001- .

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum>

Semestral

ISSN 1519-9894 (versão impressa)

e-ISSN 2179-2194 (versão online)

N. 54 (jul./dez. 2019). “Fotograma das tensões e disputas discursivas na/da atualidade (Fotograma de las tensiones y disputas discursivas en/de la actualidad)”, organizado por Vanise Medeiros (UFF), Mara Glozman (UBA - Argentina)

1. Análise de discurso 2. Fotogramas 3. Atualidade 4. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) 5. Centro de Artes e Letras (CAL)

Ficha catalográfica elaborada por Luciano Rapetti – CRB 10/2031
Biblioteca Central da UFSM

Editora do Programa de Pós-Graduação em Letras

Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal de Santa Maria

Prédio 16, CE, sala 3222 – Bloco A2

Campus Universitário - Bairro Camobi

CEP 97105-900 – Santa Maria, RS – Brasil

Fones: 55 3220 8359 – 55 3220 8025

Email: ppgletras@ufsm.br

Site: www.ufsm.br/ppgletras

Fragmentum

www.ufsm.br/fragmentum – fragmentum.corpus@gmail.com

Data da Efetiva Circulação

Março de 2020

Impresso na Imprensa Universitária da UFSM

Avenida Roraima, 1000 – Prédio 6

Campus Universitário - Bairro Camobi

CEP 97119-900 - Santa Maria – RS

Fone: (55) 3220-8249

Apoio



Centro de Artes e Letras - CAL/UFSM

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PRPGP/UFSM – Edital Pró-Revistas

Pró-Reitoria de Extensão – PRE/UFSM

ANO DA PRIMEIRA PUBLICAÇÃO

2001

POLÍTICA EDITORIAL

Fragmentum é um periódico científico publicado trimestralmente nas versões impressa (ISSN 1519-9894) e on-line (ISSN 2179-2194) e destinado a pesquisadores e estudantes em nível de pós-graduação. O periódico divulga textos produzidos por pesquisadores que desenvolvem, como escopo e/ou resultado de pesquisas, as seguintes problemáticas:

a) Na Linguística, questões enunciativas e/ou discursivas, tendo por eixo diretor o campo do saber sobre a história da produção do conhecimento linguístico, a partir da análise de instrumentos linguísticos bem como de outras textualidades alicerçadas pela História das Ideias Linguística em sua relação com a Análise de Discurso de linha francesa;

b) Na Literatura, estudos comparados que têm evidenciado a relação do texto literário não apenas com seu contexto de produção como também com outras artes, mídias, saberes e formas, aproximação esta que articula artes e conhecimentos em suas especificidades, demonstrando processos de leitura, compreensão, interpretação e análise envolvidos no acesso a obras de arte e à recepção de um público especializado.

Admitem-se textos em português, francês, inglês ou espanhol. Não são aceitos textos de pesquisadores que não tenham a formação mínima de doutor. Acadêmicos de doutorado podem submeter textos à avaliação, desde que em coautoria com o professor orientador.

Com periodicidade semestral, cada novo dossiê temático será organizado por dois pesquisadores e constituído de um conjunto de artigos somados a uma resenha e à divulgação, em formato de resumo, de duas teses já defendidas, que apresentem relevância para a temática em foco. Afora essa estrutura preestabelecida, *Fragmentum* se reservará o direito de publicar entrevistas e outras textualidades inéditas, de caráter artístico e ensaístico, quando convier. Originais em francês, português e espanhol deverão apresentar título, resumo e palavras-chave na língua em que foi escrito o texto e em inglês. Para originais em inglês, título, resumo e palavras-chave deverão ser apresentados em inglês e em português.

Reitor da Universidade Federal de Santa Maria

Paulo Afonso Burmann

Diretor do Centro de Artes e Letras

Cláudio Antônio Esteves

Vice-Diretora do Centro de Artes e Letras

Cristiane Fuzer

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras

Eliana Rosa Sturza

Coordenadora Geral do Laboratório Corpus

Taís da Silva Martins

Larissa Cervo Montagner

Comitê Editorial**Comissão Editorial**

Amanda Eloina Scherer, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

Pedro Brum Santos, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

Verli Petri, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

Editora-Chefe

Amanda Eloina Scherer, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

Editora-Gerente

Maria Iraci Sousa Costa, UFPEL, Pelotas, RS, Brasil

Editores de Língua Estrangeira

Francês - Amanda Eloina Scherer, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

Inglês - Enéias Farias Tavares, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

Espanhol - Germán García Bermúdez, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay

Conselho Editorial

Alcides Cardoso dos Santos, UNESP, Araraquara, SP, Brasil

Ana Paula El-Jaick, UFJF, São Pedro, MG, Brasil

Ana Zandwais, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Anne-Gaëlle Toutain, Université de Berne, Suisse

Beatriz Maria Eckert-Hoff, UDF, Brasília, DF, Brasil

Bethania Mariani, UFF, Niterói, RJ, Brasil

Caciane Souza de Medeiros, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

† Carme Regina Schons, UPF, Passo Fundo, RS, Brasil

Caroline Mallmann Schneiders, UFFS, Campus Cerro Largo, RS, Brasil

Célia Marques Telles, UFBA, Salvador, BA, Brasil

Chloé Laplantine, Laboratoire Histoire des Théories Linguistiques, France

Christian Puech, Université de la Sorbonne Nouvelle Paris 3, France

Cristiane Dias, Unicamp, Campinas, SP, Brasil
Eduardo Guimarães, Unicamp, Campinas, SP, Brasil
Enéias Farias Tavares, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil
Eni Puccinelli Orlandi, Unicamp, Campinas, SP; UNIVAS, Pouso Alegre, MG, Brasil
Estanislao Sofia, Fonds Wetenschappelijk Onderzoek – Vlaanderen (FWO) à la KU Leuven, Belgique
Evandra Grigoletto, UFPE, Recife, PE, Brasil
Flavio Felício Botton, UFABC, Santo André, SP, Brasil
Flávio Loureiro Chaves, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Gema Sanz Espinar, Universidad de Madrid, España
Gerson Luiz Roani, UFV, Viçosa, SP, Brasil
Gesualda Rasia, UFPR, Curitiba, PR, Brasil
Gisela Biancalana, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil
Giuseppe D'Ottavi, Institut des Textes et Manuscrits Modernes, Paris (ENS/CNRS), France
Gladys B. Morales, Universidad Nacional de Río Cuarto, Argentina
Héliane Kohler, Université de Franche-Comté, France
Irène Fenoglio, Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), France
Isabel Cristina Ferreira Teixeira, Unipampa, Bagé, RS, Brasil
José Edicarlo de Aquino, UFT, Palmas, TO, Brasil
José Horta Nunes, Unicamp, Campinas, SP, Brasil
José Luís Jobim de Salles Fonseca, UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Juan Manuel López Muñoz, Universidad de Cadiz, España
Juliana Steil, UFPEL, Pelotas, RS, Brasil
Larissa Montagner Cervo, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil
Lucília Maria Sousa Romão, USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil
Mara Ruth Glozman, Universidad de Buenos Aires, Argentina
Márcia Helena Saldanha Barbosa, UPF, Passo Fundo, RS, Brasil
Maria Cleci Venturini, UNIOESTE, Guarapuava, PR, Brasil
Maria da Glória Bordini, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Maria da Glória Corrêa Di Fanti, PUCRS, Porto Alegre, RS, Brasil
Maria José R. Faria Coracini, Unicamp, Campinas, SP, Brasil
Marianne Rossi Stumpf, UFSC, Florianópolis, SC, Brasil
Marianosaria Zinzi, Università degli Studi di Firenze, Italia
Marilene Weinhardt, UFPR, Curitiba, PR, Brasil
Marluza da Rosa, UFSM, Frederico Westphalen, RS, Brasil
Mary Neiva Surdi da Luz, UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Nádia Régia Maffi Neckel, UNISUL, Palhoça, SC, Brasil
Najara Ferrari Pinheiro, UCS, Caxias do Sul, RS, Brasil
Orna Messer Levin, Unicamp, Campinas, SP, Brasil
Paola Capponi, Università di Torino, Italia
Paulo Ricardo Kralik Angelini, PUCRS, Porto Alegre, RS, Brasil
Regina Zilberman, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Rejane Pivetta de Oliveira, UPF, Passo Fundo, RS, Brasil
Silmara Dela Silva, UFF, Niterói, RJ, Brasil
Taís da Silva Martins, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

Valdir do Nascimento Flores, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Valdir Prigol, UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Vanise Gomes de Medeiros, UFF, Niterói, RJ, Brasil
Véronique Daleth, USP, São Paulo, SP, Brasil

Produção Editorial

Capa e Projeto Gráfico Originais

Mirian Rose Brum-de-Paula, UFPEL, Pelotas, RS, Brasil
Simone de Mello de Oliveira, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

Produção Gráfica

Júlia Carmelli Campus, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil
Natália Sarzi Ledur, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

Editoração Eletrônica

Marcos Soares, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

Revisão

Andressa Brenner, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil
Bruna Cielo Cabrera, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil
Kelly Guasso, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

Indexadores

Rede Cariniana (IBICT)
Portal de Periódicos da UFSM
Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras
Google Acadêmico
ZHdK - Zürcher Hochschule der Künste
EZB - Elektronische Zeitschriftenbibliothek
TIB - Leibniz Information Centre for Science and Technology University Library
WorldCat® (OCLC)

APRESENTAÇÃO

PREGAS SOBRE UM TÍTULO:

FOTOGRAMA DAS TENSÕES E DISPUTAS DISCURSIVAS NA/DA ATUALIDADE

PLIEGUES SOBRE UN TÍTULO:

FOTOGRAMA DE LAS TENSIONES Y DISPUTAS DISCURSIVAS EN/DE LA ACTUALIDAD

Mara Gluzman (UBA – Argentina/CONICET)

Vanise Medeiros (UFF; CNPq, FAPERJ)

“Compreendemos que há um processo discursivo que, no momento, sabemos não poder entendê-lo por completo” (SILVA SOBRINHO)

Um título e seus efeitos

“Assim como uma cidade”, nos avisa Compagnon (1996, p. 81), “o texto é cercado por todos os lados”. Por uma perigrafia que o circunda – nome de autor, referências bibliográficas, por exemplo – bem como, no caso, por um nome de revista, por uma instituição que a sustenta, para ficar com dois pilares importantes. O título faz parte dessa maquinaria que o cerca. No que concerne ao leitor, sinaliza veredas de leitura, convoca ou afasta, atrai ou afugenta, trapaceia. Intervém, pois, sobre a leitura. No que se refere a sua produção, pode nascer antes do texto, como um farol que o orienta ou uma cilada que o atrapalha; pode advir depois, como porto feliz de chegada ou como ponto final de uma jornada tormentosa. Pode se dar ao longo do texto, como momento epifânico; pode não se deixar inscrever, busca incessante sem o sossego do encontro. São vários os seus funcionamentos – pode ser prolixo (na ilusão de tudo ali dizer?) ou sintético (na ilusão da

justeza no dizer?); pode ser uma citação, uma alusão, um enigma posto por uma pontuação, caso das reticências que encabeçam a tradução de Tullio de Mauro na revista *Fragmentum*¹ – e seus efeitos. Dobra sobre o texto, trabalha a ilusão de uma correspondência entre o corpo textual e a formulação que o nomeia.

Um título é uma projeção no imaginário de texto ou de revista. No caso da revista, funciona como princípio de organização e produz o efeito de unidade, atrelando e tecendo uma trama entre artigos e autores, e, neste nosso caso, também resenha. Tem estatuto hierárquico: imperioso numa publicação acadêmica, ausente ou oculto pelo nome “Apresentação” no início de uma revista ou de um livro, por exemplo. Se um prefácio ou uma apresentação são retrospectivos, um título em uma revista é prospectivo: fragmento que se faz enunciado e se oferece como porta de entrada.

Um título costura um número de uma revista num triplo movimento: convoca, com a chamada à qual ele intitula, a escrita dos artigos; serve como gesto de agrupamento do que nela se encontra; norteia a leitura dos textos que compõem o volume.

Este número teve seu germen a partir de um feixe de inquietações relativas ao nosso presente. A chamada – no jogo polissêmico que esta palavra abre – trazia como ponto de partida não uma assertiva ou uma delimitação temática, mas a forma de uma pergunta como gesto para convocar uma reflexão coletiva: quais são os elementos da materialidade discursiva que insistem em aparecer? Quais os significantes em tensão? Há, e se há como funcionam, enunciados que permitem caracterizar disputas políticas presentes? Tais perguntas tinham como horizonte um convite a uma composição coral que – trabalhando sobre e com o dispositivo teórico da análise materialista do discurso – permitisse expor alguns traços desta conjuntura atual no que atinge funcionamentos, processos e elementos que intervêm nas tensões e nas disputas discursivas. Quais são essas tensões e disputas, que aspectos resultam relevantes, quais aparelhos reviram a arena de luta, que formulações de outras conjunturas ecoam no momento atual são questões que faziam parte, justamente, do que a chamada procurava recolher.

O ingresso na teoria materialista do discurso para essa chamada a apresentar trabalhos analíticos foi pensado no encontro de duas noções

¹ História da Ciência da Linguagem, das teorias Linguísticas, da construção do conhecimento sobre a(s) língua(s), revista **Fragmentum**, número especial, jul-dez, 2018.

que bordam o título formulado e constituem dimensões de uma mesma problemática: fotograma e atualidade. Ambas inscrevem na proposta de/ em análise o problema da estabilização de um momento a observar e suas relações com o movimento temporal, mais amplo, do qual participa.

A noção de fotograma permitia propor a autores e autoras uma problematização do recorte temporal. O fotograma captura certamente um momento, mas não estabelece suas sequencialidades por uma operação de somatória; é o intervalo como relação constitutiva o que sobredetermina a forma e o funcionamento específico que o fotograma adquire. Como explica Deleuze a propósito da prática de montagem do cineasta russo Dziga Vertov: “o fotograma não ‘termina’ o movimento sem ser ele também o príncipe da sua aceleração, do seu retardamento, da sua variação. É a vibração, a solicitação elementar de que o movimento se compõe a cada instante, o clinamen do materialismo epicuriano” (DELEUZE, 2004, p. 120, aspas do autor).

Tomando estas considerações como ponto de partida para produzir uma articulação com o olhar materialista sobre o discurso e os processos (inter)discursivos, entendemos por fotograma uma forma estabilizada mediante um procedimento de “suspensão” momentânea do movimento; um fragmento que emerge da materialidade em movimento por um gesto de leitura que, convocado por algum detalhe, põe nele sua mirada. O gesto produz o fotograma, que contém marcas de sua historicidade e traços de seu devir. Não se trata, então, de um corte sincrônico, mas da trama histórica funcionando, dado que “o fotograma é inseparável da série que o faz vibrar” (DELEUZE, 2004, p. 120). Assim considerado, um fotograma das disputas e tensões na/da atualidade envolve necessariamente temporalidades outras, a tal ponto que algumas análises convidam – como veremos – a um rodeio pela extensa duração da história, a uma viagem com paradas dispersas que, porém, permitem compreender melhor alguma dimensão desse momento atual. Longe de utilizar procedimentos que isolam um objeto-tempo mediante uma dissecação discreta, a noção de fotograma nos leva a olhar para um presente sempre habitado por ecos e feridas de presentes outros.

O que era uma proposta, um aceno, um apelo, tomou corpo, se fez presente e retornou adensado a partir das reflexões que aqui se encontram. Vários dos artigos jogam com o significante fotograma, inscrevendo-o na sua escrita para propor gestos analíticos e/ou para estabelecer laços com outros conceitos próprios do dispositivo da Análise de Discurso materialista desenvolvida no Brasil. Com efeito, as inquietações que convocaram a

chamada derivaram em questões outras e diversas advindas dos artigos que compõem a revista como voltas que não retornam ao mesmo lugar. Voltas em espiral que nos presenteiam com diversas propostas e adensam a ementa inicial. Pregas, vincos, dobras, quebras que nos levam aos recantos e desvãos da atualidade e que abrem trajetos de leitura.

Eixos transversais

Os artigos que compõem a revista nos fornecem uma trama que se tece por diferentes pontos de sutura: por materialidades, entendidas aqui como discurso, que, em alguns dos trabalhos, se aproximam; por conceitos que são objeto de reflexão em alguns artigos e que, em outros, sustentam as análises; e, enfim, por questões, problemas e inquietações que se tocam. Em poucas palavras, os pontos de sutura que entrelaçam os artigos neste número configuram eixos transversais: eixos que atravessam os trabalhos, aqui expostos, compondo fotogramas da atualidade.

Os artigos deste número nos jogam em gestos de leitura que incidem em reportagens e títulos de manchetes que se debruçam sobre sujeitos, em vídeos e fotografias de movimentos sociais e de propaganda governamental, em falas públicas, em enunciados e interlocuções que circulam e circundam instituições, em imagens advindas do fotojornalismo sobre as eleições presidenciais; em pintura, fotos e recortes fílmicos que denunciam sentidos sobre sujeitos, em formas de mascaramento e anonimato pela nomeação que desindividualizam sujeitos. Estamos diante, pois, de materialidades discursivas heterogêneas: linguísticas, imagéticas, sonoras e indumentárias que nos levam a compreender o funcionamento de discursos jornalísticos, midiáticos, políticos, científicos, insurgentes e estéticos.

No que se refere aos conceitos, os artigos trazem considerações que não têm apenas a função da exposição, mas que comportam um trabalho teórico e/ou analítico orientado a revisar, desde nosso momento atual e sobre a base das questões e materialidades específicas que abordam, elementos fundantes e fundamentais da perspectiva materialista. E é, justamente, de diferentes ângulos da perspectiva materialista que os conceitos da Análise de Discurso são repensados nos textos que esse número reúne.

O conceito de materialidade significativa (LAGAZZI, 2007) acompanha e costura distintos artigos; em alguns casos, na formulação teórica que introduz a análise; em outros, como condição de possibilidade

dos gestos de leitura. As reflexões deste número incluem também instâncias de trabalho teórico sobre os conceitos marxistas de processo e de produção a fim de mobilizar no dispositivo teórico e na análise uma das teses principais de Semântica e discurso, a saber, o caráter material do sentido. Com efeito, a problemática do(s) sentido(s) e a polissemia como condição constitutiva do funcionamento discursivo dos significantes são aspectos que atravessam vários dos artigos que aqui apresentamos. Nessa direção, o conceito de interdiscurso, com seu estatuto epistemológico, funciona – nas análises que o convocam – como ingresso para trabalhar as formas em que a memória discursiva ecoa. Em algumas propostas, interdiscurso como memória discursiva opera na articulação com elementos conceituais de uma análise discursiva da enunciação: vozes, porta-vozes e locutores são compreendidos nos efeitos das relações de (re)formulação.

Outro dos conceitos retomados na prática analítica é o de formação discursiva, que aparece nos gestos de leitura que procuram compreender os mecanismos de constituição de sentidos e de sujeitos que se inscrevem nas tramas das formações. O conceito de formação discursiva comparece, assim, como emergente de um trabalho relacional que compõe dispositivos analíticos orientados a descrever e interpretar dimensões das posições subjetivas na conjuntura atual. Um dos nós conceituais delicadamente trabalhado remete às modalidades de funcionamento subjetivo na relação com a evidência dos saberes da formação discursiva que domina o sujeito ou na qual se encontra inscrito. A problematização da tricotomia das modalidades de funcionamento subjetivo remetidas a ideologias e práticas políticas diferenciadas (identificação, contraidentificação, ruptura) orienta-se de modo a repensar uma teorização dos processos de resistência-revolta-revolução. Nessa articulação entre trabalho conceitual e questionamento aos processos políticos atuais – retomamos esse ponto ao final –, se faz presente o problema da autonomia, que dispara tanto uma reflexão conceitual como uma interrogação política que permitiria repensar uma pergunta materialista que marcou o século XX: não é só o que fazer, mas como fazer. Merece destaque, nessa série, a problematização teórica, política e analítica do conceito de Aparelho Ideológico de Estado, cuja potência explicativa não é negada, mas olhada a partir de uma reflexão sobre o papel geral da ideologia. Nessa mesma linha de trabalho, encontra-se em funcionamento a categoria de contradição, não como polêmica, mas como hiato que reúne elementos antagônicos na mesma conjunção, inclusive nas operações sintagmáticas propostas e/ou analisadas. Nesse percurso dos textos desse eixo dos conceitos, é possível ler, também, a necessidade de refletir teoricamente sobre o

silêncio ou, melhor dito, a necessidade de trazer a distinção entre silêncio e silenciamento (ORLANDI, 2007) para poder compreender aspectos do momento atual. Finalmente, encontra-se no volume um trabalho em torno do conceito de sobredeterminação. E é a partir desse conceito que precisa ser retomada, em vistas a um aprofundamento da aposta teórica do materialismo para a conjuntura atual, a relação entre discurso, história e complexidade temporal.

No que concerne às questões, aos problemas e às inquietações, o número se abre com um artigo que nos permite compreender a problemática da velhice e do envelhecimento em dois países, Brasil e Argentina, que, como nos mostra o autor, Silva Sobrinho, se fundaram “sob a égide da exploração do trabalho”. É a formação social com suas contradições, disputas e exclusões que se encontram sob a lente aguda do autor. A análise aponta, então, a problemática da relação entre discursos sobre a velhice e funcionamento dos modos de produção da riqueza e dos processos produtivos atuais.

Em seguida, temos um grupo de artigos que nos coloca face a tensões da/na sociedade brasileira: movimentos sociais, governo, instituições e eleições estão na visada a analítica dos autores. O artigo de Benayon, Osthues e Lagazzi nos permite observar os movimentos sociais no que eles comportam de “teatralização da resistência política” construída sob a égide do deslocamento dos sentidos pela paródia, que instala “um já-visto às avessas” afrontando e corroendo a violência policial que incide nas manifestações públicas brasileiras. Com a fina leitura feita de performances que se desenvolvem no interior de manifestações públicas, somos levados a observar o equívoco irrompendo a partir de corpos (corpos militares e palhaços-soldado) em confronto. Dos movimentos sociais nas ruas de 2013, caminhamos, com Fanjul, para as propagandas, comemorativas do golpe de 1964, produzidas por governos brasileiros em dois momentos distintos: 1975 e 2019. Um percurso que não se faz sem o assombro e estarrecimento diante “da regularização discursiva de atuais movimentos de direita no Brasil”. No material que analisa, seu olhar arguto se volta ainda para as ocultações e mutilações nas peças publicitárias, denunciando uma posição negacionista da documentação histórica e do conhecimento sobre a sociedade. A seguir, somos convocados, com o artigo de Esteves, a escutar a universidade, em seus gritos polissêmicos e em suas vozes que, domesticadas, param de gritar, bem como os “ouvidos moucos” dos representantes governamentais da educação que ignoram a universidade e seus representantes. Da paródia, ao assombro, chegamos agora, passando pelo lapso, à “forma cínica de pertencimento à formação discurso política

– que regula o que pode e deve ser dito no discurso político”, como nos lembra o autor. Com sua rica leitura, o autor denuncia o uso da linguagem pelo poder público nos lembrando que ele também um “construtor de linguagem” e que é preciso resistir e não ficar no engessamento que o cinismo pode nos jogar. No artigo que se segue continua a ser focalizado o governo brasileiro; agora são as eleições presidenciais de 2014, em que tínhamos uma mulher como candidata, Dilma. Retomamos, com o olhar de Menezes e Souza sobre o fotojornalismo, a disputa que se deu arduamente na imprensa e começamos, assim, a adentrar em um grupo cujas preocupações se concentram em questões vinculadas, de forma diferente, aos gêneros.

Dois são os artigos que nos levam a refletir sobre inquietações referentes ao feminino. O primeiro deles, de Bocchi, nos faz mergulhar em imagem pictórica do século XIX e imagens fotográficas dos séculos XIX e XXI. É o corpo da mulher negra e escrava lá e o corpo encarcerado, de agora, da mulher pobre, grávida, mãe, que se encontram sob a forte olhar analítico da autora. São corpos, invisíveis na sociedade, que, postos sob a luz das tintas ou das lentes fotográficas, discursivizam e historicizam a violência das relações sociais e a violência sobre a mulher. Talvez possamos dizer que, de fotogramas da maternidade negra, caminhamos, com o artigo de Silva, Garcia, Daroz e Sousa, para outros fotogramas da mulher e da mãe, agora a partir do estudo sobre personagens femininas do filme *Gritos e sussurros* de Ingmar Bergman. Aqui entram em cena, com a escrita sensível das autoras, imagens da maternidade e da mulher que atravessam a sociedade e sustentam modos de ser, de estar e de (se) produzir sentidos. Diferentemente do artigo anterior, aqui temos a mulher, burguesa e branca, em suas tensas relações familiares que nos levam a entrever uma outra instância: a da incomunicabilidade. Mas temos também a criada e com ela as instâncias e diferenças sociais que incidem sobre a mulher.

Lá, invisibilidade; aqui, incomunicabilidade: duas claves que cercam o feminino. É interessante, neste sentido, confrontar estes artigos com o de Courtine, que comparece traduzido neste número. Produzido para publicação vinculada a uma exposição, em Paris no MuCEM (Musée des civilisations de l'Europe et de la Méditerranée), sobre gênero feminino/masculino no Mediterrâneo (intitulada “Au Bazar du Genre”), o artigo porta uma reflexão sobre machismo e virilidade tomando a potência como valor. Partindo de uma leitura histórica do machismo arcaico, o autor nos conduz ao que indica como o encontro da virilidade, na Europa, com a morte após as duas guerras mundiais e a depressão dos anos 30, aspecto importante que nos permite refletir sobre gênero e trabalho. Ainda no artigo, o autor

se volta para o que indica como machismo latino a partir de estereótipos argentinos e mexicanos que se voltam, por sua vez, para a Europa e os Estados Unidos sob forma de mercadoria cultural (tango e filmes de e sobre a figura viril mexicana). Elementos de uma nostalgia, como nos diz, o machismo, no mundo contemporâneo, é da ordem do sonho, deslocado da realidade, da paródia e do ridículo. E o autor ainda adverte: “Es una propiedad del machismo, y de la virilidad en general, resucitar cuando los creemos disipados”.

Por fim, adentramos, com os dois artigos que fecham a revista, em questões que nos fazem refletir sobre transformações na América Latina e sobre dimensões teóricas que impactam as formas de pensar e analisar temporalidades do/no presente. O primeiro deles, de Beck, nos traz uma aguçada reflexão sobre processos de resistência-revolta-revolução. Revisitando sua tese sobre o “discurso dos insurgentes indígenas”, o autor lança seu olhar agora para comunidades autônomas zapatistas do século XXI e nos brinda com várias pontuações analíticas – como, por exemplo, a nomeação funcionando como uma recusa de identificação pelo Estado –, bem como com a necessidade de, conforme nos diz, ir à raiz de uma questão, a saber, “como se daria a ruptura com a ideologia dominante?”, e, por fim, destaca uma necessidade que se faz proposta, qual seja, a de investigar o que formula como “práticas políticas prefigurativas” em movimentos políticos. O último artigo, de Romé, constitui uma forte aposta teórica. Seu norte é a questão da temporalidade e, assim, se fecha o ciclo iniciado com a proposta da nossa ementa. Partindo de uma caracterização de diversas aproximações ao discurso que tem ampla circulação atual na Argentina (não só, mas especialmente Foucault e Laclau), Romé se propõe trazer conceitos-chaves da teoria materialista para colocá-los a jogar como intervenção epistêmica e política no campo de estudos sobre o discurso. Nessa direção, a autora nos conduz com firmeza por vários pontos, leituras e conceitos nodais, voltando a pensar a articulação Pêcheux-Althusser no que atinge especificamente a possibilidade de compreensão da complexidade temporal nos processos discursivos e na produção dos sujeitos.

Além dos artigos e da tradução, este número conta ainda com uma resenha sobre um livro publicado em 2019 e já importante para os estudos em Análise de Discurso: *Encontros na Análise de Discurso*. Efeitos de sentido entre continentes. Planejado, trabalhado e ruminado por um coletivo (Contradit), este livro lança um olhar para o passado, ao entrevistar alguns dos pensadores que participaram da cena de nascimento da Análise de Discurso na França, como é o caso de Francine Mazière, Michel Plon,

Paul Henry, Régine Robin, Jacques Guilhaumou, e no Brasil, como é o caso de Eni Orlandi. Ele percorre ainda trajetos de Pêcheux na América Latina, com as conversas com Roselis Batista e Julieta Haidar, e leituras que se faz na França atual, com Marie-Anne Paveau. Dissemos um olhar para o passado, mas importa sublinhar que lá não fica. De novo a temporalidade se faz aqui presente. Os diálogos fecundos que lemos no livro nos possibilitam não somente um aprofundamento neste campo teórico como ainda nos levam a descortinar, lá e (no) agora, impasses, descontinuidades, rupturas, deslocamentos que alimentam nossas reflexões.

Ainda as pregas

Silêncio e polifonia: quais são as vozes que, nesse presente, precisam ser ouvidas? Esta é mais uma questão/prega que os trabalhos aqui desenvolvidos suscitam.

Os artigos têm outro detalhe em comum: o papel da escuta. Escuta sustentada pela memória de práticas, escuta analítica, escuta social, condições de escuta, ouvir e não ouvir: aludida de formas múltiplas, essa inquietação não deixa de voltar nas reflexões aqui reunidas. Para além do silenciamento e do autoritarismo, aparecem figuras da voz/escuta que dão ao silêncio outra espessura: a possibilidade de transitar o presente à procura de um ritmo discursivo e um tom que consiga se deslocar da exigência verborrágica contemporânea, que seja em si mesmo materialidade significante. Quem fala, sim, mas também como se fala: com esse volume aprendemos que não só o silêncio é polissêmico: os gritos e os sussurros falam sobre relações de classe e olhares de gênero, sobre posições de sujeito e leituras dos corpos, historicamente significados. E corpos que se põem em movimento: através de Beck, o (neo)zapatismo ensina a (po)ética da pergunta como prática política: “caminhar perguntando”, “preguntando caminamos”.

A escuta como inquietação e como método analítico também nos leva a (re)pensar quais são as possibilidades para essa América Latina além do imediatamente visível no cenário atual. No começo dos anos 80, no Colóquio *Materialités Discursives*, Courtine e Marandin (2016) formulavam um título que se tornava expressão precisa naquela conjuntura de revisão da teoria materialista: “Qual objeto para Análise de Discurso?” Trazemos então, mais uma vez, a pergunta como convite para a leitura: qual Análise de Discurso para esse nosso presente atual?

Referências

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1996.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a Análise de Discurso? In: CONEIN, B.; et al (Orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2016.

DELEUZE, Gilles (1983). **A imagem-movimento. Cinema 1**. Trad. Rafael Godinho. Lisboa: *Assírio e Alvim*, 2004.

LAGAZZI, Susy. O recorte significante na memória. Apresentação no III SEAD – **Seminário de Estudos em Análise do Discurso**. UFRGS, Porto Alegre, 2007.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

PÊCHEUX, M.; et al. (Orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2016.

FOTOGRAMAS DO DISCURSO SOBRE A VELHICE: DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS DO CAPITALISMO NA SIGNIFICAÇÃO DOS SUJEITOS¹

PHOTOGRAMS OF THE DISCOURSE ON OLD AGE: HISTORICAL DETERMINATIONS OF CAPITALISM IN THE SIGNIFICATION OF THE SUBJECTS

Helson Flávio da Silva Sobrinho²

Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Maceió, AL, Brasil

Resumo: Este artigo se inscreve na perspectiva pecheuxtiana da Análise do Discurso (AD) e analisa as determinações históricas que constituem e fazem funcionar o discurso sobre a velhice em seu caráter material. Para isso, analisam-se títulos de matérias/reportagens sobre a velhice e o envelhecimento que foram publicadas pela imprensa brasileira e argentina. Tais materialidades foram remetidas ao processo discursivo para desvelar os mecanismos ideológicos de seu funcionamento histórico. Reflete-se, pois, acerca de como o discurso sobre a velhice, em sua produção discursiva na imprensa, efetiva-se nas práticas sociais e direciona sentidos para os sujeitos constituídos nas contradições materiais e ideológicas das relações sociais capitalistas.

Palavras-chave: Discurso; velhice; caráter material; capitalismo.

Abstract: This article is related to the Pêcheux's perspective of Discourse Analysis (AD) and analyzes the historical determinations that constitute and make the discourse on old age works in its material character. For that, we analyzed titles of news / articles about old age and aging published by the Brazilian and Argentine press. Such materialities were referred to the discursive process to unveil the ideological mechanisms of its historical functioning. We reflect, therefore, how the discourse on old age, in its discursive production in the press, is carried out

¹ Este artigo é fruto de reflexões que derivam de duas pesquisas que se complementam, a saber: 1. "O discurso sobre a velhice na América Latina: as determinações históricas na construção e na resignificação de sentidos e sujeitos", financiando pelo Edital PPGs/HUMANIDADES/FAPEAL N° 13/2016; 2. "Michel Pêcheux e as reflexões sobre o materialismo: um trajeto filosófico de leitura sobre o 'caráter material do sentido' nos estudos sobre o discurso", financiado pelo CNPq, bolsa produtividade.

² Professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), atua na graduação em Letras, no Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) e no Profletras. É bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Sociólogo e doutor em Linguística na área de Análise do Discurso (AD). Desenvolve estudos sobre Discurso, Sujeito, História e Ideologia. É vice-líder do grupo de pesquisa: Discurso e Ontologia (Gedon). E-mail: helsonf@gmail.com

in social practices, directs meanings to the subjects constituted in the material and ideological contradictions of capitalist social relations.

Keywords: Discourse; old age; material character; capitalism.

Introdução: a inscrição da Língua na História e o Caráter Material do Sentido

Para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar.

(Simone de Beauvoir)

Para o início deste texto, gostaríamos de enfatizar a nossa filiação à Análise do Discurso pecheuxtiana e ao materialismo histórico e dialético. É em Pêcheux e Fuchs (1997) que encontramos o quadro epistemológico da AD:

O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;

A Linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;

A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 163).

Tal quadro, que nos remete a determinadas regiões do saber, é costumeiramente sintetizado em três áreas de conhecimento: Materialismo histórico, Linguística e Psicanálise. Este também será nosso entendimento enquanto disciplina que se inscreve no entremeio de tais campos³. Em nosso estudo, pretendemos tratar, inicialmente, da inscrição da Língua na História (e vice-versa) na produção de sentidos, para, em seguida, pensar em suas relações contraditórias, e, por fim, refletir sobre o discurso da/sobre a velhice que se materializa na imprensa brasileira e argentina a partir da análise dos

³ Segundo Orlandi (1996, p. 25), a particularidade da AD é se constituir na contradição. “A AD trabalha no entremeio, fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva”.

títulos de matérias/reportagens publicadas no jornal Folha de São Paulo (Brasil) e no jornal Clarín (Argentina).

Michel Pêcheux, em sua aventura⁴ teórica e política, trabalhou com questões que dizem respeito à prática política e à produção de conhecimento em sua articulação dialética. Tratou, sobretudo, de questões da ordem da leitura (interpretação) de textos políticos, pois estava preocupado em compreender como o texto produz sentidos, uma vez que a linguagem não é transparente, e, além disso, escandalizou a área da Linguística ao dizer que a língua poderia servir para comunicar e não comunicar.

Ao refletir profundamente sobre tais questões, este professor-filósofo-cientista-militante⁵ constatou a presença do ideológico e do político na língua. Assim, o quadro teórico-epistemológico-político acima referido traz à baila as concepções de língua e história que leva em consideração o sujeito (constituído pela ideologia e afetado pelo inconsciente) em suas práticas sociais, políticas e ideológicas numa determinada formação social, no caso em estudo, a sociedade capitalista.

Orlandi (2002b) também desenvolve tal reflexão sobre a relação língua, história e sujeito ao dizer textualmente que:

Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Se, como tenho afirmado, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, não há sentido sem interpretação, pois a língua se inscreve na história para significar e é aí que proponho apreender a questão da ideologia, do sujeito, da interpretação (ORLANDI, 2002b, p. 31).

Compreender que a língua se inscreve na história para significar implica problematizar os gestos de leitura e interpretação⁶, porque não há neutralidade no uso dos signos (sempre ideológicos). Sendo assim, é

⁴ Sobre a aventura teórica, Maldidier (2003, p. 15) afirma que: “O *discurso* me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrinca literalmente todas suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito. A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato que ela se desenvolve no duplo plano do pensamento teórico e do dispositivo da análise de discurso”.

⁵ Cf. Silva Sobrinho (2018), que considera Michel Pêcheux um filósofo que se posiciona na perspectiva do materialismo histórico e dialético, preocupado com a produção do conhecimento científico e com a prática política revolucionária do proletariado.

⁶ “Assim, o gesto de interpretação é o lugar em que se tem a relação do sujeito com a língua. Esta é a marca da ‘subjetivação’, o traço da relação da língua com a exterioridade” (ORLANDI, 1996, p. 46).

necessário pensar a língua funcionando na mediação entre os sujeitos. Trata-se de entender o discurso enquanto mediação histórica entre os sujeitos e o mundo em seu âmbito natural e social. Apreendemos, pois, o discurso enquanto práxis histórica de sujeitos significando o mundo e sendo significado em determinadas condições sócio-históricas de produção.

Ainda para o início deste texto, é preciso voltar a destacar que o sujeito, a língua e a história não nos são transparentes. Há algo da dimensão do sujeito, da história e da língua que não conseguimos alcançar. No entanto, podemos compreender através do discursivo que esse encontro é marcado pelo movimento e pela contradição, ou seja, movimento da língua (paráfrase-polissemia, deslize, deriva) e da história (práxis social dinâmica e contraditória dos sujeitos – constituídos pela ideologia e pelo inconsciente – em determinada formação social). Assim, entendemos a língua como condição de base para os processos discursivos, e que a história, enquanto práxis dos sujeitos em determinada conjuntura, intervém dialeticamente na produção do discurso e na determinação de sentidos e sujeitos. Isto é, não há língua fora da história. Assim, todo discurso tem seu fundamento na base material da sociedade.

O que se quer dizer nesta introdução acerca do efeito da ideologia é que, apesar de provocar a não transparência de sentidos e de sujeitos na história, é preciso buscar seu **caráter material**⁷. Essa posição teórica advém do materialismo histórico e dialético.

Quando Pêcheux fala de caráter material do sentido, logo afirma:

[...] **é a ideologia que fornece as evidências** pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e **que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados** (PÊCHEUX, 1997c, p. 160, grifos nossos).

Assim, na materialidade dos sentidos que se inscrevem na relação entre língua e história, encontraremos pistas das contradições materiais e ideológicas de uma determinada sociedade, no caso em estudo, da formação social capitalista e os conflitos entre capital e trabalho. Decerto, o(a) leitor(a) já deve estar se perguntando: e o que compete à questão da velhice nesse

⁷ Sobre o caráter material do sentido ver Silva Sobrinho (2019): “O caráter material do sentido e as classes sociais: uma questão para a Análise do Discurso”.

debate? Pois bem, partimos do pressuposto de que os títulos das matérias/reportagens da imprensa, com suas modalidades de dizer e silenciar⁸ sobre a velhice, são afetadas pelas determinações da formação social capitalista. A nosso ver, das determinações históricas (materiais e ideológicas), que, quando submetidas à análise, podem revelar trajetos de sentidos (processos discursivos) com mecanismos ideológicos de funcionamento no processo histórico-material.

Podemos dizer ainda que, resguardadas as críticas que já se fizeram à imprensa, é preciso reconhecer também que seus dizeres se materializam em face do processo social e histórico em sua concretude. Seus dizeres e silenciamentos (gestos que explicitam uma determinada leitura da realidade) estão sempre articulados às condições histórico-concretas de produção/reprodução/transformação. Isso é uma relação indissolúvel, porque o dizer e o silenciar não são independentes da história. É a própria ideologia em funcionamento nos dizeres do sujeito (e no próprio sujeito) na história.

Ainda pensando no caráter material do sentido, diz Pêcheux (1997c):

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc. não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do signifiante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 1997c, p. 160).

Isso que dissemos não pode ser negligenciado na prática analítica. Tomemos como exemplo os três recortes discursivos que seguem:

1) A fonte da juventude

(Folha de São Paulo, 2002)

2) Empobrecimento empurra mulheres com mais de 60 para mercado de trabalho

(Folha de São Paulo, 2005)

3) Aposentadoria: Previdência privada tem aumento de 26%

⁸ Segundo Orlandi (2002a, p. 34), “o silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo de modo fugaz. Ele escorre por entre as tramas das falas”. Ao mesmo tempo, destaca: “as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras”.

na captação*(Folha de São Paulo, 2007)*

Tratam-se de três recortes de títulos de matérias/reportagens coletadas quase que aleatoriamente de nosso corpus de pesquisa⁹. Todos os recortes anteriores foram retirados do Jornal Folha de São Paulo. Neste momento, nossa intenção primeira é mais ilustrar do que desenvolver uma análise mais detalhada, mas já é possível destacar que há no trajeto de leitura desses recortes um gesto de interpretação, ou seja, um gesto histórico de interpretação da sociedade capitalista sobre o real. Assim, podemos notar que tais títulos das matérias já sinalizam, de certo modo, nosso percurso analítico, que é teórico-metodológico e também político. Compreendemos que há um processo discursivo que se manifesta nos títulos dessas matérias/reportagens sobre a velhice e envelhecimento que está imbricado aos processos materiais da sociedade capitalista, pois “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, 1997a, p. 79).

Podemos dizer também que, no quadro de sequências discursivas (SD) anteriormente apresentado, já nos aproximamos de um **fotograma da significação da velhice** sob a égide da sociedade capitalista. Algo semelhante ao que Vanise Medeiros e Mara Glozman nos apontaram quando da divulgação da chamada do número da presente revista, Fragmentum:

Fotograma é uma forma visual estabilizada mediante um procedimento de “suspensão” momentânea do movimento; um fragmento que emerge da materialidade em movimento por um gesto de leitura que, convocado por algum detalhe, põe nele sua mirada. O gesto produz o fotograma, que contém marcas de sua historicidade e traços de seu devir. Não se trata, então, de um corte sincrônico, mas da trama histórica funcionando (MEDEIROS; GLOZMAN, 2019)

Em nossa análise compreendemos que há um processo discursivo que, no momento, sabemos não poder entendê-lo por completo, mas temos certeza de que podemos encontrar nas sequências em análises, pistas,

⁹ O *corpus* desta pesquisa é constituído por títulos de matérias/reportagens sobre a velhice e o envelhecimento, publicadas pelos jornais *Folha de São Paulo* (Brasil) e *Clarín* (Argentina). Num recorte temporal entre os anos de 2000 e 2016 (*Folha*) e no jornal *Clarín*, entre os anos de 2011 e 2016.

vestígios, marcas materiais de seu funcionamento material e ideológico.

O(a) leitor(a) deste texto já pode perceber que há, nesse fotograma, um processo discursivo que diz sobre a “fonte da juventude” e passa, em seguida, para o “empobrecimento” do Trabalhador-velho/idoso¹⁰; deriva para as diferentes formas de vivência da velhice para mulheres e homens, “mulheres com mais de 60 anos”. Essas questões não deixam de se entrelaçar ao “mercado de trabalho” (mercado capitalista) e à “aposentadoria”. Por fim, mas não menos significativo: a “previdência privada”. Vamos repetir para alertar o(a) leitor(a), especialmente para produzir estranhamento necessário ao pensamento e deixar em suspenso, por ora: “previdência privada!”.

Este fotograma inicial nos mostra, nesse percurso de sentidos, o que está em marcha na conjuntura da sociedade brasileira: parte-se de uma busca pela juventude, pela manutenção a todo custo da força de trabalho no mercado capitalista, desliza-se pelo empobrecimento e miséria na velhice de mulheres e homens e se chega à aposentadoria, mas essa apenas como “possibilidade”, através da “previdência privada”. O que vemos são traços, marcas das contradições materiais da sociedade capitalista, constitutivas da língua e da história, produzindo seus efeitos de sentidos contraditórios nos sujeitos; deslize da ordem do econômico pela materialidade do político, transparência e opacidade. Equívocos.

Como o sentido é sempre em “relação a...”, como diz Canguilhem (2006, p. 203), “falar é significar, dar a entender, porque pensar é viver no sentido. O sentido não é relação entre [...], ele é relação com [...]. Eis por que ele escapa a qualquer redução que tente inseri-lo numa configuração orgânica ou mecânica”; têm-se, pois, nessas materialidades discursivas, aberturas de sentidos com diversas direções políticas e ideológicas, pois a compreensão (interpretação) do fotograma e de seu trajeto não se dá da mesma forma pelos sujeitos. No entanto, há determinações materiais históricas neste processo discursivo.

Quando falamos em determinações materiais históricas, não estamos nos situando no materialismo mecanicista (vulgar), mas sim no materialismo

¹⁰ A denominação “Trabalhador-velho/idoso” deriva da conceituação de Silva Sobrinho (2007); este, em suas análises, compreendeu que o discurso da/sobre a velhice significava o(a) trabalhador(a), particularmente a partir dos efeitos das relações de compra e venda da força de trabalho na sociedade capitalista. Observou-se que o discurso dominante que nomeia apenas “velho” e “idoso”, “velhice” e “terceira idade” tende a recobrir as contradições da formação social capitalista. Por isso, neste artigo, continuaremos a demarcar esse caráter linguístico-histórico de que existem “velhices” diferenciadas e formas contraditórias de dizer e silenciar sobre os Trabalhadores-velhos/idosos.

histórico e dialético. Materialismo de Marx e Engels, que compreende que a base material (infraestrutura) determina a superestrutura política e ideológica, e que a superestrutura tem relativa autonomia e pode produzir efeitos de retorno sobre a base econômica.

Como diz Engels (1980), na carta endereçada a Joseph Bloch:

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isso afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma (ENGELS, 1890, p. 1).

Voltando ao fotograma anterior (fonte da juventude/empobrecimento/mercado/aposentadoria/previdência privada), temos a língua na sua forma material (linguístico-histórica) articulada à conjuntura histórica do capitalismo com sua ideologia neoliberal, que culpa os sujeitos velhos(as) (trabalhadores/as) por seu envelhecimento e empobrecimento. Assim, exigem que eles(as) se mantenham “jovens” e no “mercado de trabalho”, impondo, ao invés de seguridade social e previdência social (pública), a compra/venda da “previdência privada” como garantia de uma “velhice tranqüila”. Nesse fotograma sobre a velhice, somos todos(as) afetados(as) pelo real da língua (em seus equívocos) e da história (em suas contradições) de modo impiedoso¹¹.

Assim, no caso em estudo, pressupomos a existência de relações sociais e discursivas dominantes que sustentam as condições em que vivem os Trabalhadores-velhos/idosos, bem como o próprio dizer e/ou não dizer sobre a velhice. A partir da análise das materialidades publicadas pela imprensa (títulos de matérias/reportagens), examinaremos parte da trajetória

¹¹ Diz-nos Pêcheux de modo irônico: “há ‘coisas-a-saber’ (conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente), isto é, descrições de situações, de sintomas e de atos (a efetuar ou evitar) associados às ameaças multiformes de um real do qual ‘ninguém pode ignorar a ‘lei’ – **porque esse real é impiedoso**” (PÊCHEUX, 2002, p. 34, grifos nossos).

dos sentidos sobre a velhice, acompanhando o processo discursivo no seu movimento dinâmico e contraditório. Trabalharemos, pois, como o discurso da/sobre a velhice, em sua produção discursiva na imprensa, se efetiva nas práticas sociais, direcionando sentidos para os sujeitos constituídos nas contradições das relações sociais capitalistas. E tudo isso passa pelas relações contraditórias entre língua e história em seu caráter material, pois, como diz Pêcheux (1997d, p. 62), estamos diante do “impulso metafórico interno da discursividade, pelo qual a língua se inscreve na história”.

As lutas de classes e os efeitos dessas lutas nas práticas linguísticas

A partir daqui, já podemos considerar que não buscamos “o” sentido dos textos que circulam na imprensa, mas construiremos procedimentos para expor a posição-sujeito¹² (ideológica) em seu caráter material nos discursos dos jornais do Brasil e da Argentina. Assim sendo, a produção de sentidos, em seu caráter material, é processo histórico dinâmico e contraditório em uma formação social determinada. Por isso, a presente análise se inscreve no pensamento materialista de Pêcheux, que justifica sua tomada de posição analisando os efeitos materiais das relações de classes sobre o que se pode chamar de “práticas linguísticas”.

Segundo Pêcheux (1997c):

Pensamos que uma referência à História, a propósito das questões de Linguística, só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se podem chamar as “práticas linguísticas” inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada: com essa condição, torna-se possível explicar o que se passa hoje no “estudo da linguagem” e contribuir para transformá-lo, não repetindo as contradições, mas tomando-as como os efeitos derivados da luta de classes hoje em um “país ocidental”, sob a dominação da ideologia burguesa (PÊCHEUX, 1997c, p. 24).

Vale ressaltar que nossa ancoragem no materialismo histórico e

¹² Posição-sujeito aqui é entendida na perspectiva de Pêcheux (1997c), ou seja, tomada de posição ideológica dos sujeitos nas práticas sócio-históricas em relação à forma sujeito do saber de uma formação discursiva. Segundo Orlandi (2001, p. 99): “[...] o sujeito, na análise do discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva)”.

dialético traz uma especificidade, pois desloca a reflexão para a ontologia marxiana, que compreende o trabalho como categoria fundante do Ser Social. Nessa perspectiva ontológica, o trabalho se dá na relação dos homens com a natureza, ou seja, trata-se da transformação da natureza, por meio do trabalho humano (força de trabalho). Essa atividade funda a reprodução social de todos os complexos sociais (linguagem, direito, estado, educação, política, artes, religião, ciência etc.).

Segundo Marx (1985):

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza [...]. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao modificá-la [natureza], ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1985, p. 149).

Com o trabalho realiza-se a reprodução biológica e social do humano (comer, vestir, morar etc.); nessa prática (ato histórico), os sujeitos fazem sua própria história, pois transformam a natureza em bens úteis à sua subsistência e reprodução biológica e social. Ao transformar a natureza pelo trabalho, os sujeitos também se transformam, pois não repetem atos “programados” pela natureza, ao contrário, constroem o mundo humano que é radicalmente histórico.

Como afirmam Marx e Engels (1998):

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material (MARX; ENGELS, 1998, p. 10).

Nessa perspectiva ontológica, há uma base material (econômica) que é determinante das práticas sociais, discursivas e ideológicas. É nessa base material constituída pelas forças produtivas e relações de produção que são geradas as classes sociais pelas diferentes funções que exercem nos processos produtivos. Na sociedade capitalista, a sociedade a que estamos a nos referir neste estudo, há duas classes principais (antagônicas), cujo conflito é inconciliável: capital e trabalho, ou seja, burguesia e proletariado. Mas entre elas há frações de classes que também constituem a formação social capitalista

e que se distinguem de acordo com sua função no processo produtivo¹³. Nosso interesse neste momento é fazer referência, especificamente, ao trabalho alienado/estranhado que existe na formação social capitalista, trabalho caracterizado pela exploração do homem pelo homem.

Sobre essa questão Marx (2001) explica que:

Com a *valorização* do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens [...]. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio. O seu caráter estranhado resulta visivelmente do fato de se fugir do trabalho, como da peste [...]. Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, se a ele se contrapõe como poder estranhado, isto só é possível porque o produto do trabalho pertence a *outro homem distinto do trabalhador*. Se a sua atividade constitui para ele um martírio, tem de ser fonte de deleite e de prazer para outro. (MARX, 2001, p. 111 e 119, grifos do autor).

Como se pode notar, as relações sociais na formação da sociedade capitalista são relações de exploração do trabalho, relações antagônicas entre capital e trabalho. A sociedade capitalista estrutura-se pela exploração do trabalho, apropriação da mais-valia, defesa da propriedade privada e manutenção da lógica da mercadoria e do lucro. Tais relações são contraditórias que estão na raiz da sociedade, em que uns possuem a propriedade dos meios de produção e outros apenas sua força de trabalho para subsistir¹⁴. Ao ressaltar essa contradição histórica, podemos dizer, citando Pêcheux, que “estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão em classes, isto é, cujo princípio é a luta de classes” (PÊCHEUX, 1997c, p. 144).

Aparentemente, essas relações aparecem em termos jurídicos (ideológicos) como relações de igualdade, nas quais um sujeito (trabalhador) “quer livremente” vender sua força de trabalho e outro sujeito (capitalista) “quer livremente” comprar; mas na realidade, trata-se de relações desiguais,

¹³ Cf. Marx e Engels (1998, p. 11) “O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção”.

¹⁴ Destaca Marx (1996, p. 35) que “originariamente, o indivíduo não tem capital nem propriedade de terra. Logo ao nascer é constrangido ao trabalho assalariado pela distribuição social. Mas o próprio fato de ser constrangido ao trabalho assalariado é um resultado da existência do capital e da propriedade fundiária como os agentes de produção autônomos”.

inconciliáveis, pois dividem, em suas raízes histórico-concretas, sujeitos e sentidos.

Segundo Pêcheux (1997c):

Encontramos essa divisão nas relações de produção capitalistas, e sob sua forma jurídica, que deve tirar os equívocos nos contratos, trocas comerciais etc. (igualdade linguístico-jurídica entre as partes contratantes), e, simultaneamente, manter o equívoco fundamental do “contrato de trabalho”, o que se pode resumir dizendo que, no direito burguês, “todos os homens são iguais, mas há alguns que o são mais que outros” (PÊCHEUX, 1997c, p. 27).

De acordo com essas condições materiais e ideológicas de produção da formação social capitalista, marcadas radicalmente pela contradição “desigualdade” e “igualdade”, as materialidades discursivas que analisaremos a seguir estão inscritas enquanto **efeito e trabalho (movente e movida)** na sociedade burguesa, pois se processam nessas contradições¹⁵. Assim, o(a) analista(a) de discurso deve observar a produção/reprodução/trans formação da base material da sociedade capitalista para compreender o movimento dialético de sentidos. Desse modo, sabemos que há uma discursividade dominante em acordo com os interesses da classe burguesa em seu individualismo que busca, cada vez mais, o seu enriquecimento, mesmo que tenha de deixar os Trabalhadores-velhos/idosos na mais pura miséria, ou relegá-los à morte social e biológica. Ademais, a ideologia neoliberal tem atuado fortemente, produzindo a “redução” do Estado, que tende a privatizar tudo, inclusive educação, saúde e seguridade social.

A nosso ver, as relações de classes são também relações de poder, e essa dimensão política passa pela imprensa em suas matérias/reportagens, pois “o capital é então o poder de domínio sobre o trabalho e sobre os seus produtos. O capitalismo tem este poder, não em razão das suas virtudes pessoais ou humanas, mas como proprietário do capital” (MARX, 2001, p. 80). Compreendemos, desse modo, que os discursos sobre a velhice que se materializam na imprensa fazem mediação com os interesses das classes dominantes através do poder do capital de dominar a força de trabalho e manter a lógica do lucro. Ao fim e ao cabo, a imprensa (direta ou indiretamente) reproduz discursivamente a exploração do trabalho,

¹⁵ Nessa articulação teórica, estamos levando em consideração o que diz Pêcheux (2002): o discurso enquanto efeito e trabalho nas relações sócio-históricas; e o que diz Lukács (1978): a práxis dos sujeitos é sempre movente e movida no processo sócio-histórico.

“noticiando” evidências sobre a “velhice”, o “trabalho”, a “aposentadoria” e a “previdência social” (privada).

Tudo isso faz parte desse fotograma da atualidade do discurso sobre a velhice e o envelhecimento. O que não para por aqui, pois precisamos ainda falar da crise estrutural do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002) que assola todo o planeta e afeta de modo perverso os países da América Latina. A crise possui caráter conjuntural e tem favorecido a desumanização do sujeito pela intensificação da exploração do trabalho cada vez mais precarizado, pelo desemprego estrutural, pela ameaça ambiental e, sobretudo, pela miséria e pela fome. Enquanto isso, a lógica da mercadoria e do lucro se sobrepõe ao humano.

Respondendo à crise (leia-se diminuição dos lucros do capital), os países do mundo inteiro estão fazendo “reformas” não para melhorar a vida da classe trabalhadora, mas para manter e aumentar o lucro da classe burguesa. Desse modo, há “reformas” na educação, na política, no sistema tributário, nas leis trabalhistas e na previdência social que tendem a conservar o sistema capitalista. A nosso ver, são formas dissimuladoras que se apresentam como “soluções” dadas pela lógica do capital para enfrentar a crise; essas “soluções econômico-políticas” têm como consequência explorar mais o/a trabalhador/a. Nelas se preconizam a “liberdade” de comércio e o direito à “propriedade privada” em “benefício” dos interesses privados do “cidadão” (burguês) no “Estado” capitalista.

Essas condições materiais e ideológicas de produção do discurso estão nas raízes históricas na formação social capitalista. Assim, falar da formação social capitalista é, a nosso ver, também tocar em “um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, entendida em uma dialética da repetição e da regularização” (PÊCHEUX, 1999, p. 52); uma memória histórica, em suas condições concretas de produção, que torna legíveis as contradições que assolam os sujeitos e as discursividades.

Guardadas as particularidades entre Brasil e Argentina, estamos considerando os dois países em seu funcionamento no modo de produção capitalista. A discursividade que circula na imprensa dos dois países se amolda aos interesses, valores, concepções e práticas do mundo burguês. É com esse referencial crítico indispensável a todo/a analista de discurso, fundamentado no materialismo histórico e dialético, que buscamos analisar, a seguir, o quadro de seqüências discursivas (fotogramas) para compreender a realidade social em seu movimento dinâmico e contraditório de produção/

reprodução/transformação de sentidos de velhice na formação social capitalista.

O discurso sobre a velhice: uma análise materialista da produção de sentidos

Como foi visto, o presente estudo busca apreender as determinações históricas que afetam a constituição e o funcionamento do discurso sobre a velhice e o envelhecimento na América Latina, particularmente analisando discursos que circulam na imprensa do Brasil e da Argentina. O corpus foi produzido a partir de títulos de matérias/reportagens publicadas pela imprensa brasileira (jornal Folha de São Paulo) e pela imprensa argentina (jornal Clarín). Desse modo, compreendemos com Mazière (2007) que:

O “estabelecimento de um *corpus*” se define no contrapé da mera colagem de textos. Estamos falando da construção de um dispositivo de observação apto a revelar, a permitir apreender o objeto discurso que ele se dá por tarefa interpretar [...]. O *corpus* não é mais um conjunto estanque de textos, é um conjunto sem fronteira no qual o interdiscurso, exterior, irrompe no intradiscurso (MAZIÈRE, 2007, p. 14).

A coleta e a seleção de matérias para a constituição do corpus foram realizadas através de um trabalho de busca nos sites dos respectivos jornais a partir da palavra “velhice”/ “vejez”, procedimento que destacamos ter sido apenas parcialmente “automatizado”, pois sabemos que no processamento da “lógica” dos computadores já há ideologia em funcionamento. Em seguida, procedemos à realização de recortes representativos das materialidades discursivas, identificando as estratégias discursivas e os mecanismos que a imprensa utiliza para significar a velhice/envelhecimento. Para essa etapa da pesquisa, nosso intuito foi aprofundar as análises a partir de três eixos temáticos (trajetos de sentidos), compreendidos como dispositivo analítico, a saber:

1. Velhice/juventude;
2. Envelhecimento/trabalho;
3. Aposentadoria/previdência social.

Tais eixos temáticos foram cuidadosamente escolhidos, estão sustentados na perspectiva da Análise do Discurso e fundamentados em dispositivo teórico-analítico. A partir da análise dessas materialidades discursivas, verificamos a trajetória dos sentidos sobre a velhice, acompanhando, através da relação entre o dizer e as condições materiais de produção, o movimento dinâmico e contraditório da sociedade capitalista.

Nosso dispositivo analítico está amparado no pressuposto de que os discursos não são mensagens “decodificáveis”; são, segundo Orlandi (1999, p. 30), “efeitos de sentidos produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender”. Foi nessa perspectiva que com o conhecimento produzido em estudos anteriores (SILVA SOBRINHO, 2007; 2014; 2016) realizamos as primeiras leituras do presente corpus e pudemos compreender que havia uma articulação dos dizeres sinalizando um funcionamento marcado por dilemas históricos. Discursos que se entrelaçavam, a saber: quando se falava de velhice, logo se recobria com dizeres sobre juventude; quando se falava de envelhecimento, surgia sempre a preocupação com a questão de se manter no mercado de trabalho; quando se falava em aposentadoria, havia uma articulação que imediatamente trazia no discurso dizeres sobre a reforma da previdência e, por tabela, a “previdência privada”. Esse refinamento no olhar, baseado em pesquisas anteriores e em estudos teóricos, orientou nossa análise no momento atual, e também voltou a nos surpreender quando articulamos o processo discursivo à sua base material histórica.

Nessa direção, foi pensando especialmente nas condições históricas de produção do discurso que tivemos o cuidado de acrescentar, a esse quadro teórico-analítico, problemáticas relativas às contradições da formação social capitalista que constituem o Brasil e a Argentina, levando em consideração que são países que, como diz Antunes (2011, p. 17), fazem parte de “Continente do Labor”, relembrando a exploração colonial, o escravismo, o trabalho assalariado, as atividades econômicas de caráter agrário-exportador, o impulso industrial e o fluxo migratório de trabalhadores que caracterizam o continente latino-americano em sua fundação sob a égide da exploração do trabalho.

Por tudo isso que dissemos, consideramos a relação dialética entre o dizer e as condições sócio-históricas de produção do discurso. Por isso, em nossa investigação:

Buscamos afirmar que são as práticas históricas que permitem a produção de sentidos sobre a velhice, pois sem elas o sentido seria estável e fechado, ou mesmo não existiria. Daí o caráter processual do sentido (efeitos de sentido), implicando movimentos, desdobramentos e transformações dos gestos de interpretação que ideologicamente são produzidos sobre a condição/vivência do “velho/idoso” na sociedade (SILVA SOBRINHO, 2014, p. 1.120).

A partir de agora, seguem as análises, observando as contradições das relações sociais capitalistas nas materialidades linguísticas e buscando o caráter material do processo discursivo, ou seja, sua conjuntura econômica, política e ideológica inscrita na materialidade da língua em sua relação constitutiva e contraditória com a história.

Coletamos títulos de matérias/reportagens entre as datas de 1º de janeiro de 2000 e 31 de dezembro de 2016, no mecanismo de busca do site do jornal Folha de São Paulo. Para isso, utilizamos a palavra **VELHICE**, e encontramos 2.601 resultados que não eram apenas títulos, mas palavras que se articulavam em sua textualidade. Realizamos recortes os mais representativos do período estudado com alguns títulos de matérias/reportagens para análise no limite deste texto. Vale ressaltar que no conjunto desses dizeres pudemos encontrar traços (fotogramas) de um processo discursivo com determinações materiais da sociedade capitalista.

As conexões analíticas que faremos a partir de agora não seguem em regra uma linearidade, isto é, uma leitura em linha reta do ano de 2000 a 2016, mas se processam no movimento em espiral, como ensinou Pêcheux (1997b)¹⁶. Pudemos descobrir com essa prática teórico-analítica que, na presente conjuntura histórica, existe um determinado olhar (gesto de interpretação) sobre a velhice em seu aspecto “biológico” e “médico” que desliza pelo sócio-histórico para “aposentadoria” e “previdência”, esta “privada”. No pano de fundo da questão, estão as relações de trabalho (relações de exploração) da sociedade capitalista e a crise do capital. Assim, iniciamos nossa análise expondo algumas sequências discursivas, identificadas apenas pela data (ano) de sua publicação, para nos debruçarmos na reflexão:

Juventude, velhice (2012)

Em 15 anos, **SP terá mais idosos do que jovens, mas ainda está**

¹⁶ “Como conceber o *processo de uma AD* de tal maneira que esse processo seja uma interação ‘em espiral’, combinando entrecruzamentos, reuniões e dissociações de séries textuais (orais/ escritas), de construções de questões, de estruturas de redes de memórias e de produções da escrita?” (PÊCHEUX, 1997b, p. 318).

despreparada (2015)

Jovens podem arriscar mais nos planos de previdência privada (2012)

Nesse primeiro bloco de sequências discursivas, podemos observar que se fala da velhice em contraponto com a juventude. O que podemos notar é que há de modo intrínseco uma comparação entre jovens e velhos, seja em número demográfico, seja em sua função social enquanto categoria de idade (juventude/velhice). Em estudos anteriores, compreendemos que a imprensa evita falar de velhice, e muitas vezes, quando fala, articula-a com juventude para lembrar/mostrar que, no processo biológico de passagem de jovem a velho, há uma decadência do corpo do sujeito, não apenas do corpo, mas também da sociabilidade e da “produtividade” no trabalho.

No recorte anterior, juventude e velhice parecem funcionar “naturalmente” como antônimos, assim como impõe a sociedade capitalista pelo efeito de evidência. Ao mesmo tempo, afirma que há mais “idosos” do que “jovens”, ressaltando a preocupação e o despreparo das cidades. Na outra formulação, temos o indício do movimento da interpretação que aponta para a “previdência privada”, que deve ser alvo de interesse (preocupação/preparação) dos “jovens” para a vivência de sua velhice. Esse traço da economia capitalista se inscreve na historicidade do sentido juventude-velhice-aposentadoria-previdência-privada. Tais sentidos “preparam” o jovem para poder “viver” sua velhice como responsabilidade sua e não do Estado (capitalista).

Em nosso segundo movimento de análise, há ecos do discurso do individualismo burguês em funcionamento:

Biologia: Estudo atribui **velhice a mutações** (2004)

Idoso deve redobrar cuidados com alimentação para **evitar doenças** (2003)

Saúde: **“Ginástica” estimula memória na velhice** (2004)

Nessa investigação, podemos notar que há inicialmente o discurso da biologia (algumas vezes encontramos discurso médico, da geriatria e da gerontologia em determinadas matérias/reportagens na imprensa), que diz, paradoxalmente, ser a velhice um processo “natural”, mas que exige do sujeito “certos” cuidados para se manter jovem. Se, por um lado, a velhice consiste em efeitos de “mutações genéticas” próprias do organismo humano, por outro, sua significação na sociedade capitalista é também bastante

distinta, como diz Beauvoir (1990, p. 9): os “velhos” são tidos como “pesos” (não ativos), “improdutivos”. Desse modo, a sociedade capitalista concebe que há uma parcela de “responsabilidade” do sujeito diante de seu processo de envelhecimento que, por isso, pode ter uma velhice “saudável” ou “não”.

Tomar medicamentos, vitaminas, fazer exercícios físicos, usar cosméticos, fazer cirurgias plásticas, por exemplo, são tidos como responsabilidade própria do sujeito¹⁷. Isso tudo é apontado como “remédios” ou apenas “recomendações” para uma velhice “saudável, tranquila e feliz”, pois se evitam “doenças” e se preserva a “memória”. O efeito são evidências de um mundo “semanticamente normal” e que pode ser controlado; basta ter vontade, isto é, dinheiro. Podemos encontrar tais efeitos em vários programas de televisão que tratam de saúde, e também nas falas do cotidiano, pois sempre nos deparamos com “receitas” que sugerem maneiras de “não envelhecer”, e caso não se tenha como evitar o envelhecimento, se exige do sujeito que, paradoxalmente, se mantenha jovem.

Por fim, caminhamos para outra série discursiva que demarca esses gestos de interpretação em suas determinações históricas. Vejamos:

Mercado expulsa e empobrece velhos (2000)

Aposentadoria muito cedo tira eficiência da economia (2016)

Poupe e se planeje para ter **estabilidade financeira** na **velhice** (2013)

Veja dicas para poupar cedo e ter mais chance de manter padrão na velhice (2016)

Aposentadoria é momento crítico (2002)

Aprenda o que fazer para ter **tranquilidade financeira** na **aposentadoria** (2010)

Previdência: Planejamento garante renda na aposentadoria (2005)

Aposentadoria: Previdência privada tem aumento de 26% na captação (2007)

Podemos perceber que há traços no trajeto de leitura (interpretação) que são significativos na análise dessa discursividade. Como dissemos,

¹⁷ Cf. Silva Sobrinho (2016, p. 197), “a imprensa, através de mecanismos ideológicos, interpela determinado grupo a permanecer jovem, ensinando-o, com receitas da ciência, como cuidar do corpo (ter bons hábitos, fazer cirurgias plásticas, prevenir doenças, utilizar cosméticos), responsabilizando o sujeito (indivíduo ou apenas o corpo) por sua condição e culpando-o por ter envelhecido”.

nossa pesquisa partiu da palavra “velhice” e em sua maior parte nos são apresentadas as palavras “juventude”, “aposentadoria” e “previdência” (privada). A questão do trabalho (mercado de trabalho), aposentadoria e previdência tende a aparecer de modo mais forte nos últimos anos no corpus de nossa pesquisa. A velhice e a aposentadoria viraram tema do discurso¹⁸; com eles também a previdência e suas variantes (não lógica) “reforma da previdência” e “previdência privada”. Essa discursividade constitui o fotograma mais próximo do real da velhice do/a trabalhador/a hoje. Seu dinamismo está inscrito nas relações de base material da sociedade capitalista em crise. Os interesses em jogo são os interesses das classes dominantes, que buscam acabar com a previdência pública e a seguridade social para fomentar a previdência privada, mantendo assim a lógica do capital, que torna tudo mercadoria em suas práticas lucrativas que enriquecem apenas a classe burguesa.

Como se pode ver, os Trabalhadores-velhos/idosos são “expulsos” do mercado de trabalho com ou sem direito à aposentadoria¹⁹. Os sentidos de aposentadoria estão articulados à previdência, o que novamente orienta o(a) trabalhador(a) (individualmente e não como classe) para que “planeje” sua “velhice”. As palavras “poupar” e “planejar” aparecem como dicas/conselhos para que o Trabalhador-velho/idoso tenha “mais chances de manter o seu padrão na velhice”. A aposentadoria é tida como momento “crítico”; à inquietação do/a trabalhador/a é sugerido se “planejar”, mas com a “previdência privada!”. Neste momento, faz mais sentido o que deixamos em suspenso no início deste texto: “previdência privada”. Algo que vem produzindo sentidos para o sujeito como “solução” própria da “evolução” social e econômica, e não como resultante dos interesses escusos do mercado capitalista.

Segundo Haddad (1986):

¹⁸ Estamos aqui nos aproximando do que diz Bakhtin/Volochinov (1986, p. 128 e 136): “como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação [...] a sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada pode permanecer estável nesse processo. É por isso que a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema, e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma nova significação com uma estabilidade e uma identidade igualmente provisórias”.

¹⁹ Cf. Haddad (1993, p. 18) “Com o processo de constituição do sistema de previdência social, velhice e aposentadoria passaram a estar associadas. O direito à aposentadoria – que inclui a velhice subsidiada e o direito de descanso no fim da vida – tornou-se uma extensão do direito universal do trabalho”. Hoje o movimento tende a ser o contrário, ou seja, a eliminar o direito à aposentadoria.

As sociedades capitalistas, transformando as pessoas em mercadorias, condenam o trabalhador à degradação durante toda a trajetória de sua vida. Paradoxalmente, são crescentes as propostas de reparos para a tragédia dos velhos que vêm, na realidade, escamotear a problemática da exploração da mão de obra. A ideologia da velhice é, pois, entendida como parte essencial do funcionamento das sociedades capitalistas, cuja contradição principal é a sua divisão em classes sociais (HADDAD, 1986, p. 16).

Nesse contexto, o discurso sobre a velhice, articulado materialmente à base econômica do capitalismo em crise, é ainda mais impiedoso e acaba por revelar outras possibilidades mais drásticas para o sujeito Trabalhador-velho/idoso, a saber:

Eutanásia (2013)

Cresce suicídio entre **idosos** na Coreia do Sul (2013)

Papa diz que **abandono de idosos** é “**uma eutanásia mascarada**” (2014)

Assim, a velhice sinaliza para a “morte”, mas não uma morte “natural/biológica”. Em nossa pesquisa, pudemos ver que no resultado de busca pela palavra “velhice” também se articulava a palavra “eutanásia”. Segundo o papa Francisco, “abandono de idosos é ‘uma eutanásia mascarada’”. Além disso, em outro título há a informação de que cresce o número de “suicídios” de velhos/idosos. Algo de cruel ocorre na formação social capitalista com sua exclusão, abandono e morte do Trabalhador-velho/idoso. Compreendemos, por fim, que esse processo discursivo significa e ressignifica a própria vida/morte na sociedade capitalista.

Adiantaremos, agora, nosso estudo para a análise do discurso que se materializa no jornal Clarín (Argentina). Na seleção de títulos das matérias/reportagens no jornal Clarín, também utilizamos o item busca com a palavra **VEJEZ** e obtivemos 2.340 resultados que indicavam a presença da palavra nos textos de determinadas matérias/reportagens, bem como nos títulos. Buscamos pesquisar entre os anos de 2000 e 2016, mas o site do jornal apenas nos deu acesso aos anos de 2011 a 2016. Apresentaremos a seguir uma síntese das principais notícias. Trata-se de um recorte, pois não há espaço neste artigo para expor todos os títulos encontrados.

Mesmo levando em consideração as condições peculiares da Argentina, não podemos deixar de considerar que também se trata de uma sociedade desigual, constituída por classes sociais antagônicas. Sua economia, assim

como a do Brasil, é subdesenvolvida e dependente do capital estrangeiro. Na ordem do político e do econômico, também tem passado por situações de crise política derivada da crise econômica mundial. Assim, avançaremos para a análise das materialidades discursivas que circularam em sua imprensa, levando em conta essas condições materiais de produção/reprodução/transformação do funcionamento ideológico em seu caráter material.

*¿Cuáles son las **siete partes del cuerpo que envejecen antes?** (2014)*

*20, 30, 40 y 50 años: **qué esperar de tu cuerpo a cada edad** (2015)*

*Las **polémicas dietas para ser inmortal** (2015)*

***Mal de Parkinson** (2013)*

***Sin condiciones para la longevidad** (2013)*

***No dejes que el viejo entre en tu cabeza** (2014)*

Quanto ao primeiro gesto analítico, buscamos agrupar traços dos gestos de interpretação sobre a velhice. A questão do corpo, idade e doença sobressai: “cuerpo”, “edad”, “Parkinson” aparecem como evidências primeiras. Aquilo que Pêcheux (1990, p. 12) poderia chamar de objetos ideológicos, que “são sempre fornecidos concomitantemente com a maneira de se servir deles, com a pressuposição de seu ‘sentido’, quer dizer com sua orientação”, assim como vimos: “dietas para ser inmortal”. Decorrem desse funcionamento discursivo questões que derivam do conhecimento científico que novamente contrapõe velhice e juventude e acompanha o processo de envelhecimento como marcado por limitações e doenças. O que pode ser compreendido é que há limites no próprio discurso sobre a compreensão da velhice na sociedade argentina que diz “sin condiciones para la longevidad”.

De outro modo, o movimento do discurso continua, trazendo vestígios da base material, pois num discurso com inscrição idealista, recomenda-se ao Trabalhador-velho/idoso: “no dejes que el viejo entre en tu cabeza”, como se este, por pura vontade, pudesse evitar a velhice e suas questões sócio-históricas.

Podemos observar como essa construção também se assenta no quadro de seqüências discursivas abaixo:

*La mitad de la gente **mayor siente que no se la valora** (2016)*

***Más protección a los adultos mayores** (2015)*

***Conviene repensar cómo vivir mejor la vejez** (2016)*

Nesse movimento em espiral (entrecruzamentos, reuniões, dissociações de séries textuais) que propomos em nossa análise, podemos compreender que, se por um lado, não se tem a proteção da velhice, por outro, há uma discursividade que preza pela “valorização” do Trabalhador-velho/idoso. Tais dizeres aparecem como alternativas, “proteção e valorização”, ou seja, como algo do campo do contraditório para uma sociedade que não valoriza o sujeito humano, mas sim as mercadorias, a propriedade e a lógica do lucro, e que não protege o sujeito, mas sim o capital e sua lógica destrutiva. Como diz Marx (1980, p. 36), “o valor de um homem, ou aquilo em que se avalia, é, como em todas as outras coisas, o seu preço, ou seja, exatamente o que se daria pela utilização da sua força”. Essa passagem da discursividade em análise demonstra a inscrição da língua na história e vice-versa. É o equívoco produzindo seus efeitos.

Por fim, temos uma construção discursiva que caracteriza em definitivo como as relações de base econômica, em suas mediações, afetam os dizeres:

Pensión por vejez: arrancaron los trámites en la ANsES (2016)

El Gobierno descartó un bono para los jubilados (2014)

La canasta de un jubilado aumentó 30% en un año y ya cuesta (2011)

Para el Papa, el abandono de los ancianos es una “eutanasia” (2014)

Holanda quiere ampliar la eutanasia a personas mayores (2016)

Em conjunto, palavras como “pensión”, “Gobierno”, “jubilados”, “aumento de la cesta” se articulam para produzir sentidos. Tendo em vista os propósitos de nossa investigação, as contradições de classes afetam a língua em sua materialidade histórica. Nesse bloco de sequências discursivas, algo de essencial da sociedade capitalista se dá a ver: o governo (Estado burguês) e seus interesses capitalistas, a relação com o/a trabalhador/a através dos fundos de pensão e a cesta básica para a sobrevivência do/a trabalhador/a. Tais discursos delimitam, assim como no Brasil, a significação da velhice pobre e oprimida. Confirmam um sistema econômico cruel e desumano. Não é à toa que os dois jornais (Folha e Clarín) noticiam questões que remetem à “eutanasia”, seja na fala do papa: “Para el Papa, el abandono de los ancianos es una ‘eutanasia’”, seja quando remete a algum país que já sinaliza para essa prática em sociedade como alternativa para a velhice: “Holanda quiere ampliar la eutanasia a personas mayores (2016)”.

Já caminhando para nossas considerações finais, podemos notar que a articulação das palavras velhice e envelhecimento à “eutanásia” nos dois jornais (Folha e Clarín) não se dá por acaso. Em estudos anteriores – Silva Sobrinho (2007) –, compreendemos que a relação dos países “desenvolvidos e subdesenvolvidos” com a velhice se coloca com o asilo como lugar de abandono e segregação do Trabalhador-velho/idoso à espera da morte. Instituição marcada pelo “acolhimento”, mas também pela exclusão e por maus-tratos, existindo através de doações, mas sobrevivendo com escassez de roupas, alimentos, medicação e também de afetos. O que entendemos agora é que na discursividade em análise há sinalizações da ordem do sensível (novamente, impiedoso) na inscrição da língua na história, ou seja, de novos traços de práticas materiais e ideológicas no funcionamento discursivo. Como diz Bakhtin/Volochinov (1986, p. 41), as palavras são tecidas na multidão de fios ideológicos; “é, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam e ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados”. Parece que a palavra “eutanásia”, referidas pelos dois jornais, em seus efeitos materiais na história, abrem sentidos “outros” para o destino do Trabalhador-velho/idoso.

Quanto a essa articulação discursiva, compreendemos que ela não se dá por ordem do acaso, mas do processo histórico e discursivo que se entrelaça no movimento dinâmico e contraditório das sociedades capitalistas em crise estrutural, ou seja, a trama ocorre nas relações entre língua e história. Isso, a nosso ver, é assustador, pois tal sugestão de “eutanásia” se articula a partir da base da formação social capitalista em direção aos sujeitos, já que “no mundo capitalista, o interesse a longo prazo não conta mais [...] a economia é baseada no lucro; é a este, na prática, que toda a civilização está subordinada: o material humano só interessa enquanto produz. Depois, é jogado fora” (BEAUVOIR, 1990, p. 13).

Buscando fôlego para chegarmos a uma síntese ligeiramente comparativa, podemos dizer que no Jornal Folha de São Paulo, visualizamos, coletamos e recortamos materialidades para a análise que nos fizeram compreender que há uma tentativa de silenciamento da velhice na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, uma busca para manter-se jovem. Percebemos que essa categoria de idade “juventude” também deixa vestígios de outro processo discursivo articulado à discursividade da/sobre a velhice, em funcionamento. Além disso, no mesmo jornal, a relação estabelecida entre envelhecimento e trabalho deriva sentidos para significar o trabalho como

algo que deve ser preservado a todo custo, pois o sujeito deve se manter no mercado de trabalho para continuar existindo (sendo explorado).

Mesmo com as altas taxas de desemprego no Brasil, o jornal sugere (produzindo o efeito de sentido) que o Trabalhador-velho/idoso que está fora do mercado é culpado por sua condição de vivência da velhice. A relação entre velhice e aposentadoria faz tocar em questões da previdência social, tida como em “crise” na sociedade brasileira. Ao analisarmos as materialidades discursivas, compreendemos que é a partir dessa relação de sentidos entre velhice, trabalho, aposentadoria e previdência privada que a mídia reproduz os interesses do Estado, apontando para a reforma da previdência, tida como “necessária e urgente”, para o Brasil “não quebrar”²⁰ (“Aposentadoria muito cedo tira eficiência da economia” – Folha de São Paulo, 2016).

Em continuidade ao nosso estudo, paralelamente, o Jornal Clarín (Argentina) revela condições de produção semelhantes às do Brasil. O jornal traz a público uma articulação de palavras que faz silenciar determinadas questões da velhice. Quando toca na questão do envelhecimento, este é tido inicialmente como uma questão de ordem biológica (¿Cuáles son las siete partes del cuerpo que envejecen antes? – Jornal Clarín, 2014), e a ela são articuladas outras questões de saúde como Parkinson e Alzheimer. Ao mesmo tempo, as demais notícias sinalizam para uma velhice pobre (La canasta de un jubilado aumentó 30% en un año – Jornal Clarín, 2011) e para conflitos com o Estado (El Gobierno descartó un bono para los jubilados – Jornal Clarín, 2014). Tais discursos também alicerçam sentidos que direcionam para a necessidade de reformas na Argentina.

Os títulos das matérias/reportagens publicadas nesses jornais e trazidas em nossa pesquisa revelam gestos de interpretação afetados pelas determinações materiais da formação social capitalista. Assim, constatamos que a trajetória do discurso evoca sentidos negativos de velhice, leva em consideração as relações de trabalho, mas responsabiliza o trabalhador/a (aposentado) por sua condição precarizada (“Aposentadoria: brasileiro poupa pouco e quer parar cedo” – Folha de São Paulo – 2006). Ademais, o discurso veiculado nas matérias/reportagens dos jornais citados reproduz os interesses do Estado capitalista (tanto do Brasil como da Argentina) em fazer uma reforma da previdência e instalar definitivamente a previdência privada, que penaliza ainda mais o/a trabalhador/a em sua velhice.

²⁰ Temos encontrado dizeres que circulam na mídia em tom ameaçador advindos do Estado que diz que se a “reforma da Previdência não for aprovada”, o Brasil vai “quebrar”.

Palavras finais: a base material e o movimento de sentidos e sujeitos

Importa, para finalizar este artigo, refletir sobre os avanços teóricos, experimentais e políticos. Em termos teóricos, aprofundamos questões sobre o que Michel Pêcheux (1997c) chamou de o **caráter material do sentido**, na relação contraditória entre língua e história. Assim, a partir de uma reflexão filosófica, desenvolvemos considerações de como o sentido é produzido em seu caráter material, levando em consideração a formação social capitalista em sua crise econômica e política. Como a Análise de Discurso que praticamos trabalha com a imbricação material entre língua, história, sujeito e ideologia, desenvolvemos questões norteadoras na compreensão do discurso em sua totalidade e complexidade histórica.

Quanto aos avanços experimentais (analíticos), foram produtivos os gestos de interpretação²¹ realizados a partir de três eixos temáticos que tomamos como dispositivo analítico: 1. Velhice/juventude; 2. Envelhecimento/trabalho; 3. Aposentadoria/previdência social. Esse procedimento orientou o trajeto de pesquisa e os recortes representativos das materialidades discursivas, identificando as estratégias discursivas e os mecanismos ideológicos que a imprensa reproduz nos títulos das matérias/reportagens para significar a velhice.

A nosso ver, alcançamos os objetivos também de caráter político ao compreender, a partir da análise dos títulos das matérias/reportagens da imprensa brasileira e argentina, o funcionamento do discurso da/sobre a velhice/envelhecimento em seu fotograma na atualidade. Isso porque refletimos criticamente acerca das contradições e determinações materiais e históricas do sistema capitalista que afetam a produção de sentidos sobre a velhice e os sujeitos Trabalhadores-velhos/idosos na América Latina.

Em síntese, chegamos aos seguintes resultados:

- i. O discurso é realmente práxis social, significa o mundo e orienta as ações dos sujeitos em suas posições políticas e ideológicas; o discurso atua como efeito (gênese no real da história) e retorno (trabalho sobre o real). Assim, as relações de base material sustentam as condições em que vivem os Trabalhadores-velhos/idosos, bem como o próprio dizer e/ou não dizer sobre a velhice, que retorna, dialeticamente, produzindo efeitos nessas condições de produção;

²¹ Segundo Orlandi (1999, p. 60), “o dispositivo, a escuta discursiva, deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos”.

- ii. Na relação contraditória entre língua e história, o modo de articulação das palavras “velhice”, “trabalho”, “aposentadoria” e “previdência privada” revela seu caráter material na totalidade da formação social capitalista; os dois jornais (*Folha de São Paulo* e *Clarín*) direcionam os dizeres sobre a velhice, que atuam favorecendo o discurso que defende a “reforma” da previdência social nos dois países (Brasil e Argentina) e fomenta a “previdência privada”;
- iii. O processo discursivo sobre a velhice está articulado ao processo da vida material, ou seja, à crise do sistema capitalista que tem afetado fortemente os países latino-americanos.

Nesses termos, consideramos que a pesquisa contribuiu para aprofundar a compreensão do funcionamento do discurso sobre velhice e envelhecimento, bem como sobre os sentidos atribuídos aos sujeitos Trabalhadores-velhos/idosos. Também, abriu novas perspectivas de estudos cujo foco é a articulação discursiva que silencia a crise do capital e toma a “crise” da previdência social como algo dado (evidente), que precisa, “a todo custo”, ser solucionada sob a dominância dos interesses da manutenção do sistema capitalista e de sua lógica destrutiva.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BAKHTIN/VOLOCHINOV, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CANGUILHEM, Georges. O cérebro e o pensamento. **Revista Natureza humana**. São Paulo, v. 8, n. 1, jun. 2006.
- ENGELS, Friedrich. **Carta para Joseph Bloch**. [1890]. In site: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- HADDAD, Eneida. **A ideologia da Velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.
- HADDAD, Eneida. **O direito à velhice: os aposentados e a previdência social**. São Paulo: Cortez, 1993.
- LUKÁCS, George. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. São Paulo, **Temas de Ciências Humanas**, vol. 4, 1978.

- MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re) ler Michel Pêcheux Hoje. Campinas: Pontes, 2003.
- MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Global, 1980.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso**: história e práticas. São Paulo: Parábola, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ORLANDI, Eni. **Interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002a.
- ORLANDI, Eni. A Análise de Discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 42, p. 21-40, Jan./Jun. 2002b.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 1997.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: **Cadernos de estudos linguísticos**, 19. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso, (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.
- PÊCHEUX, Michel. A Análise de Discurso: três épocas. In: GADET, F. & HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma intro-

dução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, [1983] 1997b.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do obvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997c.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997d.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

SILVA SOBRINHO, Helson. **Discurso, velhice e classes sociais**: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica. Maceió: Edufal, 2007.

SILVA SOBRINHO, Helson. O discurso sobre velhice e as tentativas do capital de torneir suas contradições. **Estudos linguísticos**, São Paulo, n. 43, v. 3, p. 1.118-1.128, set-dez, 2014.

W.; TFOUNI, F. (Org.). **Discurso, mídia e ensino**. São Cristóvão: Ed. UFS, 2016.

SILVA SOBRINHO, Helson. Imagens e não-imagens da velhice na imprensa: formulações que encarnam o discurso, efetivam sentidos e delimitam sujeitos. In BERNARDO-SANTOS,

SILVA SOBRINHO, Helson. Os (des)arranjos das lutas entre posições idealistas e materialistas na Análise do Discurso. In: BALDINI, Lauro; BARBOSA FILHO, Fábio. **Análise de discurso e materialismos**: prática política e materialidades. Vol. 2. Campinas-SP: Pontes, 2018.

SILVA SOBRINHO, Helson. O caráter material do sentido e as classes sociais: uma questão para a Análise do Discurso. **Revista Polifonia**. Cuiabá-MT, v. 26, n. 43, jul.-set., 2019.

PARÓDIA E DESLOCAMENTO DE SENTIDOS: A TROPA DE NHOQUE ENTRA EM CENA

PARODY AND DISPLACEMENT OF MEANINGS: SEND IN THE *TROPA DE NHOQUE*

Suzy Lagazzi

Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, SP, Brasil

Romulo Santana Osthuies¹

Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, SP, Brasil

Flavio da Rocha Benayon²

Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, SP, Brasil

Resumo: A partir da análise de vídeos que documentam atuações das Tropas de Nhoque, procuramos compreender o funcionamento da paródia – em particular, frente aos Aparelhos Repressivos de Estado – como mecanismo que possibilita o deslocamento de sentidos. Os grupos denominados Tropas de Nhoque compõem performances cênicas nas quais são utilizados narizes de palhaço, escudos de papelão (com a inscrição NHOQUE) e armas de brinquedo, entre outros artefatos, satirizando as violentas operações dos batalhões de choque das polícias militares em confrontos com manifestantes. Os episódios analisados ocorreram nas ruas do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, em julho e setembro de 2013.

Palavras-chave: Protestos; Paródia; Performance tática; Palhaço; Tropa de Nhoque.

Abstract: Based on the analysis of videos that document the performances of the *Tropas de Nhoque* (Gnocchi Troops), our search here is for comprehending the functioning of the parody – particularly of the Repressive State Apparatus – as a mechanism that allows the displacement of meanings. The groups named *Tropas de Nhoque* create scenical performances using clown noses, cardboard shields (with the inscription *NHOQUE*) and toy weapons, among other artifacts, satirizing the violent operations of the military police shock troops during confrontations with demonstrators. The analyzed episodes occurred in the streets of Rio de Janeiro and Porto Alegre, in July and September of 2013.

Keywords: Protest; Parody; Tactical performance; Clown; Tropa de Nhoque.

Introdução

¹ Bolsista CNPq-Brasil.

² Bolsista CNPq-Brasil.

Porto Alegre, ano de 2013. Assistimos às celebrações do dia da independência. Nosso olhar é fisgado por dezenas de manifestantes que correm pelas ruas. Alguns levantam bandeiras com siglas que nos remetem a lutas e reivindicações³. Outros erguem bandeiras negras, sem inscrições. Palavras de ordem são entoadas a todo momento: “Espancar trabalhador/ para ter o que comer/ que vergonha/ que vergonha/ deve ser”, “Tortura/ assassinato/ não acabou 64”, “Não acabou/ tem que acabar/ eu quero o fim da brigada militar” e “Recua/ polícia/ recua/ É o poder popular que tá na rua”. A poucos metros da concentração de manifestantes, encontram-se militares enfileirados com o tradicional uniforme verde-oliva, portando cassetetes, capacetes e escudos, estes com a inscrição garrafal “exército” e o brasão da instituição. Alguns passos atrás, há outra fileira de militares, uniformizados, porém sem capacetes e escudos. Em outro ângulo, comparecem soldados montados a cavalo deslocando-se pela rua. De outro lado ainda, algumas pessoas encontram-se paradas, observando o espetáculo dos desfiles militares de 7 de setembro e dos protestos. Um episódio radicalmente equívoco, que nos convoca à leitura das tensões e disputas discursivas constitutivas de nosso cenário social.

Para esta leitura a que somos convocados, propomos uma escuta sustentada por certas memórias da prática artística palhacesca. Nossas discussões trabalham a paródia, como funcionamento produtivo, em protestos atravessados por performances cênicas, em particular, as encenadas pelas Tropas de Nhoque. São assim nomeadas as intervenções artísticas constituídas por sujeitos que, parodiando as operações dos Aparelhos Repressivos de Estado, criticam seu investimento violento contra civis em manifestações de rua. Entre outras demandas, a própria desmilitarização das polícias no Brasil é recorrente. Versões da Tropa de Nhoque foram levadas a manifestações em Porto Alegre⁴, Rio de Janeiro, Fortaleza e São Paulo entre 2013 e 2016. A *palhaçaria* como prática artística, metonimizada pelo nariz de palhaço, compareceu em grande parte dessas ações.

³ MRS (Movimento Revolucionário Socialista) e CPERS (Sindicato representante de professores e funcionários de escolas da rede estadual do Rio Grande do Sul) são duas das siglas visíveis.

⁴ Neste trabalho, o material de análise constituído em Porto Alegre data de 7 de setembro de 2013, mas ressaltamos que ações das Tropas de Nhoque na capital gaúcha ocorreram em outras oportunidades, como a do dia 5 de julho do mesmo ano, em que seus integrantes satirizavam o protesto dos soldados da Brigada Militar por melhores salários. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/rs-somos-ordeiros-avisam-pms-em-protesto-por-melhores-salarios,857d8edbf30bf310VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

Como foco de nossa análise, definimos dois vídeos que documentam manifestações de rua ocorridas no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, em julho e setembro de 2013, cuja circulação deu-se no YouTube. A esses vídeos relacionamos uma fotografia, que nos apresenta uma cena do Rio de Janeiro de 1968, e um outro vídeo sobre manifestações em São Paulo em 2011. Recortamos diferentes ações das Tropas de Nhoque como ponto de ancoragem de nossa análise, considerando sua discursividade de protesto, que ressignifica as forças repressivas de Estado pela sua parodização, e abre, em nosso entender, possibilidades de deslocamento no espaço dos confrontos sociais. A questão que conduz este texto, ancorada na Análise do Discurso Materialista, é: como as intervenções das Tropas de Nhoque deslocam sentidos de polícia/ exército/ brigada militar, fortemente estabilizados em nossa formação social?

Não é um(a memória de) palhaço qualquer

No Brasil, há efeitos de sentido regulares do uso do nariz de palhaço por sujeitos em manifestações de rua, como, por exemplo, o de denúncia por terem sido ludibriados, enganados: “(Não) sou palhaço”, denegam. Por outro lado, também há sujeitos significando-se *palhaços* por meio de ações provocativas e de deboche, caso dos integrantes das Tropas de Nhoque, o que possibilita a constituição de sentidos outros para o gesto de vestir a máscara palhacesca, em distintos processos de identificação, e coloca em circulação diferentes discursividades – até mesmo antagônicas às primeiras: “Sou palhaço e, como tal, estou aqui protestando”.

Variadas memórias constituídas ao longo de séculos, em diversas práticas artísticas nas quais o humor é a tônica, formam os trajetos de sentidos que sustentam o que se conhece por “palhaçaria”⁵ atualmente: bobos, bufões, hotxuás, clovis, humoristas do cinema, augustos, arlequins, cômicos circenses... a lista não tem fim. Assim como são infundáveis os sentidos de palhaço metonimizadas pelo nariz vermelho em dada interlocução, seja ela ocorrida numa performance ou objeto artísticos (circo, teatro, filmes etc.), ou aquela que se dá em uma manifestação de rua. O nariz de palhaço, portanto,

⁵ Esse termo, conforme Demian Reis (2013, p. 21-22), é usado para designar “uma dramaturgia do palhaço que diz respeito a seu espetáculo e a características particulares de sua forma de atuação”. “Se o sufixo ‘ria’ tem relação com lugar, atelier e oficina – como a alfaiataria do alfaiate, a peixaria do vendedor de peixe e a padaria do padeiro –, então, por que não palhaço e palhaçaria?” – questiona o autor. Assim, *palhaçaria* é considerada, neste artigo, como prática, ato, ofício... artísticos.

é equívoco, possibilitando que os sujeitos que o utilizam sejam significados *palhaços* de modo contraditório. Apesar disso, pelo funcionamento do efeito ideológico elementar, a filiação de sentidos aparece “apagada”, “negada”, produzindo a ilusão de evidência para um sentido único de palhaço, “como se o sentido [de palhaço] surgisse ali mesmo” (ORLANDI, 1996, p. 92).

As ações das Tropas de Nhoque são sustentadas por memórias da palhaçaria que estão longe de colocar a figura do palhaço como aquela cujo efeito é o de alguém que foi passado para trás (“feito de bobo”), como a de certos circenses, por exemplo, que interpretam esquetes nas quais há, com alguma frequência, uma narrativa de trapaças, burlas e falcatuas. De outro lado, as práticas artísticas filiadas às memórias da bufonaria encontram na criticidade e na zombaria outras formas de produzir sentidos de palhaço. Muito embora possam parecer práticas diametralmente opostas, elas não têm fronteiras determinadas. Quando se veste um nariz de palhaço, esse gesto vem carregado dessas e de tantas outras memórias. Para a análise dos materiais sobre os quais nos empenhamos, delimitamos algumas dessas memórias pensando os efeitos de sentido nas condições de produção dos protestos.

Um batalhão de palhaços parodiando um bando de policiais

Paródia e bufonaria vêm caminhando juntas ao longo de séculos. O potencial do riso como resultado da paródia, segundo Vanessa Bordin (2017, p. 162), “possui uma estrutura de desmoralização ao zombar do poder, e está intrínseco ao jogo do bufão desde sua origem”. Pela paródia, ainda de acordo com a autora, num contexto medieval, ao assumir o papel do rei, invertendo a hierarquia, o bufão colocava-se acima do sistema que oprimia a ele próprio e ria desse sistema, ridicularizava-o. Atualmente, não é muito diferente. Seja em suas práticas medievais ou nas atuais, bufões trata(va)m da dimensão social das relações humanas, denunciando absurdos. Jacques Lecoq (2010, p. 182, grifos nossos) ilustra:

Os bufões sempre vêm diante do público para representar a sociedade. A partir daí, todos os temas são possíveis: a guerra, a televisão, o Conselho de Ministros ou qualquer outro evento da atualidade, fontes inesgotáveis de inspiração e de interpretação. Às vezes, fantasiam-se de personagens de nossa sociedade: *põem um quepe*, uma roupa religiosa e se aventuram a representar esses personagens.

“O ator que parodia também se caracteriza ao vestir a máscara que o assemelha ao seu objeto de paródia, denunciando atos e convicções de quem está parodiando” (BORDIN, 2017, p. 165). Nas Tropas de Nhoque, em vez do quepe, há os capacetes e outros tantos objetos que funcionam como essa *máscara* que torna similares, sem, no entanto, identificar parodiador e objeto de paródia. Nesse trecho, Bordin refere-se a um ator profissional, mas consideramos também que há uma *teatralização da resistência política* que ocorre indistintamente em protestos, seja por especialistas nas artes performáticas ou manifestantes sem qualquer formação nesse campo. Essa teatralização, cujo efeito é paródico no caso de nosso objeto, é uma resposta simbólica possível. Segundo José Sánchez (2012, p. 306, grifos nossos, tradução nossa):

Não se trata mais de animar teatralmente manifestações, greves ou processos políticos, mas de utilizar a teatralidade como instrumento de denúncia, de encenação de sofrimento, da crueldade e da injustiça. A *teatralização da resistência política* é uma resposta coerente à espetacularização da política global⁶.

Não é um gesto exclusivo de atores profissionais, por mais que, regularmente, seja engendrado nas práticas teatrais. Como foi o caso de uma das aparições da Tropa de Nhoque, em Porto Alegre, em 15 de julho de 2013⁷, durante uma ocupação popular da Câmara Municipal que durou quase oito dias⁸, na qual foram organizadas oficinas de palhaçaria, coordenadas por uma das lideranças dos coletivos artísticos presentes⁹.

⁶ Versão original: “Ya no se trata de animar teatralmente manifestaciones, huelgas o procesos políticos, sino de utilizar la teatralidad como instrumento de denuncia, de escenificación de sufrimiento, la crueldad y la injusticia. La teatralización de la resistencia política es una respuesta coherente a la espectacularización de la política global”.

⁷ Em 15 de julho de 2013, foi realizada uma performance da Tropa de Nhoque, estruturada durante a ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre. O coletivo se denominava Mascarristas Anarcados. No link a seguir, é possível assistir a um vídeo desse momento: <<https://www.facebook.com/waldomiroaugusto/videos/10201550569065626>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

⁸ Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rs/2013-07-18/manifestantes-deixam-camara-municipal-de-porto-alegre-apos-oito-dias-de-ocupacao.html>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

⁹ “Nem todo mundo que tava lá tava pela plenária, muita gente que tava lá, tava pela junção. Mas a junção era politizada. Então eu fiquei muito nessa energia de ficar nos grupos fora, e trabalhando. Tipo, entre meia-noite e as 2 da manhã, a gente tinha uma oficina de palhaço pra

Anteriormente, ainda naquele mês, outras intervenções da Tropa de Nhoque já haviam acontecido.

Para Vladimir Propp (1992, p. 84), o funcionamento da paródia, considerada por ele um dos instrumentos mais poderosos de sátira social, está no ato de imitar características exteriores de um fenômeno para “ocultar ou negar o sentido interior daquilo que é submetido à parodização”. E, com a condição de revelar “a fragilidade interior do que é parodiado” (PROPP, 1992, p. 87), ela se torna cômica. Orlandi (1996, p. 114) retoma o sentido grego de paródia – “canto ao lado de outro” –, para discorrer sobre o que significa “ao lado de outro”. A autora afirma que os sujeitos e os sentidos concernidos na paródia “não coincidem” e “jogam entre si” (p. 122), abrindo-se um espaço de indistinção simbólica em que o sujeito “trabalha e é trabalhado por ordens diferentes” (p. 124). “Os pontos de diferença são pontos de deriva [...]. Em que o sujeito se descola de sentidos que o repetem e se desloca por onde o sem-sentido pode fazer sentido” (p. 125), continua a autora.

Interessa-nos, na paródia, esse espaço de jogo entre diferentes formações discursivas, que potencializa o descolamento e se abre para o deslocamento. Temos aí o trabalho do alhures. Ao reatualizar em diferentes formulações, a paródia ressalta a possibilidade do que pode vir a ser de outro modo, ao mesmo tempo chamando o olhar e aguçando a escuta para o que está posto, fazendo com que nos defrontemos com esse mesmo que, muitas vezes, insiste em nos afrontar. A paródia, em seu funcionamento constitutivamente interdiscursivo, permite a atualização de um discurso anterior, deslocando sentidos entre as fronteiras contraditórias e porosas das formações discursivas. O conflito que produz efeito paródico nas intervenções das Tropas de Nhoque é trazido à tona por gestos de ridicularização das práticas dos Aparelhos Repressivos de Estado, inscritos na memória discursiva: “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...] Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

fazer a Tropa de Nhoque. A Tropa de Nhoque ia lá incomodar, né. Chegou a mídia, a gente conseguiu impedir que entrasse a polícia, que entrasse as TVs, sem ser na nossa hora. Uma tropa de palhaços, com uns isopor quebrado como escudo, e isso serviu para frear. Então isso nos deu uma sensação muito clara de que ‘estamos sabendo o que estamos fazendo’. Eu faço aquela entrevista que ficou clássica, dos Mascaristas Anarcados e tal. É uma forma de fazer protesto, é uma nova forma de fazer protesto”, diz a artista que liderou o grupo em entrevista a Camila da Silva (2016, p. 101).

Filipo Figueira (2018, p. 102) busca abordar as paródias “a partir das condições de produção e das estruturas semântico-discursivas dos discursos em relação paródica”. Para o autor, a paródia operaria

na mesma proporção que um simulacro: uma formação discursiva que lê outras formações discursivas e que a ela se opõe; no entanto, não o faz abertamente, expressando diretamente sua diferença, mas simula um de seus semas, por vezes recorrendo à cópia estrutural, reformulando-o, seja por oposição, inversão, ou apenas em uma nova direção de sentido (FIGUEIRA, 2018, p. 111).

Nesse processo de retomadas, reatualizações e reformulações produzidas pela paródia, nosso investimento faz-se sobre os elementos colocados em foco pela Tropa de Nhoque.



Figura 1: fotografia de protesto durante parada militar e estudantil pelas celebrações do 7 de setembro em Porto Alegre.

Fonte: Facebook¹⁰.

São vários os trocadilhos que pavimentam um extenso trecho dos caminhos anedóticos palhacescos, como o estampado na fotografia acima, em que o sujeito com nariz vermelho, tendo a letra *N* em vez de *C* em

¹⁰ Foto: Dani Berwanger/Arquivo pessoal. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10200675807079384>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

seu cartaz-escudo, é capaz de satirizar todo um agrupamento de homens sisudos. Por isso, os gestos do *palhaço-soldado* acima, na capital gaúcha, quando das celebrações oficiais pela data que rememora a independência do País, são aproximados aos de um bufão. Ao imitar, mimetizar, parodiar os gestos da polícia, pondo-se em marcha à frente do batalhão, com um capacete (in)apropriado para o confronto e batendo o cassetete de plástico contra seu cartaz-escudo de papelão, o *palhaço-soldado* ironiza e desdenha da instituição. É um bufão representante de uma jocosa associação “paramilitar”, munida de piadas e movida pela própria falha da língua, na fissura que a parodização provoca, “em defesa das massas”.¹¹ Com parte da população em polvorosa nas ruas, em 2013, os *palhaços-soldados* levam essa prática “ao pé da letra”, dando – digamos – uma “rasteira morfológica” na palavra “CHOQUE”, compondo um anagrama mal decalcado, o ridículo NHOQUE, que textualiza uma denúncia sobre violentas práticas policiais.

Ações como as das Tropas de Nhoque seriam denominadas, por Lawrence Bogad (2016), *performances táticas*. Além de pesquisador e autor de obras sobre performance e ativismo, Bogad foi um dos fundadores e componentes do CIRCA (*Clandestine Insurgent Rebel Clown Army*), surgido na Inglaterra em 2003, cujas intervenções muito se assemelham às das Tropas de Nhoque e, provavelmente, serviram de inspiração para esta última. Guardadas as diferenças de constituição e atuação, ambas, para o autor, seriam

exemplos de artistas-ativistas experientes que usam seu ofício como um multiplicador de forças em confrontos com o Estado, corporações empresariais e outros rivais ou adversários. [...] Essas performances são respostas criativas à restrição. O espaço público nas democracias ocidentais está cada vez mais privatizado e regulado. O protesto convencional foi demarcado por remotas “zonas de liberdade de expressão”, parecidas com gaiolas, que são perseguidas com prisões preventivas, vigilância e infiltração, e prejudicadas pelo peso de seu próprio clichê. Diante desses desafios, os ativistas usam as performances para expressar anseios e reivindicações de modo convincente, impulsionar seus movimentos e desencorajar (ou aumentar o custo político) da violência das autoridades (BOGAD, 2016, p. 14-15, tradução nossa)¹².

¹¹ “Em defesa das massas” é uma formulação que circulava entre os sujeitos que apoiavam a presença das muitas Tropas de Nhoque em operação pelo Brasil de 2013 em diante.

¹² Versão original: “examples of savvy artist–activists using their craft as a force multiplier in confrontations with the state, corporations, and other rivals or opponents. [...] These performances are creative responses to restriction. Public space in Western democracies is increasingly privatized and regulated. Conventional protest has been hemmed in with remote, cage-like

Em suas *performances táticas*, a Tropa de Nhoque movimenta os sentidos e provoca o riso que desorganiza o funcionamento do político: a violência travestida tem os seus contornos borrados e seu campo semântico invadido. Tropa de choque? Para quê? Contra quem? A deriva de Choque para Nhoque radicaliza o jogo parafrástico e faz com que a associação pelo significante dê visibilidade ao frágil “universo logicamente estabilizado” (PÊCHEUX, 1990) da segurança e da ordem, que opera pela violência. Ataque e defesa ficam embaralhados no espaço da indistinção. O escudo de papelão, que não serve para defender quem o porta, chama a atenção para o quão indefesos são todos os que podem ser atacados pela tropa de choque. Também o cassetete de plástico, o capacete de ciclista, o nariz, que metaforiza a possibilidade do riso em meio à truculência policial, materializam parafrasticamente a fragilidade da divisa entre atacar/ ser atacado/ defender/ defender-se. A tropa de choque ataca para defender o quê? O preenchimento das lacunas deste enunciado vai apontar para diferentes posições.

Suzy Lagazzi, ao ler **O discurso: estrutura ou acontecimento**, de Michel Pêcheux, pontua dois movimentos constitutivos de uma análise discursiva que se configuram diferentemente, não cabendo uma indistinção:

Dando especial relevo à afirmação de Michel Pêcheux (1990, p. 50) de que no trabalho sobre as materialidades discursivas devemos “dar o primado aos gestos de descrição”, de tal maneira que descrição e interpretação não sejam tomadas na indistinção uma da outra, considero que é ao colocar a estrutura em relação com outras possibilidades estruturais no jogo da história, é ao dar lugar à descrição pelo procedimento parafrástico, que a evidência de um sentido pode ser relativizada e o analista pode dar consequência ao movimento da interpretação para compreendê-lo em seus pré-construídos (LAGAZZI, 2015, p. 177).

A descrição da formulação visual¹³ remete ao apontamento dos elementos linearizados no intradiscurso, procedendo, então, ao exercício parafrástico, que torna possível “colocar a estrutura em relação com outras possibilidades estruturais no jogo da história” (LAGAZZI, 2015, p. 177).

“free speech zones,” harassed with preemptive arrest, surveillance, and infiltration, and hampered by the weight of its own cliché. Faced with these challenges, activists use performance to communicate desires and grievances convincingly, to build momentum for their movements, and to discourage (or increase the political price of) violence from authorities”.

¹³ Suzy Lagazzi propõe uma diferença conceitual entre *formulação visual* e *imagem*: “Nessa diferença que estabeleci entre formulação visual e imagem, localizei a formulação visual na relação com o intradiscurso e a imagem na relação com o interdiscurso” (LAGAZZI, 2015, p. 181).

Esse movimento tensiona a deslinearização dos elementos constitutivos da formulação visual, que se encontram dispostos sob o efeito de evidência, como se os componentes do fotograma não pudessem ali estar de outro jeito. O exercício parafrástico, ao pretender recompor a série de *possibilidades estruturais* que formam uma mesma região de sentidos, tensiona a diferença no mesmo, isto é, a polissemia na paráfrase, viabilizando o gesto de leitura, a interpretação.

Porto Alegre, 7 de setembro de 2013



Figura 2: fotograma marcando uma separação entre manifestantes e militares nas ruas.

Fonte: YouTube¹⁴.

Dois lados de uma cena que não cessa de se atualizar: manifestantes de bandeiras empunhadas, cantando palavras de ordem, e militares de escudos erguidos, em formação. Uma cena prototípica, “concentrando o já-visto e demandando a remissão do intradiscurso ao interdiscurso para a compreensão dos pré-construídos estabilizado(re)s” (LAGAZZI, 2015, p. 184). O já-visto da disposição dos corpos dos manifestantes e das forças repressivas em protestos inscreve-se no fotograma acima. Soldados, à direita, em silêncio, armados, quase indistintos, detendo o conhecimento especializado sobre o uso da força e sobre as técnicas da morte, significando a violência armada. À esquerda, os manifestantes que gritam e levantam bandeiras apresentam-se singularmente vestidos, parodiando a violência e a travestindo, desorganizando seus sentidos.

¹⁴ Disponível em: <https://youtu.be/F_mYjY5fdC0>. Acesso em: 30 jun. 2019.

As palavras de ordem entoadas dizem dos militares: “Espancar trabalhador/ para ter o que comer/ que vergonha/ que vergonha/ deve ser”, “Tortura/ assassinato/ não acabou 64” e “Não acabou/ tem que acabar/ eu quero o fim da brigada militar”. A referência direta a 64, à tortura, a assassinatos, a espancamentos, nos protestos de 2013, é recorrente e merece atenção. A memória da ditadura militar, cantada em refrãos, desdobra-se em famílias parafrásticas que possibilitam significar os manifestantes do lugar que dá voz aos trabalhadores espancados, aos torturados e aos assassinados de 64. Do lado de lá, no outro lugar, os militares ficam atualizados de maneira a significar os agentes que espancaram os trabalhadores, os torturadores, os assassinos. A violência da ditadura fica reavivada nos corpos indistintos dos soldados que se enfileiram diante dos manifestantes. A memória de uma oposição, radicalmente estabilizada, atualizada nas ruas.



Figura 3: fotografia do episódio intitulado *Sexta-feira sangrenta*, ocorrido em 1968, no Rio de Janeiro.

Fonte: Campanela/CPDoc JB¹⁵.

A oposição entre militares e manifestantes, atualizada em 2013, convoca como paráfrase a fotografia acima, formulação visual constituída nas condições de produção de 1968, quando o Brasil encontrava-se na ditadura militar. A rua dividida. Soldados, de arma em punho, marchando em direção à população, que protesta. Alguns dos que protestam não correm, mas reagem, atirando pedras. Fora da imagem, bolinhas de gude foram jogadas no chão para que a tropa montada tombasse de seus cavalos; do alto

¹⁵ Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/publico/thumb/4557/740/440>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

dos prédios, pessoas arremessavam objetos, como grampeadores e garrafas de água; os soldados disparavam a esmo. Algo irrompeu no tecido social, fazendo com que a população reagisse ao vandalismo das forças militares:

Na manhã do dia 21, sexta-feira, nova passeata em protesto contra a repressão paralisa o centro do Rio. Os estudantes reagem às investidas da polícia, enfrentando a cavalaria com rochas e bolas de gude, que fazem os cavalos tombar. A população apoiou os jovens e também atacou a polícia com pedras. Do alto dos prédios, objetos foram atirados sobre os soldados. A polícia reagiu com tiros. Bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas de helicópteros. Durante o fim da manhã e toda a tarde, o conflito se espalhou por uma extensa área do centro (Memorial da Democracia).

1964 e 1968 trazem marcados os sentidos da violência policial estatal ditatorial que percorreu o regime defendido pelos militares. O fotograma da *Sexta-feira sangrenta* não deixa dúvidas quanto a esses sentidos.

O funcionamento da paródia na manifestação de Porto Alegre de 7 de setembro de 2013 afasta a *Sexta-feira sangrenta* de 68. Quando analisada na imbricação entre as materialidades significantes visual, verbal e musical, a manifestação de 2013 traz-nos a contradição pela paródia. A memória dos trabalhadores espancados e das pessoas assassinadas e perseguidas na ditadura militar, atualizada pelos refrãos entoados, ecoa pelos versos, mas não se realiza nos corpos em manifestação. Os militares, em formação, com escudos e armas, não reagem contra os outros corpos. Os manifestantes cantam e empunham bandeiras, mas também não investem contra os soldados. A dissimetria entre as forças é grande, afinal, à direita, há o aparelho equipado e especializado em matar. Mas a paródia está em funcionamento. A tensão constitutiva dos lugares dissimétricos, que outrora tomaram movimento, fica barrada.

A (o)posição dos corpos na formulação visual de 68 imobilizava os sentidos. Aos corpos, era dado o lugar que deveriam ocupar: enfileirados, com escudos na mão por um lado; desorganizados, em busca de possibilidades de ataque contra a força monumental que se aproximava por outro. A evidência das disposições não era questionada no antagonismo produzido nas ruas. Nas formulações visuais da manifestação de 2013, o equívoco faz-se presente:



Figura 4: *palhaço-soldado* e militares organizam a tropa.
Fonte: YouTube¹⁶.



Figura 5: Tropa de Nhoque e tropa de choque em formação.
Fonte: YouTube¹⁷.

O nosso já conhecido *palhaço-soldado*, representante da Tropa de Nhoque, irrompe em meio à tropa de choque nos fotogramas acima. Os escudos, em contradição, trazem as inscrições *Exército*, *Brigada*, *Choque* e... *Nhoque*. O *palhaço-soldado*, sendo o negativo dos militares, um manifestante com um escudo de papelão, um capacete de bicicleta e um nariz vermelho de palhaço, explicita a brutal diferença de poderes entre o aparelho repressivo e aqueles que protestam. O gesto de organização dos soldados encontra o

¹⁶ Disponível em: <https://youtu.be/F_mYjY5fdC0>. Acesso em: 30 jun. 2019.

¹⁷ Disponível em: <https://youtu.be/F_mYjY5fdC0>. Acesso em: 30 jun. 2019.

mesmo gesto praticado por um militar. A idiotia do movimento dos corpos militares é marcada pelo palhaço da Tropa de Nhoque, ressaltando o caráter de espetáculo daquele ritual repressivo. A disposição dos soldados significa, equivocadamente, a ridícula brutalidade, completamente fora de lugar, das forças militares.

A expressão artística, na forma da paródia, como modo de manifestação inscrita no corpo do *palhaço-soldado*, possibilita deslocar algo do antagonismo posto nas formulações visuais de 68, mesmo que ainda seja uma forma de protesto constituída a partir de uma posição de sujeito que se contrapõe às forças repressivas. Diferentemente dos outros manifestantes, o *palhaço-soldado* produz humor na tensão que atravessa o episódio. O humor toca em sentidos singulares, explicitando o absurdo constitutivo dos rituais militares sobredeterminado pelo imaginário de amor à Pátria e cumprimento do dever jurado às forças armadas. O gesto do *palhaço-soldado* aponta para a comicidade e o exagero inscritos nesses movimentos, em relação ao protesto em análise.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2013

De Porto Alegre ao Rio de Janeiro, voltamos nossos olhares para outra manifestação de rua, ocorrida em 11 de julho, ainda na esteira das Jornadas de Junho de 2013. Intervenções de mais uma versão da Tropa de Nhoque novamente colocam em cena a paródia, trazendo de volta os singulares escudo, capacete e nariz de palhaço para os protestos na rua. A arte da palhaçaria indumenta os corpos, que parodiam os movimentos das tropas de choque e suas formações. Desta vez, não há paredões na iminência do confronto. O vídeo que analisamos a seguir documenta a intervenção de *palhaços-soldados*, numa versão carioca da Tropa de Nhoque, cuja designação também deriva para *Nhoc*, *Shok*, *Shot*. Confusão de autodesignação? A não-padronização das inscrições nos escudos permite a pergunta: que nome tem essa tropa atrapalhada afinal?

Em algum lugar nas cercanias da Cinelândia, a tropa de choque do Rio de Janeiro deve estar cumprindo sua frágil missão de proteger o patrimônio, garantir a ordem, evitar a baderna e o vandalismo. Neste vídeo, não há encontro do batalhão da polícia militar com a Tropa de Nhoque, exceto pela memória das práticas violentas que já tiveram lugar em tantos outros momentos. Assistimos a uma performance tática específica. Há uma encenação em jogo, produzindo, interdiscursivamente, deslocamentos

cômicos naquilo que significa choque, violência, brutalidade contra manifestantes, que, na ocasião, em boa parte, eram chamados de *vândalos*.

O nariz de palhaço é um elo indiscutível entre a versão gaúcha e a carioca da Tropa de Nhoque. No jogo entre o que se mantém e o que se modifica, o nariz ganha novas cores no verde e no azul, as cabeças são suporte não apenas para o capacete de ciclismo, mas também para capacetes de brinquedo, chapéus de bobo da corte, bonés sob escorredor de macarrão, nas mãos, arminhas esguicham água, seguram um cavalinho de pelúcia, as roupas coloridas ou com estampa de camuflagem alegram os corpos... e os escudos de papelão reafirmam-se como pastichos humorísticos das tropas de choque.

Enunciados em meio a sons de vaias e risos verbalizam a performance em pequenos atos, durante os quais se alterna o papel do comandante da tropa, que recebe em coro as respostas:

[vaia]

[vaiais em coro]

Tropa de Nhoque, qual é sua missão?

Organizar as massas, começar a confusão. *[coro]*

Tropa de Nhoque, qual é sua missão?

Organizar as massas, começar a confusão. *[coro]*

Nhoque vai te pegar.

Nhoque vai te pegar. Nhoque vai te pegar. *[coro]*

Rodeados por outros manifestantes, que seguram bandeiras, cartazes e vestem-se com camisetas que dizem de sua filiação sindical ou partidária, os *palhaços-soldados* vão repetindo, em paródia, o modo como os batalhões militares atuam em manifestações sociais, seja para dispersar os sujeitos em protesto ou reprimi-los. A repetição de comandos e respostas verbais dá o tom do deboche, que se seguirá por toda a performance planejada pelo grupo, numa variação entre a tentativa de organizar-se como tropa e de tornar, por outro lado, o espaço caótico, “fingindo-se” assustadoramente perigosa (como um bicho-papão): “Nhoque vai te pegar”, enunciam os *palhaços-soldados* numa jocosa “ameaça” aos manifestantes presentes.

Esse primeiro bloco de enunciados constitutivos da performance são também formas paródicas de um funk que trata da especificidade da atuação do BOPE (Batalhão de Operações Especiais) na capital fluminense,

colocando esse acrônimo também em relação de sentidos com CHOQUE e NHOQUE pelo modo como a tropa de elite carioca atua ameaçando – nada jocosamente – determinados sujeitos no espaço urbano: as memórias de intimidação, pavor e medo atualizam-se. A música *BOpE Vai te Pegar*¹⁸ faz parte do disco *Bonde do Caveirão*¹⁹, lançado em 2006 em resposta aos “proibidos”²⁰: “[...] Homens de Preto, qual é sua missão?/ Entrar pela favela e deixar corpos no chão!/ Homens de Preto, que é que você faz?/ Eu faço coisas que assusta o Satanás!/ BOpE vai te pegar! (Pega daqui, pega de lá)/ BOpE vai te pegar! (Pega daqui, pega de lá) [...]”.



Figuras 6 e 7: Tropa de Nhoque parodiando a formação das tropas de choque cariocas: “faz quadradinho de oito”.

Fonte: YouTube²¹.

Formação: quadradinho!

¹⁸ Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/tropa-de-elite/1098146>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

¹⁹ *Caveirão* é o apelido dado pela população ao veículo utilizado pelos soldados do BOpE em suas operações. Ao caderno Cotidiano, da Folha de S. Paulo, uma “moradora do largo do Bulufa, no Complexo do Alemão (zona norte), contou que, ao chegar de uma festa de aniversário com seu filho de 17 anos, presenciou uma operação policial com o Caveirão e ficou horrorizada. De acordo com ela, ocorria um baile funk na favela e, ao entrar na comunidade, os PMs colocaram o CD no alto-falante do Caveirão, o que provocou pânico nos moradores. ‘Foi uma correria e os bares, que, por causa do baile, ainda permaneciam abertos, fecharam as portas às pressas’” (SILVA, 2006).

²⁰ São como ficaram conhecidos os funks tematizados, por exemplo, pelo tráfico de drogas e que ganhou notoriedades nos anos 1990. Sua circulação era e ainda é clandestina. Em 2017, grupos conservadores chegaram a demandar, por representação legislativa, sua criminalização. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/proibindo-os-proibidos>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

²¹ Disponível em: <<https://youtu.be/laNPZwujfao>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

Vamos lá? Quadrado!

Cada um no seu quadrado. Cada um no seu quadrado. *[coro repete]*

Faz quadradinho de oito. Faz quadradinho de oito.

Faz quadradinho de oito. Faz quadradinho de oito. *[coro repete]*

Os fotogramas acima nos mostram a Tropa de Nhoque bem “equipada” e ensaiada nos passinhos. Um dos *palhaços-soldados*, fazendo o comandante da vez, ordena que a tropa esteja em formação “quadradinho”, ao que prontamente oito integrantes juntam-se no centro da cena, num grande quadrado. Na seqüência, cantando em coro “cada um no seu quadrado”, o grupo reparte-se ao meio, formando dois quadrados com quatro integrantes cada. Até que, ainda em coro, vão cantando e dançando um trecho da letra de funk *Quadradinho de Oito*, criada pelo Bonde das Maravilhas, cujo clímax é o imperativo: “faz quadradinho de oito”. *Palhaços-soldados* e demais manifestantes não se contêm: o riso irrompe naquele espetáculo. A zombaria afrouxa a tensão momentânea daquele contexto em que, a qualquer instante, a tropa de choque pode aparecer para “restabelecer a ordem”.



Figuras 8-10: Sequência de fotogramas do momento em que Tropa de Nhoque é ordenada a “restabelecer a ordem”.

Fonte: YouTube²².

Atenção! Tropa, restabelecer a ordem!

[gritaria, risos]

Tropa, descansar, porra!

[aplausos, assovios dos manifestantes ao redor]

Tã rindo do quê? Tã rindo do quê, seus baderneiros? Seus baderneiros! Fogo nos vândalos!

Vândalos!

²² Disponível em: <<https://youtu.be/laNPZwujfao>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

Depois da “desordem” trazida pela formação do “quadrado de oito”, é chegada a hora de recuperar a organização da tropa. Sob o comando de restabelecimento, o que de fato acontece é um corre-corre anárquico de *palhaços-soldados*, trombando-se uns nos outros, rindo e gerando gritaria. O efeito é de desgoverno, do qual se ri. Aqueles que se supõem organizar o espaço público vieram para desordená-lo. Assovios, risadas e aplausos dos manifestantes atestam o endosso à desordem. A paródia cumpre seu papel vital de desestabilizar a memória da violência, da ordem que reprime e coage.



Figuras 11-13: “Nhoc, nhoc, nhoc...”, os *palhaços-soldados* seguem em frente produzindo essas onomatopeias, batendo em seus escudos, avançando, jocosamente, sobre os manifestantes presentes.

Fonte: YouTube²³.

Organizar as massas!

Tropa de Nhoque...

... qual é sua missão? Organizar as massas e começar a confusão. Tropa de Nhoque, qual é sua missão? Organizar as massas e começar a confusão. Nhoc, nhoc, nhoc...

[risos, aplausos dos manifestantes ao redor]

A tropa de *palhaços-soldados* reordena-se sob o comando de “organizar as massas” proferido pelo comandante. Forma-se o paredão de choque (*shot, shok, nhoc*). Batendo utensílios de cozinha ou os próprios braços nos escudos, produzindo um batuque “medonho”, e embalados pelo cântico que iniciou a performance (“Tropa de Nhoque, qual é sua missão? Organizar as massas e começar a confusão”), os *soldados palhaços* avançam sobre quem quer que esteja à frente da tropa – manifestantes ou profissionais de imprensa, todos são ‘massa’ e indistinção. *Nhoc!!!* O enunciado traz, concomitantemente, o

²³ Disponível em: <<https://youtu.be/laNPZwujfao>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

nome da performance táctica apresentada (Tropa de *Nhoc*), e o nome do prato feito com batatas, farinha de trigo e molho (*gnocchi*). Em onomatopéia, as mordidas devoram a população – nhac > nhoc. “Nhoc, nhoc, nhoc”... os *palhaços-soldados* vão enunciando, repetindo cadenciadamente, a cada passo à frente.

Diante do ato final da performance da Tropa de Nhoque, no Rio de Janeiro, fica difícil não irromper na memória imagens de tantas outras tropas militares avançando sobre a massa (da população) em incontáveis protestos, como nos mostra a sequência de fotogramas abaixo:



Figuras 14-18: Polícia Militar de São Paulo avança sobre manifestantes e jornalistas durante Marcha da Maconha, em 25 de maio de 2011, na Avenida Paulista.
Fonte: YouTube²⁴.

No centro da capital paulista, quando da Marcha da Maconha de 2011, a polícia militar forma o paredão táctico para dispersar os manifestantes. As posturas e os movimentos servem de base para a paródia que a Tropa de Nhoque produz. Uma imagem que já se viu? Sim, um *já-visto* às avessas. Lateralização, pausa, avanço com batucque de cassetetes nos escudos, pausa, formação em grupo (“faz quadradinho de oito?”), pausa, avanço com batucque... Repetição. A imagem repete-se, atualiza-se. Gestos que, interpretados na posição do *palhaço-soldado*, viram alvos de chacota, ridiculez. Entre a Tropa de Nhoque do Rio de Janeiro em 2013 e a tropa de choque de São Paulo em 2011, sentidos de polícia, exército, forças armadas deslocam-se e produzem como efeito uma semelhante *palhaçada*. Em relação paródica, o sujeito é capturado no riso. “Descobre-se” por que rir e como rir

²⁴ Disponível em: <<https://youtu.be/z35tLWorbpA>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

do Aparelho Repressivo de Estado.

Considerações finais

Ancorados na Análise do Discurso Materialista, no presente trabalho, analisamos o processo de produção de sentidos a partir de “diferentes materialidades significantes em composição”, tal como propõe Lagazzi (2009, 2015, 2017). Tomamos como materiais de análise vídeos e fotografias que documentam manifestações de rua. Recortamos distintas ações das Tropas de Nhoque como ponto de ancoragem de nossa análise, considerando sua discursividade de protesto, sustentada por memórias da prática artística palhacesca – sendo a bufonaria uma delas – que ressignificam as forças repressivas de Estado pela sua parodização.

A inscrição da paródia nas performances cênicas das Tropas de Nhoque, nos protestos de 2013 – especialmente os analisados aqui, ocorridos em Porto Alegre e no Rio de Janeiro –, tanto marca um deslocamento na imobilidade opositiva entre manifestantes e militares, característica das condições de produção da ditadura militar brasileira, quanto expõe, como já reiteramos, a patética violência das práticas contemporâneas dos batalhões militares em confronto com aqueles que protestam nas ruas. Nossas análises nos permitiram mostrar que o *palhaço-soldado* parodia gestos e vestimentas, “armando-se” com escudo de papelão, capacete de bicicleta e nariz de palhaço, explicitando a desmedida e a ridícula brutalidade empregada pelos Aparelhos Repressivos de Estado. O humor expõe o absurdo dos rituais militares nas ruas, que tem como argumentos o amor à Pátria e o cumprimento ao dever.

Compreendemos que a eficácia simbólica das performances das Tropas de Nhoque é, entre outras coisas, resultante da comicidade que a paródia produz como efeito. Por trás do atrevimento das performances de seus soldados de nariz vermelho, há uma coragem que se apoia na compreensão de que “é politicamente mais caro bater num palhaço” (BOGAD, 2017, s/p)²⁵. Esta afirmação se abre para uma oportuna pergunta: que polícia/ político/ país arcaria com esse custo, afinal?

Referências

²⁵ Versão original: “it is politically more costly to club a clown”.

BOGAD, Lawrence. **Tactical Performance: The Theory and Practice of Serious Play.** New York/London: Routledge, 2016.

_____. **Playing in the Key of Clown** – Reflections on the Clandestine Insurgent Rebel Clown Army. Fifth Estate, n. 397, 2017. Disponível em: <<https://www.fifthestate.org/archive/397-winter-2017/playing-in-the-key-of-clown>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BOLOGNESI, Mario F. Palhaços e outros cômicos: do sagrado ao profano. In: BRAGA, Bya; TONEZZI, José. (Orgs.). **O bufão e suas artes:** artesanaria, disfunção e soberania. Jundiá: Paco, 2017. p. 88-100.

BORDIN, Vanessa. A loucura reveladora dos bufões na Idade Média: Triboulet e Brusquet, bobos ilustres. In: BRAGA, Bya; TONEZZI, José. (Orgs.). **O bufão e suas artes:** artesanaria, disfunção e soberania. Jundiá: Paco, 2017. p. 162-183.

FIGUEIRA, Filipo P. Argumentos para uma perspectiva discursiva da paródia a partir da teoria da semântica global. **Revista do Sete.** XXIII Seminário de Teses em Andamento, IEL/Unicamp, Campinas, v. 0, n. 1, jul. 2018. p. 101-112. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/seta/article/view/5858>> Acesso em: 30 jun. 2019.

LAGAZZI, Suzy. O recorte signifiante na memória. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; MITTMAM, Solange (Orgs.). **O discurso na contemporaneidade:** materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009, v. 1. p. 67-78.

_____. Paráfrases da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória e do equívoco. In: FLORES, Giovanna; NECKEL, Nádia; GALLO, Solange (Orgs.). **Análise de discurso em rede:** cultura e mídia. Campinas: Pontes, 2015. p. 177-189.

_____. Trajetos do Sujeito na Composição Fílmica. In: FLORES, Giovanna; GALLO, Solange; LAGAZZI, Suzy; NECKEL, Nádia; PFEIFFER, Claudia; ZOPPI-FONTANA, Mónica (Orgs.). **Análise de discurso em rede:** cultura e mídia. 1. ed. Campinas: Pontes, 2017, v. 3. p. 23-39.

LECOQ, Jacques. **O corpo poético** – uma pedagogia da criação teatral. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Edições Sesc SP, 2010.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. 28 pessoas morrem na sexta-feira sangrenta. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/sexta-feira-sangrenta-28-mortos-nas-ruas>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho sim-

bólico. Campinas: Pontes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, P. [et al.]. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PROPP, V. **Comicidade e riso**. Tradução Aurora Bernardini e Homero de Andrade. São Paulo: Editora Ática, 1992.

REIS, Demian M. **Caçadores de risos**: o maravilhoso mundo da palhaçaria. Salvador: EDUFBA, 2013.

SÁNCHEZ, José A. **Prácticas de lo real en la escena contemporánea**. Cidade do México: Paso de Gato, 2012.

SILVA, Camila F. da. **Inovações nos repertórios de contestação**: o confronto em torno do transporte público em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. 184 p. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/143124/000996107.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

SILVA, Nelson. CD exalta violência de tropa de elite do Rio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Cotidiano, versão on-line, 05 de agosto de 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0508200626.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

**“NUM DIA COMUM DE HOJE”.
TRANSFIGURAÇÕES ENTRE DISCURSOS DE
REIVINDICAÇÃO DA DITADURA EM 1975 E EM
2019**

**“NUM DIA COMUM DE HOJE”.
TRANSFIGURATIONS BETWEEN CLAIMING
SPEECHES ABOUT THE DICTATORSHIP IN 1975
AND IN 2019**

Adrián Pablo Fanjul
Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, Brasil

Resumo: Abordamos comparativamente duas peças audiovisuais produzidas, uma em 1975 e outra em 2019, para comemorar laudatoriamente o golpe militar de 1964 no Brasil. Trata-se de um estudo de caso enquadrado na análise materialista do discurso, e nosso objetivo é apontar deslocamentos na regularização de uma discursividade autoritária e militarista. A análise focaliza aspectos da filiação institucional dos filmes; a interlocução posta em cena; a narrativa repetida; a estabilização de alguns objetos de discurso; e, no caso do vídeo de 2019, uma fissura na sintaxe. Encontramos entre os dois vídeos nítidos efeitos de paráfrase, mas também anacronismos e diferenças relevantes que dizem respeito às formações imaginárias na interlocução, à construção das entidades em conflito e às modalidades de ênfase e refutação. A partir dos resultados, hipotetizamos o atravessamento atual da regularização de um discurso militarista e autoritário por traços específicos de movimentos recentes.

Palavras-chave: Discurso político; ditadura militar brasileira; governo Bolsonaro

Abstract: We have comparatively approached two audiovisual pieces produced, one in 1975 and the other in 2019, in order to gratefully praise the 1964 military coup in Brazil. It is a case study based on the materialistic discourse analysis, and our aim is to point out movements in the regularization an authoritarian and militaristic discursivity. The analysis focuses the institutional affiliation of the films; the interlocution at stake; the repeated narrative; the stabilization of some objects in discourse, and, as for the 2019 video, a syntax split. We have found clear paraphrastic effects between both videos, but also anachronism and relevant differences regarding the imaginary formation in the interlocution, the construction of the conflicting entities and the emphasis and refutation modes. According to the results, we have hypothesized the current permeability of a militarist authoritarian discursive regularization by specific means of recent movements.

Keywords: political discourse; Brazilian military dictatorship; Bolsonaro's government.

Introdução

Em março de 2019, seu terceiro mês como presidente da República, Jair Bolsonaro pediu publicamente que as unidades militares comemorassem o aniversário do golpe de Estado que, em 31 de março de 1964, deu início a 21 anos de ditadura no Brasil. A declaração provocou protestos, polêmicas, idas e vindas institucionais e até resoluções judiciais. No próprio dia 31, o canal de WhatsApp do Serviço de Comunicação da Presidência (SECOM) transmitiu um breve vídeo que comemorava a data.

Ao assistir ao vídeo, diversos detalhes nos remeteram a outra produção audiovisual, esta da própria época da ditadura, que tínhamos especialmente presente devido a outros aspectos da nossa pesquisa sobre o período. Uma remissão que podemos caracterizar como “efeito de paráfrase”, noção que apresentaremos no item seguinte ao tratar sobre a regularização. Com efeito, vimos, entre esse vídeo e o documentário laudatório da ditadura denominado Brasil ontem, hoje, amanhã, produzido em 1975 e que faz parte do acervo do Arquivo Nacional, algumas semelhanças. Elas concentravam-se no tipo de interlocução posta em cena, com suas vozes e destinatários projetados; na articulação narrativa que, em cada uma das duas peças, apresenta o antes e o depois da ação militar, e em aspectos do repertório léxico. Juntamente com a percepção dessas proximidades, que pareciam fazer do vídeo de 2019 um “remake” abreviado daquela peça propagandística, notamos também diferenças que nos instigaram a realizar uma análise comparativa. Provocou-nos, também, a proposta de “fotogramas” na chamada desta Revista, já que nosso gesto de leitura foi “convocado por detalhes” e nos direcionou a indagar “a trama histórica funcionando”.

Assim, este artigo é configurado como um estudo de caso, cujo objetivo geral é descrever deslocamentos, nos modos de construir objetos de discurso e de articular vozes e lugares de saber, entre enunciados que podemos vincular a um mesmo espaço de regularização de um discurso autoritário. Dito de outro modo, refletir sobre o que vemos como uma “agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX [1983] 2002, p. 56) na deriva memorística desse discurso. Para tanto, a análise recairá sobre os aspectos que identificamos, no parágrafo anterior, como os que chamaram nossa atenção no jogo de semelhanças e diferenças entre ambos os filmes. Do documentário de 1975, muito mais extenso, selecionamos para análise

os trechos que faremos entrar em relação com o anúncio de 2019, que será abordado praticamente na sua totalidade.

Na primeira seção do artigo, apresentaremos algumas conceitualizações da análise materialista do discurso que serão mobilizadas. Na segunda, observaremos inconsistências informativas que marcam o contorno institucional da produção e divulgação de ambas as produções audiovisuais, em um caso como adulteração de seus créditos, no outro como sucessivas versões contrapostas acerca da sua proveniência empírica. Depois, abordaremos os tipos de interlocução representada. Na quarta parte, trataremos sobre a configuração narrativa que, com formulações diferentes, articula ambas as peças, e sobre a construção de alguns objetos de discurso como as “Forças Armadas” e o “povo”, apontando, no vídeo de 2019, uma tendência anacrônica. A última seção do artigo, antes das conclusões, analisará, no quadro desse anacronismo, o equívoco sintático que citamos no título, “Num dia comum de hoje”, que se encontra perto do final do vídeo recente.

Os dois materiais que analisamos foram, como explicaremos na segunda seção, produzidos em vinculação direta com setores governamentais das duas respectivas épocas, e para celebrar positivamente o golpe de 1964. Porém, além de estarem separados por mais de quarenta anos, têm inscrições genéricas e durações diferentes. Brasil ontem, hoje e amanhã, de 1975, é um documentário de propaganda com mais de 48 minutos e uma grande diversidade de materiais de arquivo jornalístico apresentados por uma voz em off. O vídeo de 2019, que não tem nome atribuído, dura menos de dois minutos e é gravado em um plano único. Para o primeiro, indicamos ao leitor a versão certificada pelo Arquivo Nacional¹, e não transcrevemos sua totalidade porque excederia largamente os limites de espaço para artigos. O segundo não foi guardado em espaços oficiais, e pode ser visto em diversos canais de Youtube². Como seu texto é breve, foi transcrito no Anexo.

Esclarecemos também que empregaremos a fonte **negrito** nos trechos verbais transcritos dos filmes com a função de grifar o segmento sobre o qual recai algum aspecto da nossa argumentação imediatamente precedente ou subsequente ao trecho. Diferentemente, usaremos a fonte *itálico* para destacar, na nossa escrita, alguma categorização proposta como valor

¹Disponível em: <http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do? InstanceIdentifier=0& EntityIdentifier=cgiVuE6vJFgLg_qtI93rQ5JfVTF47BciOEI3iFksCEEJU.&idRepositorio=0>. Acesso em 22 jun. 2019.

²Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uP9Z5dqmHF0>>. Acesso em 22 jun. 2019.

resultante da análise.

1. Alguns prolegômenos teóricos

Inscrevemos nossa perspectiva na análise materialista do discurso e, dentro do acervo teórico e metodológico desta corrente, interessa-nos situar o alcance que daremos a alguns conceitos de especial importância para o que desenvolveremos neste artigo.

Primeiramente, o interdiscurso, que entenderemos como uma ordem sustentada no funcionamento de pré-construídos e de remissões entre enunciados em um espaço de memória (PÊCHEUX, [1982] 2011). Quando especificada como discursiva, a memória é a possibilidade “de remissões, de retomadas, de efeitos de paráfrase” (PÊCHEUX, [1983] 2007, p. 52) que configuram um processo de regularização, um “efeito de série” (PÊCHEUX, [1983] 2007, p. 52) que pareceria tender à repetição. Na memória discursiva existe, para Pêcheux, um jogo de força que visa manter essa regularização e absorver acontecimentos discursivos novos, mas também a possibilidade de uma “desregulação”. Neste artigo, tentaremos mostrar que, no quadro da regularização de um espaço de memória discursiva militarista e autoritário no Brasil, o vídeo de 2019 deixa ver, sob a repetição, elementos novos que relacionaremos a determinações sócio-históricas.

Cremos que uma análise de apenas dois textos, ambos de caráter propagandístico, não é suficiente para propor e descrever uma formação discursiva do autoritarismo militarista no Brasil, mas esse tipo de condensação de regularidades está no nosso horizonte devido a vários procedimentos analíticos e interpretativos que seguiremos. A análise materialista adotou a noção foucaultiana³ de “formação discursiva” como espaços de regularidade, ligados a uma formação ideológica, que determinariam “o que pode e deve ser dito” a partir de um posicionamento em uma conjuntura dada (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 10-11). Aprofundando a relação entre essa categoria e a problemática do sujeito no discurso, Courtine ([1981] 2009) propõe que, na formação discursiva, acontece uma estabilização referencial dos objetos de discurso como evidências para um “sujeito de saber”, que é precisamente o sujeito “universal” dessa formação (COURTINE, [1981] 2009, p. 100-101). Neste trabalho, postularemos alguns saberes próprios do processo de regularização de um discurso autoritário no Brasil, e também dialogaremos, em determinado ponto, com o trabalho de Indursky (1995),

³ Formulada em Foucault (1969).

que estudou, de modo abrangente, o discurso de algumas instâncias institucionais da ditadura militar.

Outros dois conceitos deste campo teórico, o de “formações imaginárias” e o de “silenciamento”, serão apresentados, para maior clareza expositiva, no decorrer das análises.

2. Apagamentos e “acidentes” institucionais

O documentário de propaganda Brasil ontem, hoje e amanhã foi produzido em 1975 pela Agência Nacional, órgão que, na época, era subordinado ao Ministério da Justiça, e que, depois de sucessivas reformulações da estrutura estatal, foi absorvido pela Radiobrás, substituída em 2007 pela atual Empresa Brasil de Comunicação. O filme é conservado pelo Arquivo Nacional e é acessível no portal Zappiens.br. Na descrição constante no Zappiens, é registrada a informação de que seria um “programa Amaral Netto Especial”, e, efetivamente, foi exibido em 1975 no programa “Amaral Netto, o Repórter”, da TV Globo.

Se não há maiores dúvidas relativas à produção e à veiculação do documentário, existe sim uma importante lacuna que afeta sua identidade como objeto de arquivo e de memória histórica. Para abordá-la, recorreremos a informações de duas pesquisadoras que já trataram sobre esse documentário, Krause (2016) e Pizzutiello (2017), respectivamente nas áreas de História e de Análise do Discurso. Ambas concordam em que Brasil ontem, hoje, amanhã foi exibido pela Rede Globo e que a locução é de Cid Moreira, famosíssimo âncora do Jornal Nacional até a década de 1990. Krause inclusive informa que o presidente do que naquele tempo se denominava Banco do Estado de São Paulo, Murilo Macedo, teria entregue o filme ao Exército em ocasião de uma comemoração oficial dessa força (KRAUSE, 2016). Porém, Pizzutiello chama a atenção para um forte indício de adulteração nos créditos da única versão conservada:

O documentário, filmado inteiramente em preto e branco, tem um corte abrupto no final e, na hora de apresentar a ficha técnica, a música muda, a imagem fica colorida e aparecem os créditos e a ficha do que, ao que tudo indica, é um outro filme. Constam nos créditos textos que não estão no documentário, que seriam citações de Fernando Sabino, Antônio Silva Alvarenga e Carlos Drummond de Andrade, lidas pelo ator Rubens de Falco. Também estão os nomes do diretor de fotografia André Palluch, de Nilton Valério como narrador, e de Olívio Tavares de Araújo como diretor e

roteirista. (PIZZUTIELLO, 2017, p. 29)

Com efeito, o corte e a abrupta passagem são facilmente percebidos ao assistir ao vídeo, e essas imagens coloridas dos créditos parecem pertencer a algum filme sobre arte sacra⁴. Pizzutiello documenta as tentativas que fez com a Rede Globo buscando informação sobre essa possível adulteração e obtendo, da Equipe de Conteúdo da emissora, apenas uma resposta de que o filme não está incluído no seu acervo. O Arquivo Nacional, por sua parte, respondeu que a cópia que guarda é a mesma que está no site Zappiens.br, que assim chegou do acervo da ex-Agência Nacional e que não conta com mais informação sobre sua produção e conservação (PIZZUTIELLO, 2017).

Por sua parte, o vídeo comemorativo feito em 2019 foi cercado, de início, por dúvidas e contradições sobre sua própria produção e circulação inaugural. Apesar de ter sido postado pelo Planalto, foi, durante três semanas, objeto de afirmações e desmentidas sobre como foi realizado e quem decidiu sua circulação. Inicialmente, no próprio 31 de março, a Secretaria de Comunicação da Presidência (SECOM) confirmou que a peça audiovisual tinha sido divulgada pelo canal oficial no WhatsApp, mas que não comentaria o caso. Um dos primeiros procurados pela mídia foi o ator que aparecia falando no vídeo, Paulo Amaral, quem disse ter sido contratado para “fazer um comercial”, sem saber onde seria veiculado⁵. No mesmo dia, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, atribuiu a ordem de divulgação ao presidente Jair Bolsonaro, que se encontrava em Israel. Porém, no dia seguinte, 2 de abril, Mourão voltou atrás e afirmou que Bolsonaro não sabia da divulgação do vídeo: “em tese, deveria saber. Já sei que ele não sabia”⁶. Ainda no dia 2 de abril, um empresário, Omar Stabile, admitiu ter produzido o vídeo, mas afirmou que não estava destinado ao Planalto e que não sabia como o material tinha chegado até o governo federal⁷.

⁴ Araújo, o diretor mencionado nos créditos, efetivamente realizou documentários sobre arte (PIZZUTIELLO, 2017).

⁵ *El País*, edição Brasil, 2/4/2019, disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/01/politica/1554151562_942843.html>. Acesso em 22 jun. 2019.

⁶ *O Estado de São Paulo*, 2/4/2019, disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mourao-volta-atras-e-diz-que-bolsonaro-nao-sabia-de-video-em-defesa-do-golpe,70002777215>>. Acesso em 22 maio 2019.

⁷ *O Estado de São Paulo*, 2/4/2019, disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,empresario-assume-autoria-de-video-em-defesa-do-golpe-divulgado-pelo-planalto,70002776792>>. Acesso em 22 maio 2019.

Finalmente, duas semanas depois, o então ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto Santos Cruz, atribuiu o disparo do vídeo a um erro de procedimento interno da SECOM. Um funcionário teria recebido e repassado o material ao colega encarregado das postagens no canal de WhatsApp da Secretaria. “Este, por sua vez, teria entendido que o vídeo era uma peça oficial e, então, publicou na rede oficial.”⁸

Parece-nos importante começar este trabalho por esses “acidentes” que marcam o contorno das duas peças discursivas, porque nos parecem relacionados a um conflito no dizer. Apesar de o Brasil ser o país da América do Sul onde o ciclo de ditaduras das décadas de 1960 e 1970 menos foi objeto de políticas públicas de reparação e justiça, a regularização discursiva autoritária onde esses audiovisuais ganham sentido não deixa de ser atravessada pelo que denominaremos como um saber de conspiração, que deixa marcas materiais. Não temos acesso a disputas e motivações de indivíduos que resultaram na postagem do vídeo de 2019 na rede social oficial e nas suas posteriores desmentidas e apagamentos. Menos acesso temos, ainda, ao ato furtivo de adulteração do documentário de 75 no acervo da ex-Agência Nacional, ou no caminho que ele seguiu depois da extinção deste Órgão. Porém, essas mutilações (da película, da responsabilidade factual de uma postagem) significam por si: alguma coisa ainda precisa parecer “clandestina” ao reivindicar o regime militar (o vídeo de 2019 sequer tem créditos). Cremos que, no plano das formações imaginárias, concebidas como imagens que os interlocutores fazem uns dos outros, determinadas pelos lugares que ocupam na formação social (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 79-87), essa saliência de anonimato não constrói uma antecipação de punibilidade legal, como poderia ser em um país onde houve condenações jurídicas contra membros desses regimes, mas a antecipação imaginária de uma potencialidade não visível e sempre à espreita.

Esse saber de conspiração que propomos se vincula contraditoriamente, na regularização da memória discursiva no espaço mais amplo da sociedade brasileira, àquilo que Orlandi ([1998] 2010, p. 66) caracterizava como uma in-significação ou de-significação do terrorismo de Estado no Brasil. Por não ter havido, sobre os fatos da tortura e do desaparecimento, um trabalho de significação política, esse terrorismo “não está nem esquecido nem foi

⁸ *O Estado de São Paulo*, 16/4/2019, disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,santos-cruz-assume-responsabilidade-por-divulgacao-de-video-pro-ditadura,70002793946>>. Acesso em 22 maio 2019. Santos Cruz foi demitido pelo presidente devido a divergências sobre a política de comunicação, logo nos dias em que encerramos a escrita deste artigo.

trabalhado, metaforizado, transferido”. Ou, como agudamente observa Ab Sáber (2010, p. 189), o desejo de justiça e reparação “é um significante virtual que não se realiza como força social real”. Porém, essas faltas não são a mesma coisa que uma comemoração eufórica: antes bem, a de-significação parece garantida, dentre outros fatores, também pela não rememoração pública da ditadura. Cabe trazer esta síntese de Marcos Napolitano sobre a duplicidade assumida a respeito pelas próprias Forças Armadas:

As autoridades militares atuais preferem o silêncio público oficial, ainda que os manuais escolares de formação militar sejam pautados por visões positivas do golpe e do regime. O Museu do Exército, no Forte de Copacabana, tem apenas uma discreta sala destinada a “presidentes militares do Brasil” com foto, dados biográficos e currículo administrativo dos mandatários, mas silencia sobre o período em que as Forças Armadas estiveram no comando do Estado (NAPOLITANO, 2015, p. 26).

Por isso, mesmo sob um governo como o de Bolsonaro, que não oculta sua simpatia pelo regime militar, o conjunto das declarações presidenciais em março de 2019 sobre a necessidade de festejar o aniversário do golpe de 1964 foi mal recebido, inclusive, entre as Forças Armadas⁹. De fato, a tentativa de comemoração deu lugar a uma onda de posicionamentos de dirigentes políticos e de editoriais da grande mídia que costumam evitar o assunto, argumentando sobre a necessidade de “deixar o passado para trás e olhar para o futuro”, fórmula habitualmente direcionada contra propostas de justiça e de reparação.

3. A interlocução em cena nas duas peças audiovisuais

Como antecipamos na Introdução, o filme de 1975 é muito mais longo do que o vídeo de 2019. Inversamente, neste vídeo há duas vezes identificadas no nível da performance sonora e, no antigo documentário, apenas a voz em off do âncora Cid Moreira.

⁹ Embora não houvesse uma manifestação explícita desse mal-estar, uma reportagem da *Folha de São Paulo* de 31 de março traz dados que permitem deduzi-lo. Nenhum dos 50 militares integrantes do governo Bolsonaro que foram procurados pela reportagem quis falar da data. O comando do Exército deu uma resposta que evitava o tom avaliativo, e tanto a Marinha quanto a Aeronáutica se limitaram a pedir ao jornalismo que, para “questionamentos de cunho político”, fosse procurado o Ministério da Defesa. *Folha de São Paulo*, 31/3/2019, disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/para-exercito-golpe-de-1964-deve-ser-mais-bem-compreendido.shtml>>. Acesso em 12 jun. 2019.

Neste último, apesar de haver uma única voz de intérprete, a diversidade de inflexões e de modalidades de enunciação socialmente vinculáveis é bem maior. O material propicia tal multiplicidade, já que o texto, em contraponto com imagens que variam muitíssimo (trechos de telejornais, fotografias de páginas de mídia impressa, gráficos explicativos), passa da interpelação a um ouvinte apresentado como próximo para a descrição de situações de referência cronológica diversa, dados macroeconômicos comparativos e anúncio de obras planejadas.

A respeito dessa polifonia, Pizzutiello (2017, p. 95-96), adotando, na sua análise, a categoria de “locutor-x” de Guimarães (2005) como lugares de dizer socialmente determinados, identifica, no documentário propagandístico de 1975, duas inflexões como desdobramentos do lugar de saber e de autoridade em que o locutor se apresenta. A autora diferencia, de um lado, o tom de alguém que orienta, que oferece assistência sem sair do seu lugar de autoridade, e, por outra parte, sequências em que o dizer se orienta para o de um “especialista” que apresenta dados e perspectivas futuras para a economia brasileira.

Diferentemente, no anúncio de 2019, não há qualquer ressonância de uma voz de “especialista”, só um direcionamento emotivo constante e crescente. Porém, o ponto de partida no fio do discurso é algo que as duas peças têm em comum: o direcionamento explícito a um “você”, traço que, em ambas, não é apenas o eixo organizador da interlocução mostrada, como também da temporalidade, porque esse “você” é cominado a rememorar ou a corroborar um passado.

O que “você” precisa evocar, nos dois filmes, é o tempo anterior ao golpe, que no antigo documentário corresponde ao “Brasil ontem” aludido no título. O momento histórico, apresentado como caótico, com o país à beira de uma catástrofe, seria o que “exigiu” a intervenção das forças armadas, e a narração em dois atos, um como consequência inexorável do outro, estrutura tanto o vídeo de 2019 quanto a primeira parte do filme de 1975. Neste, a primeira ocorrência da forma “você” pode parecer de referência não específica (grifado no trecho 1 a seguir), mas vai ganhando especificidade na medida em que é identificado como interlocutor (trecho 2):

(1) Foi há muito pouco tempo, há apenas 11 anos, e o Brasil sofria uma de suas piores crises: greves sobre greves, ameaça de guerra civil, caos quase incontrolável, deterioração econômica e financeira, indisciplina invadindo os quartéis, inflação galopante, forçando para o alto praticamente cada semana os preços de tudo. Foram momentos terríveis. Naquela época, **você**

podia ler a manchete de que era pedida a falência do Banco do Brasil (*Brasil ontem...*, minuto 2:47, grifo nosso).

(2) Foram tempos difíceis. Você se lembra? Você, chefe de família. Você que não era criança há 11 anos atrás. Vocês que viveram aquele tempo. Vocês se lembram? (*Idem*, minuto 4:31).

De fato, a interrogação “Você se lembra?”, que aparece pela primeira vez no trecho citado, é reiterada como fórmula organizadora ao longo de toda a primeira parte do documentário. O “pai de família”, aquele que “não era criança há 11 anos atrás” precisava fazer um esforço por lembrar, já que o filme apresentava o passado de “angústias” como unimaginável a partir da prosperidade do “Brasil hoje”. Pela sua parte, o curto vídeo comemorativo de 2019, quando invoca a lembrança, não o faz na forma de pergunta. Apesar de a distância temporal ser muito maior, ele apresenta esse passado, já nas palavras iniciais, como coisa “sabida”:

(3) Se você tem a mesma idade que eu, pouco mais, pouco menos, **sabe** que houve um tempo em que nosso céu de repente não tinha mais estrelas que outros, nem nossa vida e nossos campos e bosques mais flores e amores (Vídeo de 2019, grifo nosso).

O passado catastrófico e temido seria algo que toda pessoa de certa idade “conhece”, como são sabidos os trechos do Hino Nacional Brasileiro parafraseados como sua antítese¹⁰. E no caso de “você” ser jovem demais para saber, “já deve ter ouvido isso dos seus pais” (ver transcrição no Anexo). No entanto, existe uma diferença importante com o lugar de saber ocupado pelo enunciador em Brasil ontem, hoje, amanhã. Aqui, esse saber precisa contestar vozes que o refutariam; vozes não referidas, mas aludidas pelo funcionamento do interdiscurso, como tentamos representar a seguir a partir de “quer ter certeza” e da construção focal “era, sim”, no trecho imediatamente seguinte do vídeo:

“Você... quer ter certeza de que isso é verdade ... Você vai ver: era, sim, um tempo de medo e ameaças...”

é sustentado por:

É verdade (p = “isso”) e é falso (não p), portanto, “você vai ver”

que, por sua vez, precisa de:

¹⁰ Na letra do Hino: “Do que a terra mais garrida / teus risonhos lindos campos têm mais flores / Nossos bosques têm mais vida / Nossa vida no teu seio mais amores.”

(*não p*)

como elemento de um domínio de saber antagônico ao daquele em que a sequência se inscreve¹¹.

Esse exercício polêmico contra algo que não se especifica, reforçado pelas duas negações na parte final da fala do ator, “Não há como negar” e “Não dá para mudar a história”, não se percebe no documentário produzido nos tempos da ditadura. Nele, os únicos obstáculos entre o interlocutor e a “verdade” são o tempo e a possibilidade de esquecimento, objetos principais das concessões retóricas a outras vozes, como neste caso, quase imediatamente posterior ao trecho (1) já transcrito: “Os jovens de hoje, **é certo**, não se lembram disso, eram crianças naquele tempo, tempo de incertezas” (grifo nosso).

Assim, na apelação para recordar o que teria ocasionado a “necessidade” da intervenção militar, cada um dos dois filmes mostra, apesar da sua semelhança no esquema narrativo, diferenças na sua linha dialógica. Em 1975, a situação da ditadura militar já não era a mais confortável¹², e era oportuno que, em um programa de grande audiência, a voz enunciativa fizesse esse duplo movimento de “rememorar” e, simultaneamente, enfatizar os “progressos” obtidos sob o regime. Diferentemente, no vídeo de 2019, a inflexão polêmica ganha a forma que acabamos de descrever: uma refutação compacta e reiterada contra antagonistas invisibilizados pela não marcação no intradiscursos. Com efeito, não há sequer um genérico “diz-se”, apenas o seco realce de “sim” e “não”, porque o empreendimento supõe um verdadeiro esforço na direção que, nos estudos de História, é avaliada como negacionismo¹³. Previsível, porque se trata de parafrasear a mesma narrativa depois de quatro décadas de construção de conhecimento e de profusa documentação sobre a ditadura, cujo efeito não se limitou ao âmbito da historiografia, mas deu lugar a uma construção de memória que, com fraquezas e contradições, ainda é predominantemente disfórica em

¹¹ Levamos em conta aqui as propostas de Courtine ([1981] 2009) sobre o funcionamento das construções focalizadoras na refutação

¹² A crise internacional do petróleo no final de 1973, o deterioramento das relações com a Igreja Católica por causa das denúncias de tortura, e os resultados desfavoráveis para o governo nas eleições legislativas de 1974 são três aspectos desse cenário que começava a mudar (FAUSTO, 2002).

¹³ Adotamos aqui a caracterização de “negacionismo” proposta pelo historiador Marcos Napolitano, quando entrevistado pela jornalista Regiane Oliveira (2019): “um tipo de afirmação histórica que não tem base documental, que distorce o processo factual, ou que simplesmente trabalha com documentos falsos, com o objetivo de negar processos que são consensuais”.

amplios setores da sociedade (NAPOLITANO, 2015). Assim, por mais força que o negacionismo possa ter obtido nos últimos anos¹⁴, sua enunciação em uma tentativa de inscrição institucional “oficial” é ainda capturada pela necessidade de ter a refutação como seu modo de dizer mais saliente.

Também das vozes, mas, no caso, como performance sonora, surge, no vídeo de 2019, um detalhe que coaduna o negacionismo com o saber de conspiração que postulamos no item anterior. Perto do final, quando o ator conclui sua fala e a música desaparece, sobre um fundo de silêncio e apenas com a imagem da bandeira nacional, outra voz, em off e muito mais impostada, pronuncia “O Exército não quer palmas nem homenagens. O Exército apenas cumpriu o seu papel”, terminando o vídeo justo nesse momento. A inexistência de qualquer crédito final e a formulação daquilo que o Exército “quer” abrem caminho para a leitura de que o vídeo poderia ser porta-voz da palavra “oficial” dessa força, configurando-se algo que beira a tentativa de burla institucional, um quase “fake” enunciativo. De fato, independente de que possa haver militares envolvidos na produção e circulação do vídeo, nem o Exército nem qualquer outras das Forças Armadas o reproduziu nas suas redes oficiais nem o comentou.

4. A narrativa retomada nos filmes; seus personagens e cenários

Como antecipamos no item anterior, há, em ambos os textos fílmicos, um esquema narrativo que se reitera: uma situação de caos e de decomposição crescente, diante da qual a intervenção militar aparece como inexorável, exigida pelas circunstâncias e por setores diversos. Observaremos aqui as semelhanças e diferenças na textualização dessa narrativa e na construção discursiva de alguns dos seus objetos e personagens, porque nesse processo também se percebem as marcas do real histórico e das novas formas de uma regularização discursiva autoritária e militarista. Comparemos o “ponto de inflexão” no documentário de 1975 (trecho 4) com o do vídeo de 2019 (trecho 5)

(4) Foi no último instante, quase no momento derradeiro, e quando o país estava à beira da guerra civil, quase em pleno caos; alguma coisa aconteceu. Era impossível continuar suportando tantos desmandos, tanta incompetência, tamanha anarquia. E o clamor de vozes conscientes encontrou eco em soluções inadiáveis, e as Forças Armadas, elas próprias mais do que ameaçadas foram chamadas, praticamente intimadas a cumprir

¹⁴ Ver, por exemplo, a já mencionada reportagem de Oliveira (2019).

a missão que o momento lhes impunha, restabelecendo a ordem e livrando o país dos trapos vermelhos que ameaçavam sufocá-lo (*Brasil ontem...*, minuto 9:02).

(5) Foi aí que, conclamado por jornais, rádios, tevês, e principalmente pelo povo na rua -povo de verdade: pais, mães, igreja- que o Brasil lembrou que possuía um exército nacional, e apelou a ele. Foi só aí que a escuridão, graças a Deus foi passando, passando, e fez-se a luz (Vídeo de 2019).

Surpreende a emergência de um mesmo tipo de marcação temporal (“Foi no último instante...” / “Foi aí que...”), que sobrepõe, mediante uma clivagem, o ápice da crise com a chegada da resolução, aproximando-se de gêneros de ficção narrativa, bem como reforçando sentidos de inexorabilidade. E o introduzido a partir dali concentra diversos caminhos de comparação, que expandiremos, por momentos, a outros trechos dos filmes. Começaremos por quem é conclamado e quem conclama.

É notável que, no filme produzido durante a ditadura, quem chega “em auxílio” do país são “as Forças Armadas”, e, no de 2019, apenas o Exército. As outras forças não são mencionadas em nenhum momento, enquanto o Exército, como pode apreciar-se na transcrição completa no Anexo, aparece cinco vezes. Já no documentário de 1975 nenhuma das três Forças Armadas era mencionada em particular, somente as três como um todo no excerto citado no trecho (4). A explicação pode parecer óbvia, já que somente membros do Exército participam atualmente do governo Bolsonaro. É previsível, então, que a elaboração de peças propagandísticas de um discurso militarista conte hoje com mais grupos próximos dessa força. No entanto, é também sinal de uma articulação política muito diferente do golpe de 64 e, para o que aqui interessa, é uma significativa marca de como o sócio-histórico afeta essa discursividade. Não se trata apenas da emergência de um nome e não de outros: toda a construção de objeto articulada por essa denominação abre caminhos, como veremos a seguir, para filiações interdiscursivas mais “de hoje” do que “de ontem”.

Imediatamente depois de “o Brasil lembrou que possuía um exército nacional, e apelou a ele”; a imagem vira de preto e branco para colorida, começa a aparecer, em vez do fundo preto, a bandeira nacional, e o som deixa de ser uma música taciturna para dar lugar ao início instrumental do Hino Nacional. Durante a transformação visual e sonora, o intérprete profere: “Foi só aí que a escuridão, graças a Deus, foi passando, passando, e fez-se a luz”. Assim, a resolução é mostrada com a instantaneidade e as

propriedades de um milagre, enquanto o tópico religioso da criação ressoa em “fêz-se a luz”. Não aparece, no caso, nenhuma formulação relacionável à vida institucional, sempre presente nos discursos de justificação da ditadura brasileira, como a que vemos em ponto análogo do documentário de 1975, no trecho (4), que já transcrevemos: “reestabelecendo a ordem”. Em lugar disso, encontramos uma figuração de imagem, som e linguagem verbal que apresenta claras marcas vinculáveis aos avanços do fundamentalismo religioso na atual política brasileira e, em especial, na heterogênea base que levou Jair Bolsonaro ao poder (GOLDSTEIN, 2018; CARBONELLI, 2018).

A própria identidade e função do Exército na cena narrada é, até certo ponto, afetada por essas ressonâncias religiosas. Por uma parte, temos a duplicação continuada da fórmula “O Exército nos salvou”. A construção discursiva das Forças Armadas como “salvadores da pátria” está presente nos discursos de autojustificativa de todas as ditaduras latino-americanas das décadas de 1960 e 1970 (CHIRIO, 2012) e resulta perceptível também no documentário de 1975. Porém, no vídeo de 2019, os sentidos de messianismo se acentuam pela reiteração insistente, e também porque essa reiteração não está acompanhada por quase nada mais. Por outra parte, ao se enunciar que o Brasil “lembrou que possuía um exército nacional e apelou a ele” e que “foi só aí” que chegou a luz, o Exército aparece como antes esquecido e sua irrupção remete, pela potencialidade quase milagrosa de reverter o quadro, mais a exércitos de tradições legendárias do que a uma institucionalidade contemporânea. Finalmente, na sua relação com o real histórico, essa cena de apelo a algo esquecido é revelada como anacronismo, já que de maneira nenhuma, no período prévio a 64, as Forças Armadas estavam fora da cena política brasileira; pelo contrário, sua participação era intensa¹⁵, não havia como não serem “lembradas”.

Cremos que as diferentes ausências que estamos percebendo (das Forças Armadas, da sua incidência sobre a vida institucional, que sequer aparece construída por inflexões de um saber autoritário) podem ser pensadas a partir do que Orlandi (2007, p. 24) considera uma “política do silêncio”. Diferente do “silêncio fundador”, que produz as condições para significar e é função da relação entre língua e ideologia, trata-se de “uma declinação política da significação”, dimensão do silenciamento no intradiscurso, dada pelo fato de que dizer algo implica necessariamente não dizer outra coisa. Dentro das formas de política do silêncio, a autora distingue entre a censura

¹⁵ Para um panorama geral sobre a presença constante e explícita das Forças Armadas na política antes de 1964, remetemos a Fausto (2002).

como interdição proibitiva (“silêncio local”) e o que cremos corresponder ao tipo de falta que estamos explicando, o “silêncio constitutivo”:

Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiímplicito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” região de sentidos (ORLANDI, 2007, p.73).

Cremos que o silenciamento da implantação institucional das Forças Armadas coaduna com uma construção imaginária de 64 em que as relações políticas são substituídas por um quase milagre. Para compreender melhor essa relação, consideremos que o único período histórico do Brasil independente em que encontramos uma escassa visibilidade das Forças Armadas na política é o regime democrático aberto pela Constituição de 1988. E sua visibilidade retorna precisamente com a crise (ou colapso) da institucionalidade democrática, sobretudo depois do impeachment de Dilma Rousseff. Em 2017, diversas figuras do Exército dão depoimentos públicos, alguns deles considerados como intervencionistas e, em abril de 2018, militares se manifestam em relação à possibilidade de habeas corpus para o ex-presidente Lula da Silva (PINTO, 2019). Isto é, o mesmo processo de crise que vai levar a uma eleição de Bolsonaro para a presidência é o que corresponde a uma recuperação dessa presença pública dos militares. Assim, a figuração do exército esquecido, que vemos no vídeo para-oficial de 2019, parece ser funcional, mais do que a uma rememoração do golpe de 1964, a uma projeção, sobre um passado que é pura data esvaziada, do que poderia ser um relato fundador, não formulado, das novas direitas que saíram para as ruas na presente década e se entrelaçam, com graus desiguais de adesão, na base “bolsonarista” (BRUM, 2019; GOLDSTEIN, 2018). E esse não é o único elemento que aponta para o anacronismo, como perceberemos a seguir, ao observar quem é, em cada filme, a personagem que “conclama” pela solução militar.

No documentário de 1975, como mostramos no trecho (4), é mencionado um “clamor de vozes conscientes” pelo qual as Forças Armadas foram “praticamente intimadas” a ocupar o poder. No vídeo recente, a conclamação proveio de “jornais, rádios, tevês, e principalmente pelo povo na rua (povo de verdade: pais, mães, igreja)”. Vários detalhes merecem atenção, aqui, e observá-los comparativamente fará com que voltemos sobre o problema da interlocução representada em ambos os audiovisuais.

Se observarmos a construção da entidade “o povo” ou “nosso povo” no documentário de 1975, entenderemos por que ela não poderia ter menção de destaque nesse clímax “derradeiro”, em que o clamor é de “vozes conscientes”. As menções ao povo na extensa locução do intérprete, tanto para fazer referência ao país de “ontem” como aos de “hoje” ou “amanhã”, constroem uma entidade principalmente passiva e diminuída, sem qualquer autonomia. Dialogando aqui com um trabalho pioneiro de Indursky (1995), que analisou diversas maneiras de representar o “povo” em alocações públicas dos presidentes do regime militar, diremos que predominam, no documentário, as modalidades que a pesquisadora denominou como “Povo 2” e “Povo 5”. O 2 era o povo trabalhador e sacrificado, representado como aquele que “nada sabe” e deve ser protegido, em uma polaridade com o enunciador detentor de saber. E o 5 correspondia ao povo como massa de manobra de aproveitadores¹⁶.

O povo sacrificado e despossuído de saber se percebe na parte do documentário correspondente ao “Brasil hoje”, quando, junto com progressos em indicadores macroeconômicos, é reconhecido que uma parte do país vive em condições muito precárias. Tal parte paciente e sofrida da população é separada, pelas marcas de pessoa, de um “nós” em que a voz enunciativa parece se unir com o “você” interrogado no início do filme (“você se lembra?”). Esse “nós” coaduna o portador de saber com seus interlocutores privilegiados, que podem compreender mais do que o povo sofrido. A distribuição é visível nestes trechos (6 e 7), ouvidos enquanto a imagem passa por favelas e outras moradias pobres:

(6) Com tudo que mostramos **a vocês** até agora, não dissemos nunca que o Brasil é um paraíso; temos muito que corrigir e assumimos essa verdade, com a consciência de quem sabe como são graves os problemas. O que se fez nestes 11 anos responde pelo que se pode fazer daqui por diante, por **brasileiros como estes**, que vivem nesse tipo de habitação que **a todos nós deve envergonhar**, cujo direito a uma vida melhor preocupa de fato **a todos nós, porque somos todos responsáveis** (*Brasil ontem...*, minuto 39:10, grifos nossos).

(7) Precisamos acelerar ainda mais o passo, para que um número cada vez menor de **brasileiros como esses** sofra as agruras da miséria, dos desníveis

¹⁶ Quanto aos outros referentes, para a autora, o “Povo 1” compreende a classes médias e altas e, de modo geral, os que apoiam o regime. O 3 corresponde aos casos em que a referência se estende à totalidade dos brasileiros, e o 4 à sociedade civil organizada. Cremos que a relação de paridade que a voz enunciativa do documentário de 1975 estabelece com o “você”, e que explicamos no próximo parágrafo, aproxima o “você” do que Indursky denominou como “Povo 1”.

regionais, das endemias, da subnutrição. **Pense nisso**, como todos estamos pensando, para que **a gente nossa** não viva mais assim (*Brasil ontem...*, minuto 40:51, grifos nossos).

A diferença que estamos considerando entre os dois audiovisuais em torno do tratamento discursivo do “povo” é maior ainda quando consideramos o “principalmente pelo povo na rua” do trecho que já citamos como (5) do vídeo de 2019, posto como grande convocador da força salvadora. No documentário de 1975, quando trata sobre o “caos” prévio ao golpe, uma das afirmações é “quem sofria era **o povo, que era levado às ruas** para pedir, talvez nem ele mesmo soubesse o quê” (*Brasil ontem...*, minuto 5:19, grifo nosso); o povo como instrumento de agitadores e baderneiros. As abundantes imagens de manifestações de rua acompanham, sempre com um fundo musical que sugere perigo, a descrição da época mostrada como nefasta.

É que, embora o golpe de 1964 tenha sido, em parte, impulsionado por manifestações de rua prévias de setores da classe média, a ditadura que se iniciou naquele ano não teve o recurso a ruas como parte de seu funcionamento e relacionamento com a sociedade; pelo contrário, as manifestações e comícios foram sempre vistos como ameaça, como no próprio documentário propaganda quando brevemente se refere aos movimentos de 1968: “Badernas e arruaças voltaram às ruas, e com elas a insegurança e a intranquilidade” (minuto 13:04). Vale levar em conta também que, antes do golpe, a estratégia de mobilizar as ruas contra Congresso pelas “reformas de base” tinha sido, precisamente, do derrocado João Goulart (MOTTA, 2016, p. 95). Portanto, esse “povo na rua” do vídeo bolsonarista não se estabiliza como objeto de discurso nos mesmos domínios de memória (COURTINE, [1981] 2009, p. 112) do documentário de 1975 e dos enunciados do regime analisados, como já comentamos, por Indursky (1995). Sequer corresponde ao “você” interlocutor preferencial do documentário, aliado passivo que precisa constantemente ser chamado a lembrar. É um “povo na rua” glorificado e com papel decisivo na épica: a solução que trouxe “a luz” foi convocada “principalmente” por ele.

Desse modo, também neste aspecto, o discurso do novo vídeo pode ser vinculado com a regularização discursiva de atuais movimentos de direita no Brasil, que mostraram força em diversas manifestações de massa, sobretudo no processo do impeachment, e, em especial, dos que confluem na heterogeneidade “bolsonarista” que o vídeo interpela. Opera, assim, um novo anacronismo em relação à data “lembrada”: um 64 esvaziado

de nomes e de imagens, reduzido a um rosto relatando sobre um pano de fundo, que muda de preto para verde-amarelo. Sobre esse silenciamento, a materialidade verbal projeta a representação de um antagonismo que se assemelha muito mais ao processo que envolveu a própria chegada do bolsonarismo ao governo do que ao golpe militar de meio século atrás. Um processo em que a rua ganha centralidade para a direita e para a esquerda (LÖWY, 2016) e é cenário para a disputa sobre quem é “povo de verdade”.

5. “Num dia comum de hoje”. A transcendência do mediano.

Por último, trataremos sobre a estranha construção que encerra o vídeo de 2019 e que incluímos no título. Há, na curta alocução, outros deslizos que sugerem não ter sido objeto de uma revisão. No entanto, a dissonância semântica nesse adjunto temporal quase no final da fala do ator chamou não apenas nossa atenção, mas a de vários meios de comunicação, que acrescentaram um “(sic)” ao transcrevê-la. Cremos que esse ponto do intradiscurso onde o funcionamento da língua se abriu tão nitidamente ao equívoco é um lugar privilegiado para resumir nossa reflexão sobre memórias conflitantes na regularização de um discurso autoritário-militarista. Transcrevemos o trecho, grifando o ponto em questão:

(8) A bandeira verde-amarela voltou a tremular e o medo deu lugar à confiança no futuro. O Exército nos salvou. O Exército nos salvou. Não há como negar. **E tudo isso aconteceu num dia comum de hoje, um 31 de março.** Não dá para mudar a história. (grifo nosso).

A diferença entre invocação a uma lembrança e refutação que analisamos na seção 2, bem como o conjunto de anacronismos na construção das personagens da narrativa que abordamos em 3 encontram, neste trecho, uma articulação crucial. Antecedido e seguido por refutações, que atribuem um negacionismo histórico ao antagonista, emerge um verdadeiro curto-circuito temporal. O fio narrativo vem se mantendo como o de um passado pontual e aspectualmente episódico e assim é retomado pela forma “aconteceu”. Porém, essa temporalidade resulta incompatível com o que “num dia de hoje” (“comum” ou “incomum”) poderia indicar; não sem esforço interpretativo, talvez “num dia da atualidade”. Surgem, assim, três possíveis reformulações que “endireitariam” o equívoco em direção ao possível na língua:

- (a) ...num dia como o de hoje...
- (b) ... num dia como um (dia) de hoje...
- (c) ...num dia comum, como o de hoje...

A “solução” (a) apareceu na reformulação feita em uma outra divulgação para-oficial da peça. No tuíte em que postou o vídeo, o deputado federal Eduardo Bolsonaro escreveu: “Num dia **como o de hoje** o Brasil foi liberto. Obrigado militares de 64!”¹⁷.

No que efetivamente foi formulado no vídeo, o hiato temporal se suspende; o “de hoje” pode se instalar no acontecer passado, pode substituir o próprio memorável. Por sua parte, o “comum” instala outra interrogação. Como poderia ser “comum” um dia em que tudo mudou, em que “fez-se a luz”, o dia da irrupção transcendental do Exército que “nos salvou”?

Mais uma vez, precisamos recorrer a domínios discursivos, tanto verbais como imagéticos, daquilo que pode se esboçar como “bolsonarismo”, que ainda está marcando seus caminhos discursivos e requer estudo. Cremos que pode ser muito produtivo, a respeito, o diálogo da análise que aqui desenvolvemos com a bela reflexão sobre o “homem mediano” que a escritora e documentarista Eliane Brum (2019) produziu a propósito da eleição de Bolsonaro. Numa coluna publicada em El País, a autora propõe que, embora apele a propostas e significantes do passado, “a configuração encarnada por Bolsonaro é inédita”. Os eleitores do capitão reformado teriam buscado nessa proposta principalmente “um homem parecido com seu tio ou primo, ou com eles mesmos”. Assim, a campanha eleitoral tentou construir um Bolsonaro que “não devia parecer melhor, mais igual. Não deveria parecer excepcional, mas ‘comum’.”

Homem mediano, comum, como a própria corporalidade, os gestos e o figurino do ator no vídeo. Um dia comum, como pode ser um almoço de domingo, precedido ou seguido por um passeio de verde-amarelo, em uma política “sem políticos”, com famílias também comuns. Nesses “dias de hoje”, muito longe dos cálculos e riscos de um levante político-militar e das relações e identidades políticas de 64, é que se constitui o setor sobre o qual o bolsonarismo tenta se apoiar e que, eventualmente, pode tentar mobilizar diante das dificuldades¹⁸.

¹⁷ *O Globo*, 31/3/2019, disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/planalto-divulga-video-que-exalta-golpe-militar-de-1964-23563896>>. Acesso em 19 jun. 2019, grifo nosso.

¹⁸ Ainda é cedo para avaliar em que medida o governo Bolsonaro poderá ser caracterizado pelo apelo “às ruas” como estratégia de pressão. Até o momento da escrita deste artigo, já houve

Considerações finais

A reflexão comparativa que realizamos sobre duas produções audiovisuais brasileiras de épocas diferentes, direcionadas ambas a uma comemoração laudatória do golpe de 1964 e do regime que ele instalou nos levou a tratar, inicialmente, sobre algumas lacunas que marcam sua presença no espaço público. Em um caso, interpretamos o apagamento, ainda não esclarecido e com indícios de adulteração, de dados que delimitam sua identidade, como sintoma de algo que o Estado preferiu deixar sob uma quase censura durante várias décadas. No outro, as afirmações e desmentidas que marcaram sua reprodução pública indicam que a pura negação do terror de Estado está longe de ser socialmente consensual. Propusemos que o “saber de conspiração” que atribuímos ao sujeito de uma regularização discursiva militarista se relaciona, também, à ausência de créditos de produção e à confusa inserção da denominação “o Exército” no dispositivo enunciativo do vídeo de 2019.

Ao contrapor, depois, a interlocução representada e os lugares de saber atribuídos aos interlocutores foi que localizamos a desestabilização nas “filiações socio-históricas de identificação” em uma memória discursiva militarista e autoritária a que nos referimos na introdução. Encontramos, primeiramente, diferenças entre um imperativo de “lembrar” e outro de “verificar / refutar” como preeminentes em cada um dos dois filmes. E a análise da sequência narrativa sobre a passagem do “caos” para a resolução salvadora foi a que nos permitiu articular a representação da interlocução com a construção dos objetos de discurso. Assim, no vídeo de 2019, que passou a ser nosso centro de atenção, observamos, em lugar da enunciação de uma ordem institucional e social recuperada, a apresentação de um instantâneo milagre, com a ordem transfigurada em luz por um “exército” puro, desprovido, como efeito de uma política do silêncio, de relações com a política institucionalizada, que esperava apenas sair do esquecimento para agir como salvador. Esse país, desenhado com claro-escuros e trechos descontínuos do Hino Nacional, aparece como platITUDE se comparado com a “diversidade” hierárquica que tecem as formações imaginárias ativadas pelo documentário de 1975. Nele se conjugava o monopólio autoritário do saber com uma visão aristocrática que distribuía legitimidade de interlocutores na desigualdade social. O “clamor de vozes conscientes” e o “você, pai de família” não eram o mesmo que os miseráveis e sofredores, que nada sabiam

pelo menos uma ocasião, no dia 26 de maio de 2019, em que fez essa aposta, e que os analistas políticos viram, de modo geral, nem como um sucesso nem como um fracasso.

e eram apenas um terceiro do qual se falava. Já no vídeo de 2019, só existe o “povo de verdade”, o “com(o)um de hoje”.

Quando tanto circula, no espaço público brasileiro, o termo “retrocesso”, pretendemos contribuir, com este trabalho, a questionar a percepção fatalista de ciclos que se repetem. E o fazemos mostrando precisamente como a interrogação analítica da repetição na linguagem permite observar um movimento nos sentidos que nunca pode ser o mesmo. Na formação social brasileira, no real dos conflitos nas relações de força, há, neste momento, um acontecer com muito de inédito, onde pouca coisa aparece como definida. Com a cautela que pede a aproximação do presente, esperamos que nosso trabalho tenha conseguido captar algo do movimento contraditório que acontece necessariamente em uma regularização discursiva, no caso a do autoritarismo brasileiro, quando seu espaço de interlocução se vê alterado pela diversificação da sua base social e da sua ancoragem político-institucional.

Referências

AB’ SÁBER, T. Brasil, a ausência significativa política (uma comunicação). In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Orgs.). **O que resta da ditadura**. A exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 187-202.

BRUM, E. O homem mediano assume o poder. **El País**, 4/1/2019, s/n de página. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311_448043.html>. Acesso em 16 jun. 2019.

CARBONELLI, M. Entre los templos y las urnas. La gravitación evangélica en la vida política de Brasil. In: CARBONELLI, M. et al. **Dossier EleNão?** Las elecciones brasileñas y la coyuntura política. Buenos Aires, Centro de Estudios en Ciudadanía, Estado y Asuntos Políticos, Facultad de Ciencias Sociales – UBA, 2018, s/n de página. Disponível em:< <http://ceap.sociales.uba.ar/2018/10/16/dossier-ele-nao/>>. Acesso em 17 jun. 2019.

CHIRIO, M. **A política nos quarteis**. Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COURTINE, J. **Análise do discurso político**. O discurso comunista endereçado aos cristãos. [1981]. Trad. de Cristina de Campos Velho Birk et al. São Carlos: EdUSCar, 2009.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 10ª edição. São Paulo: EDUSP, 2002.

FOUCAULT, M. **L’ archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

GOLDSTEIN, A. Las raíces del bolsofascismo. In: CARBONELLI, M. et al. **Dossier EleNÃO?** Las elecciones brasileñas y la coyuntura política. Buenos Aires: Centro de Estudios en Ciudadanía, Estado y Asuntos Políticos, Facultad de Ciencias Sociales – UBA, 2018, s/n de página. Disponível em: <<http://ceap.sociales.uba.ar/2018/10/16/dossier-ele-nao/>>. Acesso em 18 jun. 2019.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2005.

INDURSKY, F. Que povo é esse? **Revista de Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte, ano 4, v 1, p. 101-114, 1995.

KRAUSE, K. **O Brasil de Amaral Netto, o Repórter – 1968-1985**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

LÖWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 61-67.

MOTTA, R. O Brasil à beira do abismo de novo. In: MATTOS, H.; BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B. **Historiadores pela democracia**. O golpe de 2016: a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016, p. 89-100.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes de construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v 8, n 15, p. 9-44, 2015.

_____. OLIVEIRA, R. Governo Bolsonaro prega ‘negacionismo histórico’ sobre a ditadura. Entrevista com Marcos Napolitano. **El País**, 5/4/2019. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295939718.html>>. Acesso em 12 jun. 2019.

ORLANDI, E. Maio de 68: os silêncios da memória. [1998]. In: ACHARD, Pierre, et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010, p. 59-67.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso [1969]. Trad. de Bethânia Mariani. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997, p. 61-161.

_____. Leitura e memória: projeto de pesquisa [1982]. Trad. de Tânia Clemente de Souza. In: ORLANDI, E. (Org.). **Análise de discurso**. Michel

Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011, p. 141-150.

_____. **O discurso**. Estrutura ou acontecimento [1983]. Trad. de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Papel da memória [1983] Trad. de José Horta Nunes. In: ACHARD, P. et. al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2007, p 49-56.

_____.; FUCHS, C. Mises au point et perspectives à propos de l' analyse automatique du discours. **Langages**, Paris, n 37, p. 7-80, 1975.

PINTO, E. Bolsonaro e os quartéis: a loucura com método. *Textos para discussão*, n 6. Publicação não indexada do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019, p. 2-29. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie0062019pinto.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2019.

PIZZUTIELLO, A. **Documentários-propaganda das ditaduras militares do Brasil (1964-1985) e da Argentina (1976-1983)**. Uma comparação enunciativo-discursiva. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2017.

Anexo

Transcrição do vídeo de 2019

ATOR / INTÉRPRETE: Se você tem a mesma idade que eu, pouco mais, pouco menos, sabe que houve um tempo em que nosso céu, de repente, não tinha mais estrelas que outros. Nem nossa vida e nossos campos e bosques mais flores e amores. Se você é jovem, já deve ter ouvido isso dos seus pais. Mas, se você quer mais detalhes, quer depoimentos, quer ter certeza de que isso é verdade, faça uma pesquisa, consulte jornais, revistas, filmes da época. Você vai ver: era, sim, um tempo de medo e ameaças. Ameaças daquilo que os comunistas faziam onde era imposto sem exceção. Prendiam e matavam seus próprios compatriotas. Havia, sim, muito medo no ar. Greve nas fabricas, insegurança em todos os lugares. Foi aí que, conclamado por jornais, rádios tevês, e principalmente pelo povo na rua (povo de verdade: pais, mães, igreja) que o Brasil lembrou que possuía um exército nacional, e apelou a ele. Foi só aí que a escuridão, graças a Deus, foi passando, passando, e fez-se a luz.

A bandeira verde-amarela voltou a tremular, e o medo deu lugar à confiança no futuro. O Exército nos salvou. O Exército nos salvou. Não há como negar. E tudo isso aconteceu num dia comum de hoje, um 31 de

março. Não dá para mudar a história.

VOZ EM OFF: O Exército não quer palmas, nem homenagens. O Exército apenas cumpriu seu papel.

UMA ESCUTA DISCURSIVA DOS GRITOS: DECISÕES DE SCHRÖDINGER NUM APARELHO DE ESTADO¹

A DISCURSIVE HEARING OF THE CRIES: SCHRÖDINGER DECISIONS IN AN STATE APPARATUS

Phellipe Marcel da Silva Esteves

Universidade Federal Fluminense, UFF, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: Neste artigo, pretendemos abordar alguns fenômenos discursivos em torno dos gritos dentro, em volta e relacionados às universidades. Para tal, mobilizamos a Análise do Discurso (sobretudo Pêcheux), com categorias como discursos cínico, autoritário, poder. Além disso, retomamos, de Althusser, a noção de Aparelho Ideológico de Estado, bem como a alegoria que Pêcheux acaba chamando de “efeito Münchhausen”. Com isso, chegamos a uma proposta de pensar com outra alegoria, a de decisão de Schrödinger.

Palavras-chave: Universidade; Escola; AIEs; Movimento estudantil; Gritos.

Abstract: In this article, our goal is to approach some discursive phenomena related to the crying in, around and associated to university. In order to do so, Pêcheux's Discourse Analysis is mobilized, and the main categories summoned here are cynical and authoritative discourses, as well as power. Besides, from Althusser, we convoke the notion of Ideological state apparatuses, and from Pêcheux, the so called “Münchhausen effect” allegory. With that, we come to a proposal of thinking another allegory: the Schrödinger decision.

Keywords: University; School; ISA; Student activism; Crying.

[...] Ano passado eu morri mas esse ano eu não morro
(BELCHIOR, “Sujeito de sorte”, 1976).

¹ Este texto recapitula bastante do que apresentei na palestra de abertura da XX Semana de Iniciação Científica e III Encontro de Pós-Graduação da URCA (Universidade Regional do Cariri, Ceará) em 23 de outubro de 2017. O início de minha fala foi marcado por um protesto de alunos que tentavam negociar com a reitoria mais bolsas na universidade. (Não) coincidentemente, meu foco de apresentação eram protestos (de alunos, sindicatos de técnicos, associações docentes etc.).

[...] aqui está o que é a máquina, uma camioneta que mata e engole os vestígios, que invenção útil e, além do mais, vista de fora, tem uns números escritos: quase parece ao longe um quadro de ardósia de uma escola ambulante que está a ensinar matemática aos meninos, e quem sabe talvez seja isso: vai matando e ensinando à medida que avança e por isso atrás de si ou fica nada, pois os mortos são atirados para dentro dessa baleia mecânica, ou ficam meninos alfabetizados, ou alfabetizados na matemática, aqui aprende-se o abc da matemática, o abc da linguagem não interessa, que faça cálculos mas que não consigas gritar (TAVARES, 2016, p. 50).

Um lapso de escuta: gritos ignorados

A metáfora das escolas como máquinas na história das ideias, sobretudo nas ideias em circulação nas artes e nos discursos estéticos, não é novidade. Na arte popular contemporânea, o videoclipe da música “Another Brick in the Wall” (Pink Floyd, 1982) é um exemplo inescapável: um estudante delira durante uma aula pensando em crianças, seus colegas, entrando, sob os grunhidos exasperados de um professor, em um abatedouro e tornando-se carne moída. Tavares, na epígrafe acima, estabelece a metáfora entre escolas e uma “camioneta”, uma “baleia mecânica” que “vai matando e ensinando” a fazer cálculos, mas a que não interessa o “abc da linguagem”, uma vez que ele poderia promover o aprendizado dos gritos: e quem consegue controlar, domesticar ou mesmo significá-los?

Os gritos incomodam. Polissêmicos, às vezes domáveis apenas com o extermínio – seja simbólico, seja corporal –, produzem ecos facilmente. Abafá-los deve ser o objetivo de um aparelho de Estado. Para Souza (2011, p. 103), por exemplo, gritos (e sussurros) atuam no limiar da linguagem, articulando-se a memórias. Em Modesto (2018), vê-se o grito funcionando como acusação, sentença de morte, sofrimento, resistência. Apenas o (agente do) Estado pode e deve gritar, então é necessário desaprender o grito. Além de atuar na reprodução das condições materiais de existência, de dominância e de dominação, caberia aos aparelhos de Estado também ensinar a falar no tom e no volume apropriados de voz.

Acontece que os aparelhos falham, e estudantes gritam: do ensino básico ao ensino superior.

Quando organizei, com um técnico e com um estudante de graduação da UERJ, o Hoje acordei pra luta!: intelectuais pela universidade pública (ESTEVES, PAVAN, SIQUEIRA, 2017), convidei os analistas do discurso Mônica Zoppi-Fontana e Lauro Baldini para escreverem

um artigo. Em dado momento, conversamos brevemente logo sobre essa contradição: trabalhamos em instituições que se inscrevem num aparelho de Estado que reproduz a ideologia dum modo não marcadamente violento, colaborando para a manutenção do Estado capitalista e do próprio Capital. Atuamos profissionalmente para a educação. Mais especificamente, quando lecionamos em cursos de licenciatura, formamos professores para as escolas. E estamos lutando, de algum modo e em certa medida, pela sobrevivência desse espaço de reprodução, das instituições de ensino superior às de ensino básico. Num longo trecho de Althusser (1980 [1970], p. 51) sobre a escola, o filósofo questiona o que se aprende nela, chegando a uma resposta: “aprende-se o ‘know-how’”. As escolas, portanto, seriam instituições voltadas ao treinamento, principalmente profissional, dos estudantes, para seu futuro no mundo do trabalho capitalista, com posições de classe mais ou menos definida. Mas não para por aí:

[...] ao mesmo tempo, e junto com essas técnicas e conhecimentos, aprendem-se na escola as **“regras” do bom comportamento**, isto é, as conveniências que devem ser observadas por todo agente da divisão do trabalho conforme o posto que ele esteja “destinado” a ocupar; **as regras de moral e de consciência cívica e profissional**, o que na realidade são regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho e, em definitivo, regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. **Aprende-se também a “falar bem o idioma”, a “redigir bem”**, o que na verdade significa (para os futuros capitalistas e seus servidores) saber “dar ordens”, isto é (solução ideal), dirigir-se adequadamente aos operários etc. Enunciando este fato numa linguagem mais científica, diremos que a reprodução da força de trabalho não exige somente uma reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, uma reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante por parte dos operários e uma reprodução da capacidade dos agentes da exploração e repressão, de modo a que eles assegurem também “pela palavra” o predomínio da classe dominante. Em outras palavras, **a escola (mas também outras instituições do Estado, como a Igreja e outros aparelhos como o Exército) ensina o “know-how” mas sob formas que asseguram a submissão à ideologia dominante ou o domínio de sua “prática”** (ALTHUSSER, 1980 [1970], p. 51-52).

E a Escola, como aparelho, de décadas para cá, tem chegado cada vez mais à universidade. Dito de outra maneira, com atividades profissionais que demandam cada vez mais saberes ditos de nível superior — um know-how dependente de uma cultura e uma ciência inacessíveis até o ensino médio —, os sujeitos precisam se ver com a quase obrigatoriedade de adquirirem capacidades, habilidades e domínios nas universidades. Além

disso, a formação social capitalista contemporânea relega ao indivíduo o dever de sempre se “atualizar”, se “reciclar”, estar “atento às novidades”. A universidade, com seus cursos superiores (da graduação às modalidades de pós-graduação) e de extensão acaba por ocupar esse espaço de formação estendida que fica a cargo não das empresas, mas do trabalhador e da máquina pública (haja vista a expansão das universidades públicas nos últimos anos e também o aumento do financiamento integral ou parcial de mensalidades em faculdades privadas)².

O que estamos afirmando é que o período de inculcação, nos termos de Althusser, da ideologia dominante estendeu-se se consideramos o Brasil de 2019 em relação à França de 1970, tendo alcançado classes sociais não antes atingidas via interiorização das universidades, universalização do acesso, programas de cotas, aumento de investimentos com programas do tipo REUNI, fortalecimento de agências de fomento à pesquisa e, talvez principalmente, parceria com as universidades privadas com o Programa Universidade para Todos, PROUNI, e com o Fundo de Financiamento Estudantil, o FIES.

Esse processo de expansão não se dá sem falhas: a universidade, pelo menos no Brasil, historicamente é imaginada como um grotão de reserva de intelectualidade, autonomia de pensamento, ousadia epistemológica, científica, cultural. Não é nenhuma novidade que projetos como o Escola sem Partido tenham ganhado espaço nos últimos anos para tornar a universidade mais afim ao que deve ser uma escola. A crítica histórica da filosofia materialista de que a Escola é um espaço de inculcação ideológica – discursivamente, no sentido de reproduzir as ideologias dominantes por procedimentos parafrásticos de discursos autoritários – volta-se contra o próprio materialismo, ao afirmar-se que a Escola, ao contrário, é um espaço de doutrinação que rompe com valores tradicionais e conservadores. Ainda voltando a Althusser:

Os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia (uma vez que é leiga), aonde os professores, respeitosos da “consciência” e da “liberdade” das crianças que lhes são confiadas [...],

² Expansão e aumentos virtuosos, em termos de financiamento público, muito apesar das numerosas críticas que podem ser feitas ao modelo. Não é o objetivo deste artigo entrar nessa celeuma, até porque o modelo atual (que é de “contingenciamento”, leia-se “corte”, na área da Educação, da superior à básica) deve ser o foco da discussão.

conduzem-nas à liberdade, à moralidade, à responsabilidade adulta pelo seu exemplo, conhecimentos, literatura e virtudes “libertárias” (ALTHUSSER, 1980 [1970], p. 73-74).

Em recente artigo sobre o Escola sem Partido, Daltoé e Ferreira (2018) resumem esse desencontro que parece coincidente:

a escola é, portanto, lugar de *doutrinação ideológica* para o ESP [Escola sem Partido] e *inculcação* para Althusser, mas ambos se encontram de modo diverso, pois o efeito produzido é que o ESP quer justamente voltar à escola criticada por Althusser: uma escola reprodutora das relações de exploração no modo de produção capitalista.

A diferença é que, na França de 1970, imaginar uma Escola como neutra e desprovida de ideologia era imaginá-la laica, sem religião, respeitosa. No Brasil dos anos 2010, quase 2020, produz-se um imaginário de universidade livre calcada em outros princípios, em outros efeitos de sentido. Um deles é o da aceleração do desenvolvimento científico, ou, ao menos, a aceleração dos índices de produção da ciência. Outro deles é a abertura para diversos públicos e classes sociais, por meio da implementação de mecanismos que possibilitem a permanência de graduandos de classes populares na universidade ao longo do período de sua graduação.

Um processo que não se dá sem falhas e que é prenhe de imaginários: a universalização do ensino superior parte de imagens de classes sociais, e produz outras imagens também, como se as universidades (principalmente as federais) no Brasil inteiro fornecessem as mesmas oportunidades. Um desses mecanismos é a oferta de alimentação a preço módico feita em restaurantes universitários, o que, na UERJ, universidade em que atuei até 2018, só ocorreu em 2011 – mesmo com cotas raciais e sociais implementadas a partir de 2003. A inauguração do chamado “Bandejão” da UERJ dá-se depois de oito anos de reivindicação por parte principalmente de alunos oriundos do sistema de cotas e é marcada por uma forte manifestação estudantil que não conseguia diálogo nem com o então reitor da universidade, nem com o então governador do estado do Rio de Janeiro, hoje o presidiário Sérgio Cabral Filho, à época chanceler da universidade.

Diante da tumultuada inauguração, que foi fechada para estudantes, mas para a qual o já criminoso Sérgio Cabral Filho foi convidado, a reitoria da UERJ lança uma nota mudando a designação do evento: de cerimônia de inauguração para teste para o funcionamento. Tal mudança de designação

é analisada em artigo de Deusdará e Rocha (2013). Um contraexemplo do que se quer de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, mas também uma reintitulação de evento que leva a reflexões discursivas interessantes: na ausência do governador, na ausência do diálogo, mas com maciça presença de quem ocuparia o espaço – ainda que nas idas e vindas de contratos com empresas terceirizadoras de serviço e comida –, o evento não pode ser chamado de inauguração, porque há grito. E gritos na Escola, como temos mencionado desde o início deste artigo, não devem ser tolerados pelo Estado. Se há grito, é teste. Mas há uma falha nesse processo de reintitulação: se não é possível uma cerimônia de inauguração, mas sim um teste, o complemento nominal que preenche lugar sintático de “teste” mostra uma regularidade de que os gritos podem, devem e vão ocorrer: um teste de funcionamento. O bandejão da UERJ funcionará, e só funcionará, à base do grito. Caso contrário, encerra suas atividades³.

Um lapso temporal: Brasília, 2019

Damos aqui um salto de 2017 para 2019, no sentido de escutarmos discursivamente mais gritos, e ainda de estudantes. Com a eleição, em outubro de 2018, do candidato à presidência pelo PSL, os ministérios foram reestruturados e tanto o já previsto toma-lá, dá-cá quanto a diminuição das verbas em diversas áreas efetuaram-se. Sob diversos pretextos – tanto de coibir a militância nas universidades quanto de reajustar as contas públicas como modo de pressionar o Parlamento e a opinião pública a aprovarem a reforma da previdência –, em maio de 2019, um dos ministros da Educação biônicos do governo PSL anuncia, cortes, contingenciamentos nas universidades públicas –que se estendem para as instituições federais de ensino básico, técnico e tecnológico não militares: de 30%, ou de 3,5%, ou

³ Depois de 2011, foram várias as ocasiões em que o restaurante universitário de UERJ fechou suas portas, e sob diversas alegações. Em 2017, o movimento estudantil, em sua heterogeneidade, ocupou o lugar e preparou, com a ajuda de doações, ele mesmo comida para centenas de discentes ao longo de semanas. Depois da trágica morte do estudante Bruno Alves, que fazia parte da ocupação, o bandejão passa a se chamar Restaurante Universitário Bruno Alves, graças à campanha iniciada também pelo movimento estudantil, com gritos em diversas instâncias. Bruno Alves era estudante do sexto período do curso de História na universidade, tinha 34 anos e, com o atraso da bolsa que garantia sua presença na universidade, não podia pagar a cara passagem de R\$4,20 do trem para voltar para casa. Durante a ocupação do bandejão, ao tentar subir a plataforma da estação Maracanã sem pagar a passagem, passando pela ferrovia, é atropelado por um trem. Uma morte pela qual o Estado é responsável, como tantas outras. Um caso exemplar daquilo que Mbembe (2016; 2018 [2003]) chama de necropoder.

de 3%, ou de 3,4%, ou de uma fração de 13,8%, ou de 3 bombons em caixas de 25 bombons cada... Não cabe aqui a reconstituição das versões, mas é proveitoso discursivamente notar como o efeito provocado por essa torrente de números incongruentes é o de perplexidade, confusão. Em condições de produção em que há atualizações frequentes do discurso do Executivo federal e em que, dessas atualizações, poucas saem de circulação, há de fato uma tempestade de versões que vão ganhando corpo, de modo tanto a ser fácil mentir, desmentir, propor, despropor, afirmar e negar qualquer versão. Um discurso cínico. Um jogo sujo.

Importa adicionar que, com os cortes, há diversas manifestações Brasil afora, em muitas instâncias. Gritos. Em audiência pública realizada em 22 de maio de 2019 a pedido das comissões de Educação e Trabalho, e Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, representantes da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (seus presidentes, respectivamente Marianna Dias e Pedro Gorki) pedem direito de fala para um diálogo com o ministro Abraham Weintraub. Os ânimos exaltam-se porque o ministro não quer conversa com as entidades. A deputada Professora Marcilvânia, que conduzia os trabalhos na mesa, negocia com o ministro. O diálogo segue da seguinte maneira:

Sequência discursiva 1:

Deputada Professora Marcilvânia: “Ministro, o senhor quer ouvir a UNE?”

Ministro Abraham Weintraub: “Eu não quero falar com a UNE. Eles não são eleitos.”

Deputada Professora Marcilvânia: “Você não quer falar com a UNE?”

Ministro Abraham Weintraub: “Eu nunca fui filiado à UNE.”

Deputada Professora Marcilvânia: “Não, mas você quer ouvir a UNE?”

Ministro Abraham Weintraub: “A UNE? Não.”

Deputada Professora Marcilvânia: “Nem a UBES?”

Ministro Abraham Weintraub: “Nem a UBES”⁴.

O Ministro da Educação, que não fala com os presidentes das principais entidades representativas de estudantes de ensino secundário e superior do Brasil numa audiência pública, discute cortes no ensino secundário e superior. Um discurso autoritário que, além de obrigar a falar de certa forma

⁴ Ver mais em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/05/ministro-de-bolsonaro-weintraub-recusa-dialogo-com-estudantes/>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

– o grito não é tolerado, de modo que a polícia legislativa tenta retirar os presidentes das associações, estudantes, da plenária –, não quer ouvir de nenhum modo o corpo discente. Até agora, tudo muito coerente: cinismo, autoritarismo e um discurso de ouvidos moucos. O autoritarismo não se resume a obrigar a não dizer e a dizer de certa maneira (como já vimos com Orlandi, 1996), mas também a não ouvir aquilo que é dito, ignorar, negar-se ao diálogo. E também produzir discurso que reproduz que aluno não deve ocupar o mesmo lugar de professor. Como eu mesmo já ouvi de uma diretora de unidade acadêmica na universidade: “isso parece que foi escrito por um aluno”. Na ocasião, escrevi um projeto de extensão, de fato, em coautoria com alunos da instituição. Curiosamente, eu mesmo havia escrito o trecho apontado pela diretora: um elogio ao esforço de diferentes gestões do diretório acadêmico em elaborarem políticas duradouras, que fossem além das desavenças dos membros das chapas rivais. Encaro até hoje o autoritarismo como elogio. Acontece que ele se reproduz e vira fascismo. A Análise do Discurso é muito eficiente ao explicar: um indivíduo que se autoproclama progressista, democrático, de esquerda etc. pode reproduzir as práticas daninhas da ideologia dominante. E, nesse sentido, esbarramos em Foucault:

[...] para que o processo revolucionário não seja interrompido, uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, quotidiano, não forem modificados (FOUCAULT, 1979, p. 85).

Não se trata de negar os aparelhos de Estado – que tanto já mencionamos mais acima –, mas de situá-los em relação dialética com o funcionamento da ideologia para além deles. Mas, se estar nos aparelhos se afirmando progressista não garante sê-lo, isso traz uma notícia boa: há outros contraexemplos, ou ao menos paradigmas de prática universitária contra as quais nos colocamos. Não há reflexo entre a inserção nos aparelhos e a injunção à filiação a discursos de reprodução das condições materiais de existência do Estado. Há buracos na paráfrase, no biopoder, no necropoder, na não escuta dos gritos e na desvalorização dos discentes em nome da repetição das instituições tais quais são.

Um lapso no aparelho

Há lapsos nas universidades. E não no sentido de erros administrativos ou de garantia de direitos, mas sim no sentido de falhas no ritual. Para Zoppi-Fontana, as políticas científicas atuais são marcadas enunciativamente por espaços em que se materializam “temporalidades lançadas para o futuro em ritmo crescente de aceleração”, algo que afeta a subjetivação do cientista (ZOPPI-FONTANA, 2012, p. 234), mas que, em nossa visada, também promovem a contraidentificação em relação ao discurso de produção científica sob demanda, acelerada, prêt-à-porter. Segundo a autora,

[...] o mal-estar institucional em relação a certas novas práticas de autoria científica sinaliza a emergência deste *sujeito cínico* no espaço da produção acadêmica. Neste sentido, para nossa análise, a recente aparição quase simultânea de códigos de “boas práticas científicas”, publicados pelas principais agências de fomento do país (por exemplo, CNPq e Fapesp), constitui um sintoma dos funcionamentos subjetivos que estudamos (ZOPPI-FONTANA, 2012, p. 248-249).

Os manuais de boas práticas científicas, bem como os contra plágio, funcionam de modo a corrigir um desvio em relação ao discurso científico dominante (e normativo). Funcionam, poderíamos afirmar, de modo a garantir que o aparelho de Estado seja bem-sucedido. O sujeito cínico na ciência é um modo de contraidentificar-se às demandas de produção científica. Zoppi-Fontana (2012) acrescenta a necessidade de pensar um espaço crítico de reflexão sobre a temporalidade da produção científica e a constituição do sujeito pesquisador-cientista, submetido a determinadas práticas e regras. Não se trataria, para a autora, propriamente de um retorno ao modelo positivista e “lento” de ciência preconizado, por exemplo, pelo movimento Slow Science. Seria, mais precisamente, a produção de outro modelo científico que não permitisse que encontrássemos “muito em breve nossa foto pendurada na entrada de nossos laboratórios, emoldurada pelo sorriso do palhaço feliz. Finalmente, cientista do mês” (ZOPPI-FONTANA, 2012, p. 250-251).

Entretanto, o ano de publicação do artigo de Zoppi-Fontana é 2012. Em 2019, o cenário e as condições de produção para a pesquisa, o trabalho universitário, o tráfego pelas universidades é outro, e o horizonte não são alvissareiros. A universidade, como parte de um aparelho, é atacada fortemente, de modo que a falácia da crise tem conseguido adentrar inclusive o discurso da própria universidade, que passa a emanar a solução dos cortes e da captação de recursos financeiros. Não apenas gestores externos

(secretários e ministros da Educação) defendem essas saídas. O discurso é recorrente entre colegas pelos corredores. Voltando a Pêcheux,

[...] o poder está pronto a tudo, incluindo manipular a massa dos universitários e dos pesquisadores através do espectro da “crise”, da “austeridade” e do “crescimento-zero”; ele organiza a escassez para suscitar a inquietude e docilidade das pessoas e desenvolver a concorrência entre as formações de modo que sobrevivam e desenvolvam-se mais aptas a... servir o capitalismo na sua fase atual (PÊCHEUX, 2011 [1976], p. 236).

Este tempo cruel pode ser interpretado como uma oportunidade de transformar a própria universidade. É necessário repensar-se. E talvez disputar sentidos para o que pode ser universidade. Buscamos uma compreensão nesse (e uma disputa desse) sentido em Deusdará & Esteves (2018), no tocante ao que tem significado, mas também a como pode significar a fórmula “autonomia universitária”: a depender de como em que discurso ela se inscreve, pode dar mais margem às universidades de romper com sua circunscrição num aparelho de Estado. Já Baldini e Zoppi-Fontana (2017) afirmam:

Quando dizemos defesa da universidade tentamos justamente expor essas falácias na medida em que defender a universidade pública e o financiamento público da pesquisa é garantir um espaço coletivo de sobrevivência e alargamento de modos democráticos de coexistência, possibilitando o acesso ao trabalho intelectual a amplas parcelas da população. Educação é direito, acesso à universidade é direito, liberdade de pensamento e expressão é direito. O ataque à universidade pública é um ataque aos direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs do Brasil. Face ao despudor de quem nos governa, lutar pelos direitos garantidos na Constituição é um dever (BALDINI; ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 21).

Mas o que é necessário para salvaguardar a universidade e garantir sua continuidade, por um lado, e sua transformação, por outro? Como estabelecer uma frente de defesa aos direitos fundamentais dos cidadãos, alguns deles presentes na universidade? Consideramos que um dos primeiros passos é assegurar-se de que o sujeito que nela circula reconheça-se como trabalhador: tanto a posição de docente quanto a de estudante, e o reconhecimento e significação do estudante como trabalhador por parte do docente. A angústia e a dor discente em muito se devem, em nossa interpretação, à falta de reconhecimento de que o que fazem é um trabalho extremamente malremunerado (e isso quando remunerado), sem

contribuição previdenciária (mesmo quando remunerado), em condições insalubres (basta entrar em banheiros de qualquer universidade para concluir isso), sem sustento corporal (não são todas as universidades que dispõem de alimentação em preço acessível aos estudantes) ou condições de acesso.

Entre colegas professores universitários, há algum elitismo na forma como lidamos com nossas atividades profissionais. Menciono aqui, de lembrança, alguns enunciados que me marcaram em diversos momentos reivindicatórios, sobretudo em greves:

Sequência discursiva 2:

- a) Não somos metalúrgicos, somos professores universitários.
- b) Podemos fazer melhor do que isso.
- c) Precisamos construir formas alternativas de mobilização.
- d) Greve é um modelo antigo, nós somos a vanguarda do pensamento, podemos fazer algo novo.

Note-se que todos esses enunciados são agrupados por certo elitismo intelectual. Às vezes falta algo à escuta, à interpretação de alguns trabalhadores do ensino superior. Em termos discursivos, diria que talvez a posição que ocupam discursivamente não lhes permite interpretar greves, movimentos paredistas, as ruas como um instrumento de luta. Ficam à busca de outras armas, e até encontram, principalmente do lado da estética ou da financeirização de suas atividades. Mas continuam sendo trabalhadores. Leiamos o que Lazzarato diz-nos:

Longe da fábrica, a nova composição de classe que emergiu ao longo desses anos é constituída por uma multiplicidade de situações de emprego, de não emprego, de emprego temporário e de pobreza mais ou menos intensa. Ela está dispersa, fragmentada, precarizada, e está longe de adquirir os meios para ser uma “classe” política, ainda que constitua a maior parte da população (LAZZARATO, 2016, p. 12).

O problema, então, não é fazer greve ou não. É o de menos. É domesticar suas vozes e parar de gritar. Não se identificar como classe, como categoria de trabalhador numa conjuntura que exige que pensemos como classe e atuemos em coletividade, independentemente das filiações individuais. Trata-se de um mínimo legado e patrimônio, carente ainda de muita transformação, a ser preservado.

Um lapso no cinismo: entre Münchhausen e Schrödinger

Pêcheux (2009 [1975]) propõe uma alegoria da ordem do fantástico em sua teorização sobre o processo de constituição do sujeito:



Figura 1: Barão de Münchhausen eleva a si e a seu cavalo de um pântano puxando-se pelos próprios cabelos. Ilustração de Gustave Doré na edição francesa de 1862.

O apagamento do fato de que o sujeito resulta de um processo, apagamento necessário no interior do sujeito como “causa de si”, tem como consequência, a nosso ver, a série do que se poderia chamar as *fantasias metafísicas*, que tocam, todas, na questão da causa: por exemplo, a fantasia das *duas mãos* que, tendo cada uma um lápis, *se desenhavam uma à outra sobre a mesma folha de papel* e, também, a do salto perpétuo no qual, *de um impulso prodigioso, se salta pro alto antes de se ter tocado o solo*; poderíamos continuar. Vamos nos deter, propondo atribuir a esse efeito *fantástico* — pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito — o nome de “efeito Münchhausen”, em memória do imortal barão que *se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos* (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 143-144).

A cena foi traduzida para o discurso cinematográfico no filme *Aventuras do barão de Münchhausen* (GILLIAM, 1988). O Barão narra, na obra:

Uma outra vez quis saltar um brejo mas, quando me encontrava a meio caminho, percebi que era maior do que imaginara antes. Puxei as rédeas no meio de meu salto, e retornei à margem que acabara de deixar, para tomar mais impulso. Outra vez me saí mal e afundei no brejo até o pescoço. Eu certamente teria perecido se, pela força de meu próprio braço, não tivesse puxado pelo meu próprio cabelo preso pelo rabicho, a mim e a meu cavalo segurava fortemente entre joelhos (GILLIAM, 1988, 1h18min30seg).

Pois bem, para Pêcheux, essa narrativa absurda em que o barão alemão safa-se da morte num gesto autocasual, numa autodeterminação, é uma boa figura para mostrar o efeito de autossurgimento, autoconsequência, autonomia do sujeito nas formações sociais contemporâneas. E isso diz respeito a como os sujeitos constituem os discursos que produzem: creem ilusoriamente ser a origem do que dizem, creem poder controlar seus corpos, seus movimentos, suas articulações.

Partimos dessa anedótica figura para outra. Trata-se do experimento mental – também fantástico – formulado por Erwin Schrödinger, em 1935, em resposta à interpretação de Copenhague da mecânica quântica. Schrödinger descreve um estado que poderíamos chamar de “vivomorto”, baseado, alegoricamente, na impossibilidade de saber se um gato encaixotado morreu ou viveu a um possível envenenamento. De acordo com Schrödinger,

Qualquer um pode mesmo montar casos bem ridículos. Um gato é trancado dentro de uma câmara de aço, juntamente com o dispositivo seguinte (que devemos preservar da interferência directa do gato): num tubo contador Geiger há uma pequena porção de substância radioativa, tão pequena que talvez, no decurso de uma hora, um dos seus átomos decaia, mas também, com igual probabilidade, talvez nenhum se decaia; se isso acontecer, o tubo contador liberta uma descarga e através de um relé solta um martelo que estilhaça um pequeno frasco com ácido cianídrico. Se deixarmos todo este sistema isolado durante uma hora, então diremos que o gato ainda vive, se nenhum átomo decaiu durante esse tempo. A função- ψ do sistema como um todo iria expressar isto contendo em si mesma o gato vivo e o gato morto simultaneamente ou dispostos em partes iguais (SCHRÖDINGER, 1935, p. 812)⁵.

⁵ Tradução disponível em diversas páginas da internet. O original diz o seguinte: “Man kann auch ganz burleske Fälle konstruieren. Eine Katze wird in eine Stahlkammer gesperrt, zusam-

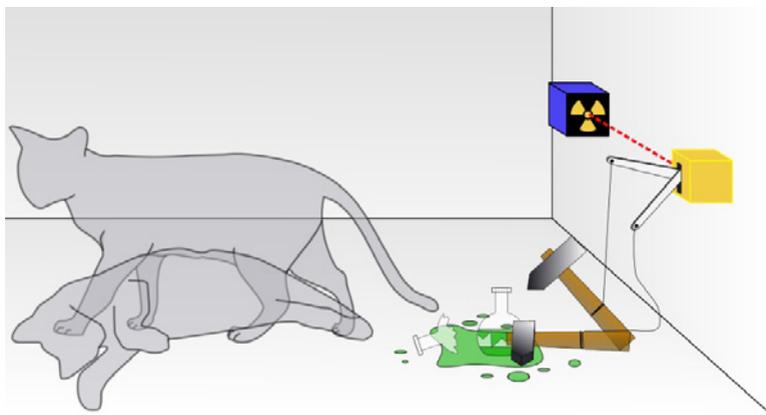


Figura 2: Ilustração do gato *vivomorto* de Schrödinger. Por Dhatfield, 2008.

Meu interesse aqui não é, em absoluto, falar de mecânica quântica, tampouco narrar como esse experimento, conhecido como “O gato de Schrödinger”, reverbera nas ciências exatas e tecnológicas. Seu valor, para mim, é justamente o de narrativa que pode ilustrar um funcionamento que tem a ver com muito mais do que com a física, a química, a matemática: atrela-se ao conhecimento, ao desconhecimento, à impossibilidade de previsão exata de funcionamentos não necessariamente futuros, mas contemporâneos. E tem a ver mais propriamente com dois elementos das condições de produção contemporâneas da universidade, como integrante do aparelho ideológico de Estado chamado Escola:

(1) a universidade como lugar de circulação das ideias progressistas e da produção de ciência e tecnologia em prol de uma sociedade igualitária está viva e morta simultaneamente, vivamorta, uma vez que o veneno inoculado é e não é mortal: a universidade significa muitas coisas para além

men mit folgender Höllenmaschine (die man gegen den direkten Zugriff der Katze sichern muß): in einem GEIGERSchen Zählrohr befindet sich eine winzige Menge radioaktiver Substanz, so wenig, daß im Lauf einer Stunde *vielleicht* eines von den Atomen zerfällt, ebenso wahrscheinlich aber auch keines; geschieht es, so spricht das Zählrohr an und betätigt über ein Relais ein Hämmerchen, das ein Kölbchen mit Blausäure zertrümmert. Hat man dieses ganze System eine Stunde lang sich selbst überlassen, so wird man sich sagen, daß die Katze noch lebt, *wenn* inzwischen kein Atom zerfallen ist. Der erste Atomzerfall würde sie vergiften haben. Die ψ -Funktion des ganzen Systems würde das so zum Ausdruck bringen, daß in ihr die lebende und die tote Katze (s. v. v.) zu gleichen Teilen gemischt oder verschmiert sind” (SCHRÖDINGER, 1933-1934, p. 812).

da reprodução, mas está sendo atacada;

(2) qualquer decisão tomada por parte dos movimentos em defesa da universidade, seja como ela é, seja a universidade sonhada por diversas categorias, é cerrada, já que é impossível saber com qualquer nível de precisão se a estratégia adotada é certa ou errada, se ela vai culminar no fechamento da universidade, em sua salvação, em seu estrangulamento. É necessário levar em conta o processo. A única certeza que se tem, é que a insistência em fazer de tudo pensável e impensável, gritando, é a alternativa que pode fazer frente ao que se põe contra nós, ao inimigo que não deixa de metamorfosear-se e que aparentemente não tem estratégia, uma vez que para destruir até mesmo a burrice ajuda, principalmente quando o que foi construído não foi alicerçado estruturalmente, não deu liga.

Se tomamos a noção pècheuxtiana de formações imaginárias para o movimento de reivindicação de manutenção/transformação das universidades, podemos afirmar que, ante à perversidade e ao cinismo, qualquer imagem formada sobre determinada decisão ser correta ou desacertada é extremamente instável. Qualquer mecanismo psíquico de antecipação resvala na impossibilidade de nem mesmo se vislumbrar uma imagem de saída, de solução, de estratégia. Uma das hipóteses que estabelecemos para essa luta inglória vivida nos últimos tempos é que isso que estamos chamando de universidade de Schrödinger e decisão de Schrödinger são consequências do funcionamento cínico e perverso do discurso e de outras práticas ideológicas do poder e também da própria universidade:

Dizer que o laço social se orienta, contemporaneamente, sob a forma da perversão e do cinismo não é sem consequências para uma análise discursiva que se queira materialista, pois estamos diante de uma nova maneira de os sujeitos se relacionarem com o que dizem, isto é, de estarem imersos numa prática discursiva que produz efeitos (BALDINI; DI NIZO, 2015, p. 145-146).

Por um lado, temos uma universidade pautada no critério de alta produtividade, de captação de recursos financeiros privados, de formação de recursos humanos. Por outro, um poder, uma política, em seus termos oficiais, cínica em seu tratamento à coisa pública. Cínica em relação às suas práticas da república. O que estamos dizendo é que, além de uma filiação de nossa grande política aos jogos e sistemas de evidência daquilo que podemos designar como ideologia de direita, de esvaziamento do Estado,

temos sujeitos políticos que passam ao largo de uma identificação com o sujeito político, ou ao menos explicitam sem perfumaria a máxima de que a corrupção é inerente, constitutiva, da formação social capitalista. Ainda de acordo com Baldini e Di Nizo,

assim, além dos bons e maus sujeitos, e ainda dos que se desidentificam, teríamos a forma cínica de pertencimento de um sujeito à formação discursiva: um certo modo de relação com o saber, em que o sujeito não se filia diretamente, nem se desfilia, mas permanece no horizonte de uma tomada de posição desengajada, ou de uma subjetivação assumida na forma de uma paródia (BALDINI; DI NIZO, 2015, p. 146).

Para voltar ao nosso caso, podemos dizer que há uma forma cínica de pertencimento à formação discursiva política — que regula o que pode e deve ser dito no discurso político. O golpe consuma-se no cinismo das untuosas e perversas relações entre Executivo, Legislativo e Judiciário, entre capitalismo nacional e imperialismo. Mas o que isso tudo tem a ver com a universidade? Bem, para resumir, o quadro que todas as universidades públicas brasileiras vivem hoje só é possível graças a discursos políticos dum lado cínicos e, doutro, perversos. E perverso no sentido de ultrapassar os limites de qualquer palavra, por mais violenta que seja. Ultrapassar todos os limites daquilo que é entendido como cruel, como engessamento, como destruição.

Com esse quadro, é valioso lembrar a frase do filósofo e historiador da arte Georges Didi-Huberman na mostra Levantes, que passou pelo SESC-Pinheiros (SP) em 2017, “Manifestar-se é um gesto. Pode ser um gesto de dança e pode ser um gesto de violência também, de revolta”. A manifestação como dança, grito, riso, ciranda, corrida, tem sido necessária.

Lapsos morrem e não morrem

Gostaria de fechar este artigo pontuando gestos de contra(ou des) identificação a discursos que defendem o fim da universidade ou um seu funcionamento exclusivo para as elites, completamente adequado a um aparelho ideológico de Estado. Não se trata de uma norma para a resistência, mas propriamente de análise de conjuntura:

- a) Escutar os gritos dos alunos
- b) Permitir-se gritar não autoritariamente

- c) Não ignorar a precarização
- d) Reconhecer-se como trabalhador

Se o funcionamento da identificação cínica com o discurso pode ser resumida em um “sei que X está errado, mas ainda assim me inscrevo e insisto em X”, há de se vislumbrar algo não exatamente simétrico, mas combativo ao discurso cínico. Sem que se caia no cinismo-perversão. Talvez um “sei que Y não dará certo, mas ainda assim me inscrevo e insisto em Y”. Pêcheux (1982 [1990]), em seu célebre “Delimitações, inversões, deslocamentos”, cita uma passagem belíssima de um linguista muito conhecido entre nós, Émile Benveniste:

O homem sentiu sempre — e os poetas frequentemente cantaram — o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não é, traz de volta o que desapareceu (BENVENISTE apud PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 7).

A linguagem, em seu (extra)ordinário de sentido, é um demiurgo, é um construtor de universos. Para bem, para o mal e para todos os tons. A poesia percebe e faz uso. É por isso que, quando a linguagem usada pelo poder, pelos homens públicos, pelo Estado, começa a provocar efeitos de instabilidade diante de instituições como a universidade, ela começa a desfazer-se mesmo. Sem que seja necessário demolir uma rampa de concreto, deixar a grama crescer até se perder o horizonte, elas começam a cair. É necessário repetir: o presente dura muito tempo, e por isso mesmo acabou. Mas acabar não é morrer. Acabar é um fim, mas a história prossegue. Se quisermos algum futuro, já que esse presente acabou, é necessário resistir.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Tradução Maria Laura Viveiros de Castro. In: ALTHUSSER, Louis. **Posições 2**. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 46-101.

BALDINI, Lauro; DI NIZO, Patricia Leal. O cinismo como prática ideológica. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 2, p. 131-158, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/view/476/429>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

BELCHIOR. **Alucinação**. Álbum de música. Polygram, 1976.

DALTOÉ, Andréia da Silva; FERREIRA, Ceila Maria. Ideologia e filiações de sentido no Escola sem Partido. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 19, n. 1, p. 209-227, jan./abr. 2019.

DEUSDARÁ, Bruno; ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. A polissemia da fórmula “autonomia universitária”. **Cad. Letras UFF**, Niterói, v. 29, n. 57, p. 73-96, jan./jul. 2018.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. A interface linguagem-mundo como produção simultânea: quando estudantes enfrentam a administração central em uma universidade pública. **Gragoatá**, Niterói, n. 34, p. 263-280, jan./jul. 2013. Disponível em: <<http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/63/19>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva; PAVAN, Iuri; SIQUEIRA, Mauro (orgs.). **Hoje acordei pra luta!**: intelectuais pela universidade pública. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GILLIAM, Terry (Dir.). **As aventuras do Barão de Münchhausen**. 1988.

LAZZARATO, Maurizio. **Glossário do homem endividado**. Tradução Daniel P. P. da Costa. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução Renata Santini. Ver. Téc.: Cezar Bartholomeu. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016 [2003]. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 5 jun. 2019.

_____. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad.: Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018 [2003].

MODESTO, Rogério. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. **Littera Online**, São Luís, n. 17, p. 134-145, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/10378/5981>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990 [1982].

_____. Posição sindical e tomada de partido nas ciências humanas e sociais

[1976]. Tradução Lauro Baldini. In: _____. **Análise de discurso**: Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. p. 231-251.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Tradução Eni Orlandi [et al.]. Campinas: Unicamp, 2009 [1975].

RASPE, Rudolf Erich. **Aventuras do barão de Münchhausen**. 9. ed. Tradução Orígenes Lessa. Rio de Janeiro: Global, 2016 [1785].

SCHRÖDINGER, Erwin. Die gegenwärtige Situation in der Quantenmechanik. **Die Naturwissenschaften**, Berlim (Alemanha), n. 23, v. 48, p. 98-129, 29 nov. 1935.

SOUZA, Pedro de. Gritos e sussurros: rasgos vocais em discurso. In: CASTELO-BRANCO, Luiza Katia Andrade; ROGRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino (Orgs.). **Análise de discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: RG Editora, 2011. p. 87-106.

TAVARES, Gonçalo M. **Animalescos**. Porto Alegre: Dublinense, 2016.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. Slow Science: a temporalidade da ciência em ritmo de “impacto”. **Leitura**, Maceió, v. 2, n. 50, p. 223-257, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/1156/791>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

A IMAGEM COMO MATERIALIDADE DISCURSIVA NA COBERTURA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2014: UM OLHAR SOBRE O FOTOJORNALISMO A PARTIR DA ANÁLISE DE DISCURSO

THE IMAGE AS DISCURSIVE MATERIALITY IN THE COVERAGE OF THE PRESIDENTIAL ELECTIONS OF 2014: A LOOK AT PHOTOJOURNALISM FROM THE DISCUSSION ANALYSIS

Eduardo Silveira de Menezes

Universidade Católica de Pelotas, UCPel, Pelotas, RS, Brasil

Mariana Jantsch de Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, IFSul, Gravataí, RS,
Brasil

Resumo: Neste texto, propomos um diálogo entre Comunicação Social e Teoria do Discurso por meio do fotojornalismo. Para tanto, tomamos materialidades discursivas imagéticas produzidas na cobertura das eleições presidenciais de 2014 como representativas de disputas que se operam no e pelo discurso a partir de formações discursivas antagônicas. Nesse panorama, o fazer jornalístico é compreendido como prática discursiva, como efeito de sentido entre locutores, para retomar Pêcheux. Ao tratar das especificidades dessa linguagem, buscamos compreender que a notícia produz sentido na medida em que resulta de processos sócio-históricos, sob os quais incidem os níveis político, social, econômico e linguístico.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Discurso jornalístico; Fotojornalismo; Cobertura das eleições presidenciais de 2014 no Brasil.

Abstract: In this text, we propose a dialogue between Social Communication and Discourse Theory through photojournalism. For that, we take imagistic discursive materialities produced in the coverage of the 2014 presidential elections as representative of disputes that operate in and through discourse from antagonistic discursive formations. In this panorama, journalism is understood as a discursive practice, as an effect of meaning among speakers, to retake M. Pêcheux. In dealing with the specificities of this language, we seek to understand that news makes sense insofar as it results from socio-historical processes, under which the political, social, economic and linguistic levels take place.

Key words: Discourse Analysis; Journalistic discourse; Photojournalism; Coverage of the 2014

presidential elections in Brazil.

Considerações iniciais: do entrelaçamento entre Análise de Discurso e Jornalismo

A Análise de Discurso (AD) tem muito a contribuir para a teorização do jornalismo no Brasil. Quando tomada pelo viés pecheuxiano, a notícia passa a ocupar uma região de saber que exclui o mecanicismo do processo de produção da informação, colocando em jogo a materialidade histórica da linguagem. Enquanto prática discursiva, todo e qualquer “relato de um fato” precisa ser pensado em relação à trama de sentidos que é inerente ao texto noticioso. Olhar o jornalismo a partir da AD impõe reconhecer que a notícia – seja ela textualizada pela via escrita, oral ou imagética – se constitui em um indício de uma materialidade discursiva mais ampla.

A esse respeito, partimos dos estudos de M. Pêcheux (2009), segundo os quais as unidades de sentido se organizam em relação à situação, podendo o efeito de sentido entre locutores resultar apenas do uso de uma letra, um som ou uma imagem. No âmbito jornalístico, esse entendimento possibilita adotar uma metodologia de interpretação cuja natureza da unidade analítica não é apenas linguística, mas, também, histórica. Partindo desse horizonte, o objetivo não é procurar desvendar o conteúdo do texto noticioso, mas, sim, compreendê-lo em relação à historicidade que lhe é intrínseca.

Com isso, nossas reflexões buscam explicitar que não basta apenas compreender como um determinado fato é discursivizado e transformado em notícia. É preciso reconhecer que, em cada matéria, existem diferentes processos de significação em ação. Outro aspecto que reforça essa perspectiva diz respeito à heterogeneidade própria do fazer jornalístico: o texto noticioso pode ser veiculado em uma página de jornal, em uma plataforma digital, em uma mídia audiovisual ou em rádio. São processos de apropriação e reapropriação que carregam marcas e funcionamentos distintos, pois são modos de produção de sentido próprios.

Para realizar essas análises, selecionamos materialidades discursivas imagéticas (fotojornalismo) produzidas na repercussão das eleições presidenciais de 2014 e representativas de duas formações discursivas antagônicas, as quais denominamos como formação discursiva informativa (FDI) e formação discursiva contrainformativa (FDCI). Nosso propósito é realizar um recorte representativo do embate de forças estabelecido na

produção jornalística nacional.

Em razão disso, entendemos que a FDI é representativa de um aparato midiático hegemônico¹ e comercial, alinhado ao candidato Aécio Neves. Para analisar práticas discursivas produzidas no âmbito desses saberes selecionamos enunciados produzidos pelo grupo Folha. Já a FDCI é compreendida como representativa de saberes contra-hegemônicos² e não comerciais (mídia alternativa), alinhada à candidata Dilma Rousseff. Para analisar tais práticas discursivas selecionamos enunciados produzidos pelo grupo Rede Brasil Atual (RBA)³.

Dessa forma, nosso objetivo é realizar uma análise comparativa das práticas discursivas referentes à cobertura das eleições de 2014, no Brasil, realizada pelos grupos Folha e Rede Brasil Atual (RBA), considerando o tipo de mídia como sendo o ciberjornalismo.

O fotojornalismo a partir da lente da Análise de Discurso

Neste texto, tratamos do fazer jornalístico em sua materialização discursiva imagética, por meio fotojornalismo. Ao tratar das especificidades dessa linguagem, acreditamos estar colaborando para a compreensão de que a notícia produz sentido na medida em que resulta de processos sócio-históricos, sob os quais incidem os níveis político, social, econômico e linguístico.

Antes das análises, faz-se necessário explicitar como o fotojornalismo e

¹ De acordo com Gramsci, a hegemonia “representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos” (1999, p. 104). É dizer, em Gramsci, a hegemonia é concebida como a obtenção de um consenso cultural, político e ideológico de uma classe sobre as outras, ainda que sem o exercício arbitrário da força. Nessas reflexões, tal conceito é utilizado apenas para demarcar, especificamente, o espaço em que se inscrevem os grupos de mídia dominantes (também chamada de “grande mídia”). Contudo, enfatizamos que a hegemonia não pode ser entendida como algo homogêneo, pois a acepção gramsciana não remete ao mesmo entendimento da heterogeneidade do discurso, que é própria da análise de discurso.

² A contra-hegemonia, na presente análise, está sendo tomada como o que “institui o contraditório e a tensão no que até então parecia unísono e estável” (MORAES, 2010, p. 73).

³ A entidade com maior participação acionária na RBA é o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Todo o conteúdo transposto para a linguagem de jornal, revista, rádio e TV é disponibilizado, mensalmente, a entidades parceiras, associados e colaboradores, em sua maioria sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

a imagem jornalística são compreendidos, por meio de uma breve abordagem histórica. Não é do nosso interesse estabelecer qualquer comparação entre o que seria uma imagem estática e uma imagem em movimento, visto que toda imagem em movimento resulta da composição de imagens estáticas ao entrarem em movimento⁴. Mas, pensar a prática da reportagem fotográfica requer uma preocupação em abordar aspectos teóricos próprios desse espaço de construção de sentidos. No que tange à análise da fotografia jornalística, defendemos a ideia de que, ao analisá-la, é preciso separar o objeto-empírico do objeto historicamente determinado.

Na mesma direção de Ernst-Pereira e Quevedo:

o pressuposto de que partimos aqui é de uma divisão radicalmente constitutiva, realmente inscrita na objetividade material contraditória de todo produto do discurso (como o são as imagens), e de uma assunção da opacidade material que pretira, sob a alegação do consenso, a admissão de uma posição interpretativa (ERNST-PEREIRA; QUEVEDO, 2013, p. 267-268).

Não é de hoje que a imagem, apropriada jornalisticamente pelas câmeras fotográficas, empresta “veracidade” à informação. De acordo com Traquina (2005), dentre as diversas inovações tecnológicas que marcaram a mudança de paradigma do jornalismo a partir do século XIX, ressalta-se a invenção da máquina fotográfica. Segundo o autor, ela “iria, como veremos, inspirar o jornalismo no seu objetivo de ser as ‘lentes’ da sociedade, reproduzindo *ipsis verbis* a realidade” (2005, p. 38).

Nas palavras deste mesmo autor:

é no século XIX, em que o positivismo é reinante, que todo o esforço intelectual tanto na ciência como na filosofia como ainda, mais tarde, na sociologia e outras disciplinas, ambiciona atingir a perfeição de um novo invento, invento esse que parecia ser o espelho há muito desejado, cujas imagens eram reproduzíveis, cuja autoridade era incontestável – a máquina fotográfica (TRAQUINA, 2005, p. 51).

A busca por uma jamais alcançável “verdade” da fotografia se deu com

⁴ A medida utilizada para se referir à quantidade de informação visual necessária para compor um produto audiovisual é conhecida como FPS (*Frames Per Second*) – quadros por segundo –, na qual cada quadro representa uma imagem estática. O olho humano só consegue perceber o movimento das imagens a partir da exibição desses quadros em rápida sucessão. É assim que o audiovisual é decodificado pelo cérebro.

base naquilo que ficou conhecido como realismo fotográfico. A compreensão que se tinha, em 1855, era de que o repórter poderia ser considerado como uma máquina que repete um dado da realidade, apesar de ser orientado por uma linha editorial. Ele teria, nesse sentido, um dever: fornecer uma verdade que se reivindicava exata. Foi justamente nesse contexto que surgiu a figura do repórter, em um ambiente no qual o imperativo era de culto aos fatos (TRAQUINA, 2005).

Somente em meados dos anos 20, do século XX, surge na Alemanha, após a Primeira Guerra, aquilo que veio a ficar conhecido como fotojornalismo moderno. Tal novidade não demorou a repercutir na imprensa, fazendo com que, em pouco tempo, a fotografia ganhasse força para, enfim, o fotojornalismo se tornar referência obrigatória nas redações de todo o mundo. Na década de 1930, esta prática já integrava de forma absoluta os jornais diários norte-americanos. Após a Segunda Guerra Mundial, no entanto, na mesma medida em que cresceram as agências fotográficas, o produto fotojornalístico foi se banalizando, com a produção em larga escala de fotos de *fait-divers* (SOUSA, 2004).

Quanto à imagem no âmbito jornalístico de modo geral, partimos de uma perspectiva teórica segundo a qual “considerar as imagens não-manipuladas como reflexo de verdade e, portanto, de imparcialidade fotojornalística é uma inocência preocupante” (OLIVEIRA; VICENTINI, 2009, p. 117). Decorre dessa premissa inicial a proposta de um entrelaçamento entre as áreas em discussão.

Diante disso, entendemos ser imprescindível considerar os mais variados momentos de apropriação e (re)significação de uma imagem durante o processo hierárquico de produção e edição da fotografia em uma redação de jornal. Do nosso ponto de vista, todos os elementos que envolvem a produção de sentido por meio da fotografia jornalística – os operadores discursivos dos quais nos fala Souza (2001) – decorrem de uma construção anterior, que é ideológica. Isso porque “o sentido de uma fotografia sempre é uma construção ideológica, e sua simples inserção na imprensa já é, por si só, também um ato ideológico, porque afeta a percepção que dela temos” (OLIVEIRA; VICENTINI, 2009, p. 117-118).

Sendo assim, abandonamos a ideia de que toda imagem, no fotojornalismo, resulta, simplesmente, de escolhas. A AD como suporte teórico não nos permite pensar em intencionalidade do sujeito jornalista, pois nos convoca a compreender que cada olhar sobre uma mesma pauta é passado por uma formação ideológica (FI) e por uma formação discursiva

(FD). Devemos, então, reportar-nos não só ao lugar social que cada repórter fotográfico ocupa ao fazer uso de seu instrumento de trabalho, mas, sobretudo, às condições sócio-históricas que o determinam e à ideologia que lhe é constitutiva e que, portanto, lhe interpela, enquanto sujeito. É dizer, levar em conta o lugar discursivo a partir do qual o texto jornalístico é produzido, a FD que o subjaz. O reconhecido fotógrafo brasileiro, Sebastião Salgado, costuma dizer que “um repórter fotográfico não fotografa com a sua máquina e sim com a sua cultura”. Neste trabalho, reforçamos essa ideia ao mobilizar o aparato teórico da AD e retomar o que diz Orlandi: “não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia” (1993, p. 31).

Para exceder o limiar da transparência da imagem é preciso estar disposto a abandonar qualquer resquício de intencionalidade sobre o trabalho do repórter fotográfico; o que não é uma tarefa fácil, pois não só parece ferir o direito autoral como também as ilusões referenciais. Ou seja, retomando o aporte teórico que sustenta essas reflexões, é necessário desconstruir a ilusão de que o sujeito está na origem do que diz (esquecimento nº 1) e de que aquilo que diz (fotografa) só pode ser dito (fotografado) daquela maneira (esquecimento nº 2), conforme Pêcheux e Fuchs (1993). A esse respeito e do ponto de vista técnico podemos explicitar, exemplificativamente, que a opção por um determinado equipamento, o formato da imagem, a legenda, o enquadramento, as técnicas de abertura do diafragma (f), de ajuste da velocidade do obturador, do uso do ISO, do flash, do balaço de branco (white balance) e a edição se consagram em elementos constitutivos do dizer no âmbito do fotojornalismo. Passemos, agora, para a descrição e interpretação de todos esses aspectos em funcionamento no processo de produção de sentido no âmbito do fotojornalismo em nosso corpus.

A imagem como materialidade discursiva na cobertura das Eleições de 2014

Uma definição bastante simples da palavra fotografia nos permite entendê-la como o ato de “escrever com a luz”, uma vez que o prefixo foto significa luz e o sufixo grafia indica escrita. Com base no entendimento de que a fotografia jornalística deve ser interpretada tal qual o é o texto (enquanto unidade analítica), retomamos Ernst-Pereira e Quevedo, que ao analisar materialidades discursivas imagéticas explicitam a perspectiva teórico-metodológica que adotamos:

empreendendo uma leitura do texto enquanto processo de textualização (não de reconhecimento), não perdemos o caráter propriamente discursivo do trabalho analítico. Ao discernirmos o objeto de uma troca social (no caso uma foto) de um objeto de discurso (cuja evidência é tecida no entrecruzamento de memórias), o gesto de leitura supõe um olhar que vá para bem além da superfície do texto. O gesto de leitura será uma produção historicizada, bem como o texto o é (ERNST-PEREIRA; QUEVEDO, 2013, p. 284).

Esse procedimento analítico é fundamental para a compreensão do fotojornalismo sob o ponto de vista discursivo. Procuramos demonstrá-lo a seguir em nossas análises, para as quais selecionamos quatro fotografias jornalísticas que foram publicadas nas páginas da *Folha* e da *RBA*, durante a cobertura das Eleições 2014. Tais imagens ilustram a repercussão da vitória de Dilma Rousseff (PT) e a repercussão da derrota de Aécio Neves (PSDB), com isso buscamos analisar os conflitos e tensões entre as FDs em pauta. Começemos pela cobertura dos referidos grupos de mídia quanto à vitória da então Presidenta Dilma:



Figura 1: A repercussão da vitória de Dilma Rousseff (PT) na *Folha* - *FDCI*.

Fonte: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1537894-dilma-e-reeleita-presidente-do-brasil.shtml>>.



Figura 2: A repercussão da vitória de Dilma Rousseff (PT) na RBA - FDI.

Fonte: <<https://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/em-discurso-da-vitoria-dilma-prega-dialogo-e-reforma-politica-com-participacao-popular-3634.html>>.

Mesmo que pouco legível, vemos o nome do repórter fotográfico acima das duas fotografias (circulado em vermelho): trata-se da mesma pessoa (o mesmo sujeito empírico), identificado como Pedro Ladeira/FolhaPress. Além de divulgar o nome do fotógrafo, percebemos que os dois veículos também destacam, no crédito da fotografia, o órgão para o qual ele trabalha: Folhapress – uma agência de notícias, pertencente ao Grupo Folha e responsável por comercializar/distribuir material fotográfico, audiovisual e textual a partir do que é produzido no âmbito da parceria Folha/UOL. Ocorre que não é na foto que o sentido “está presente”. Os sentidos são produzidos a partir da relação que os elementos significativos mantêm com as formações discursivas:

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a materialidade significante), [...] as palavras, expressões e proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aquele que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (PÉCHEUX, 2009, p. 146-7).

Entendemos, assim, que os sentidos são produzidos na FD e em relação à exterioridade: são uma trama construída em relação aos saberes da FD, às filiações que a sustentam e, dessas filiações, decorre uma forma específica de relação com o interdiscurso. É por isso que

uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria 'próprio', vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (PÊCHEUX, 2009, p. 147-8).

Esta é uma das razões de ser do trabalho do analista: a consideração de que os sentidos não estão dados, mas são produzidos segundo as relações que o discurso estabelece com o político, o histórico, o social e o econômico.

Sendo assim, independentemente de ser o mesmo fotógrafo, a mesma foto (mesmo enunciado) produz sentidos diferentes em cada enunciação, justamente porque está inscrita em diferentes FDs. Esse processo ocorre a partir da determinação dos limites do dizível no âmbito de cada FD, que regula o que pode/não pode, deve/não deve convém/não convém ser dito, o dizer em si (a foto utilizada por um dado veículo) não é determinante.

Compreendemos, com isso, que as imagens referentes à repercussão da vitória de Dilma, na Folha e na RBA, levam o fotógrafo a um retorno constante ao espaço do dizível. Não há, como na polissemia, uma ruptura nos processos de significação. Com base em Pêcheux (1993), podemos dizer que a produção de sentido em cada uma das fotografias jornalísticas só se torna materialmente concebível na medida em que se compreende que tal sequência pertence a uma ou a outra formação discursiva (FDCI ou FDI). Isso explica o fato de que uma dada sequência discursiva possa carregar vários sentidos, não necessariamente opostos. Assim, compreendemos que os operadores discursivos atuam como uma espécie de base material – (semio) linguística – a partir da qual, por meio da foto(grafia), são construídos os processos parafrásticos.

Uma análise mais aprofundada das imagens em questão nos permitiria dizer, ainda, que, embora o repórter fotográfico da FolhaPress ocupe uma posição-sujeito que está inscrita na FDI, ao retratar a vitória de Dilma, precisa, de alguma forma, se contraidentificar com o sujeito universal da FDI, pois a formação ideológica que o subjaz, marcadamente capitalista, anseia pela comercialização/distribuição destas imagens para outros veículos de mídia, inclusive, como podemos perceber, para veículos que se inscrevem

em formações discursivas antagônicas às da Folha.

De outro lado, aguçando o olhar, observamos que as duas fotografias discursivizam o mesmo momento (o discurso da Presidenta eleita após oficialização de sua vitória), mas em instantes distintos e a partir de enquadramentos distintos. Vejamos como isso funciona no processo de produção de sentido.

A figura 1, inserida no âmbito da FDI, é produzida a partir de um plano médio em um enquadramento mais distante. Neste enunciado, temos a Presidenta eleita sorrindo e abanando com vigor para a multidão. Considerável parte da equipe de governo surge compondo o plano de fundo da imagem e estão todos com ares sorridentes, aplaudindo vigorosamente. Ou seja, todos na imagem estão manifestando a alegria da vitória. Dessa forma, neste enunciado, a vitória assume ares coletivos.

Um dos membros dessa equipe é o então vice-Presidente, enquadrado à direita da Presidenta. Michel Temer surge como a última figura que compõe esse quadro, representado em posição e papel secundário, em segundo plano na imagem, assim como os demais membros da equipe governamental.

Os sorrisos e entusiasmos dessa imagem podem ser compreendidos como um modo dicotômico de significar o resultado da eleição presidencial: eles ganharam, vejam como comemoram. Com isso, a eleição é significada como um jogo e de forma dual, polarizando os grupos em vencedores versus perdedores. Assim, no âmbito da FDI as diferenças e divergências são significadas de modo negativo, em lugar de explicitar a diferença como constitutiva do processo democrático, do viver em sociedade.

Na figura 2, produzida em um plano médio e inserida no âmbito dos saberes da FDCI, temos um enquadramento mais próximo, de forma que a equipe de governo surge reduzida compondo o plano de fundo. A Presidenta está no centro da foto, assumindo um destaque maior em relação à figura 1. Neste enunciado, o vice-Presidente é cortado do enquadramento e a vitória é comemorada de forma mais contida pelas poucas figuras que compõem o primeiro e o segundo plano da imagem.

Considerando o embate de forças discursivizado no contexto das eleições presidenciais de 2014, podemos compreender que na figura 2, em razão do destaque maior dado à Presidenta, a vitória é significada a partir do protagonismo de Dilma: a vitória é dela e de todo o aparato político e ideológico que ela representa. Por isso, a equipe de governo é reduzida, uma vez que há figuras vinculadas a diferentes partidos, representando aparatos políticos e ideológicos distintos e até disjuntivos em relação ao representado

por Dilma, como é o caso do vice-Presidente omitido do enunciado em análise.

Podemos observar que as expressões contidas de comemoração conferem mais seriedade à situação, amenizando a dualidade de vencedores versus perdedores. A vitória, aqui, não é significada em prejuízo do candidato oposto, mas é ressaltada como sendo exclusiva de Dilma e seu partido (em meio a todo movimento anti-petista). Por isso, também colabora para o movimento de polarização referido anteriormente.

Nas duas fotos a iluminação recai exclusivamente sobre a Presidenta; nas duas ela está no foco do enquadramento. Contudo, na figura 1 o protagonismo de Dilma não é tão intenso e marcante quanto na segunda. Os dois enunciados representam e significam os antagonismos e tensões em funcionamento no cenário político-ideológico nacional. Observamos um movimento discursivo que retoma e alimenta a polarização dos conflitos sociais, sendo representado pelo par antagonístico nós/eles; perdedores/vencedores.

Por fim, a partir dessas reflexões podemos compreender que os enquadramentos e enfoques analisados revelam o dizível no âmbito de cada FD: a vitória de Dilma com mais ou menos entusiasmo, representada acompanhada ou não da equipe governamental atende ao que pode, deve ou convém ser dito em cada processo discursivo (FDCI e FDI).

Passemos aos outros dois enunciados que compõem nosso corpus nesta análise.

As imagens que analisaremos a seguir nos permitem trabalhar com outro aspecto que consideramos fundamental para a leitura/interpretação das fotografias jornalísticas: a criatividade. Um elemento que, segundo Orlandi:

implica na ruptura do processo da linguagem pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Irrompem assim sentidos diferentes. Nesse modo de considerar a produção de sentidos, não se banaliza a noção de criatividade. O que vemos com mais frequência – por exemplo, se observarmos a mídia – é a produtividade e não a criatividade (ORLANDI, 2007, p. 37).

De fato, o meio jornalístico é muito mais propenso à produtividade do que à criatividade. Existe uma abundância de fotografias jornalísticas que produzem uma variedade do mesmo. Parte-se de um conjunto de regras,

estipulado nas próprias redações dos jornais, que procuram “orientar o olhar” do repórter fotográfico, para garantir uma mesma “forma de ver” o que será retratado. Mas, por outro lado, há os momentos em que aparecem indícios de uma desidentificação: “quando determinado saber não pode mais ser suportado na FD, aí sim temos a emergência de um novo sentido: temos a polissemia” (QUEVEDO, 2012, p. 69).

Vejam as fotografias jornalísticas que repercutiram a derrota do então candidato tucano para, na sequência, tratarmos desse processo:



Figura 3: A repercussão da derrota de Aécio Neves (PSDB) na *Folha* - *FDCl*.

Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1538756-combati-o-bom-combate-afirma-aecio-em-discurso-apos-derrota.shtml>>.



Figura 4: A repercussão da derrota de Aécio Neves (PSDB) na *RBA* - *FDI*.

Fonte: <<http://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/em-discurso-curto-aecio-se-despede-com-citacao-a-sao-paulo-e-sem-falar-de-minas-8529.html>>.

Novamente, é preciso remeter aos repórteres fotográficos de Folha e RBA. Não nos interessa o fato de que, na imagem reproduzida pela Folha, desta vez, a repórter seja Raquel Cunha (e não o repórter Pedro Ladeira), mas sim a posição discursiva que ela ocupa ao retratar a derrota de Aécio Neves nas eleições presidenciais, por meio da FolhaPress. Do mesmo modo, não é o sujeito empírico – Walter Campanato, da Agência Brasil⁵ – que irá balizar nossa análise de discurso da fotografia publicada pela RBA, mas a posição discursiva que ele ocupa, no âmbito da FDCI, uma vez que a Agência Brasil, à época, era comandada pelo governo petista e, portanto, “recomendava” uma maior identificação dos sujeitos-jornalistas com a então candidata Dilma Rousseff.

A fotografia jornalística do Grupo Folha (Figura 3) dá início a uma sequência de imagens destacadas no interior da matéria que trata da repercussão da derrota de Aécio, cujo enfoque principal é a reação dos eleitores ao resultado das eleições de 2014. Assim, dividem espaço com o choro da eleitora tucana, os sorrisos dos eleitores petistas. Esta galeria aparece na matéria intitulada: “Cumprida minha missão, afirma Aécio em discurso após derrota”, fazendo emergir, por meio da imagem, um outro sentido, ao se concentrar na dor da derrota. O discurso de Aécio, ao ser noticiado pela Folha, faz ressoar dizeres do apóstolo Paulo, enquanto “dever cumprido” na campanha eleitoral. Esse dizer, analisado em relação aos sentidos autorizados no âmbito da FDI, discursiviza a necessidade de destacar que não só a disputa foi muito acirrada, mas, sobretudo, o caráter emocional e afetivo com o qual o então candidato reconhece a derrota em seu discurso oficial.

Nessa imagem, temos um plano fechado em que a câmera está bastante próxima do objeto retratado (uma eleitora do candidato Aécio Neves), fazendo com que ele ocupe quase todo o enquadramento em primeiro plano, sem espaço para retratar o cenário em volta num segundo plano. Nesta angulação, a proximidade em formato close-up produz um sentido de intimidade em relação aos eleitores de Aécio Neves e seu sofrimento pela derrota do candidato. Sob a legenda “eleitores reagem ao resultado” podemos compreender que este texto fotográfico propõe manifestar as expressões da derrota, enfatizando os sentidos negativos que esse resultado eleitoral produz no âmbito da FDI.

Nesse processo discursivo o resultado eleitoral é significado em

⁵ A Agência Brasil é uma agência de notícias público-estatal, gerida pela EBC, cujo trabalho de produção e divulgação das informações responde aos interesses do poder Executivo.

termos emocionais e afetivos a partir de imagens que materializam o luto por uma derrota tão apertada do ponto de vista numérico. Para esses saberes e no contexto das eleições presidenciais, o acontecimento histórico a ser discursivizado é a derrota do candidato Aécio e não a vitória da candidata Dilma.

A última fotografia que utilizamos nesta análise ajuda a tocar em outro ponto que consideramos sensível para o fotojornalismo: a não-literalidade e univocidade de sentido a partir de uma dada fotografia jornalística. Diante de um texto, neste caso uma foto, é necessário que o analista de discurso tenha em mente que qualquer enunciado só produz sentido porque emerge de condições de produção sócio-históricas e circunstanciais. E em razão de ser colocado em movimento pelo sistema (semio)linguístico – enquanto estrutura. Sendo assim, nos importa compreender como esta imagem significa ao considerar que o sentido pode ser “sempre outro”, polissêmico.

A legenda da foto nos apresenta algumas pistas importantes para a análise discursiva da imagem, mas não pelo efeito de homogeneidade que procura produzir em relação à imagem e sim por representar um gesto de interpretação auxilia na compreensão das tensões e embates que subjazem ao texto como um todo.

Na figura 4, foi utilizado um plano médio, em que as pessoas são retratadas da cintura para cima. Trata-se de uma angulação clássica para este tipo de foto, uma vez que, nos manuais da área, é possível encontrar descrições que apontem para o uso deste plano em função de que, em tese, ajudaria a relacionar objetos/sujeitos fotográficos, levando a uma suposta visão objetiva da realidade. No entanto, é impossível afirmar que uma fotografia jornalística irá apresentar uma única e consensual interpretação acerca do fato traduzido em imagem. Mesmo que o cenário possa ter sido montado pelos assessores do então candidato tucano, antes de começar a coletiva, não é possível se antecipar a cada clique dos fotógrafos lá presentes, pois as expressões dos aliados de Aécio e a dele própria se modificam conforme o que está sendo dito. E o gesto de interpretação do qual resultará o texto fotográfico é um recorte de toda essa situação movente/movediça.

Durante o discurso de encerramento da campanha foram registradas diversas cenas, com expressões mais ou menos tristes. O uso de uma imagem, na qual a maioria dos sujeitos que a compõem está com um olhar de resignação ou de cabeça baixa, é representativo do modo como a FDCI se relaciona com o acontecimento histórico da eleição presidencial de 2014 e produz sentido acerca do mesmo. Os sentidos autorizados pela FDCI

são apenas os que atribuem um caráter central à Dilma Rousseff: o foco é repercutir a sua vitória e não a derrota do outro candidato. Percebemos, com isso, que os movimentos discursivos produzidos pelas duas FDs vão em direções opostas, explicitando o antagonismo entre elas e as tensões socio-históricas que perpassam o acontecimento histórico da eleição presidencial de 2014.

Assim, a escolha da RBA por uma foto que busca retratar um sentimento de tristeza revela muito mais do que apenas isso: “gerada e gerida discursivamente, devemos admitir que o que a imagem “mostra”, o seu “visível”, não lhe é intrínseco, mas sim (sobre)determinado pela formação discursiva a partir da qual o sujeito histórico a produz” (QUEVEDO, 2012, p. 2710). Sob esta perspectiva, a FDCI produz um gesto de determinação do que pode, deve ou convém ser dito (visto/mostrado) e o que não pode, não deve ou não convém ser dito (visto/mostrado). Isto é, que, em diversos momentos de sua fala, o então candidato tucano sorriu e acenou com a esperança de “reverter” o resultado das urnas. Para os saberes desta FDs a vitória de Dilma deve ser significada de modo definitivo e qualquer discussão em torno desse resultado deve ser silenciada. Qualquer possibilidade de dúvida em torno desse acontecimento histórico deve ser negada e denegada⁶.

É importante, portanto, que, ao trabalhar o fotojornalismo, se parta de algumas premissas básicas: 1) o olhar do repórter fotográfico é sobredeterminado, seja pela possibilidade de construção anterior da cena, seja pelo direcionamento da empresa na projeção do clique; 2) a busca pela “condução” do olhar do outro leva a uma teia de (in)visibilidades que também produz sentido.

Considerações finais

Neste texto, buscamos desfazer a evidência da imagem como reprodução da realidade e ressaltar que a fotografia jornalística é discurso, é um modo (entre tantos) de produção de sentido. Conforme nossa perspectiva, a isenção, imparcialidade ou neutralidade de que tanto se fala no jornalismo se trata, em verdade, do discurso dominante em uma sociedade concreta. Tal fenômeno pode ser identificado ao levarmos em conta a lógica da formação social capitalista, que aponta para uma profunda mercantilização das práticas sociais. Compreendemos que o embate que se estabelece entre as chamadas “mídia comercial” e “mídia alternativa”, no Brasil, está no cerne

⁶ Conforme Indursky (1990) trata o conceito de denegação em AD.

dessa problematização. É por isso que buscamos identificar as formações discursivas que estão em jogo nos discursos jornalísticos em funcionamento no Brasil.

Ao partir da premissa de que o texto noticioso é discurso, defendemos em nossas análises, conforme Souza (1997 e 2001) e Quevedo (2012), que as imagens jornalísticas também resultam de gestos de interpretação. Buscamos compreender como esses gestos se mostram intrinsecamente ligados ao fazer jornalístico. Com isso, desnaturaliza-se a ilusão de que o que é dito só poderia ser dito daquela forma, pois cada gesto assinala o posicionamento político-ideológico dos diferentes veículos de comunicação regulados por FDs antagônicas. E, assim, levamos em conta que aquilo que é perceptível (ou não) no âmbito de uma dada FD determinará a produção de sentidos.

A esse respeito, a identificação de que existem duas FDs, antagônicas (FDI e FDCI), disputando a consciência do público, por meio de produções jornalísticas, já é capaz de negar a existência de qualquer possibilidade de transparência ou neutralidade da linguagem em pauta.

É esse panorama que nos permitiu conceber a imagem enquanto materialidade discursiva que produz sentido para além do ponto de vista técnico fotográfico. E, então, buscamos demonstrar que o texto noticioso imagético deve ser lido em relação ao contexto de sua produção (socio-histórico e circunstancial), à FD que o regula, aos conflitos pela dominação do sentido, etc.

O viés discursivo, enquanto proposição teórica que subjaz um modo de olhar para o jornalismo, parte da língua, mas não se encerra nela. Isso porque ao fazer uma referência analítica aos AIE, Pêcheux (2009) chama a atenção para o caráter heterogêneo das formações discursivas. É por esta via teórica que o autor coloca em causa a luta de classes, trazendo à baila a relação entre infraestrutura (base econômica) e superestrutura (ideológica) como um processo de reprodução/transformação das relações de produção existentes.

Para o autor a luta de classes se dá não só na estrutura econômica, mas também nos AIE, sem propor a sobreposição de uma estrutura sobre a outra, pois há um inegável processo de influência mútua. Sendo assim, embora seja correto pensar que existe uma sobredeterminação do poder econômico no processo de construção da informação, é preciso ponderar, também, conforme demonstramos em nossas análises, que, ao assumir diferentes posições no seio de uma das duas FDs, é possível que se produzam

diferentes sentidos.

As análises aqui apresentadas podem ser lidas como uma possibilidade de fotograma do panorama social atual, pois mostram como a mídia, enquanto AIE e a partir de duas FDs antagônicas, produz sentido em relação aos conflitos e tensões vivenciados no Brasil. Nosso gesto analítico buscou evidenciar a trama histórica funcionando na imagem enquanto texto jornalístico que põe em funcionamento o jogo de forças para dominação dos sentidos produzidos na cobertura da eleição presidencial de 2014.

Ao abordarmos esses aspectos em relação ao fazer jornalístico e ao texto noticioso, compreendemos que, na mesma medida em que há dominação (por parte do poder político-econômico que controla os diferentes grupos de mídia), há, também, resistência no processo de produção de discursos jornalísticos.

Referências

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. In: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.

CUMPRI minha missão, afirma Aécio em discurso após derrota. **Folha de São Paulo**, outubro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1538756-combati-o-bom-combate-afirma-aecio-em-discurso-apos-derrota.shtml>>. Acesso em: 29 out. 2016.

DELA-SILVA, S. A televisão na imprensa brasileira: sujeito e sentidos entre os acontecimentos histórico, jornalístico e discursivo. In: INDURSKY, F; MITTAMANN, S; LEANDRO-FERREIRA, M. C. (Orgs.). **Memória e história na/da análise de discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 287 – 306.

_____. (Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. In: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. M. L. (Orgs.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2015, v. 1, p. 213-232

EM discurso curto, Aécio se despede com citação a São Paulo e sem falar de Minas. **Rede Brasil Atual**, outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/em-discurso-curto-aecio-se-despede-com-citacao-a-sao-paulo-e-sem-falar-de-minas-8529.html>>. Acesso em: 29 out. 2016.

EM discurso da vitória, Dilma prega diálogo e reforma política com par-

ticipação popular. **Rede Brasil Atual**, outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/em-discurso-da-vitoria-dilma-prega-dialogo-e-reforma-politica-com-participacao-popular-3634.html>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

ELEIÇÕES 2014 – **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2014/eleicoes/>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

ELEIÇÕES 2014 – **Rede Brasil Atual**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014>>. Acesso em 18 jan. 2016.

ERNST-PEREIRA, A. A Falta, o Excesso e o Estranhamento na Constituição/Interpretação do Corpus Discursivo. 2009. Trabalho apresentado no IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso - **SEAD**, Porto Alegre, 2009.

ERNST-PEREIRA, A; QUEVEDO, M. Uma mesma diferente imagem: que objeto é esse? In: **Entretextos**, Londrina, v. 03, n. 02, jul./ dez. 2013, p. 266-287.

GUARESCHI, P; BIZ, O. **Mídia e democracia**. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

_____. A memória na cena do discurso. In INDURSKY, F; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

_____. O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas. In: **Gragoatá**, n. 5. Niterói, RJ: EdUFF, 2º sem. 1998.

_____. Polêmica e Denegação. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas: Unicamp, nº 19 jul/dez, 1990.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito na Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (Orgs.). **Práticas discursivas e indentitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 9-33.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1999.

NA disputa mais acirrada da história, Dilma é reeleita presidente do Brasil. **Folha de São Paulo**, outubro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1537894-dilma-e-reeleita-presidente-do-brasil.shtml>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

OLIVEIRA, E. M.; VICENTINI, A. **Fotojornalismo: uma viagem entre o**

analógico e o digital. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes. 2007. 7. ed.

_____. Discurso e argumentação: um observatório do político. In: **Fórum linguístico**. Florianópolis, julho a dezembro de 1998.

_____. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

_____. **Interpretação**: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

_____. Segmentar ou recortar? In: **Linguística**: Questões e Controvérsias. Uberaba, n. 10, 1984, p. 9-26.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed., São Paulo: Editora da UNICAMP, 2009.

_____.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**. São Paulo: UNICAMP, 1993.

QUEVEDO, M. **Do gesto de reparar a (à) gestão dos sentidos. Um exercício de análise da imagem com base na Análise do Discurso**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pelotas, 2012.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2 ed., 2005.

_____. **Teorias do jornalismo, A Tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, V. II, 3 ed., 2013.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

ŽIŽEK, S. Como Marx inventou o sintoma. In: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ZOPPI-FONTANA, M. **Cidadãos Modernos**: discurso e representação política. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

DA SENZALA AO CÁRCERE: CORPO E MATERNIDADE ÀS MARGENS DA HISTÓRIA

FROM SENZALA TO PRISON: BODY AND MATERNITY TO THE MARGINS OF HISTORY

Aline Fernandes de Azevedo Bocchi
Universidade de Franca, UNIFRAN, Franca, SP, Brasil

Resumo: Neste artigo, objetivamos a compreensão dos efeitos sentidos para o corpo e a maternidade da mulher negra, a partir de um trajeto de leitura situado no encontro entre memória e acontecimento, o qual permite vislumbrar a radicalidade da experiência do olhar. Para tanto, discutimos o estatuto desigual da condição de existência da mulher negra em gestos de análise discursiva da pintura, particularmente, da tela *Mãe preta*, e de duas fotografias, de babás e crianças, representativas do Brasil oitocentista, articulando-as a uma postagem na rede social *Facebook* em que a maternidade nas prisões e penitenciárias brasileiras é tematizada.

Palavras-chave: corpo; maternidade; olhar; imagem; enquadramento.

Abstract: The aim of this article is to understand the meanings of the body and motherhood of black women, based on readings concerning the encounter between memory and event, which enables us to observe the radicality of the experience of looking. To do this, the unequal status of a black woman's existence in gestures of discursive analysis of paintings is discussed, particularly the *Mãe preta* (Black Mother) canvas, and two photographs of nannies and children showing nineteenth-century Brazil, articulating them to a post in the *Facebook* social network where maternity in Brazilian prisons and penitentiaries is thematized.

Keywords: body; maternity; looking; image; framework.

Introdução

Por onde passam os sentidos de maternidade no que diz respeito à mulher negra? Essa questão norteia a reflexão proposta para este texto, cujo objetivo é problematizar o caráter profundamente dividido dos discursos sobre a maternidade no Brasil. Tomando como objeto de reflexão a relação entre indivíduo e sociedade, consideramos que o modo como o Estado individualiza o sujeito determina a natureza de sua relação com a sociedade (ORLANDI,

2009), o que implica dizer que a compreensão de uma maternidade possível para a mulher negra passa por sua relação com o Estado a instituir processos de segregação que interditem sua necessidade, enquanto sujeito sócio histórico e simbólico, de praticar laços sociais. Tendo em vista essas reflexões, no exame de modos de constituição, formulação e circulação de sentidos (ORLANDI, 2001), buscamos compreender o modo pelo qual a pintura, a fotografia e o post, enquanto distintas materialidades significantes, produzem sentidos para a maternidade, privilegiando versões subalternas. Nessa trilha, investigamos vestígios que indiquem processos de assujeitamento à ideologia a constituírem sentidos para os corpos das mulheres negras e, paradoxalmente, lugares para a fuga de sentidos (ORLANDI, 2012b) ideologicamente sedimentados, a constituírem efeitos de resistência, em um trajeto que historiciza os materiais para os quais lanço um olhar e uma escuta, num exercício de "escuta social" análogo à "escuta analítica" da prática freudiana, conforme proposto por Pêcheux (HENRY, [1969] 2010, p. 52-53).

Analisamos, então, quatro fragmentos que compõem, no gesto de leitura ensaiado, enquadramentos de sentido sobre a maternidade e o corpo negro feminino em diferentes momentos históricos, com suas marcas de historicidade e suas relações de contradição, subordinação e desigualdade. São eles: a) a tela Mãe preta, pintada em 1912 por Lucílio de Albuquerque e que hoje integra o acervo do Museu de Belas Artes da Bahia, em Salvador; b) a fotografia Babá brincando com criança em Petrópolis, clicada em 1899 por Jorge Henrique Papf; c) a interferência sobre a fotografia Babá com menino Eugen Keller para a mostra Mãe Preta, organizada por Isabel Löfgren e Patricia Gouvêa (2018); d) por fim, uma postagem "comemorativa" ao dia das mães na rede social Facebook, em que a maternidade nas prisões e penitenciárias brasileiras é tematizada, publicada pela organização não-governamental Artemis. O eixo organizador dos recortes é a noção de memória entrecruzada com a de acontecimento, tal como são definidas pela Análise de Discurso de orientação materialista (BALDINI; ZOPPI-FONTANA, 2014).

Esses recortes solicitam corpos como significantes em tensão e dizem de espaços divididos, assinalando as fronteiras entre as formações discursivas; enquadramentos e demarcações sobre o corpo e a vida que dizem respeito à condição de existência da mulher negra; e imagens da violência, que inquietam e capturam o olhar do leitor, interpelando-o e exigindo dele uma escuta. Trata-se, portanto, de um corpus construído a partir de flagrantes de corpos em conflito, em que é possível problematizar a radicalidade da experiência do olhar, tendo em vista que a leitura da imagem, sua escuta social, convoca também o corpo do analista, o qual deve deslocar-se do lugar

de puro observador para realizar seus gestos de análise, na relação com os procedimentos teórico-metodológicos. A composição do corpus guarda, assim, uma “tensa relação entre o dentro e o fora, entre o corpo do sujeito e o corpo social” (ORLANDI, 2010, p. 634), em que se coloca fortemente a questão da alteridade, na relação entre a ordem do repetível e daquilo que nela faz furo.

A partir dessa articulação conceitual, a análise discorrerá sobre uma distribuição desigual do estatuto de pessoa, na qual jogam o reconhecimento e o enquadramento: ao questionar quais enquadramentos permitem a representabilidade do humano, Judith Butler (2015, p. 22) articula o campo do reconhecível e do apreensível: “não há vida nem morte sem relação com um determinado enquadramento”, afirma. Em sua elaboração, ela coloca em jogo o campo visual, no qual *to be framed* implica tanto a ideia de enquadramento como delimitação própria ao campo da imagem, quanto a ideia de moldura. Temos, então, na sequência de recortes construída para esta análise, enquadramentos de maternidade atravessados por divisões, barreiras que cortam as sociedades como linhas móveis a demarcar margens entre as formações discursivas sulcando fronteiras (in)visíveis no dizer, ou melhor, nas formulações visuais ora analisadas.

1. Posições teóricas: materialidades discursivas, acontecimento, memória

Em abril de 1980, Pêcheux (2016) abre o Colóquio *Matérialités Discursives* com uma provocação concernente a uma tripla asserção, referente ao real da língua, ao real do inconsciente e ao real da história, a qual manifesta uma relação problemática originária precisamente do que entre língua, história e inconsciente resulta como heterogeneidade irreduzível. Perguntando-se sobre quais materialidades se colocam em jogo na análise dos discursos nos domínios da História, da Psicanálise e da Linguística, ele inaugura uma discussão capaz de livrar o analista de discurso de uma ortopedia de leitura restrita à contemplação da reprodução do sentido, engajando a prática de análise discursiva na compreensão da produção de acontecimentos. Ao perscrutar o que há de perturbador e inquietante na compreensão do funcionamento de um acontecimento discursivo, que vem abalar a religião do sentido, Pêcheux coloca à prova o “fantasma teórico unificador” e, com ele, a possibilidade de conciliação irrestrita das heterogeneidades provenientes dessas disciplinas.

O autor caracteriza sua posição de trabalho a partir da via que entrecruza três caminhos: “o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação” (PÊCHEUX, 2002, p. 19) no interior da Análise de Discurso. O acontecimento, definido como ponto de encontro de uma atualidade e uma memória, torna-se não só fundamental nas reflexões acerca da materialidade do discurso, mas também a consideração daquilo que escapa a toda simbolização, posto que “o real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas” (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 55). Em consequência, os efeitos na/da linguagem permitem abarcar a equívocidade em lapsos, atos falhos, chistes e sintomas em relação aos processos de constituição do sujeito e dos sentidos.

Além de colocar em cena a contingência da história e seus efeitos sobre as estruturas, a noção de acontecimento exige uma reformulação na própria noção de língua, que passa a ser definida por/em suas falhas, na incompletude. Ao situar a Análise de Discurso no espaço incerto, onde língua e história se encontram submetidas à interpretação, a questão teórica colocada por Pêcheux (2002, p. 28) articula-se ao estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, discursividades que entrecruzam posições logicamente estabilizadas e unívocas a formulações equívocas. Assim, a posição de trabalho sustentada por Pêcheux (2002, p. 43) nos deixa em face de um real “constitivamente estranho à univocidade lógica” e a um saber que não se reduz à ordem das “coisas-a-saber”. Um real que não se descobre: “a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (PÊCHEUX, 2002, p. 29).

A memória, para Pêcheux (2007, p. 56), é um espaço móvel de divisões, marcado por conflitos entre retomadas e deslocamentos: “um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. Não homogênea, a memória, para a Análise de Discurso, comporta falhas e buracos, admite a exterioridade como marca do real histórico. Ela não diz respeito, portanto, ao que entendemos como memória individual ou lembrança de um sujeito particular, mas aos “sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 2007, p. 50). Trata-se, assim, de um funcionamento que acolhe o movimento entre repetição e deslocamento, definido como tensão contraditória constitutiva do processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória. O acontecimento é definido, então, como aquilo que vem perturbar a memória, provocando interrupções que podem vir a desmanchar processos de regularização.

A partir dessa posição teórica, interrogamos quais relações as diferentes materialidades discursivas em questão neste trabalho – não só a pintura e a fotografia, mas também o post em uma rede social digital –, suas especificidades em termos de formulação, constituição e circulação, estabelecem, com a memória e com o acontecimento, sentidos para a maternidade. Tendo em vista a condição material de existência, consideramos que os sentidos possíveis para a maternidade da mulher negra surgem como restos impronunciáveis da história e, para sustentar essa posição, traçamos uma compreensão da ideologia que não apaga sua relação inequívoca com o registro inconsciente. Essa posição articula-se à especificidade da análise materialista de discurso em face de outras perspectivas de tratamento das discursividades. Colocá-las, desde já, como ponto nodal da reflexão ora proposta é conferir ao trabalho teórico um lugar fundamental “contra o fogo incinerador que só produz fumaça” (PÊCHEUX, 2009, p. 294), tomando partido pelo fogo de um trabalho crítico.

2. *Mãe preta* e a radicalidade da experiência do olhar



Figura 1: Tela *Mãe preta*, de Lucílio de Albuquerque (1912), acervo do Museu de Belas Artes de Salvador.

Fonte: MÃE Preta, 2019.

Mãe preta, mãe de leite, ama-de-leite: substantivo feminino, “mulher que amamenta criança alheia”, segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Na tela Mãe preta (Figura 1), pintada em 1912 por Lucílio de Albuquerque, a crueza da violência com que a mulher mãe negra é formulada apreende o olhar do leitor, assombrado pela força perturbadora que irrompe na pintura, no olhar de uma mãe em direção ao seu filho, esse ponto de captura o qual Barthes (2015) nomeou *punctun*¹: espécie de picada, buraco, ferida sócio-histórica que punge na tela, pois retira da imagem sua suposta transparência; ponto de fuga que desestabiliza a evidência na constituição de sentidos para a mulher negra. Sentado no chão, em um cenário assombrado pelo vazio, jaz um corpo de mulher a nutrir um bebê, corpo negro que, ao amamentar a criança branca, vislumbra um outro. Ressonância da falta na constituição do sujeito, o olhar, enquanto ponto de captura, é também o vestígio a partir do qual a obra se abre em equívocos, numa poética que diz do não-todo, indicativa da tensão instaurada pela divisão do sujeito. Em seu semblante de resignação muda, apreendido por entre as pinceladas que enquadram uma cena de intimidade, o corpo feminino negro urdido na tela permite ponderar a radicalidade da experiência do olhar. Mãe preta, talvez, possa nos dar um vislumbre da imagem que nos olha, posto que, para simbolizar a maternidade da mulher negra na formação social escravista, instala uma relação indiscreta entre beleza e perversidade.

Interpretada pelos portugueses como instintiva e primitiva, não digna da mulher civilizada, a amamentação fora delegada, no período colonial brasileiro, às índias tupinambás devido à sua cultura de amamentar seus filhos até dois anos ou mais. Foram as jovens índias as primeiras amas-de-leite da história deste país, função que rapidamente passou às escravas negras, surgindo, segundo Gilberto Freyre (1978), uma nova figura social importante no Brasil escravista: a mãe preta de aluguel. Propriedade e mercadoria escrava leiteira, eram mulheres obrigadas a cuidar e nutrir o filho branco do senhor, à custa do afastamento e abandono de seus próprios filhos, que muitas vezes eram vendidos com poucos meses de vida, como evidencia a formulação que figura no anúncio publicado no *Jornal do Commercio* de 03 de agosto de 1850: “Aluga-se uma preta para ama com muito bom leite, de 40 dias e de primeiro parto, é muito carinhosa para as crianças, não tem

¹ Embora Barthes tenha discorrido sobre o *punctun* em relação ao “signo fotográfico”, definindo-o como o acaso que fere seu espectador, o apunhala e mortifica, consideramos o termo bastante apropriado como entrada para esta análise, pois possibilita estabelecer uma relação entre a imagem e seu espectador pela via do sensível, permitindo-nos traçar uma compreensão sobre aquilo que, na imagem, resta como indizível.

vício algum e é muito sadia; e também se vende a cria” (MAGALHÃES; GIACOMINI, 1983, p. 77).

No modo como constitui sentidos, para a mulher mãe negra e seu filho recém nascido, o anúncio materializa, no discurso, práticas perversas e naturalizadas para significarem a amamentação e o cuidado da mulher negra, ancorado no discurso escravista e na sua definição premente das “mães escravas” como reprodutoras da mão de obra cativa, constitutiva do conceito legal de *partus sequitur ventrem* (o parto segue o ventre) amplamente defendido por proprietários de escravos e juristas como solução ao problema da reprodução da mão de obra escrava após a cessação legal do tráfico de africanos em 1831². Carregados de violência de gênero e raça, artificiosos e ardilosos por não aparecerem necessariamente sob a forma do chicote, os discursos que significam a mãe preta no Brasil oitocentista se esforçam por naturalizar uma condição de animalização e mansidão, como observado em anúncios da época³ em que essas mulheres eram descritas como animais domesticados, próprios a realizar tarefas não só como nutrizes e cuidadoras, mas tantas outras relativas aos serviços domésticos.

Pintado pouco depois da assinatura da Lei Áurea, o drama urdido em *Mãe preta* se organiza a partir da ordem do repetível, posto que atualiza sentidos estabilizados na formação social profundamente dividida do período da recente abolição, configurando, assim, uma “cena prototípica”, na definição elaborada por Lagazzi (2015, p. 177). Trata-se, segundo a autora, de cenas que dão a ver um social dividido, isto é, tipificam a divisão social intrincada em relações dicotômicas e disjuntivas, nas quais trabalham a alteridade e a diferença. Embora pensada em relação à formulação audiovisual, que intrinca imagem e som em movimento, a noção de “cena prototípica” é relevante para este trabalho, pois permite compreender a resistência a partir da divisão; na cena em análise, apesar de haver uma espécie de sintetização do já-dito, o olhar materializa vestígios de uma resistência possível para essa mulher que, ao vislumbrar um outro, rejeita uma posição sujeito. A noção de cena prototípica permite, então,

² É importante lembrar que a Lei do Ventre Livre foi promulgada apenas em 1871, quarenta anos depois da proibição do tráfico de africanos escravizados.

³ Exemplos de anúncios de venda e aluguel de amas de leite podem ser encontrados, entre outros lugares, no catálogo da exposição *Mãe Preta*, com curadoria e pesquisa de Isabel Löfgren e Patricia Gouvêa (2018), realizada no Rio de Janeiro, São Paulo e São Luiz do Maranhão em 2018 e início de 2019. Nesse tenso e sedicioso arquivo, observamos características atribuídas às amas, textualizadas em formulações dispostas entre anúncios de vendas de imóveis e mobília: “ama com bom leite”, “engomma muito bem”, “mui sadia”, “sem molestia e sem vício”, “preta nova e com duas crias” etc.

problematizar a diferença contraditória constitutiva das sociedades, posto que promove uma escuta das forças em jogo em uma formação social, forças que não necessariamente antagonizam, mas se enfrentam e traduzem através de sua história (ALTHUSSER, 2008, p. 43). Assim, ao estender o conceito de enunciado à formulação visual, Lagazzi (2015) admite formas de escutar o social que gritam nas composições visuais, permitindo atar uma escuta social a um olhar crítico dos modos de constituição de sentidos.

Nesta “cena prototípica” que se dá em Mãe preta, o olhar metafórico a “diferença no social”, isto é, constitui, no simbólico, uma “alteridade contraditória” (LAGAZZI, 2015, p. 187) própria à formação social, pois estabelece posições ideológicas disjuntivas, que se presentificam no equívoco a forjar um ponto de fuga na leitura da formulação visual. Se, pela via da psicanálise, o ato poético enseja uma tentativa de testemunhar algo do real, é entretanto por meio do equívoco que ele, enquanto ato, se constitui. Sua consideração implica, na perspectiva da Análise de Discurso, o reconhecimento da ideologia como mecanismo que “funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição”; o equívoco, enquanto fato discursivo, se dá no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente, ele “é a inscrição da língua (capaz de falha) na história” (ORLANDI, 2001, p. 102). O olhar aponta para a instância de um lugar outro, constituído pela falta, desloca o sujeito de um lugar social ao abrir uma brecha no processo de identificação, pensado na relação com a cadeia significante; ele textualiza, na formulação visual, um flagrante da falha no ritual ideológico, a qual permite pensar a insurreição como um efeito de ressonância que toma a dimensão de um acontecimento histórico, produzindo um outro sentido para a maternidade e para o sujeito mulher. O olhar sustenta, portanto, um ponto de fuga na leitura da cena, desestabiliza interpretações sobre a presumida passividade em que o corpo da mulher negra é construído e, ainda, desregula a pretensa naturalidade de seus atributos de ama cuidadora: ao inaugurar um lugar para que o poético e o político se instalem, o olhar acolhe o acontecimento na estrutura, possibilitando outras escutas e interpretações.

3. No olhar, o grito de um corpo em silêncio

Em Babá brincando com criança em Petrópolis (Figura 2), clicada em 1899 por Jorge Henrique Papf, é outra vez o olhar que instala o ponto de captura, punctum, e produz um efeito de ressonância, como se o corpo da babá negra fotografado cravasse em nós seu próprio olhar aterra(dor).

No vislumbre dessa imagem, podemos dizer, parafraseando Barthes: vejo os olhos que viram o terror da escravidão. O olhar como experiência sensível convoca, nesta imagem, o não-sentido, no olhar de enfrentamento, confronta(dor) com que a babá negra encara aquele que a olha, seu especta(dor) e, neste olhar, desestabiliza a suposta intencionalidade que persegue o ato do fotógrafo ao clicar a cena, admitindo que o olhar do espectador, no gesto de leitura da imagem, também hesita; despossuídos do lugar de puro espectador, é preciso consentir que “diante de uma imagem, algo nos olha” (BALDINI; CHAVES, 2018, p. 803).

Ao flagrar um acontecimento doméstico ordinário e corriqueiro, enquadrado e capturado para integrar um rele álbum de família, essa “cena prototípica” dá a ver o social e a alteridade a partir de uma relação dicotômica. Nela, o corpo negro da babá e o corpo branco da criança são elementos que estruturam a formulação visual, posto que sintetizam a estigmatização social de determinados corpos. Trata-se de uma cena em que a violência se impõe incomensurável, onde habita um corpo negro carregado de memória e história, constituído por uma construção social que o significa como abjeto e animalizado. Corpo que textualiza, na fotografia, o social em contraposição ao corpo branco da criança, a estabelecer, pela via da contradição, uma divisão que se radicaliza na evidência da docilidade e da submissão. Assim, ao interrogar essa evidência de subordinação, procuramos sustentar que há, nesse corpo, algo que re(existe) às injunções impostas pelo exercício do poder na formação social brasileira oitocentista. Algo que, como um “sopro de irregularidade”, irrompe na cena e se presentifica no corpo, pelo olhar desesbabiliza(dor) a constituir o campo indizível da imagem; o olhar que, ao funcionar como uma metonímia do corpo da babá, fascina seu observador, estabelece com ele uma relação visceral, o transpassa pela forma pungente com que presentifica o não decifrável, o indizível. Na fotografia, o olhar traz a marca sensível de um acontecimento do corpo, em que um grito mudo instala a falha no/do simbólico, a compor os limites da representação fotográfica. No silêncio desse corpo arquejado e aparentemente embrutecido pela aspereza da cena, o olhar estabelece uma abertura ao processo de significação, permitindo outros sentidos para a mulher negra.



Figura 2: *Babá brincando com criança em Petrópolis*, clicada em 1899 por Jorge Henrique Papf.

Fonte: LÖFGREN; GOUVÊA, 2018

Na trilha do que Pêcheux (2009, p. 278) estabelece em uma célebre nota de rodapé de sua retificação a **Les vérités de La Palice**, consideramos que a resistência irrompe nesse olhar (de insubordinação?) como “ponto de realização impossível do assujeitamento ‘perfeito’”, como a aparição fugidia de uma coisa de uma outra ordem, e a partir do qual é possível consentir em um modo de resistência realizado no e pelo corpo. O olhar impõe-se, então, “contra a repetição e o nada”, estabelece um indício que materializa, no corpo, vestígios de resistência em um processo que se realiza nos tropeços e falhas dos rituais que regem o funcionamento do social. Esse olhar textualiza, ao confrontar seu observador, a falha no processo de assujeitamento; ele atravessa e dilacera a fotografia ao instituir o litígio constitutivo de posições

sujeito irreconciliáveis, em permanente confronto. É o olhar que permite, ao investir-se na contradição constitutiva desse jogo de linguagem, escapar à mortificação na relação com o cinismo estabelecido na formulação que intitula a cena “Babá brincando com criança em Petrópolis”. Ele estabelece, então, um efeito de torção nos sentidos constitutivos do enunciado, abrindo a cena a outras possibilidades de interpretação.

Em seu livro **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**, Eni Orlandi (1995) argumenta, ao distinguir o silêncio fundador das políticas de silêncio, que o não-dizer significa. Ele não consiste, portanto, numa ausência de sentidos, mas naquilo que, tendo sido interdito em determinada formação social, significa de uma outra maneira. Ao pensar o silêncio em relação ao corpo do sujeito, consideramos que um corpo em silêncio é, também, um modo de produzir sentidos que difere do corpo silenciado pelas políticas de silenciamento trabalhadas pela autora. Há uma opacidade própria ao silêncio, materializada neste fragmento discursivo por meio de uma interdição ao dizer, do silenciamento de lugares de enunciação. No gesto de perscrutação desse corpo silenciado, o olhar inscreve um grito como resposta ao impossível, forma de dar borda ao inominável – à barbárie; no olhar, um gesto que marca uma posição que grita diante (e em) do silêncio.

O olhar vítreo que se assemelha a um brilho molhado de lágrimas comparece na próxima cena (Figura 3) em que a ama encara seu espectador, a fotografia Babá com menino Eugen Keller, capturada em 1874 por Alberto Henschel. Na versão atualizada para a mostra Mãe Preta, organizada por Isabel Löfgren e Patrícia Gouvêa (2018), a fotografia recebe a interferência de um objeto, uma lupa, que realça a qualidade dos olhos da babá. “Esses olhos representam uma vida sem escolhas. São abatidos e desalentados, medrosos e obedientes, entediados e ansiosos, envergonhados, exaustos ou, às vezes, claramente desafiadores”, afirma Qiana Mestrich (2018), em um texto sobre as fotografias e imagens de mulheres negras em condição de amas de leite e cuidadoras, redigido para o catálogo da exposição. Em suas análises, Qiana confirma a importância da circulação de imagens de corpos de mulheres negras, especificamente seus ventres e seios, na construção da ideia de uma suposta naturalização de suas capacidades reprodutivas. Em retratos de estúdios como esse, era comum que a ama posasse com os seios à mostra, amamentando uma criança. Para a autora, “as fotografias funcionavam como objetos coloniais que não só transformavam a mãe negra em caricatura como também reforçavam as fantasias brancas (masculinas) sobre essa mulher como sendo uma Jezebel, governada pela libido [...]”

(MESTRICH, 2018, p. 69 – grifo da autora). Assim, embora vestida com recato, Babá com menino Eugen Keller é exemplar de uma imagem recorrente nos álbuns das famílias no Brasil oitocentista, e que apresenta um funcionamento discursivo paradoxal: “ironicamente, essas fotografias de família tornaram as escravizadas negras tecnicamente visíveis, ainda que



fossem socialmente invisíveis” (MESTRICH, 2018, p. 68 – grifo da autora).

Figura 3: interferência sobre fotografia de *Babá com menino Eugen Keller* (1874).

Fonte: LÖFGREN; GOUVÊA, 2018

Para Orlandi (1990, p. 17 – grifo nosso), “[...] o que é visto ganha estatuto de existência. Ver, tornar visível, é forma de apropriação”. Embora

esteja tratando especificamente do discurso do descobrimento do Brasil a partir do enunciado “Terra à vista”, a reflexão da autora possibilita admitir que o visível estabelece o conhecimento do objeto, permitindo assim apreendê-lo. Entretanto, conforme testemunhamos a partir desse retrato, a visibilidade não garante reconhecimento de uma vida. Segundo Butler (2015), as normas mediante as quais os sujeitos são constituídos produzem e deslocam os termos por meio dos quais opera o reconhecimento; embora não sejam deterministas, posto que dependem de amplas operações de poder, são normas que facilitam ou dificultam o reconhecimento de uma vida. O que somos capazes de apreender depende de condições historicamente articuladas, que determinam as “condições de ser reconhecido”, as quais moldam um ser vivo em sujeito reconhecível, ainda que não sejam infalíveis ou isentas de efeitos imprevisíveis. Para a autora, “há sujeitos que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há vidas que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (BUTLER, 2015, p. 17). Por sua vez, o enquadramento, ao delimitar a esfera da aparição como uma moldura constituída politicamente, delibera quais vidas são reconhecíveis e merecem ser enlutadas: “não há vida nem morte sem relação com um determinado enquadramento” (BUTLER, 2015, p. 22):

Nós só começamos a “existir” em virtude dessa dependência fundamental com respeito ao endereçamento do Outro. Nós existimos não apenas porque somos reconhecidos, mas, mais fortemente porque somos reconhecíveis. Os termos que facilitam o reconhecimento são eles mesmos convencionais, são eles mesmos efeitos e instrumentos de um ritual social que decide, frequentemente pelo recurso à exclusão e à violência, as condições linguísticas de *sujeitos viáveis* (BUTLER, 2015, p. 25, grifo nosso).

Há, portanto, condições para a constituição de sujeito viáveis, condições determinadas ideologicamente, acrescentaríamos. Retomando o recorte apresentado na Figura 3, ao re-enquadrar a cena fotografada, pela introdução da lupa como elemento que vem a perturbar o funcionamento parafrástico que reitera, na atualidade, a memória colonial, a interferência artística desloca os sentidos estabelecidos para a ama ali retratada, por meio de um gesto reflexivo que instala uma crítica ao campo visual. Trata-se, talvez, de uma forma de “enquadrar o enquadramento” (BUTLER, 2015, p. 23) que questiona a (in)visibilidade social das mulheres negras, denuncia uma ideologia que excede os limites visíveis da moldura e um enquadramento que busca não só conter e transmitir o que é visto, ou seja, organizar a experiência visual, mas também determinar ontologias específicas do sujeito,

disposições afetivas e éticas que decidem por sujeitos viáveis e inviáveis.

4. Enquadramentos de maternidade para a mulher encarcerada

Há atualmente cinquenta e oito, divididas por três salas, uma das quais é enfermaria. À *falta de lugares*, a promiscuidade é ignóbil nesses *compartimentos transformados em cubículos*. A maioria das detentas, mulatas ou negras, fúfias da última classe, são reincidentes, alcoólicas e desordeiras. Olho as duas salas com as portas de par em par abertas e fico aterrado. Há caras vivas de mulatinhas com olhos libidinosos dos macacos, há olhos amortecidos de bode em faces balofas de aguardente, há perfis esqueléticos de antigas belezas de calçada, sorrisos estúpidos navalhando bocas desdentadas, rostos brancos de medo, beijos trêmulos, e no meio dessa caricatura do abismo as cabeças oleosas das negras, os narizes chatos, as carapinhas imundas das negras alcoólicas. Alguns desses entes, lembra-me tê-los visto *noutra prisão, no pátio dos delírios, no hospício*. É possível? Haverá loucas na detenção como há agitados e imbecis? O Dr. Afrânio Peixoto, o psiquiatra eminente, dissera-me uma vez, apontando o pátio do hospício, onde, presas de agitação, as negras corriam clamando horrores aos céus: – Há algumas que têm quatro e cinco entradas aqui. Saem, tornam a beber e voltam fatalmente (RIO, 1908, s/p – grifos nossos).



Artemis adicionou 2 novas fotos.

1 h · 🌐

Não tem flores, nem homenagens, nem parto humanizado, nem aleitamento materno exclusivo para as mulheres no cárcere. Eu já tinha ouvido falar sobre como é difícil exercer a maternidade nessa situação, mas há pouco tempo ouvi relatos e o que acontece com essas mulheres e com os bebês e olha é pior do que poderia supor... Um exemplo disso é que cada dia de trabalho reduz um dia na pena, por isso há mães que "escolhem" não amamentar o bebê para acabar logo a pena.

Flávia Ribeiro, uma ativista em construção e colaboradora da Fanpage

Aqui vai um link sobre a situação no Brasil

<http://oglobo.globo.com/infografi.../especial-mulheres-presas/>

Aqui vai um link sobre o dia das Mães de uma mulher no cárcere.

<http://g1.globo.com/.../detenta-da-luz-em-cima-de-saco-plasti...>

Tirei uma imagem daqui (<http://monitoramentocedaw.com.br/.../maes-presas-filhos-conde...>)

A outra foto daqui (<http://irenegarciaperulero.com/feminista/>)



Figura 4: Postagem em “comemoração” ao dia das mães, realizada em 2015.

Fonte: *Facebook*.

Trazemos, nesse último recorte, uma postagem do dia 12 de maio de 2015, realizada pela Associação não-governamental Artemis em “homenagem” (termo que usamos com muitas aspas) ao dia das mães. Nela, as fotografias se impõem ao olhar, produzindo efeitos que se textualizam nos comentários presentes na materialidade significante do post. No modo como enquadra a mulher e o bebê, a primeira fotografia oferece uma direção interpretativa na qual a mulher é significada a partir de um funcionamento metonímico: seus sentidos se constituem por meio de um fragmento de seu corpo, o seio que amamenta. A grade que separa os corpos da mãe e de seu filho materializa, nessa formulação visual, a fronteira que separa o dentro e o fora, a delimitar o espaço físico e simbólico do cárcere; ela demarca uma formação discursiva constitutiva de sentidos para a maternidade de mulheres negras a partir de um não-lugar social, uma ausência de lugares frente à sociedade. Ela é a manifestação, na linguagem, de um processo de segregação, realizado através da violência, que inscreve essas mulheres na formação discursiva da delinquência, a qual compõe, tangenciada a outras formações discursivas, uma complexa articulação entre formações ideológicas.

Ancorada na ideia do espaço como enquadramento proposta por Paul Henry, Orlandi (2009) estabelece que os sentidos são determinados pelo modo como o espaço enquadra o acontecimento, determinando seu espaço de significação. Sua elaboração nos permite ponderar que disposições diferentes de espaço constituem diferentes sujeitos e sentidos. Assim, a grade que supostamente “protege” um morador em um condomínio residencial difere profundamente da grade que separa essa mãe presidiária de seu filho recém-nascido, posto que constituem espaços de significação diferentes, dadas suas condições particulares de produção, embora crivados pela dicotomia dentro-fora. “Daí se conclui, portanto, que o espaço significa, tem materialidade e não é indiferente em seus distintos modos de significar, de enquadrar o acontecimento” (ORLANDI, 2009, p. 224, grifo da autora). Em sua noção significativa de espaço, Orlandi articula o material (físico e espacial) e o humano, o simbólico e o político, ligando a questão do espaço à questão do sujeito e à da memória.

Na postagem em análise, a grade demonstra o fato de que o capitalismo se mantém em sua dominância, amparado pelo preconceito, considerado “uma discursividade que circula sem sustentação em condições reais e fortemente mantida por condições imaginárias que silenciam sentidos” (ORLANDI, 2009, p. 223). Há, portanto, um imaginário social que direciona e hierarquiza a direção dos sentidos, imaginário que divide

os sentidos de maternidade, alocando-os diferencialmente quando esta diz respeito à mulher branca ou à mulher negra. Não é demais lembrar que, não por acaso, a grande maioria das mulheres que vive dentro do sistema prisional brasileiro é negra. Muitas dão à luz dentro dos próprios presídios, na maior parte das vezes em condições extremas de abandono e violência. A maternidade da mulher negra segue, então, uma rota traçada sócio-historicamente, em que o passado ressoa constantemente no presente, negando a essas mulheres a possibilidade de exercer minimamente a maternidade com dignidade. Isso acontece, segundo Butler (2015, p. 70), porque “as vidas são divididas entre aquelas que merecem ser defendidas e enlutadas quando são perdidas, e aquelas que não são propriamente vidas nem propriamente valiosas, reconhecíveis ou possíveis de serem enlutadas”.

À mulher encarcerada resta um lugar de interdição, textualizado, na formulação que acompanha as fotografias, pela negação: “Não tem flores, nem homenagens, nem parto humanizado, nem aleitamento materno exclusivo para mulheres no cárcere”. Palavras que denunciam ao produzir certa visibilidade para a mulher encarcerada, que delatam o fato de que, numa sociedade democrática como a nossa, que sustenta o mito do sujeito-de-si e para si, o “outro” será sempre o estranho cuja existência é insuportável. Nos comentários, é possível apreender as ressonâncias desses processos de produção de sentidos: “É de cortar o coração esta imagem do bebê” (grifo nosso), diz uma comentadora. Diante dessa imagem contemporânea, operadora de memória social, a formulação que figura nesse comentário faz ver uma ausência, textualizada em seu corpo textual. Aquilo que permanece excluído do enquadramento da fotografia, para além de suas margens, aquele fora do campo de visão que o olhar captura, é justamente a mulher-mãe que amamenta, presente pela falta – ou ausente em sua presença. Como nos ensina Orlandi (2009, p. 223), “o preconceito nega a própria existência do ser”.

A falta instaurada pela interdição de determinados sentidos de maternidade às mães encarceradas se liga necessariamente à falha do Estado, por meio da articulação entre Aparelho Ideológico e Aparelho Repressor. Segundo Orlandi (2012, p. 230), “a falha do Estado é estruturante do sistema capitalista”, ou seja, na sociedade de mercado, o Estado falha em sua função de articulador simbólico e político: “Não é uma falta de interesse, um descaso, nem, ao meu ver, ele é substituído pelo Mercado. Essa falha é uma falha necessária para o funcionamento do sistema” (ORLANDI, 2012, p. 229). Esse sujeito mulher-mãe-negra se individua, assim, pela falta, na falha do Estado, o que contribui para que se estabeleça seu processo de segregação.

Para compreender como isso acontece, reportamos às elaborações de Orlandi, que ao pensar o sujeito e os processos de individuação, parte da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, no simbólico, processo que constitui a forma-sujeito-histórica: em nossa sociedade capitalista, a forma-sujeito é sustentada no jurídico, pela assunção de direitos e deveres, e da evidência de sua livre circulação social. “As formas de individualização do sujeito pelo Estado, estabelecidas pelas instituições e discursividades, resultam, assim, em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua verdade, com direitos e deveres e direito de ir e vir” (ORLANDI, 2012, p. 228). É esse indivíduo, assim individua(liza)do pelo Estado, que se identifica com os sentidos de determinada formação discursiva; a individuação funciona, então, como pré-requisito aos processos de identificação do sujeito.

Para Orlandi (2012, p. 213), a ideologia e seu funcionamento sustentam no capitalismo formas de onipotência da vontade e da consciência, perceptíveis na posição “se eu quiser, eu posso tudo”. Produtora do sujeito como origem e dono de si, essa posição estabelece a ilusão da transparência do sujeito para si mesmo; ela constitui, no mesmo gesto de engendramento da evidência de si, a transparência do outro ao des-historicizar suas condições reais de existência. Isso mostra que há um mecanismo de esquecimento da complexidade da constituição do sujeito. Ainda, essa posição moralizante admite culpabilidade às mulheres encarceradas por sua própria condição de existência. Assim, ao deslocar a questão do sujeito pragmático e sua culpa moralizante e considerar o funcionamento social a produzir efeitos-sujeito, ponderamos modos de individuação produzidos pelo Estado e que instituem procedimentos pelos quais essas mulheres tornam-se presidiárias, pela via da falha: em vez de individualizá-las, o Estado funcionando pela falha as des-individualiza, e é a partir desse processo que esses sujeitos inscrevem suas posições em formações discursivas, estabelecem, assim, os sentidos que os identificam em suas posições sujeito na sociedade. Desprovida de rosto e simbolizada pelo seio, por um corpo recortado e despedaçado, essa mãe sofre um processo radical de des-subjetivação. O rosto em falta se liga à falha no funcionamento do jurídico, já que o rosto é a expressão do jurídico, segundo Levinas (apud FELMAN, 2014, p. 82), “a visão do rosto é um correlativo do surgimento da ética e da justiça, e que rigorosamente define violência como a supressão do rosto”.

Orlandi defende que, na atualidade, as relações sociais já não podem ser pensadas a partir dos termos da exclusão versus inclusão. Como coloca Schaller (2001 apud ORLANDI, 2009, p. 227), hoje os sujeitos se produzem em uma “relação horizontal de segregação: ou se está dentro ou fora. Uma

vez segregado, é impossível ao sujeito entrar nas relações sociais”. A análise de Orlandi tem um sentido mais forte, como ela mesma coloca: “segregado é aquele que não tem direito de existir. É o sujeito à extinção” (ORLANDI, 2009, p. 227). O que a autora tem tratado como delinquência ultrapassa, assim, a exclusão, atribuindo um sentido particular à marginalidade. Segundo ela, a “delinquência é a perda dos laços sociais e por eles o vínculo com a história. O Estado, nessas condições, falha em sua capacidade de articulador simbólico e os sujeitos vivem no sem-sentido praticando a delinquência” (ORLANDI, 2009, p. 224). Em uma ordem discursiva em que os processos de significação encontram-se sedimentados, tendo sido des-individuada, essa mãe sucumbe ao sem-sentido, posto que não é possível subjetivar-se de outro modo, habitar um outro espaço e simbolizar-se no social. Entretanto, em face desse aparente assujeitamento perfeito pela ideologia, que desumaniza o corpo negro feminino e funciona a partir de processos discursivos metafóricos e metonímicos que jogam com sua fragmentação, é necessário questionar: será que esses corpos são corpos que resistem e, sobretudo, simbolizam essa resistência? Retomando o último recorte, é possível dizer que talvez haja, na imagem, algo da ordem do equívoco a possibilitar sentidos outros para essa mãe: o olhar do bebê em sua direção. É, mais uma vez, o olhar para um “fora da cena” que instala o ponto possível para a fuga de sentidos, possibilitando, talvez, uma abertura no processo de significação. Isto quer dizer que a maternidade pode vir a constituir um outro espaço para o sujeito significar-se; ela pode tornar possível um movimento nos processos de individuação, fazendo com que essas mulheres passem do não-sentido ao sentido possível.

No que diz respeito aos discursos jurídicos e midiáticos constitutivos de modos de formulação e circulação dessa postagem, além do caráter próprio ao discurso da mídia e seu eco vazio, consideramos que o campo do direito simula um funcionamento lógico dedutivo no qual a lei universal é supostamente aplicada a todos. Assim, é possível sustentar que, em uma sociedade em que há contradição de classe, a universalidade produzida por tais discursos é um efeito imaginário necessário à reprodução das relações de produção. Nesta medida, a visibilidade da condição de existência da mulher-mãe negra em situação de cárcere, possibilitada por alguns discursos de militância, instala um acontecimento, através da desestabilização nos processos de significação, e faz furo no efeito de universalidade próprio ao funcionamento jurídico, ao delatar o atravessamento do discurso jurídico e da violência institucional que o Estado perpetra. Desse modo, esses discursos de militância, embora constituídos pelo funcionamento das mídias, desvelam, em seus efeitos de denúncia, as fronteiras entre as

formações discursivas, desfazendo processos que dissimulam as contradições constitutivas da nossa formação social, e que camuflam o silenciamento e o ódio ao outro. É precisamente nesse lugar de apreensão de um outro que, por conta de sua diferença, não cabe, que é possível reconhecer e denunciar as relações de força que atravessam os discursos, traçando neles fronteiras invisíveis.

Momento de concluir

No exame de processos históricos que determinam as práticas discursivas constitutivas de sentidos para a maternidade em nossa formação social, e questionando o caráter profundamente dividido de tais discursos (COURTINE, 2009), discorreremos, neste artigo, sobre imagens que integram um quadro de violência de gênero, sexualidade, raça e classe no Brasil. Imagens que trazem, cravadas em suas formas materiais, isto é, em suas formulações visuais, um ponto de convergência: o olhar, a instalar lugares para a fuga de sentidos (ORLANDI, 2012b), a possibilitar deslocamentos nos processos de significação. Imagens que são em si acontecimentos, pois situam o lugar de encontro entre uma atualidade e uma memória, e que colocam em cena a questão do enquadramento de sujeitos e corpos ou, ainda, de como um enquadramento seletivo e diferenciado da violência regula disposições afetivas e éticas (BUTLER, 2015). Com Baldini e Chaves (2018, p. 816), é preciso insistir no que essas imagens trazem da “ordem do incômodo, da diferença, da denúncia e de uma invisibilidade cotidiana”, cenas que nos olham nos olhos e nos lembram “que nem todo mundo marcha pela mesma causa”. Na malha discursiva que o acontecimento dessas imagens, dispostas em uma série, produz, grita o silêncio do corpo feminino negro, inscrito em presenças e ausências. Corpos que, face à confiscação de lugares de fala, resistem às políticas de silenciamento, à interdição, reverberando um grito contido durante séculos; imagens que fazem furo na evidência dos sentidos constitutivos da maternidade em nossa sociedade, interseccionam posições ao escancarar o avesso de uma formação discursiva.

Ao permitir a abordagem de diferentes materialidades significantes, as análises delineadas recolocam o fato incontornável da interpretação na construção de um dispositivo de leitura que possa “entender a presença de não-ditos no interior do que é dito” (PÊCHEUX, 2002, p. 44). Ainda, ao colocar a questão do enquadramento e da radicalidade da experiência do olhar, abre-se uma via ética para pensar a constituição do sentido e do sujeito,

na relação com o discurso, a historicidade e o desejo. Às margens da história, a maternidade da mulher negra significa, nas formulações analisadas a partir de molduras e enquadramentos, tecidos por/em posições sujeito masculinas e brancas, constituindo sentidos que as desumanizam, que constroem seus corpos como objetos/abjetos. Como nos ensinou Pêcheux, as barreiras invisíveis que constituem a formação social não separam dois mundos, elas atravessam a sociedade como linhas moventes, sensíveis às relações de força, resistentes e elásticas. De um lado e de outro dessa fronteira, os nomes, as expressões e enunciados de uma mesma língua não produzem o mesmo sentido. Sendo assim, fechamos nossa reflexão com uma pergunta: Quais práticas e sentidos da maternidade são hoje possíveis para as mulheres negras?

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BALDINI, L. J. S.; CHAVES, T. V. Do visível ao nomeado: enquadramentos do humano. **Trabalhos de Linguística Aplicada**. Campinas, n 57.2, 799-820, mai./ago. 2018.
- BALDINI, L. J. S.; ZOPPI-FONTANA, M. G. A Análise do Discurso no Brasil. **Décalages**: Vol.1, Iss.4, Art.22, 2014.
- BARTHES, R. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- COURTINE, J.J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.
- FELMAN, S.. **O inconsciente jurídico**: julgamentos e traumas no século XX. Trad. Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1978.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2010.
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, F; HAK, T (Org.) **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp. 4. ed., 2010.

LAGAZZI, S. Paráfrase da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória do equívoco. In: FLORES, ; NECKEL, Na; GALLO, S. (Org.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia.** Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 177-189.

LÖFGREN, I. & GOUVÊA, P. (Org.) **Mãe Preta.** São Paulo: Frida Projetos Culturais, 2018

MÃE Preta. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.** São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3242/mae-preta>>. Acesso em: 26 jun. 2019. Verbetes da Enciclopédia.

MAGALHÃES, E. K. C; GIACOMINI, S. M. A escrava ama-de-leite: anjo ou demônio? In: COSTA; BARROSO. (Org.). **Mulher, mulheres.** São Paulo: Cortez/ Fundação Carlos Chagas, 1983.

MESTRICH, Q. Fotografia e maternidade negra: vislumbrando uma autoridade para a maternidade negra. In: LÖFGREN, I. & GOUVÊA, P. (Org.) **Mãe Preta.** São Paulo: Frida Projetos Culturais, 2018.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista.** Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

_____. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas (São Paulo): Pontes, 2007.

_____. Espaço da violência: o sentido da delinquência. In: **Caderno de Estudos Linguísticos,** Campinas (SP), v. 2, n. 51, p. 219-234, dezembro 2009.

_____. **Discurso em análise:** sujeitos, sentido, ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012.

_____. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do sujeito. In: CARROZZA, Guilherme; SANTOS, Miriam; SILVA, Telma Domingues (Org.). **Sujeito, Sociedade, Sentidos.** Campinas: Editora RG, 2012b.

PÊCHEUX, M.. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas (São Paulo): Pontes, 2002.

_____. “Papel da memória”. In: ACHARD, P. et al. (Org.). **Papel da**

memória. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas (São Paulo): Pontes, 2009.

_____. “Abertura do colóquio”. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, E.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. (Org.) **Materialidades discursivas.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1908.

O SONHO DE INGMAR BERGMAN: *GRITOS E SUSSURROS*, UMA MATERIALIDADE SIGNIFICANTE A COMPREENDER

INGMAR BERGMAN'S DREAM: SCREAMINGS AND WHISPERINGS, A SIGNIFICANT MATERIALITY TO UNDERSTAND IT.

Táisa M. Pinheiro Silva

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Elaine Pereira Daróz¹

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Dantielli Assumpção Garcia²

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Cascavel, PR, Brasil

Lucília Maria Abrahão e Sousa³

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Resumo: Neste texto, objetivamos, mobilizando como perspectiva teórica a Análise de Discurso, analisar como o filme de Ingmar Bergman *Gritos e Sussurros* constrói suas personagens femininas, inscrevendo-as em uma tensão entre “revelar” e “ocultar” o seu (não) desejo de si.

Palavras-chave: Ingmar Bergman; Gritos e Sussurros; Feminino; Análise de Discurso.

Abstract: In this paper we aim to analyze the Ingmar Bergman's film *Screamings and Whisperings* build their female characters. Thus, we mobilize the theoretical perspective of Discourse Analysis in order to better understand the tension between “reveal” and “hide” their (no) desire inside themselves.

Keywords: Ingmar Bergman; *Screamings and Whispering*; Feminine; Discourse Analysis

Neste texto, intentamos produzir uma compreensão de Gritos

¹ Bolsista Pós-Doutorado Fapesp (Proc. N. 2018/13017-2).

² Bolsista Produtividade Fundação Araucária.

³ Bolsista Produtividade 2 CNPQ.

e Sussurros, filme de Ingmar Bergman, tendo como base a análise da constituição de suas personagens femininas e do modo como elas inscrevem, em uma tensão entre “revelar” e “ocultar”, o (não) desejo de (si) para cena. Na perspectiva teórica da Análise de Discurso em articulação com a Psicanálise freudo-lacaniana, mobilizamos a noção de materialidade significante (LAGAZZI, 2007), isto é, entendemos as cenas do filme em “cuja materialidade específica (verbal, visual, sonora, gestual...) fica exposta à produção de significações” (LAGAZZI, 2008, p. 01). Ainda para a autora, no significante – aqui não mais visto como imagem acústica, como na concepção saussuriana – estaria a composição de uma cadeia estruturante falha, uma abertura para a incompletude constitutiva das materialidades posta em funcionamento. Desse modo, cabe ao analista, em seu movimento de recorte, sendo este já um gesto de interpretação, buscar, na compreensão da materialidade significante, uma relação de movimento, de estabelecimento de relações de sentidos de/sobre a mulher.

Gritos e sussurros é, talvez, um dos mais enigmáticos e sufocantes filmes de Ingmar Bergman; tido, por alguns críticos, como a obra-prima do diretor, para outros, é um verdadeiro filme de terror, dada a crueza dos sentimentos e relações que materializam o mundo mental de suas personagens. O ambiente privado e intimista parece enclausurar ou encurralar suas personagens até arrancar o que há de mais dolorido nelas, sejam seus gritos, sejam seus sussurros, sejam também os impossíveis de gritar e sussurrar. Como em um pesadelo, somos atingidos pela profundidade e pelas incertezas. Poderíamos dizer de Gritos e Sussurros, em consonância com Carlos Gustavo Motta em seu livro *Las películas que Lacan vio*, que a perspectiva psicológica domina a trama narrativa e a composição das personagens. A câmera não persegue as ações e sim os estados de ânimo e, sobretudo, as tensões delas frente ao drama individual (MOTTA, 2013, p. 22). Para Oliveira Jr.:

Gritos e Sussurros, mesmo que imune a qualquer definição simplista, é em grande medida o filme de terror de Bergman. Há, de um lado, uma estratégia de desconforto atingindo seu ápice, e, do outro, um controle soturno das composições e uma dramaticidade da cor que são dignas de Mario Bava. Nos seus melhores momentos, a mise en scène de Bergman nesse filme parece deter um segredo que ele se esforça em manter guardado, como um mágico que não revela seus truques, ou como a sabedoria inviolável dos antigos alquimistas. T tamanha prestidigitação depende da cegueira parcial da plateia, que não enxerga senão um jogo de aparências, e todo o espaço do filme – espaço sonoro e espaço-fora-da-tela mais do que incluídos – se vê assombrado por fantasmas que cobram sua parcela na ficção. A própria câmera age como um fantasma inquisidor, que espreme as personagens contra a parede até

que elas devolvam ao filme uma expressão desejada (medo, vergonha, ódio, desespero). (OLIVEIRA JR., 2005, s.p.).

Toda essa composição soturna que ronda e dá forma ao filme inscreve o efeito de desconforto, essencial para a plástica da obra. Encurraladas na casa, nesse ambiente intimista e “espesso” de fechamento, é que as personagens não param de se deparar consigo mesmas, sob o signo de segredos que o diretor se esforça para manter guardados. À maneira dos sonhos, que projetam imagens que visam a encobrir o objeto de desejo do sonhador e que aparecem como cifras e rébus (Freud o disse em diferentes obras) com elementos tidos como absurdos, Bergman faz falar os contornos imprecisos no âmago do desejo de suas personagens e, então, do contorno e dos arredores fantasmagóricos de seu inconsciente. Disso nasce a história em cujos efeitos de sonhos nebulosos as personagens são soterradas.

(...) Restos diurnos; acontecimentos, pensamentos e preocupações que se ligam a um conteúdo inconsciente reprimido. Os restos diurnos não são capazes de produzir um sonho e o inconsciente precisa deles, para que o significado inconsciente do sonho não seja revelado. Por que é tão difícil entender os sonhos? Porque os sonhos vêm distorcidos e sem sentido, justamente para que a pessoa não entenda. Muito comum também é o esquecimento de umas partes do sonho ao acordar, ou o esquecimento total, ao longo do dia (BITTENCOURT, 2010, s.p.).

Percepção importante é a de que o sonho atinge apenas ao sonhador, embora a obra de arte, de maneira fascinante e quando colocada em circulação, mostra-se a outros “sonhadores”, deixando os rastros do trabalho feito pelo sujeito nos labirintos de seus sonhos. O cinema talvez venha no sentido de amenizar a solidão do nosso psiquismo, amenizar o que há de privado em nossos sonhos, colocando-nos a trilhar as pegadas dos sonhos junto com outros. Jean Cocteau, na introdução de seu filme *Le testament d’orphée*, diz que o privilégio do cinema é permitir a um grande número de indivíduos sonhar o mesmo sonho juntos e de apresentar a ilusão como se fosse pura realidade e que isto seria, segundo ele, um admirável veículo para a poesia. E Motta (2013) completa:

Las obras de arte son satisfacciones fantasmáticas de anhelos inconscientes, al igual que los sueños, con los que tienen en común el mismo carácter de compromiso. A diferencia de las producciones del sueño – asociales y narcisistas –, las obras de arte eran concebidas para que otros hombres participasen de ellas y pudiesen suscitar y satisfacer en ellos las mismas

emociones de deseos inconscientes (MOTTA, 2013, p. 23).

Em entrevista, Bergman teria dito que a composição dos elementos, texturas, cores e personagens poderiam ter sido mesmo um reflexo de fragmentos inconscientes ao tentar captar seu sentimento ambíguo e confuso pela própria mãe. Apenas essa afirmação do diretor já poderia despertar a fina atenção de um psicanalista, dada a efusão de sentimentos que dessa relação primeira e inaugural do sujeito poderia brotar; mas o filme se faz ainda mais interessante porque, e também à maneira dos sonhos, a composição dos personagens não é, em absoluto, literal. A genialidade do cineasta lidando com essa faceta misteriosa de seu inconsciente parece esculpir, ao desmembrar seus sentimentos ambíguos em relação à sua mãe, uma imagem do feminino, desse Outro, em suas várias nuances, frestas e contradições. Nascem, então, suas quatro personagens principais do filme: Agnes, Anna, Maria e Karin.

A ideia inicial era a seguinte: sentia que devia escrever alguma coisa sobre minha mãe, que morreu há alguns anos. Sempre tive com minha mãe uma relação ambivalente. Quando criança, era apaixonado por ela, mas depois, durante a puberdade – crescendo – esta forma de relação se transformou em algo completamente diferente. As relações que tive com minha mãe sempre foram muito fortes, muito densas e há muito tempo tenho esta ideia bastante vaga de escrever alguma coisa e de fazer um filme sobre ela. Mas percebi que era mais fácil falar do que fazer. Eu simplesmente tinha muita dificuldade em exprimir algo de realmente sincero e objetivo a seu respeito. Fui perseguido, durante vários meses, por uma imagem: era um quarto vermelho – forrado de vermelho. Os móveis eram vermelhos. As cortinas duplas eram vermelhas. E neste aposento, havia três mulheres, todas vestidas de branco que caminhavam numa espécie de iluminação crepuscular... Era um fio saído do meu subconsciente – e comecei a fazer um novelo desse fio, e foi justamente o que deu essa história com as quatro mulheres. Foi só depois – através de um raciocínio posterior ao filme – que compreendi que o filme tratava profundamente de minha mãe. Eu a descrevi sob a forma de quatro mulheres diferentes (BJORKMAN; BERGMAN, 1977, p. 230).

Esse filme parece comunicar surdamente o que há de mais “orgânico” sobre o enigma mulher. As paredes de um vermelho sufocante matizam todo o filme, e mais parecem, como o próprio diretor ressalta, as paredes apertadas do útero. E essa observação não é qualquer observação. É notável na história das mulheres ocidentais, especialmente partindo de um discurso burguês, a associação da feminilidade ao ambiente privado, ao resguardo da circulação no espaço público, a uma esfera da maternidade e da procriação. Talvez

o diretor quisesse também formular uma crítica aos grilhões burgueses, ao espaço social delimitado que essas mulheres – e também sua mãe – ocupavam. De acordo com Kehl (2008), o século XIX criou, na construção de um ideário (familiar) burguês, um antagonismo entre as convenções sociais (as quais passam no domínio público) e a liberdade (da ordem do domínio privado) e isso produziu efeitos no modo de significar e inscrever simbólica e imaginariamente a figura feminina. Desse modo,

Para os homens, sobretudo, condenados a viver seu dia-a-dia na selva das cidades, a família tornava-se um lugar sagrado, cuja harmonia e tranquilidade estariam a cargo daquela que cada um escolheu para esposa (...) Devo me deter sobre a constituição deste lugar – a família nuclear e o lar burguês – tributária da criação de um padrão de feminilidade que sobrevive ainda hoje, cuja principal função, como veremos, é promover o casamento, não entre a mulher e o homem, mas entre a mulher e o lar. A segunda função da feminilidade nos moldes modernos foi a adequação entre a mulher e homem a partir da produção de uma posição feminina que sustentasse a virilidade do homem burguês.

A adequação das mulheres a estas funções foi fruto de uma enorme produção discursiva, como veremos logo adiante. Se hoje nos deparamos com uma ideia de feminilidade que nos parece tradicional é importante perceber que esta tradição tem uma história recente, que faz parte da história de constituição dos sujeitos modernos, a partir do final do século XVIII e ao longo de todo o XIX. Também é importante ressaltar que os discursos que constituíram a feminilidade tradicional fazem parte do imaginário social moderno, transmitindo através da educação formal, das expectativas parentais, do senso comum, da religião e da grande produção científica e filosófica da época, que determina o que cada mulher deve ser para ser verdadeiramente mulher. (KEHL, 2008, p. 44)

É um traço dessa “empreitada” burguesa que o espaço da familiaridade (e da feminilidade também), em que são mantidos as mais caras memórias e intimidades, seja o espaço doméstico, ou seja, a pátria da vida particular do sujeito moderno tem como pilar e sustentáculo as mulheres. A vida íntima do sujeito, sua espontaneidade e sentimentos mais profundos dificilmente irão romper a barreira do espaço doméstico e se evidenciar nos espaços públicos; dito de outro modo, o espaço privado é, por excelência, o espaço de gestação do sujeito e nele estão situadas as mulheres. Não à toa que o filme trata da relação de três irmãs, todas geradas dentro de um mesmo “útero” burguês e uma criada, que não segue as normas da moral e da educação desejada pela burguesia, e que, no entanto, ali naquele contexto, parece ser a única capaz de amar com espontaneidade e doação.

É nítido, então, que essas relações familiares intrincadas denunciem padrões caros à posição daquela família e também à época. O que não é nítido em um primeiro momento, e que precisa de um acesso “aos bastidores”, é que o lar que Ingmar Bergman crescera, em muito se parecia com o retratado no filme e o próprio cineasta chegou a defini-lo como o “mais conservadores que os conservadores”. Estamos diante de uma estrutura cuja moral mantem-se extremamente rígida, marcada pelo funcionamento ideológico patriarcal, engessada por papéis e lugares sociais sem mobilidade, na qual os desejos (e desejar, que talvez seja o traço mais característico do ser humano) são duramente reprimidos. Não devemos deixar de notar que o filme, apesar de não estipular uma data precisa, possivelmente se passa no século XIX, com alguma margem de erro para final do século XVIII ou início do século XX. A atemporalidade dá autenticidade ao filme, o faz mais onírico, já que temos de Freud (1927/1969) a anotação de que o inconsciente não é temporal, mas define seu “misterioso” fluir, que nada tem de linear.

Sobre isso, Freud já nos diz que o inconsciente é atemporal, ou seja, desconhece o tempo. Em *O mal estar na civilização* (1927/1969), ele nos explica como se dá o tempo para o inconsciente e compara a vida mental com a cidade de Roma, a “cidade eterna”. Nessa cidade, as ruínas do passado se mesclam com o desenvolvimento da grande metrópole e vestígios de diferentes fases podem ser trazidos à luz. Porém, enquanto na cidade há apenas vestígios e restos do passado, na vida mental nada é destruído com o tempo e as primeiras fases do desenvolvimento se mostram intactas, conjugam-se com o que se atualizou, e “o elemento primitivo se mostra preservado ao lado da versão transformada que dele surgiu” (FREUD, 1927/1969, p. 77). (COSTA, 2001, p. 02).

Um filme que trata da incomunicabilidade e da impenetrabilidade das almas e coloca a mulher aí, como *Gritos e Sussurros*, e que se utiliza dessa atemporalidade parece ter o silêncio como um fantasma que paira sobre a casa. Nesses termos, os diálogos são escassos, as cenas são lentas, os rostos transmitem a história, e disso deriva o efeito de poesia obscura de cada personagem. Não é novidade que, para Bergman, o rosto é um grande quadro, um grande palco, em que as expressões pintam os sentimentos formando uma estética única. As duas cenas abaixo indiciam tal funcionamento.



Figura 1: Kari Sylwan (Anna) e Harriet Andersson (Agnes).
Fonte: Foto das autoras capturada do filme *Gritos e Sussurros*.



Figura 2: Liv Ullmann (Maria).
Fonte: Foto das autoras capturada do filme *Gritos e Sussurros*.

A composição da cena tem o rosto como ponto principal, seja pelo modo como ele é enquadrado e posicionado, seja pela luz que incide sobre ele, seja pelo modo como a mudez é instada a uma condição de grito. De acordo com Ribeiro:

O rosto é o palco (...) Bergman prova que o habitat da emoção do ator é seu rosto, fazendo com que vejamos a tela cheia de enormes rostos que falam

e, principalmente, ouvem, reagindo às palavras quase sempre antagônicas. A câmara está sempre muito perto, mostrando bocas, ouvidos e olhos. A propósito, notem o título de alguns filmes de Bergman: “O Rosto” (Ansiktet), “Face a Face” (Ansikte mot ansikte) e “Persona” (máscara em grego). O homem era fascinado por rostos! O escritor Fernando Monteiro — imenso admirador de Bergman — reivindica para Joseph von Sternberg a compreensão da força da face humana na tela. (RIBEIRO, 2009, s.p.).

Neste filme em especial, o gosto do diretor por rostos assume contornos especiais; é o olhar que assume majoritariamente o dizer, atravessado por uma condição de calamento da palavra e de abertura para que os sentidos possam deslizar e bascular entre o horror e a densidade. A proximidade da câmara parece exercer uma pressão esmagadora, inquiridora sobre as personagens, obrigando-as a colocar o rosto no centro da cena, inscrevendo um outro modo de dizer. A voz está impedida na mesma medida em que os olhos, a pele e os traços singulares da face contam algo de incalculável para as palavras. Os olhos na obra ultrapassam sua função orgânica do ver, estão, sim, atrelados a um desejo que não é óbvio nem restrito a uma função do órgão. O desejo, aqui, é o de alcançar o outro em sua névoa de incomunicabilidade, criando a tentativa de transmissão que a linguagem nem sempre supre; assim, podemos dizer que o olhar, aqui, contorna o Real a fim de inscrever algo impossível para a voz e para a palavra, tanto é que a sensação de angústia é nítida, e o uso desse efeito cinematográfico parece cumprir grandemente seu papel. Nesses termos, as personagens restam encurraladas entre o dito e o impossível de dizer, refletidas na clausura que o ambiente causa, entregues à solidão de seu próprio psiquismo, à impenetrabilidade do outro e à impossibilidade de uma comunicação verdadeira, para além da suposição de palavras do outro. Como afirma Oliveira Jr. (2005):

Bergman é sem dúvida um dos grandes estetas do close-up cinematográfico, e aqui seu teatro de fisionomias adquire uma carga extra de significação: Gritos e Sussurros é uma anatomia de rostos femininos, estudados tanto em sua materialidade quanto em seus investimentos subjetivos. E esses rostos, ao menos para Bergman, são “contos de terror”, daí seu teatro de fisionomias se desdobrar numa performance da crueldade, encenada com marionetes que sofrem de um desespero magoado e, muitas vezes, contido, quando apenas sussurrado. (OLIVEIRA JR., 2005, s.p.)

Esse fascínio do cineasta por rostos e, sobretudo, pela complexidade da alma se manifesta – seus micro e macrocosmos – em seus personagens

e ambientes tidos culturalmente como femininos. Em *Gritos e Sussurros*, especialmente, Bergman parece sondar pela fechadura as nuances e os mistérios de cada mulher ali presente, ultrapassando os elementos tidos como “femininos” ou “masculinos”, produzindo um efeito do universal da condição do humano faltante e precário, como afirmam Bjorkman e Bergman (1977):

Não, não acredito. (que as mulheres, enquanto seres humanos, são mais interessantes do que os homens). Talvez, fosse verdade há alguns anos, mas hoje em dia, não faço mais essa diferença entre masculino e feminino – sinto nossos problemas de uma forma humana em geral. Simplesmente (...) Quanto mais explorei o mundo das mulheres, mais percebi que ele era idêntico, sob vários pontos de vista, ao meu próprio mundo. Quanto mais as mulheres se tornaram amigas – como os homens – mais esta ambivalência se atenuou. Sinto um prazer enorme em trabalhar com atrizes. Isto quer dizer que, às vezes, ao invés de utilizar um homem para fazer uma espécie de autorretrato, por exemplo, apelo para uma mulher. Neste caso, acho que a máscara é perfeita. Porque na verdade o que existe são só problemas humanos. Não há tantas questões puramente masculinas ou puramente femininas como pensava antes. Em *Gritos e Sussurros* o conteúdo é puramente humano – o acento não é colocado especificamente ao lado das mulheres. Há, certamente, no filme, passagens “femininas” fortemente acentuadas (BJORKMAN; BERGMAN, 1977, p. 232, 236).

Um dos pontos do filme em que as questões de gêneros tocam essa esfera do “puramente humano” merece destaque na cena abaixo, na qual o diretor nos presenteia com uma Pietá, senão uma das mais emocionantes e provocadoras imagens de seu cinema.



Figura 3: Kari Sylwan (Anna) e Harriet Andersson (Agnes).
Fonte: Foto das autoras capturada do filme *Gritos e Sussurros*.

A Pietá de Ingmar Bergman reproduz o amor agápico, um amor espontâneo e incondicional que denota doação e deixa entrever em si mais indistinta empatia pelo outro, bem como a piedade cristã da Pietá de Michelângelo Buonarrotti. Mas as analogias e ousadias não param aqui, vejamos um pouco mais sobre a obra renascentista que nos ensinará a comparações. A dualidade ao se falar sobre as mulheres é intensamente reiterada no cristianismo por este maniqueísmo: ou é vista como a virgem em sua total pureza – e ironicamente a mãe dotada de amor e doçura incondicionais – ou é a mulher perversa, sedutora que induz o homem ao pecado e espalha a desgraça sobre a terra, e, por isso mesmo, deve logo ser reprimida. No filme, há personagens que, em uma possibilidade de interpretação, poderiam se encaixar nessa dualidade: Anna e Maria, respectivamente. Para adentrarmos mais as concepções de Bergman sobre as nuances da imagem da mãe, é preciso que analisemos personagem por personagem, e que, como emanções inconscientes que o são, não deixam, contudo, de se atrelar aos símbolos veiculados culturalmente, nem como não se apresentaram de maneira linear. Parece-nos que cada uma precisa da outra para existir, apenas seus corpos são delimitados – e talvez esse recorte que o corpo fosse essencial para os contornos e rodeios de Bergman em seu desejo central: retratar a mãe e sondar suas questões com a feminilidade –, mas suas histórias e emoções são entrelaçadas.

Anna, a criada, que em visão ou sonho ouve e atende o chamado da já morta Agnes, é a única capaz de manifestar amor – um amor instintivo, natural, ladeado de ternura e piedade – naquele ambiente doentio de silêncio e de repressões sentimentais. Ela toma Agnes em seu colo encostando-se a seu corpo, transmitindo o calor emocional que aquele outro corpo precisa para se curar da doença da incomunicabilidade ou do desamparo – que marca de maneira tão universal nossa “condição humana”. Nesses termos, Anna é, muitas vezes durante o filme, humilhada, ofendida; todavia, é capaz de perdoar ilimitadamente, é capaz mesmo de suportar a angústia da perda de sua criança sem definhar na amargura. Essas características fazem dela muito próxima da figura de Maria e dos princípios de amor, compaixão e perdão caros ao cristianismo.



Figura 4: Kari Sylwan (Anna) e Harriet Andersson (Agnes).

Fonte: Foto das autoras capturada do filme *Gritos e Sussurros*.

Guilhardi (2001) afirma que:

Anna dá o que Agnes precisa para se acalmar – o sereno toque do amor, a aceitação incondicional da menina desamparada – e revela o sentimento que nutre por ela: piedade. Numa ação inesperada, Anna aconchega Agnes morta. Compõe em atos lentos – como compete ser a cena do Amor – o encontro do seu corpo com o de Agnes para esculpir com gestos a Pietà de Bergman. Ali estão contidos a dor de Agnes que se esvai com a vida, o amor agápico de Anna que não interrompe, mas alivia o estertor da morte, a piedade da mater dolorosa – Anna é a mãe que poderia ter salvo Agnes – e a dor de Anna evocada pelo fim de um genuíno amor, selado pela morte. Que síntese de sentimentos através do equilíbrio de gestos! (GUILHARDI, 2001, p. 05).

Podemos supor, diante dessa nossa compreensão da materialidade significativa do filme, que talvez o que há de genuíno no amor de Anna venha de uma criação diferente da qual as três irmãs tiveram no seio de uma abastada família burguesa de moral rígida. A educação das irmãs reflete traços profundos de seus comportamentos e cada uma delas manifesta a falta de liberdade e esse “engessamento” social de uma maneira, mas se há algo compartilhado por todas é a relação bastante conflituosa no que tange a dar e receber afeto. Como afirma Belém Júnior (2002):

Bergman sempre dedicou o melhor de sua criatividade ao universo feminino. Em entrevistas, dirá ele que Anna é uma nova personagem feminina que aparece em sua obra. Não por acaso, aparece num momento da carreira em

que o diretor se dispõe a criticar, eficientemente, uma sociedade burguesa extremamente conservadora, punitiva, orientada por dogmas religiosos, em que o sexo era tabu e o comportamento, rigidamente disciplinado. Anna, que inferimos ter sido educada num universo diferente daquele, liderado pela mãe que mete medo às filhas, não desenvolve as neuroses das três irmãs e pode amar com naturalidade que a burguesia desconhece (BELÉM JÚNIOR, 2002, p. 124).

E se Anna encarna Maria, Agnes representaria Jesus? Mas Agnes é uma mulher – tantas vezes menosprezada e acusada na dualidade cristã – e é humana, sua dor é extremamente humana, está despojada de qualquer aura sagrada.



Figura 5: Harriet Andersson (Agnes).

Fonte: Foto das autoras capturada do filme Gritos e Susurros.

Poderíamos, inclusive, dizer que ela nos expõe o que há de mais humano em nós: o desamparo, a necessidade de cura pelo afeto, a força extrema, a consciência dos limites de corpo orgânico. O que Ingmar Bergman queria com esse “joguete”? É possível que ele nem tenha querido dizer nada em especial, é possível que, sob o julgo de nossa interpretação, ele tenha brincado com os signos, expondo alguns deles para quebrá-los; ensinando-nos a fugir dos lugares-comuns que soterram o senso crítico, colocando em circulação apenas o enigma para que cada um possa fisgar dele o que lhe seja possível.

O nome de Agnes, coincidentemente ou não, tem origem comum ao de Santa Inês, uma das virgens responsáveis por manter o fogo sagrado dedicado à Vesta, a deusa romana que simboliza o lar. Naquele ambiente privado e “orgânico”, em que, muitas vezes, todas as personagens circulam,

em um ballet doloroso, vestidas de branco, como as vestais, é Agnes quem implora pela manutenção de um vínculo familiar, de um “fogo” que rompa a frialdade dos elos. Na Roma antiga, era esse fogo sagrado unido ao culto aos antepassados que mantinham a unidade do núcleo familiar. E ressaltemos, aqui, que a família em Roma é bastante diferente da família mononuclear burguesa. Praticamente toda a vida privada em Roma estava estruturada em função da manutenção desses deuses do lar. Agnes, de maneira análoga, é a única das irmãs realmente desejosa da união familiar. É ela também que experimenta uma consciência plena da doença daquele ambiente, ela está, nas palavras de Fernando Pessoa (1930-1935), lúcida como se estivesse para morrer. Por isto, é a única a manifestar gratidão, vicissitude tão difícil de alcançar ali, e vislumbrar momentos de felicidade – representados no filme por um ambiente externo a tal casa, em que as cores não mais oprimem, mas dão a sensação de leveza e harmonia e em que todas as irmãs caminham juntas no jardim em um clima outonal. Sua fé – e na cena da extrema unção, o padre revela ter sido a fé dela maior que a dele próprio – a faz suportar suas dores e angústias, há um sentido de resiliência – e uma coragem extrema na personagem que ajudam-na a compor seu caráter humano, demasiadamente humano.

Já a personagem de Maria parece vir completar aquela dualidade de posições femininas a que nos referimos, ela representaria Eva. Com comportamentos muitas vezes pueris, Maria é bela, jovem e cede aos seus desejos, curiosidades, inclusive tivera um caso extraconjugal; e há no filme referência à tentativa de suicídio do marido por este motivo. À moda da personagem bíblica, ela cai em “tentações”, clama por amor, amor, contudo, que não sabe oferecer.



Figura 6: Liv Ullmann (Maria).

Fonte: Foto das autoras capturada do filme *Gritos e Sussurros*.



Figura 7: Ingrid Thulin (Karin), Liv Ullmann (Maria).

Fonte: Foto das autoras capturada do filme Gritos e Sussurros.

Quando chamada pela irmã, Agnes, que não sabemos se apenas se tratava de um sonho de Anna, parece atendê-la em um primeiro momento, mas quando sente a morbidez perto de si, foge horrorizada. Seu comportamento ao longo do filme a faz parecer a mais “frívola” das irmãs, guardadas as proporções de sua rígida educação. Não raro suas atitudes podem transmitir algo de artificial como seu choro copioso na morte da irmã ou a aproximação forçada que tenta com Karin. Assim, ela reúne muitas características que nossa cultura costuma atribuir de maneira pejorativa à mulher. Karin, talvez a personagem mais complexa, ao contrário, é a única a qual são atribuídas determinadas características tidas como masculinas. Ela se apresenta rígida, segura, é ela quem comanda a casa e as demais propriedades, bem como outras formalidades como o enterro de Agnes. Ela incorpora o poder. Surge a nós então uma pergunta bastante válida: a mulher precisa necessariamente incorporar determinados elementos atribuídos aos homens para atingir o poder?



Figura 8: Ingrid Thulin (Karin), Liv Ullmann (Maria).

Fonte: foto das autoras capturada do filme *Gritos e Sussurros*.

O fato de pertencer e, principalmente, de encarnar os preceitos burgueses da época, faz de Karin um personagem quase caricatural da mulher reprimida sexualmente, sufocada pelos pilares da religião, presa a um casamento frio e sem qualquer expressão de amor, que parece na realidade uma grande encenação. Vale ressaltar, aqui, a cena em que ela janta com seu marido em silêncio, repetindo para si que aquilo tudo não passa de uma grande mentira. O fato de Karin repetir incessantemente para si que tudo ali é uma mentira intensifica o tom de encenação de sua própria vida, que parece sucumbir em um discurso *prêt-à-porter* que nela se instala não sem pressões sociais. Mas que também nela revela um desejo de interromper essa teatralidade e alcançar discursos próprios.

Seguir com o que demandam dela faz com que ela seja mais uma das propriedades de seu marido, um igualmente rígido, austero, um taciturno diplomata que parece transmitir pelo olhar seu poder sobre ela, a reificando. O discurso de Karin, bem como seu próprio ser, está fragmentado – em cacos – como uma taça de vinho que ela quebra em uma cena de jantar. Na visão burguesa da época só o casamento poderia purificar a mulher, mas era o casamento o que ajudava a adoecer Karin por dentro. Sua dor se faz visível em uma cena memorável, com o cristal da taça quebrada, Karin se corta, corta sua vagina. Abaixo o corte e o sangue materializam esse ponto em que o feminino se dá a ver de modo escancarado pelo impossível de dizer com palavras, um apontamento do real inscrito no corpo.



Figura 9: Ingrid Thulin (Karin).

Fonte: Foto das autoras capturada do filme Gritos e Sussurros.

Nessa cena densa, há um desespero, mas também um gozo, uma espécie de libertação, como se, por um instante, ela conseguisse se despojar de suas ataduras e seu imenso ódio interno. Na cena seguinte, em que ela deveria “cumprir suas obrigações como esposa”, de maneira muito simbólica, passa o próprio sangue em sua boca. Manter-se silente, remoendo seu ódio, já a feria há muito tempo. Sua feminilidade bem como sua existência se mostram adoçadas, cortadas de modo a deixar a ferida aberta, a pele rasgada, a carne exposta. Aqui, a personagem quebra o ritmo de sua vida encenada, fazendo funcionar o sangue na vagina e na boca, ou seja, nos orifícios marcados pela dor e pelo insuportável dizer; nisso ela se coloca.



Figura 10: Ingrid Thulin (Karin).

Fonte: Foto das autoras capturada do filme Gritos e Sussurros.

A personagem demonstra repulsa em ser tocada ou receber e dar afeto, por isso se nega com veemência a atender a súplicas de Agnes, diz prontamente que não a ama e não quer qualquer ligação com a morte da irmã. Karin é incapaz de amar, humilha Anna diversas vezes, foge com pavor da tentativa de aproximação de Maria. Ela está silente, endurecida por seus claustros e só consegue espalhar sua mágoa nas relações. Como questiona Guilhardi (2001):

O que se poderia esperar das irmãs de Agnes? Elas foram vítimas de contingências análogas, que selecionaram padrões comportamentais funcionalmente semelhantes (possivelmente menos destrutivos). Que dizer de Karin que se mutila com os cacos de cristal? De Marie, que frivolamente busca a conquista: ter, nunca dar? Como dar amor se Karin rejeita a aproximação física de Marie? “Me deixe em paz”, diz ela. O didático “fading in” de toques e falas que Marie emprega com Karin – numa longa e encantadora cena do filme – consegue produzir o encontro, mas a relação não é incorporada por Karin. Seduzida pela força do procedimento de Marie, Karin se entrega ao abraço, mas o comportamento mal instalado de se relacionar com a irmã não se mantém. Nem mesmo Marie está apta para manter-se próxima da irmã. A relação afetiva entre elas é possível, mas improvável. Ao se despedirem, após o funeral, os ressentimentos voltam a reger os mimetizados movimentos de separação, mimetizados por movimento de carinho, mas sem função afetiva (GUILHARDI, 2001, p. 10).

Gritos e Sussurros, como o próprio nome sugere, fala da incomunicabilidade, dos vários tipos de silêncios, do impossível e do impedimento de colocar em palavras afetos do horror, da violência e da morte, que as mulheres estavam submetidas e que estamos também hoje quando vemos, ainda, tantas mulheres se submeterem a situações de claustros em suas vidas. O filme inscreve uma poesia profunda e agressiva, extremamente claustrofóbica sobre as relações de poder, tocando a força dos sentimentos, afetos e traumas da condição humana em sua relação com a linguagem e com os outros. Também toca os efeitos de sutileza, beleza e anseio de liberdade, que aparecem especialmente durante a cena em que as irmãs e Anna passeiam ao ar livre todas vestidas de branco em uma cena pitoresca e bucólica. Trata-se de um momento catártico, de expurgação do ambiente sufocante e das dores latentes e que nos fala diretamente sobre um processo de sublimação.



Figura 11: Ingrid Thulin (Karin), Kari Sylwan (Anna), Liv Ullmann (Maria) e Harriet Andersson (Agnes).

Fonte: Foto das autoras capturada do filme *Gritos e Sussurros*.

E se temos o aval para construir analogias, será que este ambiente externo não é comparável a um sonho quando exteriorizado e mais brilhantemente quando traduzido de forma artística com sua carga de intimidade tentando alcançar algo de uma extimidade? Ou não é válida a afirmação de Benjamin: “o cinema introduziu uma brecha na velha verdade de Heráclito segundo a qual o mundo dos homens acordados é comum, o dos que dormem é privado” (BENJAMIN, 1994, p.190). Utilizando-se do microcosmo da família e das tensas relações entre seus integrantes, e de excelentes personagens femininas, Ingmar Bergman instala e transcende as secções entre os sexos. Existem elementos no filme que tratam especificamente dos modos de constituição da mulher e da voz feminina, se assim podemos falar. Mas há um atravessamento que tateia o que é próprio de sujeitos homens e mulheres, qual seja, o insuportável do sexo e da morte, fazendo falar a não proporção a que está fadado o humano; nesses termos, nos deixa sempre frente ao enigma típico de uma grande obra de arte e da poesia. Motta (2013) nos diria que a obra de arte, em si, é um enigma como o da Esfinge que constitui o primeiro passo na busca incessante e mortífera da verdade. Nesses termos a obra de arte e o filme de Bergman sinalizam uma saída possível ao horror fundante de cada um.

Referências

- BELÉM JÚNIOR, L. **O inconsciente segundo Ingmar Bergman**, Goiânia, v. 5, n. 1/2, p. 119-127, 2002. Disponível em < <http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/24176>>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- BENJAMIN, W. **A obra de arte na era de sua reprodutividade técnica**. **Porto Alegre**: Ed L&Pm, 1994.
- BITTENCOURT, D. **Os sonhos e a vida psíquica**. 2010. Disponível em < <http://danielabittencourt.blogspot.com.br/2010/10/os-sonhos-e-vida-psiquica.html> >. Acesso em: 30 jun. 2019.
- BJORKMAN, S.; MANNIS, T.; SIMA, J. **O cinema segundo Bergman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BRANCO, J. L. de C. C. **A angústia na obra de Ingmar Bergman**: Sara-banda em ser e o tempo de Heidegger. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009. <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Arte/dissertacao/filme_ing_berg.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- COSTA, L. A. O que não cessa de se atualizar. **Almanaque online**. Minas Gerais, Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais, n. 6. , p. 1-5, 2001. Disponível em: < <http://almanaquepsicanalise.com.br/wp-content/uploads/2015/09/loren.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- EWALD FILHO, R. *Gritos e Sussurros*. **Revista Ingmar Bergman**. Rio de Janeiro, 1ª ed. Centro cultural Banco do Brasil, Jurubeba produções, 2012.
- GUILHARDI, J. H. **O toque do amor em um universo de linhas paralelas**: *Gritos e Sussurros de Ingmar Bergman*. Campinas: Instituto de terapia por Contingências e reforçamento e Instituto de Análise do Comportamento, 2001. Disponível em < <http://www.itrcampinas.com.br/txt/gritosesussurros.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- HOLMBERG, J. Presidente da Ingmar Bergman Foundation. **Revista Ingmar Bergman**. Rio de Janeiro, 1ª ed. Centro cultural Banco do Brasil, Jurubeba produções, 2012.
- KEHL, M. R. **Deslocamentos do Feminino**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008.
- LAGAZZI, S. O recorte significante na memória. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Anais do Seminário de Estudos em Análise do Discurso, Porto Alegre: UFRGS, 2007.

_____. A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes. Disponível em <<http://d1m.f1ch.usp.br/sites/d1m.f1ch.usp.br/files/Suzy%20Lagazzi.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

MAGALHÃES, S. C. Cinema, sonho, psicanálise. **Cogito**, Salvador, v. 9, n. 9, p. 86-90, 2008. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S151994792008000100019&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 jun. 2019.

MELO, W. C. V.; GUIMARÃES, A. H. T. Entre as palavras e a pedra: Pietà. **Revista Anagrama**: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação, São Paulo, Ano 4, Ed. 2, p. 1-15, Dez. 2010/Fev. 2011. Disponível em < <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/anagrama/article/viewFile/7279/6578>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

MOTTA, C. G. **Las películas que Lacan vio y aplicó al psicoanálisis**. 1 ed.- Buenos Aires: Paidós, 2013.

OLIVEIRA JR, L. C. Gritos e sussurros. **Revista Contracampo**. Edição 74. Disponível em < <http://www.contracampo.com.br/74/gritosesussurros.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

PESSOA, F. “**Tabacaria**”. In: _____. Obra poética. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

_____. **Poesias Inéditas (1930-1935)**. Lisboa: Ática, 1955.

ORLANDI, E. “Segmentar ou recortar?”. *Linguística: questões e controvérsias*. **Série Estudos 10**. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

RIBEIRO, M. **Sobre Gritos e Sussurros, de Ingmar Bergman**. 2009. Disponível em <<http://miltonribeiro.sul21.com.br/2009/07/03/sobre-gritos-e-sussurros-de-ingmar-bergman/>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ROBACH, M. Embaixador da Suécia no Brasil. **Revista Ingmar Bergman**. Rio de Janeiro, 1ª Ed. Centro cultural Banco do Brasil, Jurubeba produções, 2012.

POLYSEMIE, POLEMIQUE ET EVITEMENTS DANS LES DEBATS POLITIQUES FRANÇAIS CONTEMPORAINS: «LA FRANCE DEVIENT-ELLE MULTICULTURELLE ? »

Marie Veniard

Université de Paris, EDA, F-75006 Paris, France

Résumé : Cet article propose une analyse discursive du sens de l'adjectif *multiculturel* dans un corpus de presse française, et de ses relations sémantico-discursives avec le nom *multiculturalisme*. On explore l'hypothèse d'une polysémie axée sur deux acceptions : une acception descriptive (une société multiculturelle est simplement une société composée de citoyens ayant des identités diverses en termes d'origine, de croyances, langue ...) et une acception prescriptive (la politique visant spécifiquement à la reconnaissance, à la protection et à la promotion des différents groupes qui la composent). Le recours à un corpus plus ancien révèle un changement de sens en cours, l'adjectif prenant peu à peu plus fréquemment le sens prescriptif. L'analyse montre qu'il faudrait coupler ces deux acceptions avec la dimension axiologique, structurante dans les usages (axiologie positive ou négative). On souligne ensuite la manière dont ces configurations sémantiques sont exploitées dans les prises de positions polémiques des hommes et femmes politiques (corpus de discours médiatiques autour d'une élection présidentielle, 2016-2017). Pour finir, on met en avant la frontière entre ce qui est dicible ou non en France actuellement au sujet de la multiculturalité/du multiculturalisme, revenant ainsi au projet de l'analyse de discours (Haroche, Henry, Pêcheux 1971).

Mots-clés : multiculturalisme, sémantique discursive, analyse de discours, polysémie, polémiques.

Abstract: This article offers a discursive analysis of the meaning of the adjective *multicultural* in a corpus of French press, and of its semantic-discursive relationships with the noun *multiculturalism*. We explore the hypothesis of a polysemy centered on two meanings: a descriptive meaning (a multicultural society is simply a society made up of citizens with diverse identities in terms of origin, beliefs, language, etc.) and a prescriptive meaning (the policy aimed specifically at the recognition, protection and promotion of the different groups composing the society). The use of an older corpus tend to reveal a progressive change in the meaning, the adjective gradually taking on a more prescriptive meaning. Analysis shows that these two meanings should be coupled with the axiological dimension, structuring in usage (positive or negative axiology). We then show how these semantic configurations are exploited in the polemical positions of politicians (corpus of media speeches around a presidential election, 2016-2017). Finally, we highlight the border between what is or is not « say-able » in France today about multiculturalism / multiculturalism (Haroche, Henry, Pêcheux 1971).

Key-words: multiculturalism, discursive semantics, discourse analysis, polysemy, polemics.

Cet article trouve son origine dans un sentiment d'incompréhension, celui que j'ai pu rencontrer devant des énoncés tels que « la France est / n'est pas multiculturelle » et surtout « devient multiculturelle ». Ces énoncés ont circulé récemment, et notamment lors des dernières campagnes pour l'élection présidentielle, en 2016-2017. Or j'ai passé ces années à l'étranger, avec une exposition moindre aux discours médiatiques, et mon intuition de locutrice native m'a fait défaut pour comprendre ces énoncés. Cette situation s'est avérée une aubaine pour une analyse sémantique¹.

Le 2 décembre 2016, on pouvait lire dans *La Croix*, un quotidien catholique modéré, la question suivante, adressée à deux hommes politiques : « la France est-elle un pays multiculturel ? ». Au vu de l'histoire de la France et de la manière dont l'immigration a façonné sa population, cette question semble bien étrange. Mais elle ne l'est pas pour les hommes politiques : il s'agit d'un sujet de la campagne. Cependant, les réponses que chacun d'entre eux apporte ne vont se comprendre que grâce à une réflexion sur le sens de cet adjectif. Bruno Retailleau, sénateur Les Républicains (conservateur, tendance traditionnaliste), répond : « Non, la France n'est pas un pays multiculturel et ne doit pas le devenir car cela s'oppose à notre tradition séculaire d'unité », tandis que François Pupponi, député socialiste et maire d'une ville dont la population est en grande partie issue de l'immigration, répond : « La France, qui a toujours été un pays ouvert à l'immigration, est bien en train de devenir multiculturelle, avec un phénomène nouveau d'affirmation des identités religieuses dans l'espace public ». Ces deux réponses sont différentes par bien des aspects, ce qui met en évidence que la question, sous une apparence anodine et descriptive, est en réalité très polémique. On montrera que cette polémique est structurée par une forte polysémie de l'adjectif, qui renvoie aussi bien à la diversité de la population qu'aux politiques qui organisent cette diversité (d'origine, de religion ...) dans la société – c'est le sens dans la réponse de F. Pupponi.

Au fil de l'article nous préciserons ces réflexions et nous apporterons d'autres exemples qui viendront illustrer la diversité des degrés d'actualisation de l'adjectif : la France peut, au même moment, être, ne pas être et *devenir multiculturelle*. Il faut chercher la réponse à cette question à la fois dans le sens de l'adjectif lui-même et dans le contexte de lutte pour le discours qui a été celui des campagnes électorales en 2016 et 2017 (campagnes pour les primaires, c'est-à-dire la sélection des candidats en interne dans les partis, campagne présidentielle en deux tours).

¹ Je remercie ma collègue Michelle Lecolle pour nos discussions, nos échanges, et ses remarques sur cet article, en particulier sur la structuration du sens.

Dans un premier temps, nous nous inscrivons dans une démarche de sémantique discursive (Lecolle, Veniard et Guérin 2018) afin de proposer différentes acceptions et configurations sémantiques de l'adjectif. Puis, dans une démarche d'analyse de discours, nous analyserons la polémique s'organisant autour de l'énoncé, en la rattachant aux faits sémantiques mis au jour.

1. Cadrage théorique et méthodologique

Le mot *multiculturalisme* est un emprunt au contexte politique canadien dans lequel il est en usage depuis les années 60, après être apparu aux États-Unis dans les années 40 (Aprile et Dufoix 2009). Le Canada s'est doté à partir des années 1970 d'une législation définissant le pays comme multiculturel, au sens où le gouvernement reconnaît la diversité de la population canadienne en termes de nationalité, d'origine ethnique, de couleur de peau ou de religion. Cette diversité, qui vise aussi bien les immigrants que les peuples autochtones, est considérée comme constitutive de l'identité canadienne. Elle prend sens dans le contexte socio-politique d'un pays majoritairement anglophone où la minorité linguistique francophone doit se doter d'outils pour protéger et promouvoir sa langue.

1.1. Première approche du sens : discours lexicographique généraliste et spécialisé

Dans le contexte français en revanche, l'adjectif *multiculturel* et le nom *multiculturalisme* sont des néologismes assez récents. Pour preuve, le *Petit Robert*² a introduit le nom *multiculturalisme* en 1977, en relation avec le contexte politique canadien, mais l'adjectif figure dans ce dictionnaire seulement depuis 1993.

² Nous remercions *Le Petit Robert* pour ces informations.

	multiculturel	multiculturalisme
1983	0	(1971 ; de <i>multi-</i> et <i>culturel</i> 2) <i>Didact.</i> Coexistence de plusieurs cultures dans un même pays. « <i>Le terme biculturalisme ne dépeint pas comme il faut notre société ; le mot multiculturalisme est plus précis à cet égard</i> » (P.-E. Trudeau)
2006	1977 ; de <i>multi-</i> et <i>culturel</i> * Qui relève de plusieurs cultures différentes. pluriculturel. <i>Une société multiculturelle</i>	1971 ; de <i>multi-</i> et <i>culturel</i> * <i>Didact.</i> Coexistence de plusieurs cultures dans un même pays.
2018	1975. de <i>multi-</i> et <i>culturel</i> . * Qui relève de plusieurs cultures différentes. > pluriculturel. <i>Une société multiculturelle</i>	1971 ; de <i>multi-</i> et <i>culturel</i> * <i>Didact.</i> Coexistence de plusieurs cultures dans un même pays.

Tableau 1. Quelques définitions de *multiculturel* et *multiculturalisme* (1983, 2006, 2018)

Une généralisation s'opère pour le nom, qui s'émancipe du contexte canadien, avec la suppression de l'exemple concernant ce pays. Les deux unités lexicales, datées des années 1970, se voient attribuer des définitions morphologiques basées sur leurs composants (*multi* + *culture*), le sens restant peu spécifique.

Or le couple *multiculturel-multiculturalisme* se caractérise par une ambiguïté sémantique importante repérée par S. Aprile et S. Dufoix, dans leur *dictionnaire des Mots de la migration* (2009). Ils distinguent en effet :

- l'acception descriptive : une société multiculturelle est simplement une société composée de citoyens ayant des identités diverses (origine, croyances, langue ...) (le fait multiculturel) ;

- l'acception prescriptive : quand une société multiculturelle de fait développe une politique visant spécifiquement à la reconnaissance, à la protection et à la promotion des différents groupes qui la composent et assure que chacun puisse vivre sa culture et ses croyances (la politique multiculturelle).

Ces deux acceptions déterminent deux pôles dans la construction du

sens, mais elles ne suffisent pas tout à fait à rendre compte de la polémique de 2016-2017. La section 2 de cet article sera donc consacrée à la mise au jour de différentes configurations sémantiques qui caractérisent l'usage du mot.

Pour distinguer ces deux acceptions, on distinguera le *multiculturalisme*, qui sera réservé aux politiques mises en place par un État pour protéger voire promouvoir les minorités, et la *multiculturalité*, qui renverra à une société d'immigration, dans le sens de cohabitation de personnes d'origines différentes. Le recours à un vocabulaire métalinguistique est un artifice méthodologique puisque le nom *multiculturalité* n'est pas en usage en France. Par ailleurs, ces deux noms ne règlent pas l'ambiguïté de l'adjectif, qui peut tout aussi bien renvoyer au sens descriptif qu'au sens prescriptif.

Du point de vue des politiques publiques, la frontière entre les deux approches est moins claire qu'il n'y paraît. Si la *multiculturalité* correspond à une réalité observable dans la plupart des pays du monde, le *multiculturalisme* ne concerne à priori que certains pays, tels que le Canada, l'Australie ou la Grande-Bretagne. Toutefois, chacun d'entre eux met en place ce principe par des politiques très différentes (législation anti-raciste, droits linguistiques, discrimination positive, etc.). On oppose ces modèles multiculturels aux modèles dit d'intégration ou assimilationnistes, tels que celui de la France. Plus fondamentalement, il ne faut pas réifier cette opposition. Ainsi, D. Schnapper (2015) précise-t-elle que des politiques multiculturelles sont menées en France sous couvert de politiques sociales (par exemple les REP, ou Réseau d'enseignement prioritaire, les menus de substitution à la cantine, la Charte de la diversité en entreprise), les discriminations sociales et territoriales recoupant pour partie les discriminations ethno-raciales. On trouve également cette idée chez Banting K. et Kymlicka W. (2005) qui distinguent des degrés dans les politiques multiculturalistes. Pour les auteurs, la France se caractérise par un niveau faible de multiculturalisme³. Ces considérations socio-politiques, loin de nous éloigner des faits langagiers, nous apportent la distance nécessaire par rapport à des pré-conceptions

³ Pour M. Doytcheva (2018 : 67) : « Selon ce point de vue, la France n'a certes pas adopté de politique multiculturelle officielle. Bien au contraire, l'intégration républicaine continue à incarner dans la vie politique et le débat public un horizon de valeurs indépassable, comme l'illustrent, parmi d'autres, les débats récents sur la laïcité [...]. Il est pourtant ici des facteurs structurels qui, affectant les logiques de l'intervention publique, infléchissent les principes de l'axiologie républicaine. Ainsi, dans le sillage de la décentralisation politique, l'émergence d'espaces locaux de participation politique et de politiques sociales de proximité a eu comme corollaires une ouverture accrue à la société civile et une prise en compte partielle des organisations qualifiées d'« ethniques » des migrants et de leurs descendants. »

qui auraient risqué de biaiser l'analyse. Précisons ici que nous ne prenons pas position sur les faits ou la politique menée, mais adoptons un position descriptive sur des données langagières.

1.2. Cadrage de la description du sens

Cette étude s'inscrit dans la sémantique discursive telle qu'elle a été posée dans Lecolle, Veniard, Guérin (2018) et Veniard et Lecolle (à paraître). Cette approche, qui se place dans la riche tradition des études sur le sens en contexte, cherche à systématiser des fonctionnements du sens en usage et en contexte, en prenant acte d'une tension fondamentale dans le langage entre tendance à la créativité et tendance à la répétition et à la stabilisation, mais sans la réifier dans l'opposition langue-discours. Nous posons les postulats suivants (Lecolle, Veniard et Guérin 2018 : 35) :

1 : dépasser, dans l'analyse des faits de sens, l'opposition entre « langue » et « discours », au bénéfice d'une articulation dynamique de ces pôles ;

2 : s'appuyer tout à la fois sur les formes et sur les usages, contextualisés et rapportés à des discours et des genres textuels ;

3 : étudier la construction du sens telle qu'elle est instaurée par des unités de rangs différents : mot, syntagme, énoncé, séquence textuelle –, et rendre compte de l'interface entre différents niveaux de construction du sens – syntagmatique, textuel, énonciatif, discursif ;

4 : prendre acte de la labilité des phénomènes sémantiques, en accordant une place de choix à la polysémie, à l'ambiguïté, mais aussi au jeu et aux phénomènes de reconfiguration du sens ;

5 : tenir compte de l'influence qu'exercent les valeurs, les croyances, les connaissances partagées dans la construction et l'évolution du sens, et dans l'interprétation ;

6 : décrire la manière dont les usages se fixent, dont des formes émergentes se routinisent pour devenir des ressources partagées.

Dans le présent article, nous illustrerons en particulier le postulat 4, sur la labilité des phénomènes sémantiques et la polysémie, et le postulat 5 sur l'influence des valeurs dans la construction du sens. Nos analyses s'inscrivent dans la lignée des travaux sur le sens des unités lexicales en discours tels que ceux de Branca-Rosoff 2001, Lecolle 2019, Siblot 1993,

Veniard 2013 a et b par exemple).

1.3. Problématique sémantique et méthodologie

Notre réflexion sémantique trouve son origine dans un sentiment d'incompréhension devant des énoncés tels que « la France devient multiculturelle » : si *multiculturel* renvoie à la diversité de la population, comme nous le pensions, comment peut-on dire à l'époque actuelle, qu'elle « devient » multiculturelle ? l'adjectif renvoie-t-il à l'état de fait ou de la politique ? Cette incompréhension est d'autant plus intéressante à prendre en compte que ces énoncés sont récurrents. Une analyse quantitative des cooccurrences⁴ de *multiculturel* sur le corpus fermé (Schröter, Veniard, Taylor et Blätte (2019), Veniard 2018) révèle que *devenue* et *devenir* sont des cooccurrences statistiquement significatifs.

On s'appuiera sur des indices cotextuels et contextuels pour distinguer les différentes acceptions et, à un niveau de moindre généralité de construction du sens, les configurations sémantiques, c'est-à-dire la combinaison de traits sémantiques et de manifestations discursives régulières.

Dans le traitement de la polysémie, on s'inspirera de l'approche développée par Michelle Lecolle, qui, dans ses différents travaux (Lecolle 2019, 2018 par exemple) pose les bases empiriques d'une approche de la polysémie dans laquelle l'objectif consiste autant à discriminer des acceptions qu'à souligner les glissements et flottements entre elles. En effet, il ne faut pas penser que les deux acceptions soient étanches⁵ puisque la question de la visibilité et de la représentation des minorités articule les deux volets du sens (présence des groupes / loi pour réguler les rapports entre ces groupes) :

(1). « Portrait de la France : Printemps 2000, le Collectif Egalité bousculait le PAF [Paysage audiovisuel français] en affirmant que les écrans de télévision ne reflétaient pas le véritable visage de la France multiculturelle » (*Libération*, 18/04/2002).

Dans cet extrait, « le véritable visage de la France multiculturelle » renvoie à la diversité de la population, mais le contexte est celui d'un collectif militant pour une meilleure représentation des minorités. L'acception politique n'est pas actualisée ici, mais on comprend comment les deux

⁴ Un cooccurent est un mot statistiquement fréquent dans l'environnement d'une forme-cible.

⁵ Voir Lecolle (2018) pour une illustration de ces glissements.

dimensions du sens s'articulent entre elles⁶.

D'un point de vue méthodologique, nous combinerons un corpus ouvert et un corpus fermé (Oger 2005). Ce dispositif permettra de construire un observatoire qui offre un regard en diachronie courte et une forme de complétude localisée ; ce faisant on articule une réflexion générale sur le sens de l'adjectif (sémantique discursive) et une description de son usage à un moment donné (analyse de discours). Le corpus fermé est constitué des articles concernant l'immigration⁷ dans *Le Figaro* et *Libération* entre 1998-2012⁸. Le corpus ouvert est composé d'articles sur la polémique autour de la multiculturalité et du multiculturalisme lors des campagnes pour l'élection présidentielle de 2017. Le choix d'un corpus médiatique se justifie par l'intérêt des journalistes pour ces questions ; par l'hétérogénéité du discours de presse qui se fait l'écho d'autres discours (Moirand 2007), notamment ceux émanant des personnalités politiques, via les citations ou les tribunes. Par ailleurs, on attend plus de diversité du discours médiatique que de discours plus spécialisés, tels ceux des grandes organisations dans lesquelles il peut y avoir des définitions stabilisées

2. Les configurations sémantiques

Avant d'explorer en détail ces questions, nous approfondirons un autre fait révélé par l'analyse quantitative : contrairement à ce que l'on peut observer dans le discours lexicographique, *multiculturel* est, dans le discours médiatique, marqué par un environnement évaluatif, positif aussi bien que négatif⁹. On relève ainsi parmi les cooccurrents *échec* mais aussi *succès* ou

⁶ Du point de vue sémantique, l'articulation entre les deux dimensions que sont le phénomène social ou politique et l'objectif politique semble récurrente dans la construction du sens en discours (Calabrese et Veniard 2018 ; voir le cas de *intégration* traité par Barats 2018).

⁷ On a eu recours à la base de données de presse Factiva, et aux mots-clés suivants: *immigration*, *immigré(s)*, *immigrant(s)*.

⁸ Des corpus similaires ont été constitués pour la presse britannique, allemande et italienne, voir Schröter et Veniard (2016), Schröter, Veniard, Taylor et Blätte (2019).

⁹ Par contraste, on constate que l'environnement du nom multiculturalisme, très négatif, avec des cooccurrents (calculés sur le corpus fermé) tels que *échec*, *communautarisme* ou *tensions*, *différences*, *menace*. On peut rattacher ces évaluations négatives à l'émergence de discours dénonçant l'échec du multiculturalisme à partir de 2010, dans les quatre pays étudiés, en particulier en Grande-Bretagne (voir Schröter, Veniard, Taylor et Blätte 2019). On pourrait d'ailleurs se poser la question de la relation entre l'axiologie négative du nom et celle de l'adjectif, notamment d'un point de vue diachronique, en intégrant les dimensions sociales et discursives à l'approche historique.

ouverte. Une analyse plus fine permet d'isoler les orientations argumentatives portées par l'adjectif, préalables à l'analyse sémantique.

2.1. L'axiologie de *multiculturel* par l'étude des coordinations

L'axiologie constitue une dimension importante du sens car la multiculturauté et le multiculturalisme représentent, ou sont connectés à, des valeurs (attractives ou répulsives) dans les sociétés dans lesquelles les mots circulent. Le discours lexicographique a tendance à évacuer cet aspect du sens – à cause de sa supposée périphérie – ou à le reléguer dans les exemples. Or l'axiologie est très présente dans les usages, ce qui a motivé notre analyse des coordinations adjectivales. Nous suivons ici l'étude extrêmement stimulante de Guilhaumou et Maldidier (1984) sur les segments « du pain et X » (*la liberté, la justice, les fers, le fer ...*) pendant la Révolution française. L'analyse « permet de cerner l'effet sémantique essentiel dans toutes nos coordinations, la globalité de ce qui est uni par ET, la constitution d'un nouveau référent. Plus précisément elle touche un effet de construction- transformation lié au phénomène grammatical de la coordination ET » (Guilhaumou et Maldidier 1984 : 112). L'étude des coordinations adjectivales dont fait partie *multiculturel* vise à mettre au jour un sens en émergence, la construction de ce « nouveau référent » dont parlent les auteurs.

L'analyse sera menée sur le corpus quantitatif présenté plus haut, dont les extraits seront présentés ici hors contexte. Dans un premier groupe d'énoncés, les deux adjectifs coordonnés partagent la même **évaluation (positive ou non) et se renforcent l'un l'autre soit pour défendre l'association entre une société multiculturelle et une société ouverte et démocratique** (2), soit au contraire pour souligner la corrélation entre multiculturauté/multiculturalisme et repli communautaire, conflit (3).

(2). a. « **Nous sommes partisans d'une société ouverte et multiculturelle** » (FIG)

b. « **... continuent de hanter le Québec, qui se veut une société modèle et multiculturelle** » (LIB)

c. « **contre le défi majeur de notre époque : un vivre-ensemble multiculturel et démocratique** » (LIB)

(3). a. « **Ils scellent d'abord l'échec** du modèle multiculturel et communitariste des Anglo-Saxons » (FIG)

b. « **l'après-guerre de l'idéal égalitariste, d'une société multiculturelle et conflictuelle** voulue par l'idéologie immigrationniste » (FIG)

Le raisonnement sous-jacent aux évaluations négatives est particulièrement récurrent dans le quotidien de droite, *Le Figaro*. Il est causal : une société multiculturelle (dans quel sens ?) provoquerait la perte d'identité d'une communauté qui **était supposément** basée sur l'identique, le même¹⁰, ce qui serait la source d'une perte d'unité, de conflits.

On trouve, plus rarement, un second groupe d'**énoncés** dans lesquels cette dernière argumentation est subvertie :

(4). « un ouvrage dirigé par Edgar Morin et Patrick Singaïny, « La France une et multiculturelle » » (FIG)

(5) « **S'il faut trouver un modèle multiculturel et intégrateur un tant soit peu efficace ...** » (LIB)

Dans les deux cas, l'un et le multiple ne s'opposent pas, sur le principe de l'unité dans la diversité. Chaque adjectif tire l'argumentation vers l'un des pôles (l'unité / la diversité) mais la coordination contraint à penser les deux adjectifs comme une totalité et empêche la conclusion « division » pour *multiculturel*. Dans l'exemple 4, l'effet est renforcé par le dialogisme avec l'énoncé de la constitution : « **La République, une et indivisible** », *multiculturel* occupant la place de *indivisible*, ce qui renforce l'effet global. Ces remarques préliminaires nous permettent de passer à une description plus générale du sens.

2.2 La structuration sémantique

Dans des travaux antérieurs (Schröter, Veniard, Taylor et Blätte 2019, Veniard 2018) nous avons analysé l'usage de l'adjectif dans le discours de la presse quotidienne à travers une combinaison de méthodes : analyse des cooccurents, comparaison avec d'autres langues européennes, étude des patrons de type « *la France être* (présent, futur, à la forme affirmative ou négative) / *devenir* (passé composé, présent, futur) + *multiculturelle* » **sur le corpus quantitatif mentionné plus haut** (*Libération* et *Le Figaro*, 1998-2012). Ces analyses ont permis de proposer une représentation du sens de l'adjectif en quatre acceptions (Veniard 2018) : l'acception descriptive,

¹⁰ Voir Lecolle 2008 pour une analyse du nom *communauté* en rapport avec les effets d'identité/altérité.

l'acception du « vivre ensemble », l'acception multiculturaliste au sens faible et l'acception de la politique multiculturaliste. Cette description pouvait laisser penser que ces acceptions étaient étanches entre elles et fonctionnaient indépendamment, comme dans la polysémie classique, ce qui est loin d'être le cas.

Nous proposerons donc ici une version révisée de cette description en montrant comment le sens se structure par une combinaison de traits : fait *vs* politique ; axiologie positive *vs* **négative**. Nous parlerons de configurations sémantiques pour les différentes possibilités tirées de la combinaison des traits.

	FAIT	POLITIQUE
Axiologie POSITIVE	Ex : 6	– non réalisé dans les corpus analysés
Axiologie NEGATIVE	Ex : 7	Ex : 8, 9, 10 L'axiologie négative passe par la déréalisation (modalité interrogative, déontique, temporalité future ...)

Le cas « politique + axiologie négative » inclut les énoncés dans lesquels la qualité de multiculturalisme n'est pas réalisée (« la France n'est pas multiculturelle et ne doit pas le devenir », cf B. Retailleau dans l'introduction). Cette catégorie reprend partiellement ce que nous avons appelé précédemment « **acception 3, multiculturalisme faible** ». Nous n'avons retenu que des énoncés concernant la France, ce qui explique sans doute que la catégorie « politique + positif » soit vide.

L'objectif de cette représentation du sens n'est pas dans la structuration en elle-même mais dans ses réalisations en discours, et dans la mise en évidence de ce qui est dicible ou non dans le débat public sur l'immigration en France.

Les exemples suivants illustrent l'acception descriptive, avec des axiologies respectivement positive (6) ou non (7) :

(6) « Il y en a qui vont dire "c'est le grand remplacement" mais ils se font peur. Cela fait peur aux gens. C'est redoutablement efficace comme propagande. Mais elle fait face à quelque chose de bien plus solide, c'est la réalité. La réalité est toujours plus solide que tous les arguments du monde.

C'est la vérité. **Et la vérité, c'est que la France est multiculturelle et c'est tant mieux !** C'est mon opinion. Il y en a qui le regrettent, mais moi, **je trouve ça beau** ». (L'ancien député socialiste Pouria Amirshahi au Bondy Blog, 20/02/2017)

La diversité de la population est pensée non pas comme une menace (« le grand remplacement »), mais comme une caractéristique positive (« c'est tant mieux », c'est « beau »), sur un mode célébratoire.

(7) Qui s'en étonnera puisqu'on entend à longueur de journée des discours de gentils animateurs de banlieue ou de professeurs bienveillants nous expliquer sur les plateaux de télévision que la France est « multiculturelle », et qu'il faut bien l'admettre (sinon, l'on est un affreux raciste). (Figaro vox, 23/01/2015, chronique de l'essayiste conservatrice Natacha Polony)

L'évaluation négative quant à elle tend être actualisée par des marqueurs d'hétérogénéité énonciative renvoyant à un contre-discours auquel le locuteur s'oppose¹¹.

L'acceptation de politique multiculturaliste est fréquemment actualisée comme repoussoir, par les hommes et femmes politiques de tous bords. Dans l'extrait suivant l'entrepreneur Charles Beigbeder dénonce les dangers d'une politique multiculturelle¹² en centrant son propos dès le début sur le *multiculturalisme* :

(8). « Propos extrêmement dangereux car, **en prônant le multiculturalisme**, c'est l'identité même de la France que vous contribueriez à dissoudre ! **Que signifierait en effet une France multiculturelle ?** Ce serait une nation où chaque immigré pourrait revendiquer sa langue, sa culture, ses mœurs, son histoire et ses traditions d'origine, à parité avec la langue et la culture historiques du pays d'accueil ». En fait, ce ne serait plus une nation

¹¹ Voir par exemple ce tweet de « Monarque 7.0 » en réponse au socialiste Benoît Hamon (@Revuef20), 27/04/2018 (Replying to @RMCinfo, @JJBourdin, @benoithamon) : « Je me demande si le PS de ce monsieur, à l'époque, n'aurait pas un tantinet contribué au développement de cette situation dans les « quartiers », avec un dogme comme le « vivre ensemble multiculturel ». » Le mot *dogme* et les guillemets renvoient à des discours tenus ailleurs, par d'autres locuteurs.

¹² C. Beigbeder répond à un tweet défendant, à droite, une position modérée : « #leselusavecJuppe oui au multiculturalisme non au communautarisme c'est ça l'identité heureuse », @benoistapparu, 1/06/2016. L'auteur du tweet, Benoît Apparu, affiche ici son soutien à Alain Juppé (Les Républicains, courant modéré), candidat aux primaires de la droite pour l'élection présidentielle. L'expression « identité heureuse » fait, en effet, partie du répertoire politique d'Alain Juppé. Dans le tweet d'Apparu, *multiculturalisme* est ambigu : fait ou politique ? Les autres discours d'Alain Juppé sur le sujet confirment qu'il ne s'agit pas d'instaurer une politique multiculturelle et que sa modération doit être évaluée au regard des positions des autres candidats de la droite. Voir le développement section 3.

au sens où l'entend traditionnellement Renan quand il évoque « la volonté de continuer à faire valoir l'héritage que l'on a reçu indivis ». Car, dans votre système, il n'y a plus ni langue officielle ni culture commune, rien qu'un supermarché des cultures qui vivent juxtaposées les unes aux autres dans une sorte de magma informe où le poids démographique d'une communauté serait le seul critère de légitimation d'une culture. »

« **Non, la France n'est pas multiculturelle** car fort heureusement, nous ne sommes pas encore dans une société où chacun adopte sa langue, son calendrier, ses vêtements, ses coutumes et l'ensemble de ses repères culturels en fonction de sa seule communauté d'origine. »

Les énoncés de type « la France n'est pas multiculturelle » sont rarement aussi explicites : **à travers ses explications, l'auteur dépeint une situation dans laquelle les « cultures » et les communautés de personnes sont juxtaposées entre elles suite à des revendications identitaires. Il s'agirait, pour l'auteur, d'un avenir menaçant (« magma informe », « supermarché », « pas encore », menace de la domination des communautés les plus nombreuses).**

De nombreux cas sont beaucoup moins explicites :

(9). Le journaliste David Pujadas à un des candidats pour les primaires de la droite, François Fillon (courant traditionaliste) : « Pour vous, l'avenir de la France / c'est d'être une société multiculturelle / François Fillon à vous la parole / vous êtes encore un petit peu en retard / » (France 2, 24/11/2016).

(10). « La France est-elle un pays multiculturel ? » (question adressée à deux hommes politiques de bords opposés, 2/12/2016, *La Croix*, quotidien catholique « de gauche »)

En (9), il semble difficile de considérer que le journaliste utilise *multiculturel* dans son acception descriptive, la réponse de François Fillon, sur laquelle nous reviendrons plus bas, montre qu'il a interprété l'adjectif dans son sens politique. Il en va de même pour l'extrait suivant, les réponses des hommes politiques, qui figurent dans l'introduction de cet article, montrent bien qu'ils en ont fait la même interprétation.

Le cotexte des interrogations n'est pas clairement désambiguïsant et c'est l'analyste qui reconstruit l'interprétation de l'acception politique, en partie sur un argument logique : la France étant un pays d'immigration, poser la question de savoir si elle est multiculturelle ne peut renvoyer qu'à l'acception politique. Cependant, cette acception ne peut s'entendre comme le résultat d'une législation traitant directement de cette question, puisque

cette dernière n'existe pas en France. Nous faisons l'hypothèse que le sens construit par ces énoncés renvoie à un multiculturalisme au sens faible, de fait, comme nous l'avons décrit plus haut à partir de travaux pluridisciplinaires, et sans politique explicite qui aurait été décrétée par le gouvernement. Des éléments discursifs viennent confirmer cette interprétation, notamment le recours à cette configuration sémantique dans des attaques contre un adversaire et l'interprétation que font les candidats eux-mêmes de ce type de questions (Voir 3.2.1. et 3.2.2).

3. « Jeu » sémantique et polémiques

On commencera par pointer une évolution du sens de l'adjectif, amenée par la comparaison entre la période 1998-2001 et 2016-2018. Cette évolution, qui n'est pas une rupture totale, mais consiste plutôt en une plus grande prégnance de l'acception politique, est à l'origine de différents effets de sens, glissements, facilitant des usages polémiques qui ont pour contexte un durcissement du discours sur l'immigration en France, tous partis confondus en dehors de certains partis anti-capitalistes d'extrême-gauche.

3.1. Evolutions sémantiques et glissements de sens (années 1998-2001 vs 2016-2018)

La longue fréquentation du corpus nous a permis d'identifier une évolution du sens sur une diachronie courte (1998-2017), ce qui permettra de donner une perspective aux usages de 2016-2017. Tendanciellement, en effet, dans le corpus fermé, entre 1998 et 2001, c'est l'acception descriptive, qui est le plus souvent actualisée pour la France.

(11). « Rappelez-vous : née dans la traîne **œcuménique** et béni-oui-oui du Mondial, du temps où les Yougoslaves n'étaient que footballeurs, cette émission de France 2 devait être à la fracture sociale ce qu'Ibrahim Rugova est à la guerre du Kosovo : un alibi pacifique, un gri-gri que chacun veut serrer. **Dans ce temple des initiatives citoyennes et multiculturelles**, on devait marcher sur l'eau, multiplier les pains, s'aimer les uns les autres à la lueur du Zidane. L'autre existait enfin ! En banlieue comme en Yougoslavie. On a vu la suite. (03/06/1999, *Libération*)

(12). « Les chefs d'État et de gouvernement des Quinze ont choisi ce jour de deuil pour publier une déclaration solennelle réaffirmant qu'ils

étaient aux côtés du peuple américain dans sa douleur. « Le gouvernement et le peuple américains peuvent compter sur notre solidarité entière et notre pleine coopération pour que justice soit faite, ont affirmé les Quinze. Cette agression contre l'humanité a frappé au cœur une nation amie [...]. Cette terrible attaque terroriste est aussi dirigée contre nous tous, contre **nos sociétés ouvertes, démocratiques, multiculturelles et tolérantes** ». (15/09/2001, *Le Figaro*)

Les axiologies sont négative (11, à la tonalité ironique), ou positive (12). La tension entre le fait multiculturel et la politique associée est déjà présente en 2001, même si la question d'une politique multiculturaliste est moins prégnante dans l'espace public à cette époque :

(13). « **Bien sûr, elle a existé dans notre imaginaire national, cette équipe de France black-blanc-beur.** Oui, elle a exprimé, à sa manière, **l'avènement d'une France multiculturelle**, même si certains n'ont pas manqué de s'inquiéter d'**un modèle en principe contraire à notre construction républicaine**. Tous les Français, y compris les enfants des cités, se sont identifiés à ce groupe métissé et français à la fois qui nous offrait une légende nouvelle où se mêlaient réussites individuelles et collectives. » (*Le Figaro*, 15/10/2001)

Cet extrait mêle le sens descriptif (« black-blanc-beur », « ce groupe métissé »), à la question de la légitimité d'une politique multiculturaliste (le « modèle en principe contraire à notre construction républicaine »). Le SN « l'avènement d'une France multiculturelle » opère une transition entre les deux facettes du sens : il peut signifier que la diversité de la population (en particulier les exilés des anciens territoires coloniaux) est assumée, cette reconnaissance amenant la France à objectiver cette identité.

Dans la période 2016-2017, cette acception descriptive, avec ou sans évaluation, est actualisée dans certains discours socialistes (voir l'exemple 6, cité plus haut), même si une telle position semble difficile à tenir, comme nous le verrons plus bas.

3.2. Effets, glissements de sens et polémiques en 2016-2017

La polémique, qui s'ancre sur des positions déjà établies par certains acteurs, court des élections pour le choix du candidat des partis pour **l'élection présidentielle** (notamment la campagne pour les primaires chez Les Républicains, le parti de droite) à la campagne pour l'élection

présidentielle proprement dite. Deux événements de parole ont nourri la polémique : lors des primaires de la droite, la notion d'identité heureuse chez Alain Juppé (candidat aux primaires, droite modérée). Il avait utilisé cette idée dans un livre collectif¹³ en 2014, et s'oppose ainsi à la conception monolithique et sécuritaire de ce que l'ancien président Nicolas Sarkozy a appelé l'identité nationale. Plus tard, au moment de la campagne présidentielle, un discours du candidat Macron sur la culture française a suscité de nombreuses réactions (voir section 3.2.3.).

3.2.1 La politique multiculturelle comme repoussoir

La position la plus fréquente est celle d'une opposition forte entre les deux pôles « oui pour le fait multiculturel mais non pour la politique », qui correspond généralement à une invisibilisation de la configuration sémantique qui renvoie aux mesures politiques faiblement multiculturalistes menées en France. Cette polémique, qui s'appuie sur un fonds plus ancien (voir (13)), est intense à l'automne 2016, et jusqu'au premier trimestre 2017. Elle s'initie en réaction à l'identité heureuse proposée par Alain Juppé, mais le débat a dépassé les primaires de la droite.

(14) « **Non, la France n'est pas multiculturelle** car fort heureusement, nous ne sommes pas encore dans une société où chacun adopte sa langue, son calendrier, ses vêtements, ses coutumes et l'ensemble de ses repères culturels en fonction de sa seule communauté d'origine. »

« **Peut-être, voulez-vous dire, monsieur le ministre, que la France est multi-ethnique, ce en quoi je suis parfaitement d'accord, puisque la France réunit depuis longtemps autour d'une même culture partagée des citoyens de toutes origines.** » (*Figarovox*, tribunes en ligne, Charles Beigbeder, 2/06/2016).

(15) « Qui s'en étonnera puisqu'on entend à longueur de journée des discours de gentils animateurs de banlieue ou de professeurs bienveillants nous expliquer sur les plateaux de télévision que la France est « multiculturelle », et qu'il faut bien l'admettre (sinon, l'on est un affreux raciste). Aussi, disons-le clairement, ce dont la France souffre aujourd'hui est avant tout une absence totale de maîtrise de la langue (ce qui, de la part de professeurs, pose tout de même un certain problème). **Non, la France n'a jamais été**

¹³ *Les douze travaux de l'opposition. Nos projets pour redresser la France*, collectif, 2014, Flammarion.

un pays « multiculturel », mais un pays « multiethnique ».» (Figaro vox, 23/01/2015, tribune de l'essayiste conservatrice Natacha Polony)

(16) « Pour ce qui est de la France, Marine Le Pen a prôné une ligne assimilationniste : **« Je suis opposée à une France multiculturelle. Je pense que ceux qui ont d'autres cultures et qui arrivent en France doivent se soumettre à la culture française. Cela ne signifie pas persécuter. Mais nous avons une culture, des valeurs et ces personnes doivent se soumettre à ces valeurs ».** » (Atlantico, 16/11/2016)

En (14) et (15) on trouve la suite d'extraits présentés plus haut (7, 8), ce qui permet de constater que les locuteurs désambigüisent *multiculturel* par l'opposition avec *multi-ethnique*, réservant ainsi à *multiculturel* son acception politique. Cette partition, caractéristique des discours de droite ou à tendance droitière élude l'existence de mesures multiculturelles *de facto* pour re-centrer le débat sur deux pôles très opposés. Elle est celle de personnalités politiques de tout le spectre de la droite, le grand parti traditionnel comme celle du parti d'extrême-droite, l'actuel Rassemblement national, ancien Front national. La différence est que ce dernier parti (16) défend également la thèse dite du « Grand Remplacement » (thèse raciste et xénophobe introduite par l'essayiste Renaud Camus en 2010, selon lequel existerait un complot tramé par les populations immigrées et/ou étrangères, visant à remplacer la population « locale »). D'une certaine manière, il s'agit là d'aller jusqu'à remettre en cause le sens descriptif¹⁴ (la population française serait remplacée par des étrangers).

Ainsi, les candidats n'assument pas la configuration sémantique « mesures indirectement multiculturalistes », l'évitent : il semble qu'un **énoncé** qui serait « la France a mis en place une politique faiblement multiculturaliste » fasse trop polémique¹⁵ et, partant, ne soit pas dicible – au sens qu'on peut donner à « dicible » en analyse de discours et qui consiste à postuler l'existence d'une formation discursive qui « détermine ce qui peut et doit être dit [...] à partir d'une position donnée dans une conjoncture donnée » (Haroche, Henry, Pêcheux, 1971 : 102).

En revanche, on peut trouver ce type de formulation par un tiers, soit qu'il s'agisse d'un résumé (17, qui présente les positions d'E. Macron

¹⁴ Ainsi on lit sur le compte twitter de Marie Le Pen, présidente du Rassemblement national : « Le multiculturalisme, c'est la volonté manifeste de **remplacer** nos coutumes, notre mode de vie et nos traditions. » (28/11/2015, nous soulignons)

¹⁵ Des militants d'extrême-droite ont donné des surnoms à deux des candidats les plus favorables à des positions modérées sur le multiculturalisme : Benoît Hamon (Bilel Hamon) et Alain Juppé (Ali Juppé).

comparées à celles de M. Le Pen) ou d'une attaque (18) :

(17) Concernant l'islam, le candidat d'En marche! se veut aussi intransigeant avec les djihadistes que bienveillant à l'égard des musulmans. S'en prendre au port du voile, c'est selon lui faire le jeu des islamistes qui veulent provoquer ici « *la guerre civile* ». **Prenant acte que notre société est devenue multiculturelle**, il dénonce « *l'identité rabougrie* » véhiculée par une certaine droite et par le FN. Alors que Marine Le Pen défend un modèle d'« *assimilation* », lui promeut « ***l'inclusion*** » **républicaine qui fait une plus grande place aux cultures d'origine**. (*La Croix*, 03/05/2017)

(18) « Considérez-vous qu'Alain Juppé fait preuve de naïveté sur ces questions ? [journaliste du *Figaro*]

Eric Ciotti : Sûrement pas, mais j'ai une divergence avec lui dans l'analyse. Il considère que notre modèle de société peut être conservé **au prix de quelques amendements**. Je considère pour ma part qu'il est nécessaire de changer de cap et de cadre. Il faut ainsi mettre un coup d'arrêt aux conquêtes de l'islamisme politique sur notre territoire. **Il faut donc renoncer à tous les accommodements, petits ou grands**, qui ont remis en cause notre modèle républicain. Je ne partage pas l'approche **d'une identité heureuse qui en filigrane accrédirait l'idée d'une France multiculturelle**. Ce n'est pas le propos d'Alain Juppé, mais derrière cette approche, **ce danger guette**. Face à **cette menace**, la main ne peut trembler. » (« La France doit rester la France », 13/08/2016, *Le Figaro*, Interview d'Eric Ciotti, député Les Républicains)

En (17), l'adjectif « (devenue) multiculturelle » peut être interprété comme descriptif, avec une axiologie positive (« bienveillant à l'égard des musulmans »), tendant vers l'acception politique (« plus grande place aux cultures d'origine »). En (18), le député Eric Ciotti se positionne en soutien à N. Sarkozy pour la primaire de la droite, et s'oppose clairement à un autre candidat, Alain Juppé et son « identité heureuse ». Il souligne l'existence des « **amendements** », des « **accommodements** », donc de mesures multiculturalistes de fait, en évoquant allusivement un terme qui prend sens dans le contexte canadien en référence au concept d'« **accommodement raisonnable** » en usage dans la lutte contre les discriminations (voir Poitevin 2018 pour une analyse des polémiques qui y sont rattachées). Ciotti souligne les dangers de « l'islamisme politique » **résultant de ces accommodements**, sans tout à fait accuser, bien sûr, Alain Juppé de soutenir de telles thèses.

Le fait qu'accuser un adversaire d'être favorable à des « accommodements » puisse constituer une attaque est en soi une

confirmation du caractère non-dicible, non-souhaitable d'un énoncé fictif qui serait « la France met en place une politique multiculturelle au sens faible ». Il en résulte que dans l'espace de concurrence¹⁶ qu'est l'arène politique, l'énoncé dicible et assumable est « la France est une, la France a une culture » (voir plus bas le recours par E. Macron à **la distinction entre « une culture française » et « une culture en France »** pour respecter ce qui est dicible). C'est aux jeux entre les acceptions (descriptive *vs* politique) et les configurations sémantiques, notamment la conception multiculturaliste faible, que sont consacrées les sections suivantes.

3.2.2. Jeu entre les acceptions dans l'interaction

Cette position qui consiste à dire « j'accepte l'acception descriptive mais je refuse l'acception politique » est très courante en France, en raison du poids du modèle républicain qui ne reconnaît pas les minorités (ni immigrées ni natives). Mais la polysémie autorise des glissements entre les acceptions, et on soulignera ici le jeu entre d'un côté les journalistes, qui cherchent à faire porter le débat sur une possible politique multiculturaliste, et de l'autre les personnalités politiques, qui cherchent à tout prix à l'éviter (voir aussi l'exemple de *La Croix* dans l'introduction).

Dans l'extrait suivant, le journaliste David Pujadas interroge le candidat François Fillon lors d'un débat télévisé pour les primaires de la droite.

(19) DP-1 : Pour vous, **l'avenir de la France / c'est d'être une société multiculturelle** / François Fillon à vous la parole / vous êtes encore un petit peu en retard /

FF-2 : Ma réponse est non / la France a **une** histoire / elle a **une** langue / elle a **une** culture naturellement cette culture et cette langue se sont **enrichies de apports de populations étrangères** mais ça reste la base, le **fondement** de notre identité

DP-3 : Est-ce qu'elle n'est pas **déjà / une nation multiculturelle**

FF-4 : non / en tous cas c'est pas le choix que nous avons fait / nous n'avons pas fait le choix de de du communautarisme du multiculturalisme / et pour ma part ce n'est pas le choix que je veux pour mon pays / je veux que les étrangers qui viennent s'installer dans notre pays / euh s'intègrent

¹⁶ On utilise cette expression par analogie avec la notion d'espace des mouvements sociaux développée par Lilian Mathieu (2012).

s'assimilent euh respectent l'héritage culturel qui est le nôtre / parce que c'est euh / une revendication extrêmement forte qui monte du plus profond au fond de l'âme française / que de conserver euh nos repères nos valeurs une forme d'identité qui naturellement doit évoluer / qui évolue dans un monde ouvert mais qui ne doit pas disparaître voilà / pour dire les choses simplement quand on vient euh dans la maison d'un autre par courtoisie euh on ne prend pas le pouvoir

Dans DP-1, le journaliste emploie une configuration régulière dans le corpus qui actualise la configuration sémantique renvoyant aux mesures faiblement multiculturalistes (voir le commentaire de l'exemple 6). FF-2 ne l'interprète pas de cette manière, puisqu'il répond par la négation. On comprend qu'il interprète la question du journaliste comme portant sur l'acception politique : il répond sur le présent et sur l'unité de la France (« une histoire, une langue, une culture »), ne parle pas d'une évolution. Sans utiliser l'adjectif lui-même, il évoque la configuration sémantique qui couple l'acception de description avec l'évaluation politique, sous la mention des « apports des populations étrangères » qui ont « enrichi » la France. Le journaliste revient à la charge, à travers une nouvelle formulation, très ambiguë, *la France n'est-elle pas déjà une nation multiculturelle ?* : s'agit-il d'un pays d'immigration ou d'un pays ayant une politique multiculturaliste au sens faible ? Le journaliste ne désambigüise pas, mais FF interprète *multiculturelle* dans son sens politique ici aussi en laissant divers indices : « ce n'est pas le choix que nous avons fait », la reformulation *communautarisme* à laquelle sont associées des connotations très négatives. Il désambigüise par *le multiculturalisme*¹⁷. En revanche, il ne se prononce pas quant à la temporalité avancée par le journaliste (« déjà »), tout en affirmant que « être multiculturelle » n'est pas la situation de la France actuellement.

Dans cet extrait, deux phénomènes participent des jeux sur le sens, d'un côté l'ambigüité de la formulation du journaliste, et le flou qui en résulte et de l'autre les évitements dans les réponses du candidat, qui actualise le schéma récurrent, « oui à l'état de fait, non à la politique multiculturelle » et évite de se prononcer sur les éventuelles mesures multiculturalistes de fait.

3.2.3. Tenir une position modérée : échapper à la dichotomie ?

¹⁷ Le contexte justifie de considérer ici *multiculturalisme* comme désambigüisant, mais ce n'est pas nécessairement le cas dans tous les énoncés, notamment ceux de l'extrême-droite. Il convient de bien distinguer entre les usages des locuteurs et notre propre métalangage sémantique pour pointer les différences de sens.

Quelques candidats tentent malgré tout de tenir une position qui s'affiche comme modérée et d'échapper à l'énoncé prototypique légitime « oui à l'état de fait, non à la politique multiculturelle ». Il s'agit d'Alain Juppé et d'Emmanuel Macron.

Alain Juppé (candidat aux primaires, droite modérée) revendique la notion d'identité heureuse (voir plus haut note 10). Sa position est la suivante :

(20). « **Oui, je refuse d'avoir l'identité malheureuse, frileuse, anxieuse, presque névrotique. Pour moi, identité ne rime pas avec exclusion ni refus de l'autre. Je veux faire rimer identité avec diversité et unité : respect de notre diversité, affirmation de notre unité.** » (blog d'Alain Juppé, [http : //www.aljup.com/fierte-et-bonheur/](http://www.aljup.com/fierte-et-bonheur/), consulté le 17/06/2019).

Cette prise de position illustre la coordination réunissant les contraires : diversité et (mais) unité. Cette figure relève de l'oxymore, mais un oxymore qui aurait une construction plus étendue que le SN (*soleil noir*, mais aussi des cas moins typiques comme *développement durable*, voir Krieg-Planque 2009). Elle semble régulière dans le discours politique et vise à actualiser un éthos de modération à travers ce que nous avons appelé une rhétorique de l'équilibre (Veniard, à paraître en 2020). On constate que, si cette figure est au centre de la construction du projet d'A. Juppé, elle ne relève pas de son seul répertoire puisqu'on a pu la noter comme courante dans l'emploi de l'adjectif (voir l'étude des syntagmes adjectivaux, section 2).

On trouve **également** ce même mouvement dans un discours du candidat E. Macron au moment de la campagne présidentielle.

(21). « La fraternité, c'est aussi ce qui nous fait, ce qui nous tient. **C'est notre culture. Ce sont nos valeurs, notre langue, nos références communes, nos émotions partagées.** Notre fraternité, c'est cette émotion qui à un moment naît chez un homme ou chez une femme qui n'avaient rien de commun, mais qui **devant un même texte**, devant des mêmes phrases, les tiennes Eric [Orsenna, écrivain], ont à un moment éprouvé le même sentiment, la même joie, c'est ce lien tissé, ce fil dont je parlais tout à l'heure qui fait que, le jeune amiénois que je suis, d'un seul coup peut éprouver le même bouleversement **quand tu écris sur le Mali**, que celui ou celle qui ne l'a pas plus vu, mais dont les parents en viennent, et qui vit aujourd'hui à Montreuil ou ailleurs. Et notre culture, ça ne peut plus être une assignation à résidence. **Il n'y aurait pas la culture des uns et la culture des autres, il n'y aurait pas cette formidable richesse française, qui est là, dont on devrait**

nier une partie, il n'y a d'ailleurs pas une culture française, il y a une culture en France, elle est diverse, elle est multiple ». (Lyon, 4/02/2017)

La figure de l'oxymore est présente à la fin du passage : « **il y a une culture en France, elle est diverse, elle est multiple** » (unité / diversité). Cette déclaration a suscité beaucoup de réactions, qui pointent ce qui est considéré comme une « dérive multiculturaliste » derrière l'énoncé « il n'y a d'ailleurs pas une culture française »¹⁸.

Cette déclaration à Lyon doit être replacée dans différents réseaux de détermination : la recherche d'une position de compromis (au niveau du discours) par le candidat Macron, qui s'actualise, comme chez Juppé, par la figure de la réconciliation des contraires (**une culture multiple**) ; l'opposition entre « culture française » et « culture en France » (voir 4.2.1) ; la réfutation de l'énoncé de la droite traditionaliste « il y a une (seule) culture (légitime, vers laquelle les immigrés doivent tendre) en France » ; et le jeu sur la polysémie de « culture ». En effet, le candidat glisse de la culture cultivée (la littérature, voir les segments en caractères gras) à la culture mode de vie, dont il est plus généralement question quand on parle d'immigration¹⁹.

Conclusion

Cette étude a permis, via l'analyse sémantique et l'analyse de la polémique politico-médiatique, de souligner la polysémie de *multiculturel* et la manière dont elle est exploitée dans les discours, en particulier dans les discours de la droite française qui connaît des tensions fortes entre tenants d'une position très dure sur l'immigration et tenants d'une position un peu plus modérée.

La polysémie de *multiculturel* offre un très bon observatoire à la sémantique discursive, par la richesse de ses déterminations sémantiques, richesse qui est probablement liée à l'ancrage très fort de l'adjectif dans les valeurs de la France, à son histoire et à la constitution de la société. Parmi ces déterminations, on peut mentionner : les acceptions, les configurations d'énoncés, la dimension dialogique marquée, l'évolution récente du sens. Parmi les postulats de la sémantique discursive évoqués plus haut, cette

¹⁸ Les réactions, et les enjeux politiques, ont été tels que le candidat s'est justifié, et a tenté de rassurer sans doute l'électorat conservateur, dans une tribune dans laquelle il met l'accent sur l'unité de la nation (« En quoi sommes-nous un peuple ? », E. Macron, *Le Figaro*, 17/03/2017).

¹⁹ C'est d'ailleurs ce sens de « culture-mode de vie » qui apparaît dans la tribune, à travers la question relative à « être un peuple ».

étude illustre la multi-dimensionnalité du sens, la labilité des phénomènes sémantiques et l'influence des valeurs et des croyances sur la construction, l'évolution et l'interprétation du sens. Ce travail souligne l'intérêt d'aborder la polysémie sous l'angle de la cohabitation des acceptions, des configurations sémantiques nées du rapport entre sens et co(n)texte, et des glissements de sens à côté d'une description des acceptions et leur discrimination. L'étude des glissements s'est révélée particulièrement pertinente dans l'extrait du débat télévisé et de l'interaction journaliste / homme politique.

Du point de vue de l'analyse de discours, on a pu mettre en avant la frontière entre ce qui est dicible ou non en France actuellement au sujet de la multiculturalité/du multiculturalisme. Il semble actuellement très délicat pour un homme / femme politique de concilier unité et diversité. L'analyse du sens lexical rejoint celle de l'énoncé et plus largement du discours, ce qui nous permet de revenir au projet fondamental pour l'analyse de discours tel qu'il est posé par Haroche, Henry et Pêcheux (1971), à savoir la manière dont les formations discursives déterminent le sens et contraignent ce qui est dicible.

Nous espérons avoir montré l'intérêt de la démarche proposée par la sémantique discursive pour mettre en actes ce projet en apportant un nouveau regard sur la méthodologie et la description des données langagières. L'articulation entre sémantique discursive et analyse de discours apparaît également clairement ainsi que, tout aussi clairement il me semble, l'intérêt heuristique qu'il y a à séparer les deux : la description du sens peut s'interpréter par rapport aux effets produits (effacement d'un sens non dicible) ; la description des seuls effets produits n'aurait pas pu être aussi approfondie sans l'analyse sémantico-discursive. Une interaction aussi intime entre deux approches du sens n'aurait pas pu être nouée si l'analyse sémantique s'était effectuée hors corpus – le risque étant de rester à la dimension compositionnelle du sens. Cependant, si l'analyse sur corpus permet de faire émerger le sens dans sa richesse, le recours à des corpus variés dans leur époque et leur nature (corpus un peu ancien *vs* récent ; corpus clôt *vs* ouvert) a offert le recul indispensable à l'analyse.

Bibliographie

APRILE, Sylvie, et Stéphane Dufoux. 2009. **Les mots de l'immigration**. Paris : Belin.

SCHNAPPER, Dominique. 2015. « Quelle politique multiculturelle ? » **Le Débat** 186 (4) : 11121.

BANTING, Keith, et Will Kymlicka. 2005. « Les politiques de multiculturalisme nuisent-elles à l'État-providence ? » **Lien social et Politiques**, no 53 : 119 27.

BARATS, Christine. 2018. « De l'intégration comme processus à l'exigence d'intégration ». In **Penser les mots, dire la migration**, Calabrese L. et Veniard M. (éds), 12532. Bruxelles : Academia.

BRANCA-ROSOFF, Sonia. 2001, « La sémantique lexicale du mot quartier à l'épreuve du corpus Frantext (XII^e-XX^e siècles) ». **Langage et société** 96 : 4569.

CALABRESE, Laura, et Marie Veniard. 2018. « Mots, discours et migration, une relation dialectique ». In **Penser les mots, dire la migration**, Calabrese L. et Veniard M. (éds), 931. Bruxelles : Academia.

DOYTCHEVA, Milena. 2018. **Le multiculturalisme**. Vol. 3^e éd. Repères. Paris : La Découverte.

GUILHAUMOU, Jacques, et Denise Maldidier. 1984. « Coordination et discours. "Du pain et X" à l'époque de la Révolution française ». **Linx** 10, n° 1 : 97117.

HAROCHE, Claudine, Paul Henry, et Michel Pêcheux. 1971. « La sémantique et la coupure saussurienne : langue, langage, discours ». **Langages** 24 : 93106.

LECOLLE, Michelle, 2019, **Les noms collectifs humains en français**. Li-moges : Lambert Lucas.

LECOLLE, Michelle. 2018. « De communauté à communautarisme ... et retour ». In Calabrese L. et Veniard M. (éds), **Penser les mots, dire la migration**, 5969. Bruxelles : Academia.

LECOLLE, Michelle. 2008. « Identité/altérité et noms collectifs humains ». **Questions de communication** n° 13 : 32342.

LECOLLE, Michèle, Marie Veniard, et Olivia Guérin. 2018. « Pour une sémantique discursive : propositions et illustrations ». **Langages** 210, p. 35-54.

MATHIEU, Lilian. 2012. **L'espace des mouvements sociaux**. Les éditions du Croquant.

MOIRAND, Sophie. 2007. **Les discours de la presse quotidienne. Observer, analyser, comprendre**. Paris : Presses Universitaires de France.

OGER, Claire. 2005. « L'analyse du discours institutionnel entre formations discursives et problématiques socio-anthropologiques ». **Langage et société** 114 : 11328.

SIBLOT, Paul. 1993. « De la prototypicalité lexicale à la stéréotypie discursive : La casbah des textes français ». In **Lieux communs. Topoi, stéréotypes, clichés**, édité par Christian Plantin, 34254. Paris : Éditions Kimé.

SCHRÖTER, Melani, et Marie Veniard. 2016. « Contrastive Analysis of Keywords in Discourses. Integration and Integration in French and German discourses about migration ». **International Journal of Language and Culture** 3 / 1 : 133.

SCHRÖTER, Melani, Marie Veniard, Charlotte Taylor, et Andreas Blätte. 2019. « A comparative analysis of the keyword multicultural(ism) in French, British, German and Italian migration discourse ». In **Viola L., and Musolff A. (eds.), Migration and Media. Discourses about identities in crisis**, John Benjamins., 1344. Amsterdam/Philadelphia.

VENIARD, Marie, et Michelle Lecolle (à paraître en 2020). « Sémantique discursive ». In **Recherches en sémantique. Théories linguistiques du sens**. Biglari Amir et Ducard Dominique.

VENIARD, Marie. 2018. « La France devient-elle multiculturelle ? » In **Penser les mots, dire la migration, Calabrese L. et Veniard M., eds.**, Academia., 16168. Louvain-la-Neuve : Academia.

VENIARD, Marie. 2013b. **La nomination des événements dans la presse. Essai de sémantique discursive**. Besançon : Presses universitaires de Franche-Comté.

VENIARD, Marie 2013b. « Du profil lexico-discursif de crise à la construction du sens social d'un événement ». In **Dire l'événement. Langage, mémoire, société**, édité par Danielle Londei, Sophie Moirand, Sandrine Rebol-Touré, et Licia Reggiani, 22132. Paris : Presses Sorbonne Nouvelle.

SABERES ZAPATISTAS: 25 ANOS DE AUTONOMIA

ZAPATIST KNOWLEDGE: 25 YEARS OF AUTONOMY

Maurício Beck

Universidade Estadual de Santa Cruz, UESCS, Ilhéus, BA, Brasil

Resumo: Da perspectiva da Análise de Discurso, iniciada pelo círculo de intelectuais em torno de Michel Pêcheux, na França, entre as décadas de 1960-1970, empreendeu-se um gesto de análise do discurso do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento que se alçou em armas em janeiro de 1994, no sudeste mexicano. Entretanto, são os comunicados, as cartas, as declarações, as imagens de rebeldes mascarados, divulgadas pela mídia, que possibilitaram um amplo apoio civil nacional e internacional. O processo de resistência-revolta, em curso nos últimos 25 anos no estado de Chiapas, permite o estudo dos modos de funcionamento de discursividades dominadas, dissimétricas em relação à ideologia dominante, neste início de século XXI. Com base nesta análise, foi possível retomar o conceito de espectro do irrealizado articulado ao processo de reprodução/transformação histórico.

Palavras-chave: processos de resistência-revolta-revolução; discurso zapatista; lutas populares.

Abstract: From the perspective of Discourse Analysis, initiated by the circle of intellectuals around Michel Pecheux in France in the decades of 1960-1970, a analysis of the discourse of the Zapatista Army of National Liberation (EZLN) was undertaken. The EZLN is an armed movement which started in southern Mexico in 1994. However, it has been their announcements, letters, statements, the images of rebels wearing masks disseminated by the media which made it possible a national and international civil. The process of resistance-rebellion in the past 25 years in the state of Chiapas allows the study of the modes of operation of dominated discourses, dissymmetric in relation to the dominant ideology, in this early twenty-first century. Based on these analyses, it was possible to reassess the concept of spectrum of the articulate unrealized to the process of historical reproduction/ transformation.

Keywords: process of resistance-revolt-revolution; Zapatista discourse; popular struggles.

Práticas teóricas e práticas políticas: caminhar perguntando

Diz Durito que a liberdade é como a manhã. Alguns a esperam dormindo, porém alguns acordam e caminham à noite para alcançá-la. Eu digo que os Zapatistas somos os viciados em insônia que desesperam a história.

Subcomandante Marcos

A proposta deste artigo é revisitar o texto e o tema de pesquisa de minha tese de doutorado intitulada *Aurora Mexicana: processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina – o exemplo do discurso zapatista* (BECK, 2010). Há cerca de uma década, me propus a analisar o discurso dos insurgentes indígenas com o objetivo de abordar um dos movimentos mais heterodoxos no espectro da esquerda das últimas décadas. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) saiu da clandestinidade após o levante armado, em primeiro de janeiro de 1994, no estado de Chiapas, sudeste do México – justamente em um momento que a via da luta armada era considerada uma alternativa ultrapassada pelo pensamento político de esquerda. No entanto, os zapatistas tornaram-se mundialmente conhecidos por meio de suas cartas, comunicados e declarações, disseminados pela então emergente rede mundial de computadores.

Analistas políticos e acadêmicos (FIGUEIREDO, 2003) interpretaram o levante neozapatista, cujo enfrentamento armado durou somente 12 dias, como uma guerra de palavras. De fato, não só pela adesão da chamada sociedade civil mexicana, mas também pelo apoio massivo internacional, que o EZLN ganhou “poder de fogo” e força para sobreviver ao aparato militar e paramilitar do Estado mexicano. Passado um quarto de século, as comunidades zapatistas, distribuídas em inúmeros municípios autônomos no sudeste mexicano, já fizeram história e constituem a experiência de autogoverno coletivo mais longeva da era moderna.

No campo teórico, a perspectiva da minha pesquisa era a da história enquanto processo, sujeita a transformações, de modo que, na aurora do século XXI, busquei investigar a emergência de processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares no continente latino-americano, mais especificamente, no sudeste mexicano. A expressão processos de resistência-revolta-revolução tomei emprestada de Michel Pêcheux ([1978] 1997). Não por acaso e em continuidade à abordagem althusseriana, filosofia que já articulava sujeito, sentido e ideologia, a *Análise de Discurso Materialista*, em seus primórdios, buscava compreender as formas de assujeitamento (e de sua possível superação) à ideologia dominante. A seu modo e dentro do campo a que se propôs, Pêcheux buscou elaborar teoricamente a imbricação discurso-sujeito-ideologia, tendo, entretanto, a preocupação de distinguir o modo de funcionamento da ideologia dominante – cujo efeito social mais importante é a reprodução da dominação política/exploração econômica – do modo de funcionamento da ideologia dominada – cujo efeito político esperado é

ou deveria ser o da emancipação e a autonomia dos indivíduos livremente associados (cf. a tradição do movimento proletário do século XIX e XX). Em minha interpretação, as definições concernentes a cada modalidade discursiva propostas pelo filósofo francês são modos de atualização, dentro da teoria do discurso, de conceitos próprios ao marxismo-leninismo acerca das ideologias em nossa formação social. Em concordância com a releitura sintomal do materialismo histórico, encetada primeiramente por Althusser ([1995] 2008), Pêcheux ([1975] 1997) concebeu e distinguiu três modalidades de funcionamento subjetivo – remetidas a ideologias e práticas políticas diferenciadas.

Na primeira modalidade, o bom sujeito se constitui pela identificação com o Sujeito da formação discursiva na qual aquele se encontra inscrito. Essa identificação do sujeito com o Sujeito se dá de modo inconsciente, visto que, para Pêcheux e Althusser, a ideologia se caracteriza por camuflar seu próprio funcionamento. A primeira modalidade de funcionamento subjetivo é teorizada como um modo de assujeitamento que se constitui em conformidade com as evidências das formações discursivas imbricadas com as formações ideológicas que, por sua vez, se encontram regidas pela ideologia dominante. Na tradição marxista-leninista, a ideologia dominante é a ideologia burguesa. O diferencial da abordagem pecheuxtiana é pensar a ideologia não somente enquanto conteúdo, como Lenin ([1902] 1982) havia pensado, ou remetendo a temas (idealismo, liberalismo), como na proposta de Althusser, mas sim como uma força e forma material dotada de um funcionamento cujas regularidades determinam o que pode e deve ser dito nas formações discursivas a ela imbricadas.

A segunda modalidade de funcionamento subjetivo de Pêcheux parece ser inspirada na afirmação althusseriana ([1995] 2008) de que alguns maus sujeitos, não conformados com uma determinada ordem estabelecida, acabam por provocar a intervenção do aparelho repressivo de Estado. Essa posição se caracteriza por contestar, questionar e revoltar-se contra as evidências ideológicas da formação discursiva à qual está assujeitada. Pêcheux ([1975] 1997) definiu esta modalidade como um discurso-contra (ou contradiscurso). O mau sujeito por definição operaria uma contraidentificação em relação ao Sujeito e não se desvencilharia de todo da matriz de sentidos das formações ideológicas dominantes. Não pude deixar de notar que a formulação teórica dessa modalidade parece embasar-se nas discussões em torno das ideologias espontâneas no interior do materialismo histórico. A posição de Pêcheux – convergente com Lenin e Althusser, e em oposição a Rosa Luxemburgo – é a de que a espontaneidade

da recusa ideológica carece de potencial transformador para a superação da dominação/exploração. Por conseguinte, esta permanência determinada pela deformação imaginária da ideologia dominante e, por si só, seria impotente na luta pela emancipação política.

Segundo meu gesto de leitura, é a partir da proposta vanguardista de Lenin e de Althusser que se pode compreender o escopo e as questões teórico-políticas em jogo nas elaborações pecheuxianas referentes à terceira modalidade – ou, como nomeei em minha pesquisa: a do feio. Numa primeira abordagem de Pêcheux ([1975] 1997), a terceira modalidade se constituiria por intermédio da integração de conhecimentos objetivos, científicos e políticos. A segunda modalidade, a da contra-identificação, seria um primeiro movimento (a matéria-prima) para a constituição da terceira. A integração dos conhecimentos objetivos, sua apropriação “subjetiva”, só se efetivaria, no entanto, por meio da prática política (do partido de vanguarda) do proletariado em fusão com a ciência do materialismo histórico. Em consequência, estes estranhos sujeitos materialistas se distinguiriam por dispor de uma doutrina científica fusionada com o “instinto de classe” dos explorados como forças principais em sua luta política. Esta prática política funcionaria com base em uma pedagogia da ruptura (uma pedagogia revolucionária nos termos leninistas) “das identificações imaginárias em que o sujeito se encontra” (PÊCHEUX, [1975] 1997, p. 299).

Não obstante a contribuição de Pêcheux para a teoria do discurso e do sujeito como efeito da imbricação discurso-ideologia, algo veio a falhar na prática política do aparelho partidário eurocomunista, pondo na berlinda as conceituações acerca da terceira modalidade discursiva de funcionamento subjetivo. Pêcheux propõe uma retificação para sua própria formulação do “fantasma de um estranho sujeito materialista”. O anexo da edição inglesa de **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** é uma retificação teórica. E é, sobretudo, a noção da apropriação subjetiva do proletariado que é retificada. Tendo em vista as críticas de aliados e/ou adversários teórico-políticos, o filósofo francês toma conhecimento de uma simetria inconfessada entre o sujeito da prática política do proletariado e o sujeito da ideologia dominante. O conceito de sujeito materialista, supostamente ciente das condições objetivas que o determinam, revela-se um reflexo invertido do bom sujeito. A feitura da terceira modalidade aos poucos se desvela para os olhos do teórico. Além disso, a pedagogia da ruptura, antes tida como capaz de “uma interpelação às avessas”, passa a ser questionada pela sua excessiva inclinação platônica (idealismo). Em outras palavras, o “retorno idealista de um primado da teoria sobre a prática” remete ao

postulado epistemológico de que a teoria seria radicalmente exterior e, de algum modo, imune ao funcionamento da Ideologia.

As retificações do anexo *Só há Causa Daquilo que Falha* ([1978] 1997)¹ são indícios ou sintomas de um verdadeiro recuo (ainda que um avanço conceitual tenha ocorrido). Trata-se de um recuo teórico, uma vez que a articulação conceitual entre a teoria materialista do discurso e as ideologias dominadas ficou em suspenso. Desde o anexo, os estudos em *Análise de Discurso* focalizaram as modalidades das resistências (inconscientes)² que emergem no cotidiano das formações sociais. Em *Só há causa daquilo que falha*, Pêcheux faz referência à genealogia foucaultiana acerca das práticas disciplinares e dos processos de individualização-normatização. Essa seria uma linha de estudos históricos a que o autor considera pertinente debruçar-se:

¹ Neste mesmo ano, Althusser publicou uma série de artigos no jornal *Le Monde*, também lançada em livro: **Ce qui ne peut plus durer dans le parti communiste**. O filósofo (1978) argumenta que a tendência parlamentar e a estrutura militar do partido comunista funcionam de modo a perpetuar o poder exclusivo da cúpula do partido sobre a base, em especial, a hierarquia militar se constituiu como uma estrutura vertical das unidades. Desse modo, se estabelece um sistema de controle e esquadramento, em que os militantes são como soldados a receber ordens inquestionáveis dos “quadros” do partido. Qualquer cooperação ou diálogo entre células são evitados, inviabilizando uma articulação mais horizontalizada no interior do aparelho partidário. Essa estrutura organizativa tem como efeito de sentido a crença de que a linha justa só poderia vir de cima. Contrapondo-se a uma abordagem iluminista ou vanguardista, Althusser argumenta que, nos anos de 1960 e 1970, as bases do partido comunista e aqueles movimentos nas bordas da luta de classes (jovens, mulheres) começaram a fazer suas próprias análises da conjuntura político-social.

² Pêcheux ([1978] 1997) cita as narrativas autobiográficas de um intelectual militante sobre o trabalho em série nas indústrias Citroën: “O organismo resiste. Algo no corpo e na cabeça, se fortalece contra a repetição e o nada. A vida: um gesto mais rápido, um braço que pende inoportunamente, um passo mais lento, um sopro de irregularidade. [...] Tudo o que, em cada um dos homens urra silenciosamente: Eu não sou uma máquina! R. Linhart, *L'établi*. Paris: Minuit, 1978, p. 14” (PÊCHEUX, [1978] 1997, p. 278). Essa indisciplina da cabeça e do corpo, essa resistência inconsciente, está em contradição com o proletariado disciplinado pela fábrica, na acepção leninista. Ora, segundo Lebrun, se acontecer de as massas não encontrarem-se disciplinadas, Lenin, enquanto “chefe de Estado, decretará com toda a simplicidade que ‘as condições sócio-econômicas ainda não permitiram que os operários se tornem verdadeiros proletários.’ Foi o que Lenin afirmou no seu discurso de 1922 no XI Congresso – e lhe valeu essa réplica fulminante de um homem de espírito da assembleia: ‘Deixe-me felicitá-lo, camarada Illich, por ser a vanguarda de uma classe inexistente’”. (LEBRUN, 1983, p. 149). Lebrun, – que no mesmo texto afirma que o Althusser (do texto da nota anterior) não está a romper com o stalinismo do PCF, mas com o vanguardismo leninista – curiosamente traz uma réplica chistosa, em convergência com Pêcheux, para pôr em questão a disciplina fabril, a heteronomia e a inexpugnabilidade da Teoria em relação à ideologia dominante.

[...] para que se comece, enfim, a compreender o processo de resistência-revolta-revolução da luta ideológica de classes, evitando fazer da ideologia dominada, seja a repetição eternitária da ideologia dominante, seja a autopedagogia de uma experiência que descobre progressivamente o verdadeiro atrás-das-cortinas das ilusões mantidas pela classe dominante, seja a irrupção teorizada de um saber exterior, o único capaz de romper o círculo encantado da ideologia dominante (PÊCHEUX, [1978] 1997, p. 303.).

Esta é uma proposta deixada em suspenso no percurso teórico de Pêcheux, a do estudo dos processos de resistência-revolta-revolução para além das tradicionais abordagens espontaneístas ou de vanguarda, voluntaristas ou quietistas. Talvez se possa compreender essa suspensão teórica tendo em vista que ela permaneceu sem resposta política concreta com a crise dos partidos comunistas europeus e com a derrocada do chamado socialismo real no fim do século XX. Em artigo com Phellipe Marcel, propus a seguinte releitura sobre as modalidades, em convergência com os processos de resistência-revolta-revolução:

[...] o bom sujeito, mantém-se identificado ao Sujeito, mas também resiste a Ele; o mau sujeito se contraidentifica ao Sujeito e, por isso mesmo, se revolta contra Ele; e o feio sujeito se desidentificaria e, por conseguinte, teria condições de subverter suas coordenadas ideológicas, de revolucionar as relações de forças (BECK; ESTEVES, 2012, p. 152).

Por este prisma, visava a manter o vínculo conceitual entre os processos de resistência-revolta-revolução, a história sujeita a transformações e a teoria das modalidades discursivas de funcionamento subjetivo. Outras propostas, como a de Indursky (2007), pensam a desidentificação como ruptura com os saberes de dada formação discursiva, já não se questionam mais sobre a possibilidade de ruptura com o dominante do todo complexo (i.e. a ideologia dominante). Embora analiticamente operatórias, tais posturas, aparentemente caudatárias da esquerda moderada brasileira³, aderentes à coalizão de classes, inibem a radicalidade da proposta pecheuxtiana (FONSECA, BECK, ESTEVES, 2018), encerrando o horizonte teórico-analítico da Análise de Discurso aos litígios discursivos das democracias (atualmente em risco mortal) capitalistas.

Após essa trajetória de problemáticas teórico-políticas, remontar-se-á

³ “A contra-hegemonia pautada pela esquerda moderada é pontual e visa resistências específicas, e não a organização de ruptura. A ruptura até pode ser desejada pelos moderados, mas não está no horizonte como está para a esquerda radical. É a perspectiva da ruptura que separa a política moderada da radical” (FERNANDES, 2019, p. 63).

aos neozapatistas.

Fotogramas zapatistas de uma conjuntura contemporânea

O signo quixotesco do zapatista inclinado sobre moinhos de vento multinacionais no espaço cibernético continua a apontar para a existência material dos corpos que são deixados para trás no outro lado da tela enquanto a Nova Ordem Mundial é digitada.

Abdel-Moneim

Neste final de segunda década do século XXI, as comunidade autônomas zapatistas expandem seus enclaves de autonomia e resistência às investidas paramilitares e aos projetos de exploração da região via iniciativas de assimilação capitalista. Segundo Morel (2017), os zapatistas se organizaram em cinco zonas rebeldes ou caracóis, desde 2003, constituindo uma autonomia de modo lento, mas avançado:

A construção da autonomia passa a atravessar toda a vida zapatista: na criação de escolas, atenção à saúde, cooperativas e estrutura jurídico-administrativa, quer dizer, toda uma organização distinta das instituições estatais mexicanas e geridas através de assembleias locais. Para tal, os zapatistas organizam suas vidas por um duplo trabalho na *milpa* (plantação) da família, de onde provém parte fundamental do seu alimento, e o trabalho coletivo. [...] O trabalho coletivo é um dos principais fundamentos da autonomia zapatista (MOREL, 2017, p. 106-107).

Em outro artigo, Morel (2019, s.p.), no entanto, ressalta que os territórios autônomos estão perpassados pela co-presença tensa zapatista e estatal. Os milhares de zapatistas convivem entre os indígenas partidistas (vinculados a partidos políticos e que aceitam programas assistenciais do governo) e os indígenas bases de apoio do movimento. Mais recentemente, os zapatistas têm se organizando para resistir a iniciativas como a construção da linha férrea para fins turísticos, batizado de Trem Maia, através da parceria entre o setor privado e o governo federal (celebrado como de esquerda) de Andrés Manuel López Obrador. Por outro lado, por decisão em congresso nacional indígena, realizado em 2017, no Centro Indígena de Capacitación Integral Fray Bartolomé de Las Casas AC-Universidad de la Tierra Chiapas, em San Cristóbal, uma candidatura indígena e independente à presidência do México, a de **María de Jesús Patricio Martínez (Marichuy)**, de etnia

Náhuatl, foi pela primeira vez proposta pelo **Conselho Nacional Indígena (CNI)** e apoiada pelo zapatistas. A candidatura, no entanto, não conseguiu o número mínimo de assinaturas (860 mil) para a homologação no pleito.

Este gesto político inusitado, que parece romper com posições autonomistas e severamente críticas à lógica parlamentar e à esquerda partidária de a Otra Campaña de 2005, provocou uma série de reposicionamentos e reinterpretações no México e no mundo. No Brasil, o intelectual, vinculado ao partido dos trabalhadores, Emir Sader (2016), afirmou que o gesto de adesão à candidatura pelo EZLN seria o reconhecimento de seu erro estratégico anterior, que condenara o zapatismo ao isolamento e à “intranscendência”. O que Sader parece desconsiderar é que a decisão de adesão ao pleito eleitoral pelos zapatistas está mais próximo de uma tática de autodefesa e de enfrentamento à violência do antagonista do que de uma posição que professa a mudança de cima para baixo⁴:

[...] nos declaramos em assembleia permanente e consultaremos em cada uma de nossas geografias, territórios e rimos o acordo que esse Quinto CNI de nomear um conselho indígena de governo cuja palavra seja materializada por uma mulher indígena, delegada do CNI como candidata independente que dispute em nome do Congresso Nacional Indígena e do Exército Zapatista de Libertação Nacional o processo eleitoral de 2018 para a presidência. deste país.

Ratificamos que nossa luta não é pelo poder, não o buscamos; o que faremos é chamar aos povos originários e a sociedade civil a nos organizarmos para deter essa destruição, fortaleceremos nossas resistências e rebeldias, ou seja, em defesa da vida de cada pessoa, cada família, cada coletivo, comunidade ou bairro. Para construir a paz e a justiça nos religando desde baixo, desde onde somos o que somos. É tempo da dignidade rebelde, de construir uma nova nação por e para todos e todas, de fortalecer o poder de abaixo e à esquerda anticapitalista, de que paguem os culpados pela dor dos povos desse México multicolorido. (EZLN/CNI, 2016 s.p.)

Na interpretação de Silveira (2018, p. 51), a contradição trabalhada nestes comunicados zapatistas é, em suma: “se os sonhos não cabem nas urnas, tampouco deve-se permitir que os pesadelos as ocupem.”. Antes de prosseguir, cabe insistir em uma questão: por que uma análise do discurso zapatista? Um levante armado tão distante geográfica e ideologicamente

⁴ Discurso este que conhecemos no Brasil antes mesmo do *jingle* de campanha, ou do acontecimento discursivo *Lula Lá* (INDURSKY, 2003). É de se perguntar se não vivemos atualmente enclausurados entre o acontecimento *Lula Lá* e a palavra de ordem. *Lula-Livre*, sempre na esperança de mudar um país de cima para baixo. Os zapatistas, em contraste, continuam se posicionando desde abaixo e à esquerda.

das condições de produção e das práticas da política brasileira? Discurso de uma minoria indígena e camponesa? O que teríamos a aprender com as comunidades autônomas de Chiapas? A resposta perpassa as instâncias política e discursiva. Com relação à prática política, o neozapatismo seria um exemplo de organização da revolta que funciona na recusa da divisão social do trabalho de transformação (vanguarda/massas) das relações de exploração, dominação e segregação. No que concerne às especificidades da instância discursiva, o neozapatismo permitiria pensar concretamente sobre o processo de resistência-revolta-revolução para além das resistências pontuais cotidianas, alternativo ao vanguardismo marxista-leninista⁵ e o correlato discursivo estranho sujeito materialista, supostamente, desidentificado via a pedagogia do dispositivo partidário.

No transcurso de minha pesquisa, persegui uma questão: a do sujeito zapatista, suas autodesignações ou suas atribuições, suas imagens, suas práticas em relação às circunstâncias que envolvem o imaginário das condições de luta e que aludem ao movimento do real dos processos de resistência-revolta em andamento no sudeste mexicano. Pensar o sujeito zapatista era pensar: sua recusa em ser identificado e individualizado pelo Estado; as formas de reconhecimento entre os zapatistas e seus simpatizantes; a imagética dos rostos mascarados; o humor diante da adversidade e a autozombaria; o silenciar enquanto apraxia (BECK, 2013) e recusa quando se é interpelado (pelo discurso dominante) a se pronunciar publicamente.

Com esta abordagem algumas facetas do sujeito zapatista puderam ser mais bem compreendidas em seu modo de funcionamento. Trata-se de um processo que avança ou recua conforme um conjunto de determinações de ordem social, econômica, política, ideológica e discursiva. No caso neozapatista, é bom não esquecer que seu discurso se produziu em meio a um levante armado, a uma autonomia política e uma coletividade socioeconômica dos povos chiapanecos que sobredetermina materialmente seu dizer e, ao mesmo tempo, faz emergir outras potencialidades subjetivas. Contudo, o que parece marcar uma diferença em primeiro lugar é a forma como a contradição é significada no interior da discursividade zapatista: a contradição é explicitamente significada e os sujeitos estão avisados desta condição. Os zapatistas acentuam o contraditório em seu discurso

⁵ É importante mencionar que, segundo Morel (2017), em artigo que coteja o zapatismo com a luta pela autonomia curda em Rojava, “tanto o movimento curdo quanto o movimento zapatista são marcados por uma trajetória que começa no marxismo-leninismo e apresenta uma ruptura com essa perspectiva política para se encaminhar para uma defesa da autonomia. (MOREL, 2017, p. 104)

(mandar obedecendo, aqui manda o povo e o governo obedece) e por, de alguma forma, tentar haver-se com essa contradição. Enfatizar e significar a contradição que os constitui potencializa sua transformação por meio do questionamento (perguntando caminhamos) em um movimento subjetivo que se lança no devir da transformação histórica. Na sequência, buscarei revisitar uma das práticas zapatistas para mostrar como são trabalhadas algumas de suas contradições.

Celebridades anônimas: individualização recusada

Suponhamos que a constante ou metro seja homem-branco-masculino-adulto-habitante das cidades-falante de uma língua padrão-europeu-heterossexual qualquer.

Deleuze e Guattari, 1995

A condição minoritária⁶, de vida nua, ou de sujeitos-segregados, situa-os entre o fato e o direito do estado de exceção, segundo Agamben (2010), uma vez que a população de excedentes ameríndios chiapanecos estaria incluída em um dispositivo governamental que a exclui da condição de sujeito-cidadão. Disto resultaria uma absurda condição kafkiana de direito/proibição às portas da lei. Em resistência-revolta a essa condição, os zapatistas, segundo Abdel-Moneim (2017), adquiriram uma importância transnacional com seu levante armado e difusão de textos e imagens zapatistas por meio digital. Para Abdel-Moneim (2017, p.15), as “comunidades autônomas, situadas em uma das mais isoladas e marginalizadas regiões do México, agora se encontram no centro de um espaço discursivo que vem transgredindo fronteiras.” A autora se refere, sobretudo, aos primeiros anos do levante que produziu a paradoxal condição em que indígenas do mundo rural e periférico tiveram suas imagens e palavras difundidas nos novos meios digitais transnacionais.

Como argumentei em minha pesquisa, os zapatistas se constituíram como um exército clandestino. São uma coletividade que luta pela causa e que dá visibilidade a uma população de anônimos “sem rosto” e “sem voz” porque, na condição de segregados não compartilham com os demais

⁶ Os zapatistas são integrados por indígenas falantes das línguas tzeltal, ch’ol, tzotzil e tojolabal. Línguas minoritárias de trabalhadores, na maioria das vezes, das zonas rurais do sudeste do México. Segundo Morel (2017), antes mesmo do levante do EZLN, em 1993, as comunidades zapatistas, então clandestinas, haviam promulgado a Lei revolucionária das mulheres contra a exploração, discriminação e violência doméstica.

mexicanos a condição de cidadãos com direitos assegurados. Dessa forma, a identidade zapatista, ao se recusar, ao se rebelar, a ter de falar desde a posição de um sujeito individualizado (re-conhecido pelo Estado) abre possibilidades para novas formas de subjetivação e outras formas de laço social.

O que se opera com o mascaramento do rosto e com o anonimato dos militantes do EZLN? Algo que lembra a dupla identidade dos super-heróis mascarados dos quadrinhos da cultura industrial? Ao menos um ponto em comum há: o zapatista de rosto coberto é uma figura célebre, enquanto sua identidade civil é desconhecida, uma vez sem máscara este sujeito pode passar despercebido entre os demais sujeitos das cidades, vilas e ejidos no México. O traço em comum é, portanto, a condição de celebridade anônima na dita Sociedade do Espetáculo, porque não aparece e não fala desde sua identidade civil. Por outro lado, é um célebre anônimo, pois é indígena, camponês e segregado e, ainda assim, sua imagem se difunde pela mídia, sobretudo pela rede mundial de computadores, tornando a causa zapatista mundialmente célebre.

Desde que saíram da clandestinidade, em primeiro janeiro de 1994, os integrantes efetivos do EZLN têm coberto seu rosto com um pasamontañas (gorros negros) ou um paliacates (lenços coloridos) como parte integrante e inalienável de seu uniforme. Além disso, entre os neozapatistas há adoção de um outro nome (supõe-se que em memória de um zapatista morto) antecedido pelo posto de hierarquia militar (subcomandante, comandante, capitão). Não há referência a quaisquer genealogias familiares entre os sujeitos revoltosos, pois não se adotam sobrenomes. O codinome zapatista parece funcionar de forma diversa daquela do dispositivo de nomeação descrito por Guimarães (2005) em que há dois tipos de nomes: conforme o modo de construção pela aposição morfossintática, a um primeiro nome (o do indivíduo) segue-se um sobrenome (o da família).

Para Guimarães (2005, p. 35), o nome próprio de pessoa, nome/pessoa, nome/falante, nome/sujeito é "uma construção em que relações semânticas de determinação constituem o nome". Relações semânticas de determinação que funcionam como um modo de distinguir e identificar, tendo em vista que a "identificação de um indivíduo biológico para o Estado e para sociedade é tomá-lo como sujeito" (GUIMARÃES, 2005, p.36). Em consequência, o indivíduo deixa de pertencer a uma massa anônima e indiferenciada, deixa de ser indiscernível de outrem, e passa a ocupar um lugar discreto, ou seja, constitui-se uma existência simbólica em dada formação social por meio de sua nomeação.

Pela adoção de um heterônimo, o nome de família e a identidade civil dos sujeitos neozapatistas são ocultados a todos os não-zapatistas no sentido restrito, dos não-integrantes do EZLN. No caso dos neozapatistas, interpretei que a renomeação dos sujeitos se realiza como uma espécie de recusa às “formas de individualização do sujeito em relação ao Estado”. Ora, tendo como base as concepções de biopolítica e de sociedade disciplinar em Foucault – produtoras e condutoras de indivíduos em série enquanto integrantes de uma determinada população governada, Ordandi afirma:

Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individualização do sujeito na produção de sentidos. Portanto o indivíduo, nesse passo, não é a unidade de origem (indivíduo interpelado em sujeito – I1) mas o resultado de um processo, um constructo, referido pelo Estado (teríamos então I2, ou seja, indivíduo em segundo grau) (ORLANDI, 2005, p. 106).

No caso do neozapatismo, constitui-se um alter ego do sujeito, agora mascarado, que camufla, que encobre sua identidade civil e sua genealogia. Em outras palavras, produz-se uma indistinção, um efeito de não-identificação. Em consequência, não há como referi-los, interpelá-los, responsabilizá-los (nem a seus familiares) perante o Estado, visto que, devido ao codinome e ao capuz, há possibilidade de equívoco e de erro. O Estado mexicano não pode afirmar peremptoriamente: “Você é você e nenhum outro.”. Como afirma Guimarães:

[...] as pessoas não são pessoas em si. O sentido do nome próprio lhes constitui em certa medida. O sentido constitui o mundo que povoamos. E o constitui enquanto produz identificações sociais que são o fundamento do funcionamento do indivíduo enquanto sujeito. (GUIMARÃES, 2005, p. 41).

Os neozapatistas são indeterminados enquanto indivíduos, conforme seu dizer “por trás das máscaras estamos vocês”. Em outras palavras, os indivíduos biológicos, entendidos como substância, somente são socialmente determinados por suas designações. Se as designações não individualizam, pelo contrário, configuram uma coletividade heterogênea, então a prática de recusa em ser individualizado pelo Estado tem como efeito constituir um “nós” político, um coletivo heterogêneo, onde os sujeitos particulares

são indiscerníveis para quem ocupa um lugar exterior ao neozapatismo. Por conseguinte, o que a recusa em falar e agir a partir da identidade civil mostra é que esta não precisa ser tomada como o núcleo da subjetividade imutável.

É possível afirmar que o subcomandante Marcos, líder militar, no entanto, submetido às decisões políticas das bases de apoio zapatista organizadas, emergiu como uma personagem-sujeito na acepção teatral do termo, remontando à persona ou per sonare (“soar através de”) e que se constituiu em uma posição-sujeito política. Inusitado sujeito suposto porta-voz de um discurso heterodoxo. É, sobretudo, a própria “figura clássica do porta-voz” (PÊCHEUX, [1981] 1990) político que é transformada, pois distante daquele do depositário iluminado da verdade histórica ou do sujeito de um suposto saber régio.

O efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior. (PÊCHEUX, [1981] 1990, p. 17).

Por ser intérprete e tradutor das línguas indígenas locais para o espanhol e vice-versa, sua função mediadora possibilitou uma maior aproximação entre os índios, aqueles chamados de mestiços e os auto-designados brancos, entre os ditos camponeses e ditos cidadãos. Entretanto, embora essa mediação de Marcos desse visibilidade social à questão indígena, não deixava de interferir na tomada de decisões e participação direta dos índios, visto que ele ocupava também o posto de liderança militar do movimento.

O subcomandante Marcos é uma figura controversa dentro do levante zapatista. Isto pelo fato de que o governo mexicano o reconhece como sendo Rafael Sebastián Guillen Vicente, ex-aluno da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Autônoma do México (UNAM) e professor da Universidade Autônoma Metropolitana (UAM), em Cidade do México, mas não há provas com relação a essa identificação, já que a figura do subcomandante Marcos aparece sempre mascarada, afirmando que não se trata de uma pessoa, mas de uma figura política que está sob o comando dos povos zapatistas. Assim, do ponto de vista dos zapatistas, o subcomandante Marcos não é uma pessoa específica, mas um ícone, um porta-voz, sem identidade pessoal, dos povos zapatistas (SILVEIRA, 2018, p. 54).

Segundo Silveira (2018), o subcomandante Marcos havia deixado a condição de porta-voz do EZLN, mas ressurgiu na homenagem ao professor zapatista José Luís Solís López, conhecido como Galeano⁷, assassinado em maio de 2014. Neste dia, Marcos anunciou a morte de Marcos e um novo nome: subcomandante Galeano. Embora o zapatismo busque escapar ao vanguardismo militante, o fato de Marcos ter centralizado muitas práticas entrava em contradição com a posição libertária de estar com os de baixo e à esquerda. No entanto, enquanto autor de cartas e comunicados, Marcos produzia efeitos de desidealização, de autogozoção, auto ironia, desestabilizando a imagem de sujeito com supostos saberes régios.

Por outro lado, Marcos (2008) atualizou o imaginário do revolucionário voluntarioso da esquerda latino-americana, supostamente iluminada pela teoria marxista, quando narrou a história do EZLN desde o período de inserção dos militantes de origem urbana nas comunidades indígenas de Chiapas na década de 1980. Entrementes, segundo o autor, estes militantes, uma vez em contato com os ameríndios, descobriram que têm mais a aprender com a memória e os saberes de mais de 500 anos de resistência política indígena do que a ensinar. Os militantes, de pedagogos autoproclamados, passaram à condição de alunos no aprendizado de uma lição política crucial: aprender a escutar esses sujeitos que estão abaixo e à esquerda na história da América Latina desde a colonização europeia. Em seguida, com humor, Marcos afirmou que a transformação dos militantes iluminados em macacos na Selva Lacandona foi o que levou à adoção do pasamontañas (capuz negro) pelos zapatistas. Era uma “questão de estética e bom gosto”.

O anúncio da morte de Marcos e a metamorfose/renomeação em subcomandante Galeano produziu efeitos de ressignificação em torno do suposto porta-voz mais celebrado do EZLN. Sobretudo, Galeano é uma presença mais difusa na mediação e interlocução dos zapatistas com os povos e governos do mundo. Muitas vezes seus comunicados ganham a coautoria do subcomandante Moisés. Este Galeano já não enuncia do mesmo lugar e com a mesma visibilidade que o líder militar, finado subcomandante Marcos. Enquanto persona cambiante, em deriva de codinomes e de posições, cria empecilhos ao imaginário do líder carismático e personalista, tão comum à tradição política latino-americana. Assim como o revolucionário camponês Emiliano Zapata, Marcos/Galeano se recusa a se assentar no lugar de

⁷ Codinome adotado para homenagear o uruguaio Eduardo Galeano. Em vida, o escritor fora um interlocutor frequente das cartas e comunicados zapatistas.

liderança, seu devir é desaparecer para deixar que a coletividade rebelde sobreviva a ele, em consonância com o lema zapatista: um povo forte não precisa de lideranças fortes.

Espectros do irrealizado de uma aurora zapatista

Quando alguém resiste apenas por resistir, o mérito não está mais na superação, mas na celebração do ato particular de resistência.

Sabrina Fernandes

O objetivo maior desta pesquisa foi retomar a problemática em torno dos processos de resistência-revolta-revolução(?), deixada em suspenso na história da Análise de Discurso devido à crise das esquerdas marxistas e à hegemonia quase inquestionável da ideologia liberal capitalista no transcurso do século XX para o XXI. Entre o legado teórico de Michel Pêcheux, encontra-se a proposição de que as ideologias dominadas⁸ precisam funcionar de modo dissimétrico à ideologia dominante, isso é necessário para serem efetivamente transformadoras – ainda que talvez não seja suficiente. Se a reformulação de Indurky (2007) mostra-se consistente no que concerne à desidentificação – ruptura para com a matriz de sentidos de dada formação discursiva – insisto na necessidade de ir à raiz da questão: como se daria a ruptura com a ideologia dominante? Ou “a forma ideológica da tendência ao não-Estado” (PÊCHEUX, 2014, p.19)? Na história dos movimentos insurgentes e revolucionários, vanguarda aparece como uma noção sobrecarregada de sentidos bélicos e militares (cf. ALTHUSSER, 1978). Não é estranho, nem inesperado que, em termos de modos de organização e de estratégias, os dominados simetризem os bons sujeitos, identificados à ideologia dominante. Talvez uma via possível, inclusive para novas análises e projetos de pesquisa, seja o estudo das práticas políticas prefigurativas, seja a mudança que deseja no mundo, presentes em movimentos autonomistas, como a dos neozapatistas, em movimentos anarquistas, etc. Se a proposta de política prefigurativa de fato se efetiva no interior de movimentos políticos e lutas populares, então talvez as análises mostrem ali funcionamentos diversos e dissimétricos frente aos da ideologia dominante.

Segundo Gordon (2015), a reprodução acrítica de estruturas autoritárias, verticais e burocráticas em movimentos políticos e lutas

⁸ “Precisamos falar de *ideologias dominadas*, no plural, já só pode haver aí uma *única ideologia dominante*, em um momento histórico dado” (PÊCHEUX, 2014, p. 14, grifos do autor).

populares resulta na contradição entre o processo transformador (meio) e o resultado esperado (fins). Em minha leitura, esta postura teórica converge com a da crítica althusseriana e com a autocrítica pecheuxtiana, com minhas pesquisas teóricas, a crítica à divisão social do trabalho de transformação (vanguarda/massas), e também converge com as conclusões dos gestos de análise do discurso zapatista. Estas críticas e conclusões, entretanto, se realizam tendo como horizonte o funcionamento do ideológico e do discursivo e não aquele pautado pela maior/menor eficácia estratégica para a tomada e a manutenção do poder, por exemplo.

Por fim, se a suposição de uma exterioridade radical da teoria, em relação ao ideológico, errava pela sua inclinação voluntarista, então seu avesso talvez incorra em um quietismo teórico, que se atém a analisar resistências cotidianas, sem se indagar por modos de funcionamento de sujeitos insurgentes. O conceito de resistência em *Análise de Discurso*, embora seja um avanço teórico, demarca um recuo político. Talvez um recuo salutar e necessário devido à falibilidade das práticas, entre elas a prática teórica. Ainda mais, se tomarmos a sério a provocação anarquista que diz ser a Teoria o Estado em pensamento. No entanto, desinvestir-se de um teoricismo auto-confiante sobre o movimento do real de processos de resistência-revolta-revolução não significa inibir a formulação de novas conjecturas, de ousadas hipóteses teóricas, ou a armação de andaimes (desmontáveis, remontáveis e deslocáveis) de caráter exploratório (MAZIÈRE, 2019). Tomando o exemplo dos zapatistas⁹, talvez seja hora de desesperar a história e caminhar perguntando, em uma inquietude teórica, para além da miséria do pensamento político da esquerda brasileira contemporânea.

Referências

ABDEL-MONEIM, Sarah .G. **O Ciborg Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético**. Tradução de Regina Borges e Dário Borim Jr. União da Vitória-PR: Monstro do Mares, 2017.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: O poder soberano e a vida nua**. Tradução de Henrique Burigo. v. 1. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Lo que puede durar en el Partido Comunista**. Tradução de Pedro Vilanova Trías. Siglo XXI de España Ed.,1978.

_____. **Sobre a Reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teix-

⁹ Exemplo e não modelo. Conforme Morel (2017), exemplos instigam a criação e a experimentação, já modelos, a obediência e a servidão. Exemplo discursivo e não estratégico.

- eira. Introdução de Jacques Bidet. 2. ed. Petrópolis: Vozes, [1995] 2008.
- BECK, Maurício. **Aurora Mexicana – Processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina: o exemplo do discurso zapatista**. Tese (Doutorado em Letras) - UFSM, Santa Maria, 2010. 175 f.
- _____. **Apraxia e Silenciar: formas de resistência-revolta por meio de uma subtração subjetiva**. Conexão Letras. Porto Alegre: UFRGS, v. 8, p. 71-82, 2013
- BECK, Maurício; ESTEVES, Phellipe M. da S. **O sujeito e seus modos: identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação**. Leitura. Maceió: UFAL, n.50, p. 135-162, jul./dez 2012.
- FIGUEIREDO, Guilherme G. de. **A Guerra é o Espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Unicamp, Campinas, 2003. 366 f.
- GUIMARÃES, Eduardo. R. J. **Semântica do Acontecimento: Um Estudo Enunciativo da Designação**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- GORDON, Uri. **Anarquia Viva! Política Antiautoritária da prática para a teoria**. União da Vitória: Subta, 2015.
- EZLN/CNI. **Que retiemble en sus centros la tierra**. Enlace Zapatista. Comunicado-traducion (16 out. 2016). Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2016/10/16/que-retiemble-en-sus-centros-la-tierra-2/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- FONSECA, Rodrigo O.; BECK, Maurício; ESTEVES, Phellipe M.S. Ideologia, discurso, revolução: a radicalidade da proposta pecheuxtiana. In: BARBOSA FILHO, F.R.; BALDINI, L. (Org.). **Análise de discurso e materialismos: prática política e materialidades**. v. 2. Campinas, SP: Pontes, 2018. p. 85-114.
- INDURSKY, Freda. **Lula lá: estrutura e acontecimento**. Organon, Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003.
- _____. Da interpretação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de Formação Discursiva. In: BARONAS, R. L. (Org.). **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção/conceito de formação discursiva**. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2007. p. 75-87.
- LEBRUN, Gérard. **Althusser e seu partido**. In: LEBRUN, G. Passeios ao

Léu. Ensaios. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 143-153.

LENIN, Vladimir I. **Obras Escolhidas**. Em Três Tomos. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, [1902, 1920] 1982.

MARCOS, Subcomandante. **Los Pueblos Indios dieron rumbo, destino y velocidad a nuestro sueño: Discurso del Subcomandante Insurgente Marcos**. Revista Rebeldía. n. 62. out. 2008.

MAZIÈRE, Francine. “Pêcheux sempre trabalhou com andaimes”: entrevista com Francine Mazière. Tradução de Guilherme Adorno. In: CONTRADIT (Org.). **Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentido entre continentes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

MOREL, Ana .P. M. **Cantões curdos e caracóis zapatistas: autonomias hoje**. Gavagai. Erechim, v. 4, n. 1, p. 100-112, jan./jun. 2017.

_____. **A luta pela terra na cosmopolítica do movimento zapatista**. Revista de Estudos Libertários. Rio de Janeiro: UFRJ, jan/jun. 2019. s.p.

ORLANDI, Eni. P. **Discurso e Texto: Formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. Tradução de José Horta Nunes. Caderno de Estudos Linguísticos. Campinas: Unicamp/IEL, n. 19, p. 7-24, jul./dez, [1981] 1990.

_____. **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, [1975] 1997.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, [1978] 1997.

_____. **Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes**. 2014. Décalages: vol. 1: Iss. 4. Disponível em: <<https://scholar.oxj.edu/decalages/vol1/iss4/15>> Acesso em: 10 jul. 2019.

SADER, Emir. **As autocríticas da Esquerda**. In: Portal Vermelho. nov. 2016. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/289242-1>> Acesso em: 20 jul. 2019.

SILVEIRA, Bruno. P. da. **O pulsar do centro da terra: interpretação do apoio zapatista à candidatura presidencial**. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 43-54, jan./abr. 2018.

¿HAY ALGO ALLÁ AFUERA? GRAVITACIÓN DEL PROBLEMA ALTHUSSERIANO DE LA TEMPORALIDAD EN LA TEORÍA PECHEUTIANA DE LOS PROCESOS DISCURSIVOS

IS THERE SOMETHING OUT THERE? INFLUENCE OF THE ALTHUSSERIAN PROBLEM OF TEMPORALITY IN THE PECHEUTIAN THEORY OF DISCURSIVE PROCESSES

Natalia Romé

Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Resumen: La influencia del problema althusseriano en el pensamiento de Michel Pêcheux, con especial énfasis en el trabajo que da forma a **Les vérités de La Palice**, introduce una forma única de entender la relación entre la temporalidad y el discurso. Este artículo afirma que la problematización práctica de la noción idealista del tiempo que se puede leer en este trabajo está relacionada con la teoría althusseriana de la complejidad temporal, que se basa en la tradición marxista, la teoría freudiana y el materialismo filosófico de Spinoza. Esto nos permite encontrar en la teoría pecheutiana una crítica *avant la lettre* de los procesos de neoliberalización del campo intelectual y sus reverberaciones en las tendencias actuales del análisis de los discursos políticos, lo que da una renovada relevancia a su pensamiento.

Palabras-Clave: Formación Discursiva; Ideología; Materialismo; Transindividualidad; Coyuntura.

Abstract: The influence of the Althusserian problem in the thinking of Michel Pêcheux, with special emphasis on **Les vérités de La Palice**, introduces a unique way of understanding the relationship between temporality and discourse. This article affirms that the practical problematization of the idealist notion of time that can be read in this work, is related to the Althusserian theory of temporal complexity, which is based on Marxist tradition, Freudian theory and Spinoza's materialism. This allows us to find in the Pecheutian theory a critique *avant la lettre* of the processes of neoliberalization of the intellectual field and its reverberations in the current tendencies of the analysis of political discourses, giving a renewed relevance to his thinking.

Keywords: Discursive Formation; Ideology; Materialism, Transindividuality; Conjunction.

Introducción

Este trabajo se propone explorar algunos de los recorridos mediante los cuales los desarrollos de Michel Pêcheux, en torno a una teoría materialista de los procesos discursivos, retoman la preocupación althusseriana por el concepto de tiempo histórico. Se trata de indagar en un doble movimiento: por un lado, indicar algunas de las coordenadas de la problemática althusseriana en el pensamiento de Pêcheux, a fin de exponer el espesor filosófico de una pregunta por la historia en el campo del estudio del discurso; por otro, abrir a futuras investigaciones la posibilidad de pensar en qué medida esa inscripción problemática puede haber contribuido a la colocación de los aportes de Pêcheux en una condición singular para transitar el impasse teórico que, desde los años setenta, debilita y empobrece al pensamiento crítico. La relevancia de una tarea tal no se apoya tanto en la vocación exegética como en un diagnóstico de la actual coyuntura teórica, a partir del cual entendemos que es el esfuerzo de sostener los vínculos entre discurso e historia lo que hace de la teoría pecheutiana una suerte de crítica *avant la lettre* de los procesos de neoliberalización del campo intelectual y de sus reverberaciones en las actuales tendencias de análisis de los discursos políticos.

En este sentido, este trabajo no procura un análisis exhaustivo del proceso de pensamiento pecheutiano, en sus diversas inflexiones o momentos, sino apenas la indicación de algunos elementos en los que puede leerse más fuertemente la gravitación en su escritura de la problemática althusseriana de la temporalidad plural, asociada a una relectura de la dialéctica materialista a partir de la categoría de sobredeterminación y una concepción transindividual de la objetividad.

La posición materialista entendida en clave althusseriana (cf. ROMÉ, 2015), hunde sus raíces en la novedad teórica freudiana que expone el vínculo entre fantasía y represión inconsciente y en la novedad teórica marxista, que rompe con el mito del pequeño productor/ahorrista, al desarrollar su teoría de la acumulación originaria y rompe también con la noción teleológica del tiempo histórico, a partir de una concepción de la totalidad social como todo complejo sobredeterminado. En ambos casos, una conceptualización compleja, plural y no contemporánea de la temporalidad se pone en marcha.

Partimos de la idea de que esa complejidad queda tendencialmente empobrecida en las reconfiguraciones teóricas que toman fuerza en los años ochenta; en el caso de algunas teorías del discurso, por ejemplo, se advierten

deslizamientos que emplazan la pregunta por el mecanismo de producción discursiva, elidiendo el problema del comienzo (o pretendiendo resolverlo con un salto ontológico hacia la afirmación de la pura contingencia). En una relación controversial con estas tendencias, la singularidad del abordaje materialista de la gravitación de la fantasía mítica como dispositivo de producción discursiva no se reduce a la constatación de su condición contingente ni a la descripción del mecanismo sintomático de su totalidad fallida, sino que interroga las condiciones objetivas que hacen posible su funcionamiento imaginario y su eficacia material. Si la operación de clausura de un universo semántico supone siempre alguna puesta en acción de mecanismos de olvido, la comprensión cabal de los procesos discursivos no se logra sino en la medida en que se inscribe en una teoría de la historia capaz de arrojar luz sobre el modo en que ésta requiere la represión de la objetividad material de lo imaginario. Esa objetividad se encuentra tramada en el complejo *ensamble* transindividual, sobredeterminado – jerárquico y desigualmente articulado- de aparatos y formaciones discursivas reales, en una coyuntura dada (educativas, morales, jurídicas, etc.), cuya existencia concreta como *unidad contradictoria con dominante*, es producto del estado determinado de la lucha de clases, en el marco de una formación social.

Con especial lucidez, Pêcheux comprende estas coordenadas y, con ellas, asume que la lucha de clases no remite a ninguna suerte de posición sociológica, ni a un *combate entre ideologías* (ni “proletaria y burguesa”, ni “dominante y subalterna”) sino que el primado de ésta sólo puede leerse en lo concreto de un orden de *formaciones* que existe como equilibrio (metaestable) de relaciones contradictorias de reproducción y transformación del complejo articulado con dominancia (PÊCHEUX, 2016). Es decir, en una coyuntura determinada y nunca “en general”: nunca en la intelección abstracta de sus mecanismos formales aplastados en la coyuntura. De esta forma, Pêcheux abraza una concepción materialista del discurso que aloja una concepción de la politicidad singularmente enraizada en una teoría de la historia como objetividad contradictoria, por fuera de todo esquema historicista, sociológico o formalista de la política.

En base a estas consideraciones, el artículo analiza las consecuencias analíticas de este posicionamiento, en el modo en que Pêcheux despliega la idea althusseriana de una *teoría clínica* como analítica del caso y moviliza, a partir de allí, una concepción práctica de temporalidad histórica que en otros desarrollos analíticos del discurso resulta, al menos, insuficiente. Con ello produce la crítica *avant la lettre* del proceso que opera hoy como supuesta superación de los conceptos de la lucha de clases y de inconsciente,

no sólo en las imágenes propias del pensamiento corriente, sino también en las abstracciones y ontologizaciones que se deslizan en la escena de pensamiento pretendidamente crítico.

Discurso e Historia. Escenas de un impasse

Durante el siglo XX, la consideración del talante discursivo de la teoría (en sus formas científicas, filosóficas e incluso metafísicas) conlleva una gran oportunidad para la revisión crítica de la epistemología idealista y profundiza las posibilidades de desarrollo de la teoría materialista de la historia. Sin embargo, la relación entre el análisis del discurso y la tradición marxista es ambivalente y va desde formas de *alianza* que permiten explorar la politicidad de los procesos semióticos y discursivos, hasta “divorcios” y procesos de desmarxización, en los que la crítica discursiva tiende a sustituir o traducir en sus términos problemas como los de la lucha de clases, la hegemonía, los antagonismos políticos, la opresión de género, etc.

Este proceso no es convocado en este trabajo a los efectos de elaborar una historia de las ideas, sino asumiendo que las coordenadas de la discusión teórica que aquí se propone se encuentran determinadas por los avatares de la historia política e intelectual de los últimos 40 años. Se trata de entender, en el sentido profundo del debate epistémico que suscita, que la producción de conocimiento no se da en el vacío; sino inscrita en una coyuntura, con la que logra o no producir operaciones de ruptura y separación, más o menos incompletas. Por ello, es preciso advertir que revisar las posibilidades de un abordaje marxista de la problemática del discurso constituye una tarea que debe atravesar la resistencia de las condiciones mismas del campo en el que se inscribe de un modo controversial, produciendo un desgarramiento o un distanciamiento interno en el propio campo confrontándolo con sus límites.¹

¹ « *Le champ de l'analyse de discours, à l'inverse, se détermine par celui des espaces discursifs non stabilisés logiquement, relevant des domaines philosophique, socio-historique, politique ou esthétique, et donc aussi des multiples registres du quotidien non stabilisé* » (PÊCHEUX, 1984, p. 16) Esta reflexión con la que Pecheux sugiere que si es posible pensar algo así como un « campo » de análisis del discurso, sus condiciones de estabilización como campo deben concebirse como determinadas por discursos no estabilizados lógicamente. En este sentido, puede invocarse la consideración althusseriana del campo teórico como un campo de disputa y a la posición materialista como la operación de colocación de una distancia en un *kampffplatz* cuyas plazas se encuentran siempre ya tomadas por posiciones tendencialmente idealistas. En este sentido, si se habla en este artículo de “campo” no se debe entender a éste como una unidad homogénea

A contrapelo de las tendencias generales, es posible identificar una constelación de intervenciones que se encuentra en medio de esta encrucijada, haciéndole obstáculo. Sus referentes teóricos pagan el precio de ser abandonados o mal leídos, por la incompatibilidad de sus ideas con las clasificaciones que van jalonando la recepción y producción de las ciencias sociales, hacia fines del siglo XX. Se trata del pensamiento marxista de Louis Althusser, especialmente, su teoría de la ideología; algunos desarrollos del psicoanálisis freudiano y lacaniano y la búsqueda de una teoría materialista del discurso de Michel Pêcheux.

Por este motivo, para comenzar a desmontar este *impasse*, resulta interesante visitar la intervención materialista que esos teóricos ponen en juego en el campo de la teoría de discurso. Si bien cabe advertir que Althusser no elabora una teoría positiva del discurso y sus desarrollos explícitos sobre la cuestión son esquivos; no obstante, inaugura un modo de alianza entre la crítica de la ideología y la consideración de la eficacia específica de la dimensión discursiva de los procesos sociales que sienta las bases para la elaboración de una teoría materialista del discurso, articulada con el problema de la historia. Mucho se ha escrito sobre Althusser – incluso desde el campo de la teoría de la cultura y del discurso – y, sin embargo, esa vía permanece en gran medida inexplorada.

En este sentido, pueden reconocerse una serie de hitos en su pensamiento, a partir de los cuales, identificar las bases para una problematización de las actuales perspectivas analíticas del discurso y dar pasos iniciales hacia una conceptualización materialista y crítica de la producción significativa, en su eficacia histórica. En términos introductorios, esos hitos se despliegan como un proceso de pensamiento en el que el discurso no constituye un objeto central de investigación, sino antes bien, un subproducto, un detrito que va tomando forma a partir de la profundización de la problemática de la ideología.

Los primeros aportes pueden encontrarse en la teoría de la *lectura sintomal* que forma una unidad con la crítica de la filosofía idealista y la epistemología empirista. Althusser demuestra que las diferencias entre idealismo y empirismo son aparentes, toda vez que ambas posiciones tributan en lo que denomina el “mito religioso de la lectura”. Fundado en una serie de supuestos metafísicos que entienden el conocer como una

y sintética sino como un territorio constitutivamente controversial y en consecuencia, marcado por la exterioridad inmanente a cuya lectura se dedica toda posición materialista.

operación inmediata de contemplación y lectura de un *discurso manifesto*, el “mito religioso de la lectura” coincide con la negación necesaria de la condición discursiva, es decir, de la opacidad constitutiva de toda articulación significante (2008). Simultáneamente, el abordaje materialista de la condición discursiva de la Filosofía (idealista), permite identificar su estructura homóloga a la del mito edénico y con ella, su talante ideológico; esto vuelve pensables tanto sus determinaciones como sus efectos en los procesos históricos (cf. ALTHUSSER, 2014).

En segundo lugar, ofrece las bases para una concepción materialista de lo discursivo a partir de la identificación de una solidaridad entre una concepción materialista del tiempo histórico y un materialismo de lo imaginario. Esa alianza puede leerse también en su consideración de la causalidad materialista como una relacionalidad doble, *transindividual* y sobredeterminada que permite pensar los procesos históricos como un complejo articulado y opaco de formaciones en las que lo imaginario tiene una eficacia real y existe como un complejo articulado de formaciones ideológicas cristalizadas en aparatos ideológicos de estado (cf. ALTHUSSER, 2011). A partir de la idea de una doble objetividad en la que lo imaginario se encuentra sobredeterminado con lo real, se abre la posibilidad de un abordaje del vínculo entre formaciones discursivas e ideológicas que resulta irreductible tanto al esquema temporal de la cadena, como al bidimensional sintagma/paradigma. El despliegue de estas consecuencias como un programa tentativo hacia una teoría materialista del discurso es encarado por Michel Pêcheux, en diversos trabajos, especialmente en **Les vérités de La Palice** (1975), en el que la tesis althusseriana de la materialidad de la ideología y la fórmula de la interpelación subjetiva permiten explorar el campo discursivo como una dimensión transindividual, a la vez histórica y psíquica.

En tercer lugar, reconstruye la tópica discursiva de la formación ideológica humanista. La alianza entre lo discursivo y lo ideológico es alimentada en la intervención althusseriana a través de un rodeo por el psicoanálisis, en dos sentidos: por un lado, en torno al vínculo entre tiempo y representación, basado en una tópica descentrada y en una temporalidad no contemporánea; y por el otro, en la crítica del mecanismo discursivo de la ideología humanista, como insumo para la caracterización de la estructura (discursiva) de la interpelación ideológica, en base a la homología estructural de los discursos teológico y jurídico. Y, simultáneamente, la apertura de una pregunta por los vínculos entre una temporalidad compleja y los mecanismos discursivos de significación, en su politicidad inherente

(ALTHUSSER, 1965; 1996; 2014).

Por último, se abre en sus manuscritos publicados póstumamente la oportunidad de emplazar una pregunta por la politicidad de un discurso, a propósito de su tópica, en lugar de hacerlo a través de la restitución de las figuras metafísicas o sociológicas que reponen las evidencias del sujeto y el sentido. Esa alianza puede leerse en relación con la política y, más especialmente, con la pregunta por la posibilidad de un discurso político, vinculada con una cuestión crucial (al menos para la política marxista y revolucionaria): el problema de lo porvenir como *irrepresentable* (cf. ALTHUSSER, 1995; ROMÉ, 2019).

Este plano del trabajo de Althusser, que concierne al modo en que la crítica de la ideología constituye el terreno para extraer un conjunto de consecuencias teóricas y analíticas en torno al problema del discurso, ha quedado invisibilizado por la sobreimpresión de una dicotomización entre dos posiciones ideológicas: un empirismo economicista. Y un discursivismo politicista que, en su afán de curvar el bastón contra el primero, recae en una ontologización del Discurso y se queda sin herramientas para pensar la historia en su complejidad. La absolutización de la categoría de Discurso producto de una liquidación del problema del emplazamiento de las formaciones discursivas en la complejidad concreta de una formación social y de una indistinción y desplazamiento entre sus aspectos filosóficos y analíticos, conlleva un empobrecimiento del concepto de tiempo histórico o, en todo caso, su reemplazo por cierto régimen de temporalidad simplificado.

Notablemente, una serie de desarrollos que procuran teorizar las relaciones entre lo discursivo y lo político van consolidándose en paralelo al paulatino abandono del concepto de ideología. Resultan, en este sentido, paradigmáticos los movimientos desplegados por Michel Foucault y Ernesto Laclau, desde posiciones cercanas al pensamiento de Althusser y con claras referencias a la conceptualidad marxista, hacia formas de negación o rechazo de la tradición marxista.

Como ha señalado Ricardo Terriles (2011) para el caso de Foucault, en **La arqueología del saber**, de (1969) 2010, encontramos el reconocimiento de la ideología como un concepto cuya función, en relación con la ciencia, es la de recordarle su condición discursiva y su funcionamiento entre otras prácticas (2005, p. 311-312). Paulatinamente, en **La verdad y las formas jurídicas**, de 1973; se propone una revisión, en base al rechazo de un pretendido determinismo económico y en **Microfísica del poder**, de 1975, se descarta el concepto de ideología por completo, en virtud de un

rechazo de la idea de lo verdadero y su reemplazo por una historización de los “efectos de verdad” que se producen en el interior de discursos “que no son ni verdaderos ni falsos” (1992, p. 181-182). Paralelamente, en relación con el vínculo entre ideología y política, en otra de las entrevistas publicadas en **Microfísica del poder** de 1975, puede leerse una reducción tendencial de la política (como lucha) al poder (como dominación) en el pasaje del vínculo ideología/política a una concepción de “los efectos del poder en los cuerpos” (1996, p.106).

Por su parte, Ernesto Laclau avanza desde desarrollos claramente apoyados en la teoría althusseriana de la ideología, hacia formas de pretendida “superación” del problema de la ideología por una teoría del discurso. Así, en su artículo “Muerte y resurrección de la ideología” (1996) y en algunos pasajes de **Hegemonía y estrategia socialista** (1985), reconoce los aportes de Althusser respecto a la teoría de la ideología y el concepto de sobredeterminación; pero reduce la complejidad temporal, que se encuentra supuesta en la noción althusseriana de *décalage*, a una (única) distorsión constitutiva en toda representación, asociada a la constatación de ausencia de metalenguaje. De esta manera, el problema ontológico de la causa ausente o de la presencia de una ausencia como causa, se restringe en Laclau a una falla en la totalidad (imaginaria) de toda formación discursiva. La disolución del concepto de ideología (y, por lo tanto, de lucha de clases en lo ideológico) en el de Discurso, lleva a la teoría a desentenderse de la complejidad de la temporalidad histórica y a reducirse a una temporalidad intradiscursiva empobrecida, que identifica la historia con el juego lógico de variación de la articulación signifiante y con la afirmación ontológica de la pura discontinuidad del comienzo contingente. Su teoría del discurso deviene formalista y pierde capacidad analítica de procesos concretos; entre otras cosas, no puede pensar el problema de la dominancia de una formación discursiva por sobre otras; no puede pensar las determinaciones de ciertas articulaciones significantes ni su eficacia relativa en el complejo de conjunto; no puede pensar el interdiscurso, ni conceptualizar el exterior relativo de una formación discursiva determinada. En este sentido, el esquema que ofrece del concepto de formación discursiva tiende al de una interioridad fenomenológica, antes que al de una complejidad histórica.

Si en Althusser es propio de la ideología funcionar negando su exterior, en Laclau eso deviene implícita tesis filosófica acerca del funcionamiento general del Discurso: es el Discurso el que no tiene exterior. Laclau toma el régimen de discursividad ideológico y lo consagra como teoría del Discurso (en general) y como criterio analítico. Y, por lo tanto, ni los análisis de

Laclau sobre la democracia radical, ni sobre el populismo, en clave discursiva permiten pensar otra cosa que la interioridad ideológica de una formación discursiva devenida discurso del Todo. Bajo pretexto de una crítica del naturalismo o de la ilusión de transparencia, se disuelve el principio de lo social como complejo relacional sobredeterminado y del tiempo histórico como articulación múltiple y diferencial de tiempos. La teoría política del discurso no hace lugar a la política como exterioridad inmanente, sino que consagra la cerrazón ideológica *qua* política. Laclau no lo sabe, pero lo hace, su politicismo es una teoría de la ideología emplazada en el lugar de la política sin historia.

Conforme se desdibuja la presencia teórica del marxismo en el campo de las ciencias sociales y la filosofía, el giro discursivo deviene politicista, en términos históricos y relativista en términos epistemológicos. No es casual que el esquema analítico que se despliega entre el tendencial historicismo de Foucault y el progresivo formalismo de Laclau, oscile entre dos posiciones dicotómicas con respecto a cómo concebir el tiempo histórico: de la negación del acontecimiento en uno, a su ontologización en el otro. En ambos casos, la cuestión de la transformación histórica y su inteligibilidad pierden oportunidad.

Planteado este marco interesa traer a escena algunos aportes de Michel Pêcheux que, en la medida en que se resiste a abandonar el concepto althusseriano de ideología permite elaborar una crítica *avant la lettre* a los desarrollos que podríamos denominar “postmarxistas”. En estos últimos, el reemplazo del concepto de Ideología por el de Discurso opera una simplificación de la temporalidad compleja de los procesos históricos y tiene entre sus consecuencias políticas, la de confundir Ideología dominante con Ideología en general, disolviendo la diferencia entre estructura y coyuntura y, con ello, volver impensable la posibilidad de la política como transformación real. Este deslizamiento y empobrecimiento del problema de la temporalidad puede rastrearse también como deslizamiento en ciertos momentos del trabajo de pensadores actuales, como Judith Butler o Slavoj Žižek, entre otros y puede englobarse en lo que me gustaría denominar “desvío politicista”, aunque en los términos de Althusser cabría denominarlo *reformismo*. (ALTHUSSER, 2018; PÊCHEUX, 1977) Se trata de una cierta tendencia de época en que coinciden la “crisis del marxismo” con la neoliberalización del pensamiento crítico; esa tendencia muestra que el pensamiento de izquierdas no es inmune a los embates de la lucha de clases del capital. Lo que se pierde en esta deriva es la posibilidad de una inteligencia de la transformación política en sentido fuerte, corriendo el

riesgo de caer demasiado cerca del cliché neoliberal del “fin de la historia”. Contra esa tentación, en su prefacio al trabajo de J.-J. Courtine, Pêcheux (1981) arengaba a comprender que el análisis del discurso se encuentra tomado entre lo real de la lengua y lo real de la historia y por ello exige evitar toda tentación de ceder ante lo uno o lo otro.

Foucault: historicismo y reformismo

La pregunta por el estatuto del discurso el marco de la teoría de la historia es formulada por Foucault en 1969, en los términos del estatuto del *documento* en el trabajo historiográfico. Cuando éste deja de ser la materia inerte en la que se trata de reconstruir lo que ha sido hecho o dicho, cae la imagen de la historia como “una memoria milenaria y colectiva”: “historia es cierta manera, para una sociedad, de dar estatuto y elaboración a una masa de documentos *de la que no se separa*” (2010, p. 16). Se trata de un trabajo valorado fuertemente por Pêcheux, toda vez que se esfuerza en volver pensable el estatuto discursivo del material historiográfico, permitiendo bosquejar la índole liminar del trabajo de análisis del discurso entre campos disciplinares, artificiosamente separados (cf. PÊCHEUX, 1984).

Foucault descubre la solidaridad entre la transformación del estatuto del discurso y la problematización del concepto de *tiempo histórico*. Y lo que se pone en cuestión son los postulados clásicos de una *historia general*: la *posibilidad de establecer un sistema de relaciones* homogéneas que *expresan* “un mismo y único núcleo central”; una “misma y única forma de historicidad” entre las diversas instancias que las “somete al mismo tipo de transformación” (FOUCAULT, 2010, p. 20).

En coincidencia con las ideas de **Lire le Capital** (2008), Foucault ubica el “primer momento” de esta mutación epistemológica en Marx y reconoce los obstáculos para sistematizar ese descubrimiento en la “función fundadora del sujeto”: “como si tuviéramos miedo de pensar el *Otro* en el tiempo de nuestro propio pensamiento” (FOUCAULT, 2010, p. 23). El tiempo se concibe así “en términos de totalización y las revoluciones no son jamás en él otra cosa que *tomas de conciencia*” (FOUCAULT, 2010, p. 24).

Cabe señalar que resulta ser Althusser quien realiza la tarea de lectura sugerida por Foucault, orientada a “pensar el Otro en el tiempo mismo de nuestro pensamiento” en el campo de la teoría de la historia, al romper con la idea hegeliana del Estado como encarnación de lo Absoluto en la historia.

Esa operación –que convoca a una confluencia con el psicoanálisis como crítica de la metafísica de la Conciencia- abre una teoría de la Ideología de Estado como efecto de *doble identificación*, sostenida en la materialidad solidaria de cuerpos y aparatos, productora de una simplificación temporal que podría denominarse “hegemonía” (cf. ROMÉ, 2011).

En el transcurso de su escritura durante los años setenta, Foucault tiende a pensar la relación entre materialidad y discurso como la *productividad de la fuerza* – algo que Althusser (cf. 2018) valora, pero considera insuficiente. El discurso entendido como *poder* – “aquel poder del que quiere uno adueñarse [...]” (FOUCAULT, 1991, p. 11) – se despliega como una teoría *descriptiva*, en la medida en que la inmanencia del material discursivo no ofrece en sí misma las causas de los procesos que le dan forma. En este sentido, se hace necesaria una pregunta por la causalidad histórica y un concepto complejo de temporalidad cuyo lugar es señalado de múltiples modos por la arqueología foucaultiana (como distancia entre formaciones discursivas y a priori histórico, por ejemplo) pero no resuelto en ella. Es en ese lugar que la posición althusseriana desarrolla su incumbencia, a partir de dos series de supuestos materialistas: 1. una teoría del *inconsciente* que da cuenta de los mecanismos de la “violencia psíquica” (ALTHUSSER, 2018, p. 110), en su materialidad y 2. una teoría de la *lucha de clases* que da cuenta de los mecanismos de la violencia histórica, en su materialidad. El aporte althusseriano pone en escena que, una vez asumida la problemática abierta por la categoría de discurso, no es posible pensar los procesos históricos en su consistencia discursiva, ni los discursivos en sus transformaciones históricas, sin reinscribir la cuestión en una problemática más amplia que permita explorar la *materialidad de lo imaginario*, en su complejidad temporal. Con este espíritu, será Michel Pêcheux quien, yendo más allá de Foucault, plantee las dos tesis que permiten inteligir adecuadamente el problema del discurso en su relación con la historia, a través del concepto de *ideología* que abre la pregunta por la materialidad de lo imaginario:

- Tomar en serio la referencia al materialismo histórico significa reconocer el primado de la lucha de clases por sobre la existencia de las clases en sí mismas, lo cual implica, respecto del problema de la ideología, la imposibilidad de todo análisis diferencial (de naturaleza sociológica o psico-sociológica) que atribuya a cada “grupo social” su ideología con anterioridad a que las ideologías entren en conflicto. [...]

- Tomar en serio la referencia al concepto psicoanalítico de inconsciente significa reconocer el primado de éste sobre la conciencia, y ello implica, siempre respecto de la ideología, la imposibilidad de toda concepción

psicologista que ponga en escena una conciencia (incluso una “conciencia de clase” propia de tal o cual “grupo social”) (PÊCHEUX, 2013, p. 2).

Estas tesis marcan los límites del aporte foucaultiano en su liquidación del concepto de ideología. El planteo del problema del discurso no resulta suficiente para afrontar el asedio idealista, porque puede volverse, tal como advierte Michel Pêcheux, a fines de los setenta, una nueva dialéctica universal que imagina tener la propiedad “de producir su propia materia [...]” (PÊCHEUX, 1977)

Ese riesgo se encuentra a la orden del día en la historia de la filosofía del lenguaje y la lingüística. De un lado, en la *tendencia lógico-formalista* que elimina la historia (y la lucha de clases) al concebir al Espíritu humano como a-históricamente transparente a sí mismo; por otro, la tendencia historicista que concibe a la historia como “serie de diferencias, dislocamientos, transformaciones”, pero *subordina la división a la unidad*. Pêcheux denomina a este abordaje empirista de la lucha de clases, “reformismo”. Inscrito en esta segunda tendencia y a pesar de ofrecer un esfuerzo de aproximación al problema de la *materialidad de lo imaginario*, Foucault carece de una noción, aunque sea práctica, de *contradicción* que resguarde su teoría del riesgo historicista. Por eso Pêcheux reconoce un antecedente más sólido en la filosofía de Spinoza, en la que la materialidad del discurso se encuentra tramada contradictoriamente, lo que vuelve imposible que ésta (y el discurso que la realiza) sean tomados como un bloque homogéneo, idéntico a sí mismo. Con Spinoza, Pêcheux asume que una ideología no existe sino *bajo la modalidad (material) de la complejidad y la división*; que lo lleva a considerar que el concepto de *formación discursiva*, debe ser sometido a una “rectificación” spinoziana.

No es posible dar cuenta cabalmente de la consistencia material del discurso, si no se asume su historicidad desde un punto de vista materialista; esto es, en los términos de su *objetividad contradictoria* (sobredeterminada). Este punto resulta crucial para comprender la bifurcación que se trama entre las teorías del discurso que abrazan el problema constitutivo de la ideología y las que lo piensan como una cuestión secundaria o subordinada. Y permite advertir que lo que se pierde en este campo, cuando se desdibuja la teoría de la ideología, es justamente la relación entre discurso e historia, en un sentido materialista.

“Reformismo” en el campo del problema del discurso, es el nombre de una consideración del cambio histórico que prescinde de la objetividad

estructuralmente contradictoria. Se restituye un espacio de interioridad en la formación discursiva, si su unidad no se concibe en su condición *sobredeterminada* (bajo el doble primado de lo inconsciente y de la contradicción). Si no puede concebirse en los términos de una articulación desigual, jerárquica y contradictoria, por más que proclame su crítica pluralista a toda forma metafísica de unidad, la noción de *formación* pierde su condición histórica, porque se vuelve una categoría ciega al “sistema de ensamble” que es su exterior constitutivo: la “objetividad material” de la estructura de desigualdad-subordinación del todo complejo con dominante de las formaciones ideológicas de una formación social dada” (2016, p. 132). Si la formación discursiva se restituye como interioridad, adquiere una *tópica isomorfa a la de una conciencia*, que existe en una temporalidad cerrada sobre sí. No alcanza con una teoría que enuncie esa exterioridad en los términos de la relación de una totalidad discursiva con su síntoma. Es necesario, además, una teoría de la causalidad histórica, su concepción compleja del tiempo y de la totalidad social, capaz de interrogar y conceptualizar la consistencia real de esa exterioridad y los vínculos entre ella y la interioridad imaginaria de la formación discursiva. Es decir, capaz de dar cuenta la objetividad *material de lo imaginario*.

El punto de vista (transindividual) de la reproducción

No casualmente, estas preocupaciones presentadas por Pêcheux organizan el recorrido del volumen póstumo de Louis Althusser, **Sur la reproduction** (2011). El cuerpo principal de este trabajo surge en una frenética escritura en los meses posteriores a los acontecimientos de 1968. Allí, Althusser alerta sobre el desvío politicista, que bajo el genérico término de “dominación”, simplifica el problema marxista de la relación entre explotación económica y lucha de clases política e ideológica. Y reconoce el fetichismo tecnológico que confunde división social del trabajo con división técnica del trabajo, como contracara especular del anterior. Veía cernirse entonces sobre la teoría una doble simplificación que aplanaba la coyuntura entre la denuncia “neoanarquista” del “Poder” y la fascinación “economicista o tecnocrática” (ALTHUSSER, 2011, p. 68-69). Cuando el clima de la revuelta no dejaba avizorar el precio que pagaría la izquierda al desembarazarse del marxismo teórico –acusado de teorista, dogmático, vanguardista-, Althusser insistía en que la vitalidad del marxismo dependía del desarrollo riguroso de lo que denominaba “el punto de vista de la

reproducción”, basado en una concepción de la *existencia como duración*. Partiendo del principio del primado de las relaciones de producción sobre las fuerzas productivas, determinante en una *formación social*; el “punto de vista de la reproducción” es imprescindible para dar cuenta de toda *situación concreta*: donde la relación de producción capitalista -en tanto relación estructural de desposesión y de separación de la fuerza de trabajo de los medios de producción (cf. ALTHUSSER, 2018, p. 144) – es *abstracta* con respecto al complejo, concreto y contradictorio de relaciones de producción y de las formaciones superestructurales en la que se da su *reproducción – como duración y por lo tanto como existencia* (ALTHUSSER, 2011, p. 68).

En una *formación social* no interviene un único modo de producción, sino que uno funciona de modo *dominante* en un todo articulado -en el que perviven relaciones de producción o fuerzas productivas residuales o incipientes- que funciona de conjunto bajo condición de su dominancia, en *unidad compleja y contradictoria*. En este sentido, una formación social determinada es, en su unidad objetiva, una combinación contradictoria de temporalidades.

En un modo de producción, entendido como la unidad de fuerzas productivas y relaciones de producción, son las *relaciones de producción las que desempeñan el papel determinante* y no las fuerzas productivas. Y las relaciones de producción no se confunden ni con el “trabajo”, ni con la “propiedad”: la división *social* del trabajo no es ni la división técnica del trabajo ni las formas jurídicas de su organización (ALTHUSSER, 2011, p. 69).

Estas dos tesis sitúan la existencia histórica de una formación social como un complejo *ensamble* de relaciones concretas en las que ésta *dura*. Encontramos en este desarrollo el marco que sostiene las tesis de Pêcheux. Sus referencias a la expresión francesa “ensamble” tienen un espesor filosófico que Balibar descubre en Marx y despliega en los términos de una *ontología transindividual*, subrayando su doble consistencia material e imaginaria (1993). En las *Tesis sobre Feuerbach* y en *La ideología alemana* – textos en los que Althusser ubica la irrupción de la problemática marxista (cf. 1965) – Balibar analiza y postula la configuración de un materialismo relacional original en Marx, que encuentra su antecedente en Spinoza (BALIBAR, 1993, p. 42) y consiste en el simple hecho de asumir que la existencia humana se caracteriza por “relaciones múltiples y activas que los individuos entablan unos con otros [...] y el hecho de que son esas relaciones las que definen lo que tienen en común...” (BALIBAR, 1993, p. 36):

Es significativo que Marx [...] haya buscado en este caso una palabra extranjera “*ensemble*”, notoriamente para evitar el uso de *das Gaze*, el “todo” o la totalidad [...] se trata de pensar la humanidad como una realidad *transindividual* y, en el límite, pensar la transindividualidad como tal. No lo que está idealmente “en” cada individuo (como una forma o una sustancia) o lo que serviría para clasificarlo desde el exterior, sino lo que existe entre los individuos, a raíz de múltiples interacciones.” (*Id.*)

Desde otra aproximación, Jean-Claude Milner (2003) señala la cuestión en los términos de la aporética expresión de una *objetividad-tesei*. Estas consideraciones sobre una singular *necesidad* que no puede concebirse sino como *relación de relaciones* en la que lo imaginario forma parte de la materialidad concreta (cf. BALIBAR, 2019), son redimensionadas a partir del trabajo de Pêcheux, para conducirnos a pensar que el desarrollo del materialismo histórico requiere de una teoría (materialista) de los procesos y formaciones discursivas.

La totalidad histórica marxista supone en su estructura misma una doble relación, que no existe sino sobredeterminada en su complejidad temporal y su materialidad contradictoria. Sobre este terreno se abre la posibilidad de pensar el problema de lo ideológico, en clave de la lucha de clases: como un complejo objetivo sobredeterminado de procesos contradictorios y no solamente como operación de dominación o universalización ideal fallida, ni como una oposición sociológica entre dos “mundos”. Esto convoca la elaboración de un esquema tan irreductible a una única interpelación (que constituiría la inversión de una falsa crítica de la totalidad espiritual) como a la imagen de la subsunción total de los sujetos en la lógica técnica del capital.

Pêcheux: hacia una teoría de los procesos discursivos

Publicado algunos años después del célebre artículo *Ideología y aparatos ideológicos de estado* (1969), **Les vérités de La Palice** puede ser considerado un trabajo de despliegue de las consecuencias de la teoría althusseriana de la ideología, en el terreno del problema del discurso. Más allá de las anécdotas, se advierte una comprensión profunda de la empresa filosófica amplia, es decir, epistémica y política, de Althusser, tal como es presentada en la ambiciosa escritura de **Sur la reproduction** (2011), al punto de que podría

sostenerse que el libro de Pêcheux constituye una suerte de continuación de aquel, “por otros medios”. Su teoría del discurso, en términos de “procesos discursivos”, desarrolla un pensamiento de la *coyuntura* que es clave para el materialismo y señala, justamente, lo que se pierde en otras teorizaciones sobre el discurso que optan por abandonar la categoría marxista de Ideología.

Les Vérités de La Palice (1975) lleva la imbricación entre ideología y discurso a un punto extremo y da despliegue a una afirmación que actúa “en sentido práctico” en la escritura de Althusser: la de la relación necesaria entre la inmediatez (imaginaria) del sentido y la represión de la temporalidad compleja como mito de origen. No resulta casual en este sentido que sea en Freud donde Althusser busca una teoría de la temporalidad compleja (cf. ALTHUSSER, 2008). Esta idea extraída por Pêcheux de la teoría althusseriana de la ideología, subraya una homología entre los desarrollos freudianos de la fantasía originaria y la crítica althusseriana del mito edénico, como esquema de la epistemología idealista/empirista y la antropología política del “mito del estado de naturaleza” (2014). En ambos casos, una conceptualización compleja, plural y no contemporánea de la temporalidad se pone en marcha. Lo que se encuentra en juego en la identificación de la gravitación de la fantasía mítica como dispositivo (ideológico) de producción discursiva, es que ésta requiere la represión imaginaria de la objetividad material de la instancia ideológica; es decir, del complejo sobredeterminado – jerárquico y desigualmente articulado- de aparatos y formaciones discursivas reales en una coyuntura dada (educativas, morales, jurídicas, etc.), cuya existencia concreta como *unidad contradictoria con dominante*, es producto del estado determinado de la lucha de clases.

Pêcheux advierte con claridad y despliega en sus consecuencias, la doble tesis althusseriana que permite, mediante la afirmación del primado de lo inconsciente (en lo discursivo), reinscribir el primado de la lucha sobre las clases que constituye la clave del materialismo marxista (cf. MORFINO, 2014). Un materialismo que permite (y exige) abandonar toda consideración abstracta de la tópica marxista que reduzca y abstraiga “lo real” a “la economía” y “el discurso” a lo “simbólico”. La lucha de clases no remite a ninguna suerte de posición abstracta en la ideología, tampoco a un combate entre ideologías sean las clásicas “proletaria y burguesa”, o las reformuladas “dominante y subalterna”, etc. (o entre discursos). El primado de la lucha de clases sólo puede leerse en lo concreto de un orden de *formaciones*. Y se presenta en la teoría pecheutiana del discurso en función de su lectura y desarrollo de la teoría althusseriana de la ideología: como el equilibrio *transindividual* (metaestable) de relaciones contradictorias de

reproducción y transformación del complejo articulado –históricamente- de formaciones con dominancia. Es decir, en una coyuntura determinada, y nunca “en general” y por lo tanto nunca en la intelección estructural de sus mecanismos formales.

A partir de aquí podemos volver sobre la noción de ideología dominante y pensarla como el efecto de simplificación (temporal) con el que aparece un complejo determinado y contradictorio de formaciones *como si fuera la Ideología en general*.

Como retoma Pêcheux de los desarrollos althusserianos, en la formación social capitalista, ese complejo funciona con la dominancia de la formación ideológica jurídica –como proceso de transformación de la teológica. Es en ellas que puede leerse la estructura de la interpelación como existiendo en sus efectos (los efectos discursivos de la represión inconsciente y la reproducción social). La formación *jurídica* que existe como dominancia en la materialidad histórica del complejo articulado de formaciones ideológicas y discursivas, constituye la forma de existencia histórica de la interpelación.

Y la experiencia de *extrañeza en la mismidad* –largamente estudiada por el psicoanálisis²- que consagra el efecto de la interpelación como reunificación de un desajuste, tiene su existencia en la materialidad de la incrustación sintáctica misma de la que esta formación resulta peculiarmente paradigmática. Siguiendo a Henry, Pêcheux la denomina “preconstruido”, apuntando a lo que podría denominarse la paradoja de la indeterminación de los nombres propios. Si el nombre propio rechaza toda determinación (a pesar de requerirla *necesariamente*) es porque existen otros términos, que, no siendo nombres propios, ofrecen un lugar a partir del cual puedan construirse por determinación las expresiones parafrásticas que les corresponden.

He aquí el punto decisivo, esta designación por medio del nombre propio implica correlativamente la posibilidad de designar “la cosa misma” mediante una perifrasis, como “aquel que...” [...] es decir que a los nombres propios ‘simples’ corresponden *necesariamente* los nombres compuestos (p. 97).

² Pêcheux recupera el efecto tautológico de la temporalidad *retroactiva* de la interpelación, en cuya paradoja se conforma el sujeto como habiendo sido “siempre ya sujeto”: “la evidencia de la identidad oculta que esta es resultado de una identificación-interpelación del sujeto cuyo origen extraño le resulta, sin embargo, ‘extrañamente familiar’” (2016, p. 139). Para un desarrollo de esta idea, cf. Romé, 2019.

El funcionamiento sintáctico se sostiene, así, de una evidencia perceptiva que podríamos denominar con Pêcheux “identificación de objeto” -que es a la vez, perceptiva e inteligible (“yo veo lo que veo” “se sabe lo que se sabe”)- y que constituye el fundamento imaginario (y doblemente tautológico) de la identificación de la “cosa” con el “sujeto” que la ve, habla de ella o la piensa como lo real. Esta distribución epistémica, que Althusser ha criticado como la especularidad imaginaria que sostiene en idealismo epistemológico en la especularidad abstracta Sujeto/Objeto (cf. ALTHUSSER, 1965a), se repite, según Pêcheux en el mito empirista de la construcción de la lengua a partir de los “singulares egocéntricos” (yo, esto, ahora) y sostiene sintácticamente la ilusión de la “generalización” como *fundamento jurídico de la ley epistémica* (lo que yo ví, se identifica con lo que yo veo...). Se trata, una vez más, de la “escena” del sujeto que resulta “contemporánea de la identificación de la cosa” (PÊCHEUX, 2016, p. 98)

La “atemporalidad” del mecanismo de la interpelación se sostiene en la existencia histórica transindividual de la articulación sobredeterminada, es decir, articulada con dominancia, entre la formación ideológica del derecho y la de la epistemología de la contemplación. Lo que este mecanismo produce es una experiencia de contemporaneidad del Sujeto y “las cosas”, que es posible gracias a la temporalidad retroactiva de la doble identificación. En ese marco, la incrustación sintáctica constituye la configuración material en la que opera la ligazón entre la experiencia del sujeto como causa de sí mismo y la temporalidad narrativa (la experiencia ideológica del tiempo histórico).

La productividad de esa prohibición consiste en la superposición de una temporalidad finalista sobre una retroactiva, como dispositivo de borramiento de la temporalidad procesual que resulta, de esta forma, sustraída para que la escena funcione. La no-contemporaneidad de la objetividad histórica transindividual es experimentada como contemporaneidad de la experiencia subjetiva (PÊCHEUX, 2016, p. 140).

La prohibición es doble: junto con la temporalidad procesual en la que consiste el sujeto, se borra la determinación transindividual del Otro, *tanto en términos (estructurales) de su legalidad específica como en términos (históricos) del conjunto de contenidos y configuraciones determinadas que le dan existencia concreta*. Pêcheux lo sintetiza diciendo que la evidencia -el efecto imaginario- del sujeto (“yo soy yo”) se sitúa bajo el primado del proceso de la interpelación-identificación “que produce al sujeto en el espacio vacante. ‘aquel que...’ es decir el X, el quídam que se encontrará allí; y esto bajo

diferentes formas impuestas por las ‘relaciones sociales jurídico-ideológicas’ (PÊCHEUX, 2016, p. 114).

La estructura sintáctica típica de la ley jurídica: “[...] aquel que [...] (hubiera causado un daño)”, es la que sostiene la eficacia de la interpelación como una reunificación o un “dispositivo de reajuste”. Y constituye un montaje específico que garantiza el hecho de que la ley siempre encuentre al singular al que “aplicarle su ‘universalidad”, en base al funcionamiento de una temporalidad ideológica de la *contemporaneidad* imaginaria “entre *lo que es* y *lo que se debe ser*” (142).³

Así, encontramos la definición de *formación discursiva* como el complejo de determinaciones que en una coyuntura singular establecen lo que debe/puede ser dicho. Es decir, de lo que *debe* como si fuera *todo lo que se puede*. En el borramiento de la condición procesual del sujeto se opera el borramiento de la historia compleja de su coyuntura ideológica-discursiva, la objetividad *transindividual* que otorga consistencia material a lo imaginario. Esta doble prohibición permite la reunificación de la complejidad procesual de la significación (paráfrasis, metáforas, sustituciones) en el Presente de una formación discursiva.

El desarrollo de su concepción de las determinaciones excéntricas y necesariamente reprimidas, que producen el efecto-sujeto como causa de sí mismo, da cuenta del espesor filosófico (y el sentido político) de la intervención pecheutiana. Tal como sostiene Warren Montag (2015), éste reinscribe a las “filosofías de la sospecha” (MARX, NIETZSCHE, FREUD) en una genealogía que desborda el siglo XIX, para incluir a Spinoza en la perpetua batalla contra el idealismo – y de allí, su diferencia con Foucault. Pêcheux se da como tarea la elaboración de una teoría materialista de los procesos discursivos capaz de dar cuenta de la *conexión material necesaria* entre la represión inconsciente y el sujetamiento ideológico. Que la materialidad sea necesaria quiere decir que “el Discurso” no *existe* sino en *procesos* y *formaciones* discursivas concretos. El concepto de discurso no sirve para denominar una existencia discursiva sino el mecanismo atemporal de consistencia mutua entre una articulación significante y un efecto sujeto. Si cabe mantener el concepto de “discurso” es para nombrar esa *inscripción material de un doble olvido como mecanismo de subjetivación*. En este sentido debe comprenderse la insistencia en la conceptualización de la lengua como

³ Una larga y densa red arqueológica podría reconstruirse, a propósito de este cruce entre las leyes sintácticas y jurídicas en torno a la categoría de *persona*, en los términos de un dispositivo que conecta con “una profunda continuidad paradigmática que atañe [...] a la estructura lógica impresa desde los orígenes en el lenguaje jurídico” (ESPÓSITO, 2011,74).

“base”, es decir, como estructura atemporal, indiferente a la historia, por lo tanto, a la lucha de clases. Pêcheux evita aplastar la dimensión de la práctica discursiva en la estructura de la lengua, para sostener la causalidad materialista que resiste simultáneamente, al historicismo y al formalismo.

No se trata de reemplazar la imagen metafísica y fundacionalista de un metalenguaje por la afirmación igualmente metafísica y fundacionalista de su pura inexistencia, para afirmar una ontología pluralista y relativista de la contingencia sin estructura; sino de afirmar la existencia histórica (*la presencia de la ausencia* de metalenguaje) en la forma contradictoria y conflictiva de la lucha de clases ideológica que se libra en la materialidad discursiva. La lengua no es un metalenguaje (una supra-estructura o una Causa) sino una causa ausente; una estructura que no existe sino en el complejo contradictorio de sus efectos.

Antes que la tópica base-superestructura, lo que la problemática althusseriana movilizaba por Pêcheux pone en juego, según Montag, es el rechazo de todo esquema que restituya una causalidad expresiva; para emplazar en su lugar la causalidad inmanente de inspiración spinoziana. La lengua no existe como discurso de los discursos, sino que desaparece en la pluralidad irreductible de los discursos. Pero si se trata de *pluralidad irreductible* no es de los discursos, sino de las formaciones y procesos discursivos que constituyen lo concreto de una *coyuntura* (discursiva) determinada. La lengua no puede ser nunca simplemente “un sistema gobernado por reglas cuya expansión siga un modelo jurídico” (MONTAG, 2015, p. 24). Y sólo existe como ausencia, en el proceso material de “represión sistemática” que “Gadet y Pêcheux, siguiendo a J-C Milner llaman ‘lo real de la lengua’: las fisuras (*failles*), huecos y contradicciones que ponen a este orden en contra de sí mismo, en una producción perpetua de equívocos. (PÊCHEUX; GADET, 1981 apud MONTAG, 2015, p. 24).

En virtud de lo antedicho, es posible sugerir que Pêcheux abre un programa teórico capaz de pensar, a la vez, el tiempo histórico y el orden simbólico, no solo capaz de pensar “el tiempo del Otro en el tiempo del propio pensamiento” sino de inscribirlo en una teoría de la historia.

Para concluir: hacia una teoría clínica de las formaciones discursivas

Pêcheux no habla de “coyuntura discursiva”, la idea actúa de modo práctico en los conceptos de *proceso discursivo* y el de *formación discursiva*.

Para evitar que la categoría estructural de la lengua colonice las formaciones discursivas reponiendo una causalidad expresiva que las vuelva sus “fenómenos”, identifica la acción sobredeterminada de tres estructuras (la estructura de la lengua, la totalidad social y la estructura psíquica) en los procesos y formaciones discursivos. Así, reintroduce la idea althusseriana de *coyuntura* en el corazón del problema de la ideología y logra entender la diferencia entre la dimensión estructural de la ideología –denominada confusamente como “Ideología en general”– y la dimensión coyuntural de las formaciones ideológicas determinadas históricamente –denominadas de modo errático como “ideologías particulares” (PÊCHEUX, 2011, p. 209).

La idea de *ideología dominante* – que se entiende mejor como “Ideología de Estado” (ALTHUSSER, 2011, 92) – no se confunde ya con la “Ideología en general”, sino que es entendida como el efecto imaginario en el que un complejo material articulado y contradictorio con dominante, de formaciones ideológicas, existe *como si fuera la “Ideología en general”*. Ésta constituye el mecanismo estructural (atemporal) inmanente a las formaciones trabadas entre tendencias y contra-tendencias con dominante.

El “punto de vista de la reproducción” nombra el abordaje analítico (de la situación) y no se confunde con el punto de vista del Estado (que indistingue coyuntura y estructura). Pêcheux elabora sobre esta base una analítica de la forma concreta de una coyuntura y de la complejidad articulada y contradictoria de temporalidades que la componen.

El concepto de *formación* gana peso teórico, a partir de **Sur la reproduction**, desde la definición misma de *formación social* como complejo temporal, al sostener la distinción (y desproporción) entre los conceptos de formación social y modo de producción y afirmar que en una formación histórica concreta existe siempre más de un modo de producción. Una *formación social es un complejo temporal tendencialmente unificado*, bajo el tendencial primado de un tipo de relación social de producción cuya existencia singular está dada por la combinación determinada de relaciones heterogéneas en su estructura. La diversidad de formaciones sociales no está dada porque exista una multiplicidad inagotable de modos de producción sino por la singularidad de su articulación jerárquica en una totalidad compleja de formaciones superestructurales, sobredeterminadas por esa *combinación*.

Por lo tanto, no es posible dar cuenta de esta complejidad sino es produciendo un rodeo por la *coyuntura*. Y esto debe entenderse en dos sentidos. En el de la *necesidad* de un pensamiento *de* la coyuntura y en

que éste sólo se despliega en la medida en que el pensamiento teórico se combina con un *pensamiento coyuntural*. La lectura althusseriana de Marx consiste, antes que nada, en la empresa de dar forma a una apodicticidad capaz de asumir que no hay modo de nombrar la complejidad que no sea abrazando la existencia concreta de una situación singular; a esa apodicticidad Althusser la denomina *sobredeterminación*. Althusser vuelve en 1985 sobre esta idea, basada en la teoría spinoziana de los tres géneros del conocimiento, y propone una suerte de epistemología del marxismo y el psicoanálisis en tanto “teorías clínicas”: dispositivos de conocimiento cuyas leyes no constituyen generalizaciones jurídicas, sino tendenciales y apuntan a lo singular, diferentes al “dispositivo experimental de prueba de las ciencias físicas”, pero rigurosos “en el conocimiento y tratamiento de la singularidad individual (medicina, análisis) o social (historia de un pueblo), ya en la acción sobre la historia (política)” (2007, p. 140, ed. fr. 2013, p. 480). La idea de una teoría como *dispositio* inspirada en Brecht (1965), regresa a propósito del “dispositivo teórico” de Maquiavelo como dispositivo contramítico (cf. 2004). La reencontramos en Pêcheux, en su concepción del marxismo una “ciencia experimental de la historia”, articulada con la práctica política proletaria: que es *experimental* (en el sentido de *Experiment*) y no subjetiva “porque rompe con el funcionamiento político espontáneo de la forma-sujeto” que es *experiencia* (*Erfahrung*) (2016, p.181) (cf. ROMÉ, 2019).

El desarrollo pecheutiano de una analítica de las formaciones discursivas y la lectura inmanente del mecanismo ideológico que opera en ellas, se produce también en la singularidad-universal del *caso*: Althusser llega a la postulación del mecanismo de la interpelación como estructura atemporal, situado en el análisis *del complejo concreto de formaciones en la que ese mecanismo existe*, bajo dominancia de la formación de la *ideología jurídica*. En el sentido *analítico* (el “punto de vista de la reproducción”), la teoría de la ideología es, en realidad, la teoría de la ideología (de Estado) *jurídica*. El abordaje estructural del funcionamiento de esa formación nos permitirá advertir lo que en ella hay de atemporal, en los términos de un mecanismo que funciona experiencialmente como un círculo sin tiempo, que permite inteligir lo que esa formación ideológica específica comparte con otras –dominantes en *otros* tiempos- como la formación ideológica de la religión (cristiana). Pero la Ideología en general no es una *forma primera*. La operación teórica lee la estructura inmanente a los existentes, sin ontologizarla, es decir, sin volverla una forma (metafísica) autónoma de esta existencia. Toda analítica que indistingue estructura y formación,

otorga alternativamente a las estructuras o a los individuos empíricos una prioridad metafísica, es interior al “punto de vista del Estado” y por lo tanto, *reformista*. Esta cautela es imprescindible para dimensionar a la vez la especificidad materialista y la magnitud filosófica y crítica de una noción de *materialidad de lo imaginario*, tal como hemos planteado.

Referencias

ALTHUSSER, L. **Initiation à la philosophie pour les non-philosophes**. PUF, Paris, 2014.

_____. **Écrits philosophiques et politiques**. Tome II, Stock-IMEC, 1995.

_____. **Écrits sur Psychoanalyse**: Freud et Lacan. Stock-IMEC, 1996.

_____. **Écrits sur l'histoire**. PUF, Paris, 2018.

_____. **Sur la reproduction**. PUF, Paris, 2011.

_____. **Pour Marx**, Maspero, Paris, 1965.

ALTHUSSER, L et al. **Lire le Capital**, PUF, Paris, (1965) 2008.

FOUCAULT, M. **La arqueología del saber**. Siglo XXI, Mexico, (1969) 2010.

FREUD, S. **Die Traumdeutung, 1900, Franz Deuticke**; Freud, Sigmund. **Obras completas de Sigmund Freud**. Traducción [José Luis Etcheverry](#). Buenos Aires & Madrid: [Amorrortu Editores](#), 1989.

MILNER, J.-C. **El periplo estructural**. Barcelona, Amorrortu, 2003.

MONTAG, W. Discurso y decreto: Spinoza Althusser y Pêcheux. In: **Representaciones**. Vol. 11, Núm. 1, 2015.

MORFINO, V. **El materialismo de Althusser**. Santiago de Chile, Palinodia, 2014.

_____. **Las verdades evidentes. Lingüística, semántica, filosofía**. Ediciones CCC, Bs.As, 2016. (Ed.or **Les vérités de La Palice**. Linguistique, sémantique, philosophie. Françoise Maspero, Paris, 1975).

_____. Prefacio. El extraño espejo del análisis de discurso In: COUTINE, J.-J., *Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens)*. **Langages**, 62, juin, 1981.

_____. Remontémonos de Foucault a Spinoza. In: MONFORTE TOLE-

DO, M. (coord.) **El discurso político**, Editorial Nueva Imagen, México, 1977.

_____. Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours. In: **Mots**, n. 9, octubre, 1984. p. 7-17.

ROMÉ, N. **La posición materialista. El pensamiento de Louis Althusser, entre la práctica teórica y la práctica política**. EDULP, La Plata, 2015.

_____. Maquiavelo lector de Lacan. Maquiavelo lector de Lacan. Notas sobre el vínculo entre discurso e inconsciente en la teoría althusseriana. **Revista Teoría y Crítica de la Psicología**, vol. 13, 2019.

_____. En busca del materialismo. Filosofía, política e historia en la obra de Louis Althusser. In: CALETTI, C. **Sujeto, política, psicoanálisis**. Prometeo, Buenos Aires, 2011.

TERRILES, R. Althusser, Foucault y la cuestión de la ideología". In: CALETTI, C. **Sujeto, política, psicoanálisis**. Prometeo, Buenos Aires, 2011.

LOS MACHOS ESTÁN CANSADOS¹

Jean-Jacques Courtine

Université Sorbonne Nouvelle/Paris III, Paris, França

El 17 de julio de 2012 Cécile Dufflot, Ministra de Igualdad de Territorios y Vivienda, desciende las gradas de la Asamblea Nacional y se acerca al micrófono. En las bancas de la derecha parlamentaria, estallaron los abucheos. La ministra tenía puesto un vestido de flores...². Unos días más tarde, una estudiante belga, hastiada de las injurias sexistas que escanden sus paseos por la ciudad, las registra con una cámara oculta.³ Ambos incidentes fueron inmediatamente condenados en los medios de comunicación, en términos rigurosamente semejantes: el mismo viento de “machismo cotidiano”, “tonto”, incluso “troglodita” (*El observador* del 22 de julio de 2012) sopla sobre el Palais-Bourbon y en las calles de Bruselas. En este inicio de siglo XXI, el machismo tiene, sin dudas, mala prensa. Ninguna palabra parece suficientemente fuerte para estigmatizar el resurgimiento de la dominación masculina bajo su forma más arcaica, nacida antiguamente en los alrededores de la cuenca mediterránea.

Esto no resulta, no obstante, tan simple: si es cierto que se desaprueban tales comportamientos, llama la atención la unanimidad de los términos con los cuales se formula su rechazo. El asunto, así planteado, nos da una buena ocasión para hacer un breve recorrido antropológico e histórico sobre el machismo de hoy en día, y sobre el lugar que debemos otorgarle en “el gran bazar del género”. Que sus orígenes sean fuertemente lejanos no genera ninguna duda, que su carácter sea esencialmente mediterráneo es cierto si observamos la etimología, pero desde un punto de vista antropológico es

¹ Texto originalmente publicado em: Courtine, Jean-Jacques. « Les machos sont fatigués ». In.: D. Chevallier, M. Bozon, M. Perrot, & F. Rochefort (Eds.). **Le bazar du genre**. Marseille: MUCEM. 2013. p. 119-125.

Tradução de Mara Gluzman.

² En una Asamblea con un 27% de mujeres –dato que hizo recientemente ascender a Francia, en materia de paridad, del puesto 69 al 34 en el ranking mundial, entre Tunes y Afganistán–, ¿esto realmente constituye una sorpresa?

³ Sofie Peeters, *Mujer de la calle*, film documental, 2012.

preciso tener mayor cautela: considerar que el machismo pertenece al pasado y que solo retorna en nuestra actualidad bajo una forma fosilizada sería desconocer su extrema resiliencia y sus múltiples reinvencciones. Finalmente, es evidente que forma parte del arsenal de la dominación masculina, pero no es seguro que en la actualidad sea su arma esencial ni que las mujeres sean sus únicas víctimas; ni siquiera, tal vez, sea tan seguro que se dirija esencialmente a ellas.

Antigüedad: los fundamentos del machismo mediterráneo

No hay duda de que el machismo en el Mediterráneo tiene orígenes arcaicos y una larga memoria; tampoco hay duda de que se inscriba en una concepción “natural” de la dominación masculina. Así, cuando Aristóteles, entre 330 y 322 a.C., tiene que explicar en su texto *Reproducción de los animales* la reproducción de la especie humana, las cosas se presentan, al fin y al cabo, de una manera bastante simple: el macho es caliente y activo; la hembra, fría y pasiva. El machismo mediterráneo se inaugura, en el mundo griego antiguo, bajo la forma de una teoría imaginaria de la procreación ideal. La potencia masculina es su principio esencial, y, cuando la potencia masculina domina, sabrá reproducir hombres que se asemejen a sus padres: el nacimiento de hijas no es más que un fracaso para la reproducción. El “machismo arcaico”, si es que debemos llamarlo así, se obnubila en un comienzo con la reproducción de los hombres por ellos mismos; esto es justamente lo que les prohíbe la naturaleza: una respuesta al exorbitante privilegio femenino del parto (véase NADALINI, 2013; CID LÓPEZ, 2013). El modelo griego es, desde este punto de vista, perfectamente coherente, y desde la epopeya homérica toda la sociedad queda organizada en torno al macho adulto (FINLEY, 1995): las mujeres pueden perfectamente seguir dando a luz mientras los hombres se ocupan de producir héroes. La sociedad antigua, griega y luego romana, se caracteriza por una búsqueda y una jerarquización obsesivas del honor guerrero, y la dominación masculina en el mundo mediterráneo -sea este cristiano, musulmán o judío- conservará durante mucho tiempo el trazo de esta obsesión primera, en el seno de culturas que, nos parece, comparten tres grandes series de rasgos.

En primer lugar, tales culturas se fundan sobre una concepción del honor basada en las formas tradicionales de afirmación de la virilidad -fuerza, agresividad, coraje, potencia sexual y fecundante: ¿no dice, acaso,

un proverbio cabilio⁴ que el pene es el único macho que puede incubar dos huevos? (BOURDIEU, 2000, p. 25). En segundo lugar, las culturas mediterráneas están fundadas en la pertenencia a una familia patriarcal y autoritaria, y en la capacidad de afrontar un reto en su nombre (“El punto de honor (*nif*), dice Bourdieu a propósito de la sociedad cabilia, “es la base del código moral de un individuo que se ve a sí mismo solamente a través de los ojos de los demás, porque la imagen que tiene de sí mismo es indistinguible de la que le presentan los otros” (BOURDIEU, 1965, p. 211)). En tercer y último lugar, son culturas que se sustentan en el control a las mujeres, tanto a aquellas que se desprecia como a aquellas que son veneradas: uso sexual de unas pero demanda de castidad para las otras, madres y hermanas, fuentes y medidas fetichizadas del honor de los hombres -pero también de su vergüenza y de su vulnerabilidad-, objetos de una protección celosa, en ocasiones de un verdadero culto (así dice Albert Cohen: “Las saludo, madres llenas de gracia, santas centinelas, coraje y bondad, calidez y mirada de amor [...], ustedes, únicos seres humanos en los que podemos confiar y que nunca, nunca, nos traicionarán” (1992, p. 114)).

Las transformaciones contemporáneas

El honor y la vergüenza; la familia y los otros; la mamá y la puta. He aquí, sin dudas, lo que el machismo de los orígenes recibió en su cuna. La antropología de los mundos bíblico, griego, romano y musulmán confirma la extensión de estas representaciones a los antiguos cimientos mediterráneos, y más allá (PITT-RIVERS, 1954; PERISTIANY, 1995; GILMORE, 1987; PERISTIANY; PITT-RIVERS, 1992). La historia de la virilidad muestra hasta qué punto el machismo ha sabido atravesar los siglos y conservar durante mucho tiempo sus rasgos esenciales, ultrapasando las transformaciones históricas: después de todo, el duelo -una de las formas de expresión del machismo más puras- ha experimentado una enorme expansión en Francia en la segunda mitad del siglo XIX (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2011). En el duelo aún se mata y se muere para defender el honor.

Este modelo de virilidad machista, cuya ambición era encarnar el

⁴ Lengua y sociedad bereber, región del norte de Argelia. Las formulaciones de Pierre Bourdieu sobre las relaciones de género en la sociedad cabilia tienen un papel relevante en sus análisis acerca de “la dominación masculina” [Nota de traducción].

fundamento natural y eterno de la dominación masculina, ha perdido poco a poco su fuerza y su crédito en el Occidente contemporáneo, y solamente es posible encontrar sus formas primitivas, en estado fosilizado, dentro de la contracultura de grupos masculinos cerrados: fraternidades, pandillas y bandas, mafias... Pero conviene no olvidar su extrema resiliencia y sus múltiples reinvencciones en la sociedad de masas globalizada que es, hoy en día, la nuestra. Arrancado de sus raíces arcaicas, indudablemente el machismo se ha debilitado; aun así, no debe subestimarse la violencia que continúa encarnando. Especialmente, se ha diseminado, metamorfoseado, desplazado y relocalizado en el mercado “líquido” y mundializado de las mercaderías y las transferencias culturales: “la visión «falnarcisista» y de la cosmología androcéntrica que comparten todas las sociedades mediterráneas [...] sigue sobreviviendo, en estado parcial y como fragmentado, en nuestras estructuras cognitivas y en nuestras estructuras sociales” (BOURDIEU, 2000, p. 18).

Echemos rápidamente un vistazo a la historia del machismo en el transcurso del siglo que acaba de finalizar: esta sigue la historia, más general, de la virilidad, que constituye su corazón y su principio. Ahora bien, la historia de la virilidad fue, en las sociedades mediterráneas desde fines del siglo XIX, el teatro de una crisis endémica que pareciera haber alcanzado su apogeo con la Primera Guerra Mundial. La virilidad, ciertamente, se ha reunido con la muerte desde sus orígenes, pero en la Gran Guerra la devastación de los cuerpos masculinos adquirió tal magnitud que el mito viril fue, literalmente, amputado. La Segunda Guerra Mundial, y luego las últimas guerras coloniales, terminaron de dar fin, en Occidente, al entusiasmo viril por la proeza militar y pusieron un límite a la búsqueda heroica del honor guerrero. Una nueva crisis, esta vez en el frente del trabajo, acontece en el período de entreguerras, que ve el despojo del trabajador por los continuos avances del maquinismo, su descalificación por el desempleo durante la depresión de los años ‘30 y, más en general, lo que se siente como una disminución de las energías viriles por el aumento de los conformismos y de la burocracia en la sociedad urbana de masas.

El macho de América Latina

¿El machismo parece ser más adecuado para las pequeñas sociedades locales y rurales en el antiguo Mediterráneo que para las metrópolis industrializadas y cosmopolitas de la modernidad? Diríamos esto solo si

no tuviéramos en tener en cuenta la asombrosa propensión de los mitos a recrear el origen, especialmente cuando se trata de hablar sobre la primera naturaleza del hombre: al quedarse sin aire en su tierra natal, el machismo se reinventará en otro lugar, hasta el punto de que este segundo nacimiento hoy en día parece tener tanta legitimidad como el primero. El macho es ahora igual, o quizás aún más, latinoamericano que, propiamente hablando, mediterráneo.

Ejemplo de ello es el caso argentino, que pone de relieve las condiciones de este renacimiento. Desde el final del siglo XIX hasta las primeras décadas del XX, Argentina se inscribe plenamente en el mercado capitalista mundial, al mismo tiempo que experimenta una inmigración masiva, una urbanización acelerada y nuevas formas de consumo de productos culturales masivos. Buenos Aires deviene la Babel cosmopolita. Pero la absorción de estas oleadas de inmigración provenientes de Europa requiere una redefinición de la identidad nacional basada en un Estado que garantice los valores viriles de orden y disciplina. Es entonces cuando aparece el macho argentino, con los tonos del tango: la asociación del tango, producto cultural urbano moderno, y el atuendo del gaucho de la pampa, asociado al pasado rural de la nación, ofrece un modelo viril a la resolución imaginaria de las contradicciones de la identidad nacional (ARCHETTI, 2007, p. 212-229). El macho argentino acaba de nacer en una reinención de la tradición, en el mismo momento, precisamente, en que los gauchos reales están desapareciendo de los campos. Es una propiedad del machismo, y de la virilidad en general, resucitar de esta manera cuando los creemos disipados, nuevamente revestidos con los fetiches de la potencia que portaban los hombres de ayer. El machismo es una nostalgia, el duelo interminable de una potencia masculina que se siente amenazada o perdida, y es la brutalidad rural de la pampa la que convoca al bandoneón y a la voz de Gardel en el corazón de la cosmopolita vida urbana de Buenos Aires. Pero el macho, una vez reinventado, abandona su segunda patria, y regresa, extraño destino, a la misma tierra de sus orígenes lejanos: la globalización precoz de las mercancías culturales permite la recepción del tango en Europa -especialmente en París- e impulsa, así, al macho de segunda generación a una circulación casi universal del estereotipo.

El ejemplo mexicano, *mutatis mutandis*, lo confirma. Una vez más, la nostalgia es la regla. En los fondos de la Colonia Santo Domingo, uno de esos barrios populares de la ciudad de México donde fueron concebidas las variantes locales del machismo, hoy en día, “el machismo lleva en él un cierto elemento de nostalgia; es cultivado por aquellos que tienen el sentimiento de haber nacido demasiado tarde” (GUTMANN, 1996, p.

227). Allí también, como en Argentina, el macho fue reinventado: el pelado grosero y brutal, surgido de la plebe, dará paso al héroe de la revolución mexicana, encarnación viril del pueblo y de la patria. Esta vez no son los tonos del tango, sino el cine nacionalista mexicano de los años 1930 y 1940 lo que pondrá al estereotipo del macho mexicano en órbita planetaria. Y, también en este caso, será necesario que “la fábrica de sueños” situada del otro lado de la frontera se lo apropie: la película *¡Viva Zapata!* de Kazán (1952) probablemente hizo más para globalizar el machismo mexicano que el propio Pancho Villa. Una sombra, sin embargo, planea ya sobre estos cantos a la gloria de una masculinidad triunfante, que presagia las desilusiones venideras. Octavio Paz ha sabido practicar la disección literaria de esta masculinidad en su *Laberinto de la soledad* (1950): es la vergüenza lo que hiere el orgullo del hombre mexicano, fruto de la violación de la mujer indígena por el conquistador extranjero.

Machismo e igualdad entre los sexos

La segunda mitad del siglo XX va a ser el momento histórico en el que, en el conjunto de Occidente, la virilidad se verá desafiada en sus privilegios más antiguos por el progreso de la igualdad entre los sexos y los avances del feminismo. La obtención por parte de las mujeres de nuevos derechos desde los años 1960 y 1970, el reajuste de los roles sexuales en las esferas pública y privada, el rechazo, y luego la condena, de la violencia contra el otro género: todo ello no ocurre sin socavar el edificio viril y avivar las angustias masculinas. Y todo ello acontece especialmente cuando se expande el dominio de la impotencia sexual, que -desde el principio del siglo, con la invención del psicoanálisis y, luego, la aparición de la sexología- ha dejado de ser asimilada a una simple falla mecánica para pasar a implicar un fracaso psicológico, en el cual toda la historia del sujeto está involucrada. Hasta que, en el viraje del siglo XXI, la hipermedicalización de las insuficiencias contribuye a crear, con la comercialización de prótesis químicas, un mercado de la impotencia. No es sorprendente semejante desbandada del machismo: basado “naturalmente” en la potencia masculina, siempre ha estado acompañado, como su lado oculto, por el temor a la vulnerabilidad corporal, la aprehensión de la falla sexual, la sombra del quiebre moral. “El privilegio masculino no deja de ser una trampa”, recordaba Bourdieu, “una carga, [...] el principio de una inmensa vulnerabilidad” (BOURDIEU, 2000, p. 68-69).

Una historia global de la dominación masculina debería, sin embargo, diferenciar las sociedades y los lugares donde prevalece la brutalidad machista de aquellos donde retrocede, incluso si las violencias sexuadas se hacen claramente presentes (VIRGILI, 2011) y donde se han inventado formas de dominación más indirectas o insidiosas, que preservan para el imperio del macho la mayor parte de los privilegios económicos y la autoridad política e institucional (DE SINGLY, 1993; GRÉSY, 2009; HAROCHE, 2011). Por eso es esencial no confundir, como suele hacerse, la dominación masculina y el machismo. Porque, fatigados por haber tenido que salvaguardar durante tanto tiempo las apariencias de virilidad, los machos parecen cansados en Occidente. La virilidad en sí parece disociarse, hoy en día, del cuerpo masculino, del que ha sido emblema durante tanto tiempo -mercancía, performance o travestismo, como ha sabido discernir Judith Butler (2018)-, y el machismo se restringe a la parte exhibida, teatral, emergente de la dominación masculina. Las representaciones contemporáneas del machismo lo dicen con suficiente claridad. A veces son del orden de la comedia, y le hacen el juego a lo ridículo, por ejemplo, encarnándose en el grotesco mediterráneo interpretado por Aldo Maccione en una serie de películas populares de la década de 1970. En otras ocasiones son del orden del sueño: separados de toda realidad masculina, las fantásticas evocaciones de cazadores primitivos, gladiadores antiguos o guerreros modernos se han convertido en los protagonistas de la dramaturgia eréctil y de las fantasías fálicas globalizadas. Tarzán, Conan, Rambo y los demás hacen sonar la carga de un fantasma que yacía en las pantallas de la cultura visual planetaria.

Finalmente, son del orden de la parodia: el alboroto machista de la Asamblea apuntaba solo incidentalmente a la ministra, y el vestido floral no era más que un pretexto. Los diputados de la derecha parlamentaria se dirigían, ante todo, unos a otros, porque el machismo es tanto un teatro de hombres como una forma de dominación sobre las mujeres. ¿Cómo resistir, ante el ojo de las cámaras, ante la irrupción del otro sexo en flor, el impulso arcaico de comulgar estruendosamente -de nuevo- en una parodia de este antiguo culto de dominación, que los hombres celebraban antiguamente? Una celebración entre ellos y dirigiéndose los unos a los otros. Esto no les impidió, ya disipado el aliento colectivo del calor machista, votar unos días más tarde, cada uno en su banca, la ley que condena el acoso sexual. Como un solo hombre.

Referencias

ARCHETTI, Eduardo P. Masculinity, Primitivism, and Power: Gaucho, Tango, and the Shaping of Argentine National Identity. In: FRENCH, W. E.; BLISS, K. E. (Dir.). **Gender, Sexuality, and Power in Latin America since Independence**. Lanham: Rowman and Littlefield, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **La dominación masculina**. Tradução Joaquín Jordá. Barcelona: Anagrama, 2000.

BOURDIEU, Pierre. The Sentiment of Honour in Kabyle Society. In: PERISTIANY, J. G. (Dir.) **Honour and Shame: the Values of Mediterranean Society**. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1965.

BUTLER, Judith. **El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad**. Tradução María Antonia Muñoz. Buenos Aires: Paidós, 2018.

CID LÓPEZ, Rosa María. Isis et la déesse-mère. In: CHEVALLIER, D.; BOZON, M.; PERROT, M.; F. ROCHEFORT (Orgs.) **Au Bazar du Genre, Féminin/masculin en Méditerranée**. Paris: MuCEM, 2013. p. 49-52.

COHEN, Albert. **El libro de mi madre**. Tradução Javier Albiñana. Barcelona: Anagrama, 1992.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Dir.). **Histoire de la virilité**. Paris: Seuil, 2011.

DE SINGLY, François. Les Habits neufs de la domination masculine. **Esprit**, n. 11, p. 54-65, nov. 1993.

FINLEY, Moses I. **El mundo de Odiseo**. Tradução Mateo Hernández Barroso. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1995.

GILMORE, David (Dir.). **Honor and Shame and the Unity of the Mediterranean**. Arlington: American Anthropological Association, 1987.

GRÉSY, Brigitte. **Petit traité contre le sexisme ordinaire**. Paris: Albin Michel, 2009.

GUTMANN, Matthew C. **The Meanings of Macho: Being a Man in Mexico City**. Berkeley; Los Angeles; Londres: University of California Press, 1996.

HAROCHE, Claudine. Anthropologies de la virilité: la peur de l'impuissance. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; G. VIGARELLO (Dir.). **Histoire de la virilité**. Paris: Seuil, 2011. p. 15-30.

NADALINI, Eleonora. "L'homme enceint : du mythe a la réalité". In: CHEVALLIER, D.; BOZON, M.; PERROT, M. ; ROCHEFORT, F.

(Orgs.) **Au bazar du genre** : Féminin/masculin en Méditerranée. Paris: MUC-CEM, 2013. p. 74-75.

PERISTIANY, John G. (Dir.). **Honour and Shame**: the Values of Mediterranean Society. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1965.

PERISTIANY, John G.; Julian Pitt-Rivers (Dirs.). **Honor and Grace in Anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

PITT-RIVERS, Julian. **The People of the Sierra**. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1954.

ENCONTROS EM AD: ENTRE MEMÓRIAS E EFEITOS DE LEITURA

ADORNO, G. et al. (Orgs.). **Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentidos entre continentes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

Iago Moura Melo
Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, Ilhéus, BA, Brasil

Raphael de Morais Trajano
Faculdade de Letras da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

O conjunto não-homogêneo de textos organizados sob o título *Encontros na análise de discurso* (doravante *Encontros*) resulta de um trabalho teórico de enorme densidade, entusiasmo e acuidade, em que se engaja o Coletivo de trabalho: discurso e transformação (Contradit). Trata-se do primeiro projeto subscrito pelo Contradit enquanto coletivo, antecedido por muitos outros trabalhos cuja circulação costumava ser menos abrangente, tais como a organização de simpósios temáticos em eventos, publicação de artigos em periódicos qualificados, encontros presenciais e não presenciais, estes últimos realizados nos domínios do digital, com vistas à realização de um trabalho que indistingue teoria e prática, no qual a teoria é tomada como lugar de agitação no histórico modo de constituição, formulação e circulação dos discursos (em que se destacam, entre outros, os discursos científico e acadêmico).

O processo de produção editorial, entretanto, falha pelo apagamento de parte dos organizadores quando de sua impressão oficial – além da ausência da rubrica do coletivo já na capa do livro – sob, talvez, o atomismo injustificado de que apenas “indivíduos” poderiam ser “reconhecidos” como organizadores. Podemos, assim, pensar em como é próprio ao capitalismo disjuntar causa motriz e causa final, inclusive, em se tratando de um tipo de trabalho a que insistimos, em coro a Althusser, denominar “teórico”. Nessa linha, a dita falha sintomatiza o quanto ainda precisamos suspeitar de nossas práticas de escrita¹, sobretudo quando tais implicam num

¹ A utilização da primeira pessoa ao longo desta resenha estabelece relação de implicação epis-

processo ritualizado altamente vigiado como é o da produção de um livro. O gregarismo da memória, essa que se conta aqui e acolá, insiste sob um compromisso ideológico que diz do real de nossa existência, de tudo isso que compreendemos como sendo a nossa formação social. Disso nem mesmo uma modalização autonômica, materializada numa errata adesiva e pouco expressiva, pode nos desincumbir.

Dito isso, gostaríamos de introduzir um pouco do que comparece no momento mesmo dessa nossa recepção do *Encontros*. No estágio atual da formação social capitalista no Brasil, no interior de tantas contradições em que o discurso vem provar mais ainda a sua materialidade e reivindicar, sobremodo, o político, não podemos nos furtar em tomar uma posição implicada em tudo isso e, dessa maneira, devemos reconhecer que o convite, de muitas formas pronunciado, à re-materialização da prática teórico-analítica em AD (na entrevista com **Marie-Anne Paveau**, por exemplo, ele se dá sob a fórmula da re-politização) é demasiado assertivo e muito acrescenta à história dessa disciplina no Brasil e aos seus desdobramentos atuais, pelo que um posicionamento nosso em defesa de causas ditas como perdidas e de um princípio de entremeio é fatalmente oportuno e, mais do que isso, exige-se. Nesse sentido, as nove entrevistas somadas ao anexo de autoria de Michel Pêcheux mostram-se bastante frutíferos para o sopesamento de nossa prática em AD na América Latina.

Encontros potencializa a tônica da abertura desde os múltiplos efeitos-leitura que se anunciam no possível socio-historicamente situado. Isso, pelas conjecturas que se empreendem, pelas retomadas mnemônicas, ou mesmo pelas pinceladas (auto)biográficas e biografemáticas, que bastante vêm conjugar pormenores de lembrança/esquecimento ao sentido (participio do verbo sentir) de amabilidade em relação à autoria de Pêcheux e de tantos outros. É, portanto, bastante elogiável a seleção dos nove entrevistados: **Eni Orlandi, Roselis Maria Batista, Julieta Haidar, Francine Mazière, Régine Robin, Jacques Guilhaumou, Paul Henry, Michel Plon e Marie-Anne Paveau.**

Outro aspecto a se destacar é quanto à assertividade das provocações endereçadas aos entrevistados, as quais traduzem maturação e vital comprometimento por parte do *Contradit* quanto à prática da AD. São convocadas outras territorialidades epistêmicas, além da brasileira, para contra-assinarem com e nesse trabalho discursivo de transformação. As

temológica e política por parte destes autores, enquanto leitores do texto resenhado, em relação ao campo de estudos a que se filiam, qual seja o da Análise Materialista de Discurso.

perguntas performam ousadia e revolta, polemizam questões nevrálgicas que acompanham nossa prática teórica, desde a problemática da designação da disciplina aos dilemas a que podemos chamar sofoclianos.

A partir desse horizonte, o materialismo, tal como ele constantemente se reinventa, interpela-nos não a decifrar, mas a compreender aquilo que joga na constituição desse dispositivo teórico que assumimos para mediar a relação, sempre-já nossa, com a discursividade da língua encravada na história. Isso, sob pena de, pelo efeito da medusa, permitir que ele, o dispositivo de escuta, seja, em sua especificidade, devorado pelo recalque do ideológico.

Encontros diz-nos da “resistência” das ideologias teóricas, presentes no momento mesmo da constituição científica da AD na França. Historiciza a introdução e ampliação da aludida disciplina no âmbito de uma escuta tipicamente brasileira. Fala das exclusões, apagamentos e defesas realizados por efeito de desdobramentos de leitura no México, em decorrência da ousadia de um empreendimento teórico anti-subjetivista, alicerçado muito intimamente na figura de um intelectual bem-humorado e que muito vagamente procurou lugar nas instituições.

A leitura das conversas com **Orlandi, Batista, Haidar e Henry** nos engaja na defesa do caráter “a construir” do dispositivo de escuta que fazemos funcionar. Somos convocados a reafirmar a história da ciência como um processo dialético, como é próprio a um princípio de corte continuado, sem acolher uma teleologia de fases mais ou menos importantes². É preciso atentar, cada vez mais, para “[...] o fato de que Pêcheux sempre trabalhou com andaimes [...]” (p. 122), como nos lembra **Mazière**, o que torna presente o aspecto não-homogêneo do real com que esbarramos em nossa prática teórico-analítica, esse que não se permite engessar ou estabilizar pela intervenção de um instrumental infalível.

Com **Robin e Guilhaumou**, a seu turno, compreendemos mais situadamente os efeitos do encontro com Pêcheux no campo da História. Ponderamos, também, sobre a provisoriedade das filiações teóricas e heranças deixadas sob a forma de atravessamentos prospectivos; sobre a problemática das apropriações teóricas em AD, de sua necessidade e desconfiança. Além disso, refletimos sobre o caráter crucial na criação de um ponto de vista sobre a materialidade discursiva, ao final dos anos 1970; das recusas; caducidades lexicais, e mesmo da transvaloração de conceitos como o de formação

² Nesse sentido, situa-se a problemática (da) recepção de *A inquietação do discurso*, no Brasil, insinuada no texto resenhado.

discursiva e condições de produção. De **Pion**, finalmente, retemos a paixão e a admiração pela figura de um prático humilde, de origem proletária e cuja militância era sobremodo engajada, como foi Pêcheux, mesmo que, para isso, precisasse abrir caminhos polêmicos e pouco encorajados como o de estabelecer relações entre marxismo e psicanálise.

Por fim, este consequente *Encontros* presenteia-nos com (outros) memoráveis e deslocadores (re)encontros, entre os quais é preciso destacar aquele que é possibilitado pela tradução urgente de uma das conferências apresentadas por Michel Pêcheux na Semana do Pensamento Marxista, promovida, em 1976, pela Faculdade de Ciências Políticas da Universidade Autônoma do México (Unam). Uma leitura sobre a qual não haverá *spoiler*, em que o filósofo apresenta questões tão caras aos que se inclinam à compreensão dos processos sócio-histórico-ideológicos de produção dos sentidos. Uma vez mais Pêcheux, e(m) sua fala, impondo-se qual lâmina que corta no fastígio mesmo do voo para equivocar a potência, apresenta tatilidades na compreensão das relações sociais. Pêcheux, diríamos ressignificando João Cabral de Melo Neto – e compreenda-se como for possível –, insurge e não se encerra, como faca, “Uma faca só lâmina”.

Trata-se, assim, de importante contribuição que nos é dada pelo *Contradit* em relação à AD do lado da história e que nos permite tratar como “paradoxal” o discurso das colonialidades de saber/poder, que se antecipa no atual do nosso imaginário em relação à prática teórica desde o Sul epistemológico, uma vez assumida a equivocidade no jogo resgate/retorno, pela contradição implicada no par reprodução/transformação. A nossa visada sobre a história da AD des(co)loca-se e reinventa-se, sem isentar-se de uma retomada do que possa haver de estabilizado em relação a ela, especialmente no que se refere à problemática (da) recepção do texto de Denise Maldidier, publicado no Brasil sob o título *A inquietação do discurso*.